

desidades

REVISTA CIENTÍFICA DA INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE
REVISTA CIENTÍFICA DE LA INFANCIA, ADOLESCENCIA Y JUVENTUD

42

ISSN 2318-9282

número 42

ano 13

maio/mayo - ago 2025

des:dades

REVISTA CIENTÍFICA DA INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE
REVISTA CIENTÍFICA DE LA INFANCIA, ADOLESCENCIA Y JUVENTUD

REALIZAÇÃO/REALIZACIÓN



APOIO/APOYO



PARCEIROS/INSTITUCIONES ASOCIADAS



INDEXADORES



equipe editorial/equipo editorial

EDITORA CHEFE/EDITORA JEFE

Lucia Rabello de Castro – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

CO-EDITORAS

Renata Alves de Paula Monteiro – Universidade Federal Fluminense, UFF Brasil

Sonia Borges Cardoso de Oliveira – Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa para a Infância e Adolescência Contemporâneas, NIPIAC, UFRJ, Brasil

EDITORES ASSOCIADOS/EDITORES ASOCIADOS

Andrea Szulc – Universidad de Buenos Aires, UBA, Argentina

Antonio Cesar de Holanda dos Santos – Universidade Federal de Alagoas, UFAL, Brasil

Felipe Salvador Grisolia – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil

Juliana Siqueira de Lara – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

Lucia Isabel da Conceição Silva – Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil

Maria Celeste Hernández – Universidad Nacional de La Plata, Argentina

Renata Tomaz – Fundação Getúlio Vargas, FGV, Brasil

Roseane Amorim da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco, UFRPE, Brasil

Sabrina Dal Ongaro Savegnago – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

O Conselho Editorial é composto pela Editora, Co-Editoras e Editores Associados.

EDITORES ASSISTENTES/EDITORES ASISTENTES

Adelaide Rezende de Souza – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil

Erica dos Santos Vieira – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

Karima Oliva Bello – Universidad Veracruzana, UV, México

Paula Pimentel Tumolo – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

Renata Tavares da Silva Guimarães – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

Sofia Hengen – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

EQUIPE TÉCNICA/EQUIPO TÉCNICO

Ana Leticia Lima Silva – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

Davi Alves de Abreu – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

Flavia Pereira Chrispino – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

Giesela Maria Schöpke Marques Talon – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

Julia Junqueira Castillo – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

Lara de Oliveira Moreira – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

Pedro Sá Campello Queiroz – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

Sofia Mitie Kamashiro Manzatto – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

REVISÃO TÉCNICA

Danúbia de Paula Oliveira – Língua Portuguesa

Ana Carolina Henriques – Língua Espanhola

TRADUTORAS/TRADUCTORAS

Flavia Ferreira dos Santos – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

Karima Oliva Bello – Universidad Veracruzana, UV, México

Sofia Hengen – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

apresentação/presentación

DESIDADES é uma revista científica eletrônica na área da infância, adolescência e juventude latino-americanas, com periodicidade quadrimestral. Publica textos em português ou espanhol. É uma publicação do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa para a Infância e Adolescência Contemporâneas, NIPIAC, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Está comprometida em divulgar a pesquisa científica para além dos muros da Universidade estabelecendo um diálogo com pesquisadores, profissionais, estudantes e demais interessados na área de infância, adolescência e juventude. A revista publica originais inéditos de artigos, entrevistas e resenhas desde uma abordagem multidisciplinar da infância, adolescência e juventude.

O título desta revista - **DESIDADES** - foi cunhado para significar a perspectiva teórica, ética e política que sustenta sua práxis editorial. Assume-se que as idades, como critérios fixos que naturalizam comportamentos, habilidades e modos de existência de acordo com uma temporalização biográfica linear, precisam ser problematizadas de modo a permitir novas abordagens e conceitos sobre as relações entre os grupos geracionais.

DESIDADES es una revista científica electrónica en el área de la infancia, adolescencia y juventud latinoamericanas, con periodicidad cuatrimestral. Publica textos en portugués o español. Es una publicación del Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa para a Infância e Adolescência Contemporâneas, NIPIAC, de la Universidade Federal do Rio de Janeiro. Está comprometida en divulgar la investigación científica mas allá de los muros de la Universidad estableciendo un diálogo con investigadores, profesionales, estudiantes, y demás interesados en el área de la infancia, adolescencia y juventud. La Revista publica originales inéditos de artículos, entrevistas y reseñas desde un abordaje multidisciplinario de la infancia, adolescencia y juventud.

El título de esta revista - **DESIDADES** - fue acuñado para significar la perspectiva teórica, ética y política que sustenta su praxis editorial. Se asume que las edades, con criterios fijos que naturalizan comportamientos, habilidades y modos de existencia de acuerdo con una temporalización biográfica linear, precisam ser problematizados de modo que permitan nuevos abordajes y conceptos sobre las relaciones entre los grupos generacionales.

CONSELHO CIENTÍFICO NACIONAL / CONSEJO CIENTÍFICO NACIONAL

Alfredo Veiga-Neto	Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Alexandre Simão de Freitas	Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
Ana Cristina Coll Delgado	Universidade do Oeste de Santa Catarina, Brasil
Ana Maria Monteiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Angela Alencar de Araripe Pinheiro	Universidade Federal do Ceará, Brasil
Angela Maria de Oliveira Almeida	Universidade de Brasília, Brasil
Anna Paula Uziel	Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Carmem Lucia Sussel Mariano	Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil
Clarice Cassab	Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil
Claudia Mayorga	Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Cristiana Carneiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Diana Dadoorian	Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Dorian Monica Arpini	Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
Elisete Tomazetti	Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
Fernanda Costa-Moura	Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Flavia Pires	Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Gizele de Souza	Universidade Federal do Paraná, Brasil
Heloísa Helena Pimenta Rocha	Universidade Estadual de Campinas, Brasil
Iolete Ribeiro da Silva	Universidade Federal do Amazonas, Brasil
Jader Janer Moreira Lopes	Universidade Federal Fluminense, Brasil
Jaileila de Araújo Menezes	Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
Jailson de Souza e Silva	Universidade Federal Fluminense, Brasil
Jane Felipe Beltrão	Universidade Federal do Pará, Brasil
Juarez Dayrell	Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Juliana Prates Santana	Universidade Federal da Bahia, Brasil
Leandro de Lajonquière	Universidade de São Paulo, Brasil Université Paris 8 Vincennes Saint-Denis
Leila Maria Amaral Ribeiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Lila Cristina Xavier Luz	Universidade Federal do Piauí, Brasil
Marcos Cezar de Freitas	Universidade Federal de São Paulo, Brasil
Marcos Ribeiro Mesquita	Universidade Federal de Alagoas, Brasil
Maria Alice Nogueira	Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Maria Aparecida Morgado	Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil
Maria Cristina Soares de Gouvea	Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Maria Helena Oliva Augusto	Universidade de São Paulo, Brasil
Maria Ignez Costa Moreira	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil
Maria Letícia Nascimento	Universidade de São Paulo, Brasil
Maria Lucia Pinto Leal	Universidade de Brasília, Brasil
Marlos Alves Bezerra	Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
Marta Rezende Cardoso	Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Mirela Figueiredo Iriart	Universidade Estadual de Feira de Santana, Brasil
Myriam Moraes Lins de Barros	Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Nair Teles	Universidade Eduardo Mondlane, Brasil
Patrícia Pereira Cava	Universidade Federal de Pelotas, Brasil
Rita de Cassia Fazzi	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil
Rita de Cassia Marchi	Universidade Regional de Blumenau, Brasil
Rosa Maria Bueno Fischer	Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Rosângela Francischini	Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Silvia Pereira da Cruz Benetti	Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil
Solange Jobim e Sousa	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil
Sonia Margarida Gomes Sousa	Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil
Telma Regina de Paula Souza	Universidade Metodista de Piracicaba, Brasil
Vera Maria Ramos de Vasconcellos	Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Veronica Salgueiro do Nascimento	Universidade Federal do Ceará, Brasil

CONSELHO CIENTÍFICO INTERNACIONAL / CONSEJO CIENTÍFICO INTERNACIONAL

Adriana Aristimuño	Universidad Católica del Uruguay, Uruguay
Adriana Molas	Universidad de la República, Montevideo, Uruguay
Ana Vergara del Solar	Universidad de Santiago, Chile
Andrés Pérez-Acosta	Universidad del Rosario, Bogotá, Colombia
Alfredo Nateras Domínguez	Universidad Autónoma Metropolitana Iztapalapa, UAM-I, México
Ernesto Rodríguez	Centro Latinoamericano sobre Juventud, CELAJU, Montevideo, Uruguay
Germán Muñoz González	Corporación Universitaria Uniminuto, Bogotá, Colombia
Graciela Castro	Universidad Nacional de San Luis, Argentina
Guillermo Arias Beaton	Universidad de La Habana, Cuba
Héctor Castillo Berthier	Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Autónoma de México, México
Héctor Fabio Ospina	Universidad de Manizales, Colombia
José Manuel Valenzuela Arce	Colégio de la Frontera Norte (El COLEF), México
Juan Carlos Amador Baquiro	Universidad Distrital Francisco José de Caldas, Bogotá, Colombia
José Rubén Castillo García	Universidad Autónoma de Manizales, Colombia
Laura Kropff	Universidad Nacional de Río Negro, Argentina
Lucía Lionetti	Universidad Nacional del Centro, Argentina
Maria Celeste Hernández	Universidad Nacional de La Plata, Argentina
María Guadalupe Vega López	Universidad de Guadalajara, México
María Raquel Macri	Universidad de Buenos Aires, Argentina
Mariana Chaves	CONICET y Universidad Nacional de La Plata, Argentina
Mariana García Palacios	CONICET y Universidad de Buenos Aires, Argentina
Mario Sandoval	Universidad Católica Silva Henríquez, Chile
Maritza Urteaga Pozo	Escuela Nacional de Antropología e Historia (ENAH), Instituto Nacional de Antropología e Historia (INAH), México
Norma Contini	Universidad Nacional de Tucumán, Argentina
Olga Grijalva Martínez	Universidad Autónoma Benito Juárez de Oaxaca, México
Pablo De Grande	CONICET y Universidad del Salvador, Argentina
Pablo Toro Blanco	Universidad Alberto Hurtado, Chile
Patricia Guerrero Morales	Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago, Metropolitana, Chile
Pedro Nuñez	CONICET y Instituto de Investigaciones Sociales de América Latina (IICSAL), FLACSO, Argentina
René Unda	Universidad Politécnica Salesiana, Ecuador
Ricardo Fletes Corona	Universidad de Guadalajara, México
Robin Cavagnoud	Pontificia Universidad Católica del Perú, Perú
Rosa María Camarena	Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Autónoma de México, México
Silvina Brussino	CONICET y Universidad Nacional de Córdoba, Argentina
Suzana Sosenski	Universidad Nacional Autónoma, UNAM, México
Valeria Llobet	CONICET y Universidad Nacional de San Martín, Argentina

EDITORIAL	1
TEMAS EM DESTAQUE - SEÇÃO LIVRE / TEMAS SOBRESALIENTES - SECCIÓN LIBRE	
Investigaciones sobre las infancias: reflexiones antropológicas en el contexto del giro global a la derecha <i>Citlali Quecha Reyna</i>	9
Crianças e adolescentes em vulnerabilidade social: perspectivas da Bioética de Intervenção e do Interacionismo Simbólico <i>Patrícia Alves Paiva; Thiago Rocha da Cunha; Carla Silvana de Oliveira e Silva; Yan Lucas Ferreira Martins; Marcos Aurélio Trindade; Orlene Veloso Dias</i>	27
Adolescência conectada: estratégias parentais de mediação do uso da tecnologia <i>Daniela Seraphim Gonçalves; Andrea Seixas Magalhães; Mariana Gouvêa de Matos</i>	45
Provocações dissidentes: o apagamento da diversidade sexual e de gênero na política socioeducativa do Sinase <i>Douglas Aparecido da Silva Gomes; Maria Lucia Pinto Leal</i>	62
Estratégias de cuidado e resistência construídas por jovens universitários na pandemia <i>Roseane Amorim da Silva; Antônio César de Holanda Santos; Jaileila de Araújo Menezes</i>	83
Transformaciones urbanas y dinámicas históricas de movilidades infantiles en un territorio de Puebla, México <i>José Roberto Suriano Chacón; Porfirio Eduardo Lugo Laguna; María Lourdes Guevara Romero</i>	103
Las ciudades en perspectiva juvenil: Un análisis comparado entre Villa María y Río Grande, Argentina <i>Andrés Hernández; Bruno Colombari</i>	127
INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS / INFORMACIONES BIBLIOGRÁFICAS	
Adultocentrismo: ¿Qué piensan chicas y chicos?, por Santi Morales y Marta Martínez Muñoz Reseña por <i>Manfred Liebel</i>	147

Infância, Adolescência e Juventude: áreas interdisciplinares em construção?

O lugar da interdisciplinaridade na produção do conhecimento científico das sociedades atuais parece cada vez mais evocado e sentido como necessário (FRODEMAN; KLEIN; PACHECO, 2010; KLEIN, 1990). No entanto, a “virada interdisciplinar”, ainda que propalada, não conseguiu efetuar mudanças estruturais sobre as práticas disciplinares que hegemonicamente modelam os processos de construção e transmissão dos saberes científicos. Como exemplo para tal reflexão, tomemos o(s) campo(s) da infância, adolescência e juventude, temas que balizam os esforços editoriais de publicação científica da revista DESIDADES. A política editorial dessa revista a apresenta como uma revista de “abordagem multidisciplinar”, o que se entende como acolhendo artigos de diversas áreas disciplinares que tenham a infância, a adolescência ou a juventude como temáticas de investigação. Com efeito, em levantamento feito até 2024 sobre as áreas disciplinares dos trabalhos publicados na revista (tendo como critério a formação disciplinar de seus autores), a revista contava com artigos provenientes de mais de vinte áreas, dentre elas, Educação, Psicologia, Sociologia, Enfermagem, Serviço Social, Educação Física, Medicina. A questão, no entanto, é: em que medida, e como, tal abordagem multidisciplinar caminha para a construção de um conhecimento interdisciplinar, ou tão somente, favorece a colaboração mais próxima de várias disciplinas em torno da mesma temática?

Em um editorial da revista *Childhood*, há mais de dez anos, Leena Alanen (2012) discute como o campo da infância – talvez muito mais do que os de suas “epistemes primas”, como o da adolescência e da juventude – tem investido na colaboração próxima de diversas disciplinas. Há mais de duas décadas o campo da infância tem buscado a interlocução de pesquisadores/as de várias áreas disciplinares, atestando para a insuficiência de uma única perspectiva disciplinar sobre as questões em pauta. Iniciativas de fomento ao diálogo e comunicação entre pesquisadores de diversas áreas disciplinares, em projetos de pesquisa, publicações e formação, tem sido impulsionadas, e têm mitigado as rígidas fronteiras disciplinares em favor de compreensões mais abrangentes. Idealmente, como defende Thorne (2007), a infância deveria se tornar um campo interdisciplinar. No entanto, frequentemente, o caminho, mais fácil e imediato tem sido aquele das “abordagens multidisciplinares”, que podem gerar, segundo Alanen, tendências positivas no sentido de se romper o isolamento disciplinar dos pesquisadores que constatarem a limitação das visões restritas às suas disciplinas. Todavia, a interdisciplinaridade exige muito mais do que isso (TURNER, 2000): almeja-se, outrossim, uma mudança epistemológica na direção de novos conhecimentos transversais às disciplinas, ou até, contra- ou anti-disciplinares, que problematizem a realidade de forma diferente e produzam novos sentidos e compreensões sobre ela (KLEIN, 1996).

Em muitos países do Sul Global, como o Brasil, mudanças na geração do conhecimento científico, como aquelas desejadas pela interdisciplinaridade requerem mais do que colaboração mútua de pesquisadores interessados e atentos, mas, sobretudo, investimentos, recursos e políticas estatais visando a fomentar a produção de conhecimentos inovadores para as demandas sociais. Pires (2025), em recente artigo na revista DESIDADES, discute, por exemplo, como as instituições de fomento à pesquisa permanecem inercialmente no registro estritamente disciplinar para a avaliação de projetos de pesquisa, o que dificulta, ou mesmo, impede que projetos interdisciplinares na área das Ciências Humanas, e da infância, consigam financiamento. Deste modo, a interdisciplinaridade coloca-se apenas como mais um modismo intelectual que, neste canto do mundo, não produz a discussão, a problematização e a reestruturação necessárias dos setores que se ocupam de fomentar e financiar as atividades científicas no Brasil.

Mas, mais ainda... A pergunta a fazer é como os campos interdisciplinares da infância, adolescência e juventude podem incorporar pesquisas vigorosas, inovadoras e densas para responder adequadamente aos problemas sociais, quando as formações dos futuros pesquisadores permanecem estritamente disciplinares, e raramente atravessam as diferentes disciplinas, tanto na graduação como na pós-graduação. Aqui me refiro particularmente ao Brasil em que a institucionalização da discussão interdisciplinar na(s) área(s) da infância, adolescência e juventude, com vistas à formação, é quase inexistente. Diferentemente de outros países em que a formação no nível de pós-graduação nessa(s) área(s) conseguiu se estabelecer como campo multi- ou interdisciplinar, não temos ainda um único programa de pós-graduação, *stricto sensu*, que responda a essa demanda.¹ Assim, a perspectiva interdisciplinar carece de uma “infraestrutura”, não apenas de políticas de fomento à pesquisa, mas de reestruturações no modo de funcionamento administrativo-acadêmico das próprias Universidades no tocante à transmissão do conhecimento científico. Ainda que muitas vezes os planos de desenvolvimento institucional das Universidades públicas propalem a interdisciplinaridade, as mudanças, para de fato ocorrerem, exigem que se enfrentem as difíceis disputas na redistribuição de recursos humanos e materiais que ocorrerão, na medida em que outros modos de funcionamento sejam propostos e consolidados, alterando relações de poder e privilégio existentes entre unidades, departamentos, centros e assim por diante.

Neste sentido, muitos são os obstáculos e dificuldades para se avançar no diálogo interdisciplinar, quanto mais na provisão de conhecimento científico de caráter mais abrangente e inovador. Na sua edição 31ª, a DESIDADES promoveu uma Seção Temática sobre Interdisciplinaridade dentre os pesquisadores do NIAJ, Núcleo de Estudos da Infância, Adolescência e Juventude da UFRJ. Foi uma tentativa de trazer à discussão

1 Alguns poucos exemplos do investimento na formação no nível de pós-graduação são: Norwegian Centre of Child Studies, vinculado à Universidade de Trondheim, Noruega, desde 1982; Centre for the Study of Child and Youth, vinculado à Universidade de Sheffield, UK, desde 2011; School of Child and Youth Care, University of Victoria, Canadá, desde 2003; Observatoire Jeunes et Société, vinculado à Universidade de Québec, desde 1998; Tampere Centre for Child Health Research, vinculado à Universidade de Tampere, Finlândia, desde 2011; Child and Youth Research Institute, University of Turku, Finlândia, 2015; Centro de Investigações de Estudos da Criança, Universidade do Minho, Portugal, desde 2011; Department of Child Studies, University of Rutgers, USA, desde 2002. Na América Latina, o único centro nesta área encontra-se na Colômbia, o Centro de Estudios Avanzados en Niñez y Juventud, vinculado à Universidade de Manizales, desde 2011.

temáticas deste(s) campo(s) que demandam uma visada multi-, ou até, idealmente, interdisciplinar. Por exemplo, no artigo de Cunha e Corsino (2021), os dois autores, um pesquisador na área da medicina, e outra, pesquisadora na área da educação, tentam articular uma visada multidisciplinar sobre os “primeiros mil dias da criança” em que tanto o conhecimento da medicina, como o da educação, são essenciais para se formular políticas mais eficazes de cuidado à primeira infância. Ao longo da discussão travada o que se pode constatar é que a própria noção de *criança/infância*, como conceito científico, se transforma: ela deixa de ser encarada apenas na sua inscrição biológica – que pede atenção à nutrição adequada, por exemplo- para se tornar uma “pessoa” (Winnicott, 1982), um sujeito humano que, para além de nutrição adequada, tem, de modo prioritário, necessidades como escuta, cuidados, reciprocidade e calor afetivo para poder ser o que ela é. Neste sentido, o que se coloca é que, somente pelo difícil diálogo interdisciplinar, noções científicas mais apuradas podem ser produzidas. No caso, a noção de “bebê”, ou a noção de “criança até os dois anos”, ao inicialmente poderem ser discutidas no âmbito de abordagens multi-disciplinares, precisam ainda emergir como um novo conceito que problematize regimes de verdades disciplinares. Somente assim se pode alcançar uma formulação teórica mais complexa e abrangente que dê conta, de forma mais adequada, das respostas societárias ao que pedem “o bebê”, ou, “a criança de até dois anos”.

Portanto, os desafios da interdisciplinaridade estão colocados para o(s) campo(s) da infância, adolescência e juventude. Pesquisar, formar pesquisadores e profissionais, e atuar nos campos aplicados destas áreas, não podem mais se omitir, ou se evadir, da convocação de abertura, diálogo e construção de novas compreensões teóricas que podem superar a super especialização científica de suporte disciplinar que pode facilmente se distanciar dos propósitos emancipatórios que o conhecimento científico deve ter.

Lucia Rabello de Castro

Editora Chefe

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALANEN, L. Editorial. Disciplinarity, interdisciplinarity and childhood studies. **Childhood**, vol. 19, n. 4, p. 419-422, 2012.
- CUNHA, A. J. L.; CORSINO, P. As crianças e seus mil dias: articulações entre saúde e educação. **DESIDADES**, n. 31, p. 89-106, 2021.
- FRODEMAN, R.; KLEIN, J.; PACHECO, R. **The Oxford Handbook of Interdisciplinarity**. UK: Oxford University Press, 2010.
- KLEIN, J. T. **Interdisciplinarity: History, Theory and Practice**. Detroit, Michigan: Wayne State Press, 1990.
- _____. **Crossing Boundaries: Knowledge, Disciplinarity, and Interdisciplinarity**. Charlottesville; London: University Press of Virginia, 1996.
- PIRES, F. F. Algo de novo: pesquisa e formação na área da infância, adolescência e juventude. **DESIDADES**, n. 41, p. 17-29, 2025.
- THORNE, B. Editorial: Crafting the interdisciplinary field of childhood studies. **Childhood**, vol. 19, n. 1, p. 147-152, 2007.
- TURNER, S. What are disciplines? And how interdisciplinarity is different? Em: WEINGART, P.; STEHR, N. (Eds.). **Practising Interdisciplinarity**. Toronto: University of Toronto Press, 2000. p. 46-65.
- WINNICOTT, D. W. O bebê como pessoa. Em: WINNICOTT, D. W. **A criança e o seu mundo**. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

Infancia, Adolescencia y Juventud: ¿áreas interdisciplinarias en construcción?

El lugar de la interdisciplina en la producción de conocimientos científico de las sociedades actuales parece cada vez más evocado y sentido como necesario (FRODEMAN; KLEIN; PACHECO, 2010; KLEIN, 1990). Sin embargo, el “giro interdisciplinario”, aunque muy pregonado, no logró efectuar cambios estructurales sobre las prácticas disciplinarias que hegemonícamente modelan los procesos de construcción y transmisión de los saberes científicos.

Como ejemplo para esta reflexión, tomemos el(los) campo(s) de la infancia, adolescencia y juventud, temas que orientan los esfuerzos editoriales de publicación científica de la revista DESIDADES. La política editorial de esta revista la presenta como una revista de “abordaje multidisciplinario”, lo que se entiende como acogiendo artículos de diversas áreas disciplinarias que tengan a la infancia, adolescencia o a la juventud como temáticas de investigación. En efecto, en relevamiento hecho hasta 2024 sobre las áreas disciplinarias de los trabajos publicados en la revista (teniendo como criterio la formación disciplinaria de sus autores), la misma contaba con artículos provenientes de más de veinte áreas, entre ellas, Educación, Psicología, Sociología, Enfermería, Trabajo Social, Educación Física, Medicina. La cuestión, sin embargo, es: ¿en qué medida, y cómo, tal abordaje multidisciplinario camina hacia la construcción de un conocimiento interdisciplinario, o tan solo, favorece la colaboración más próxima de varias disciplinas en torno de la misma temática?

En una editorial de la revista *Childhood*, hace más de diez años, Leena Alanen (2012) discute cómo el campo de la infancia – tal vez mucho más de lo que los de sus “epistemes primas”, como el de la adolescencia y de la juventud – ha invertido en la colaboración próxima de diversas disciplinas. Hace más de dos décadas el campo de la infancia ha buscado la interlocución de investigadores de varias áreas disciplinarias, dando fe de la insuficiencia de una única perspectiva disciplinaria sobre las cuestiones en pauta. Iniciativas de fomento al diálogo y comunicación entre investigadores de diversas áreas disciplinarias, en proyectos de investigación, publicaciones y formación, han sido impulsadas, y han atenuado las rígidas fronteras disciplinarias en nombre de comprensiones más abarcadoras. Idealmente, como defiende Thorne (2007), la infancia debería tornarse un campo interdisciplinario. Sin embargo, frecuentemente, el camino más fácil e inmediato ha sido aquel de los “abordajes multidisciplinarios”, que pueden generar, segundo Alanen, tendencias positivas en el sentido de romper el aislamiento disciplinario de los investigadores que constatan la limitación de las visiones restrictas a sus disciplinas. Aun así, la interdisciplina exige mucho más que eso (TURNER, 2000): se busca, además, un cambio epistemológico en la dirección de nuevos conocimientos transversales a las disciplinas, o, inclusive, contra o antidisciplinarios, que problematicen la realidad de forma diferente y produzcan nuevos sentidos y comprensiones sobre la misma (KLEIN, 1996).

En muchos países del Sur Global, como Brasil, cambios en la generación de conocimiento científico, como aquellos deseados por la interdisciplina requieren más que colaboración mutua de investigadores interesados y atentos, pero, sobre todo, inversiones, recursos y políticas estatales que busquen fomentar la producción de conocimientos innovadores para las demandas sociales. Pires (2025), en un reciente artículo en la revista DESIDADES, discute, por ejemplo, cómo las instituciones de fomento a la investigación permanecen inercialmente en el registro estrictamente disciplinario para la evaluación de proyectos de investigación, lo que dificulta, o, inclusive, impide que proyectos interdisciplinarios en el área de las Ciencias Humanas, y de la infancia, consigan financiamiento. De este modo, la interdisciplina se coloca simplemente como un modismo intelectual más que, en este rincón del mundo, no produce la discusión, la problematización y la reestructuración necesarias de los sectores que se ocupan de fomentar y financiar las actividades científicas en Brasil.

Pero, yendo más lejos...la pregunta a hacerse es cómo los campos interdisciplinarios de la infancia, adolescencia y juventud pueden incorporar investigaciones vigorosas, innovadoras y densas para responder adecuadamente a los problemas sociales, cuando las formaciones de los futuros investigadores permanecen estrictamente disciplinarias, y raramente atraviesan las diferentes disciplinas, tanto en la formación de grado como en la de postgrado. Aquí me refiero particularmente a un Brasil en el que la institucionalización de la discusión interdisciplinaria en el(las) área(s) de la infancia, adolescencia y juventud, con miras a la formación, es casi inexistente. Diferentemente de otros países en que la formación en el nivel de postgrado en este(a) área(s) ha conseguido establecerse como campo multi o interdisciplinario, no tenemos aún un único programa de postgrado, *stricto sensu*, que responda a esta demanda.¹ Así, la perspectiva interdisciplinaria carece de una “infraestructura”, no solamente de políticas de fomento a la investigación, sino de reestructuraciones en el modo de funcionamiento administrativo-académico de las propias Universidades en lo tocante a la transmisión de conocimiento científico. Si bien es cierto que, muchas veces, los planes de desarrollo institucional de las Universidades públicas pregonan la interdisciplina, los cambios para que de hecho ocurran exigen que se enfrenten las difíciles disputas en la redistribución de recursos humanos y materiales que sucederán en la medida en que otros modos de funcionamiento sean propuestos y consolidados, alterando relaciones de poder y privilegio existentes entre unidades, departamentos, centros, y así sucesivamente.

En este sentido, muchos son los obstáculos y dificultades para avanzar en el diálogo interdisciplinario, aún más en la provisión de conocimiento científico de carácter más abarcativo e innovador. En su edición 31^o, DESIDADES promovió una Sección Temática sobre Interdisciplina entre los investigadores del NIAJ, Núcleo de Estudos da Infância, Adolescência e Juventude de la UFRJ. Fue un intento de traer a la discusión temáticas

1 Algunos pocos ejemplos de inversiones en la formación en nivel de postgrado son: Norwegian Centre of Child Studies, vinculado a la Universidad de Trondheim, Noruega, desde 1982; Centre for the Study of Child and Youth, vinculado a la Universidad de Sheffield, UK, desde 2011; School of Child and Youth Care, University of Victoria, Canadá, desde 2003; Observatoire Jeunes et Société, vinculado a la Universidad de Quebec, desde 1998; Tampere Centre for Child Health Research, vinculado a la Universidade de Tampere, Finlandia, desde 2011; Child and Youth Research Institute, University of Turku, Finlandia, 2015; Centro de Investigações de Estudos da Criança, Universidade do Minho, Portugal, desde 2011; Department of Child Studies, University of Rutgers, USA, desde 2002. En Latinoamérica, el único centro en éste área se encuentra en Colombia, el Centro de Estudios Avanzados en Niñez y Juventud, vinculado a la Universidad de Manizales, desde 2011.

de este(os) campo(s) que demandan una mirada multi- o, inclusive, idealmente, interdisciplinaria. Por ejemplo, en el artículo de Cunha y Corsino (2021), los dos autores, un investigador en el área de la medicina, y, la otra, investigadora en el área de la educación, intentan articular una mirada interdisciplinaria sobre los “primeros mil días del niño” en que tanto el conocimiento de la medicina, como el de la educación, son esenciales para formular políticas más eficaces de cuidado a la primera infancia. A lo largo de la discusión, lo que se puede constatar es que la propia noción de *niñez/ infancia*, como concepto científico, se transforma: deja de ser encarada solamente en su inscripción biológica – que demanda atención a la nutrición adecuada, por ejemplo- para tornarse una “persona” (Winnicott, 1982), un sujeto humano que, mas allá de nutrición adecuada, tiene, de modo prioritario, necesidades como escucha, cuidados, reciprocidad y calor afectivo para poder ser lo que es. En este sentido, lo que se coloca es que, solamente por el difícil diálogo interdisciplinario, nociones científicas más perfeccionadas pueden ser producidas. En este caso, la noción de “bebé”, o la noción de “niño hasta los dos años”, al inicialmente poder ser discutidas en el ámbito de abordajes multidisciplinarios, necesitan aún emerger como un nuevo concepto que problematice regímenes de verdades disciplinarias. Solamente así se puede alcanzar una formulación teórica más compleja y abarcativa que pueda, de forma más adecuada, dar respuestas societarias a lo que piden “el bebé”, o, “el niño de hasta dos años”.

Por lo tanto, los desafíos de la interdisciplina están colocados para el(los) campo(s) de la infancia, adolescencia y juventud. Investigar, formar investigadores y profesionales, y actuar en los campos aplicados de estas áreas, no pueden omitirse más, o evadirse, de la convocatoria de apertura, diálogo y construcción de nuevas comprensiones teóricas que puedan superar la super especialización científica de soporte disciplinar que puede fácilmente distanciarse de los propósitos emancipatorios que el conocimiento científico debe tener.

Lucía Rabello de Castro

Jefa de Edición

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALANEN, L. Editorial. Disciplinarity, interdisciplinarity and childhood studies. **Childhood**, vol. 19, n. 4, p. 419-422, 2012.
- CUNHA, A. J. L.; CORSINO, P. As crianças e seus mil dias: articulações entre saúde e educação. **DESIDADES**, n. 31, p. 89-106, 2021.
- FRODEMAN, R.; KLEIN, J.; PACHECO, R. **The Oxford Handbook of Interdisciplinarity**. UK: Oxford University Press, 2010.
- KLEIN, J. T. **Interdisciplinarity: History, Theory and Practice**. Detroit, Michigan: Wayne State Press, 1990.
- _____. **Crossing Boundaries: Knowledge, Disciplinarity, and Interdisciplinarity**. Charlottesville; London: University Press of Virginia, 1996.
- PIRES, F. F. Algo de novo: pesquisa e formação na área da infância, adolescência e juventude. **DESIDADES**, n. 41, p. 17-29, 2025.
- THORNE, B. Editorial: Crafting the interdisciplinary field of childhood studies. **Childhood**, vol. 19, n. 1, p. 147-152, 2007.
- TURNER, S. What are disciplines? And how interdisciplinarity is different? Em: WEINGART, P.; STEHR, N. (Eds.). **Practising Interdisciplinarity**. Toronto: University of Toronto Press, 2000. p. 46-65.
- WINNICOTT, D. W. O bebê como pessoa. Em: WINNICOTT, D. W. **A criança e o seu mundo**. Rio de Janeiro: LTC, 1982.



Investigaciones sobre las infancias: reflexiones antropológicas en el contexto del giro global a la derecha

Citlali Quecha Reyna

Instituto de Investigaciones Antropológicas, Universidad Nacional Autónoma de México, Ciudad de México, México

<https://orcid.org/0000-0002-8132-5709>

Presentación¹

En 1989 se promulgó la Convención de los Derechos del Niño. Sus principios han tenido resultados diversos, como el surgimiento de directrices institucionales para un trato diferenciado hacia las infancias en tanto sujetos históricos y de derecho, así como una creciente producción académica, la cual, con diferentes enfoques, logró posicionar la importancia de considerarlas como actores relevantes. El contexto histórico en el que la Convención tuvo su origen fue aquel en el que surgieron las políticas del multiculturalismo y la diversidad, mismas que se articularon con el enfoque de derechos humanos que, con el paso de los años, constituyó un sedimento importante para las relaciones entre países y sociedades. Todo en el marco de las transformaciones y adecuaciones socioeconómicas derivadas de la globalización y el neoliberalismo (BARNA, 2013).

Con ese escenario de fondo pudimos apreciar múltiples expresiones de la diversidad, las cuales postularon la trascendencia de ser reconocidas para revertir tratos desiguales. Se pugnó porque dichas transformaciones se reflejaran a través de cambios constitucionales, con la puesta en vigor de políticas de acción afirmativa y, al fin, una integración en las narrativas nacionales para visibilizar sus presencias e historias (LÓPEZ, 2016).

La antropología contribuyó significativamente a los debates en la materia. Y, en lo concerniente al campo de estudios de las infancias, se incorporó la reflexión en torno a cómo de-construir el adultocentrismo que ha caracterizado sus enfoques analíticos (DUARTE, 2012). Además, también surgieron ideas sobre las potencialidades del trabajo interdisciplinario con niñas y niños.

Nos encontramos en el primer cuarto del siglo XXI, por lo cual se torna pertinente reflexionar: ¿con qué aproximaciones contamos ahora en el campo de estudios de las infancias?; ¿cuáles son las temáticas más abordadas en las investigaciones de corte antropológico contemporáneas?; ¿contamos con algún avance sustantivo en el combate al adultocentrismo?; ¿con qué retos analíticos nos encontramos ante las transformaciones socio-políticas actuales? Formularé en las siguientes páginas algunas reflexiones derivadas de esas interrogantes. Para ello divido el texto en dos: una primera parte de acercamiento general a los estudios sobre las infancias —con especial énfasis en la producción antropológica de principios de siglo a la actualidad—, un segundo momento para compartir la especificidad de algunas líneas de investigación que son vacancias temáticas en momentos históricos caracterizados por el giro global a la derecha, y un apartado de reflexiones finales.

Las infancias: un campo en crecimiento y consolidación

Los padres y madres fundadoras de la antropología hicieron algunas menciones a las infancias en sus obras, pero la escuela del particularismo histórico puede considerarse como el inicio formal de la centralidad de niña/os, adolescencias y juventudes para la disciplina, tanto en Estados Unidos como en Inglaterra y en las investigaciones

¹ Agradezco el apoyo financiero del Programa de Apoyos para la Superación del Personal Académico (PASPA) de la Dirección General de Personal (DGAPA) de la Universidad Nacional Autónoma de México en el periodo septiembre 2024 a febrero 2025. También agradezco a las personas revisoras por sus recomendaciones para mejorar el contenido del texto.

africanistas de la etnología francesa (QUECHA, 2014; RAZY, 2018; SZULC, 2015). Fue en el periodo de los 60 y 70 del siglo XX cuando la escuela francesa gestó acercamientos centrados en el cuerpo, la persona, “y en el tema del *fosterage* (término de parentesco que indica el cuidado temporal de los niños) en África” (RAZY, 2018, p. 35). Con el nacimiento de los *Childhood Studies* en los 80, (emanado de la sociología anglosajona) puede consignarse la emergencia de un paradigma innovador en las ciencias sociales, donde “el niño” se constituyó como el principal sujeto de estudio (RAZY, 2018, p. 36). En los 90 la antropología inició una producción científica con un crecimiento sostenido, construyendo aproximaciones que Szulc describe como “fundadas en una profunda conceptualización de la niñez como construcción sociohistórica, heterogénea, cambiante, relacional, disputada (SZULC, 2015, p. 25).

En su texto “Campo de poder, campo intelectual: itinerario de un concepto”, Bourdieu planteó que

Cada vez que se estudia un nuevo campo, ya sea el de la filología del siglo XIX, el de la moda de nuestros días o el de la religión en la Edad Media, se descubren propiedades específicas, propias de un campo en particular, al tiempo que se contribuye al progreso del conocimiento de los mecanismos universales de los campos que se especifican en función de variables secundarias. (BOURDIEU, 2002, p. 119)

La cita previa permite pensar en cómo se ha estructurado el campo de estudios de las infancias y destacar sus propiedades específicas. Podemos señalar que es un campo consolidado, donde la antropología ha nutrido con sus metodologías y postulados heurísticos la documentación y análisis sobre sus experiencias. No sólo porque logra dar cuenta de sus vivencias particulares, sino por un engarce temático con fenómenos sociales múltiples que dotan de complejidad a los acercamientos desarrollados. Cohn animó no sólo a legitimar este campo, sino a consolidarlo en otro sentido: el “de evaluar qué aporte hemos hecho y podemos hacer a la antropología. Así como qué aporte puede hacer y ha hecho la antropología al campo de los niños y los estudios sobre la niñez” (CONH, 2013, p. 222).

Con base en sus directrices teóricas, conceptuales y metodológicas fundantes, la primera especificidad es visibilizar y contrarrestar el enfoque adultocéntrico. Si bien el concepto en sí mismo no fue utilizado sino a partir de la segunda mitad del siglo XX —y en particular a partir de los 80—, la justificación esgrimida es la trascendencia de considerar a las infancias no sólo como receptáculos de cultura e información, sino como agentes partícipes en las formas de organización social. No para verles como entes autónomos y creadores de universos específicos que ameritan investigación aislada *per se*, sino como seres que también enriquecen —y son vehículo para— las dinámicas de transformación y cambio cultural. Este acercamiento, que podríamos enunciar como una ética militante en un amplio número de investigaciones, ha descrito con detalle las relaciones de poder adultocéntrico a través de dimensiones simbólicas, materiales y corporales-sexuales (DUARTE, 2012), así como pensar en formas para revertirlo, entendiendo a las niñas y los niños como protagonistas de sus historias (MAGISTRIS y MORALES, 2021), y reconociendo su potencialidad política para la construcción de una justicia intergeneracional (LIEBEL, 2022).

En vínculo con esa perspectiva se pondera así un enfoque intergeneracional y relacional. La clave es prestar atención a las relaciones sociales de niños con sus coetáneos y personas de otras generaciones, con el objetivo de registrar las convivencias realizadas, la construcción de jerarquías, los roles y estatus otorgados, las tensiones y resolución de problemáticas que surgen por la diferencia de edad en la toma de decisiones en diferentes escalas. En torno a la edad, en los últimos años, se articulan nociones que critican el “edadismo” al vincularlo con otras opresiones como el “capacitismo, la colonialidad, el patricarcado y el capitalismo” (SHABEL, 2024a, p. 12-13).

Para registrar esas interacciones el despliegue metodológico se fundamenta en la etnografía. El registro de las cotidianidades de los espacios y acciones que protagonizan las infancias son el principal generador de insumos para la teorización. El despliegue de técnicas múltiples —algunas de carácter lúdico— son también utilizadas en investigaciones con niñas y niños, pero ello no exime de considerar el registro de lo cotidiano para lograr un acercamiento con profundidad (QUECHA, 2016; SZULC, 2015). Con ello podemos conocer las distintas definiciones de niñez que existen en las sociedades y culturas de estudio. Esto es sumamente importante de documentar, pues visibiliza las transiciones que le otorgan a las infancias roles, las potestades y formas de participación social con base en los consensos establecidos.

Además, en investigaciones con pueblos originarios es posible registrar las categorías en idioma propio otorgadas a los niños y las niñas con base en cambios físicos y simbólicos, así como el peso de su participación en procesos rituales y festivos (REYES, 2019). A través de este conocimiento de lo cotidiano y el dinamismo de las relaciones intergeneracionales, se ha analizado la socialización y la construcción de la noción de persona, así como las formas de transmisión, apropiación y reproducción de conocimientos culturales, y las dinámicas de creatividad e innovación en esos ámbitos (ALVARADO, 2018b).

La diferencia cultural de las niñas y los niños es otro de los ejes de análisis importantes del campo. La antropología centra la atención en los elementos constitutivos de las cosmovisiones, la estructura socio-organizativa de los pueblos y comunidades, sus vínculos con el entorno, los idiomas, así como las incidencias de las transformaciones impulsadas por políticas institucionales y demandas del sistema económico.

Las distinciones de género han sido sumamente fructíferas y han cobrado transversalidad en las investigaciones sobre las infancias. El viraje que nutrió a las ciencias sociales la perspectiva de género tuvo una incidencia: entrever las vivencias de las niñas. Fundamental ha sido el feminismo para el campo, logrando visibilizarlas en tanto mujeres con vivencias concretas. Como resultado, contamos con investigaciones que permiten robustecer la reflexión sobre la vigencia del patriarcado, las formas en que se reproducen las lógicas de subordinación femenina, los diacríticos que configuran las masculinidades desde la niñez, el ejercicio de la sexualidad y, no menos importante, las tensiones, conflictos y negociaciones que se ponen en marcha en torno a las infancias trans e integrantes de la comunidad LGBTQ+.²

Los acercamientos esgrimidos desde la antropología de la educación son indiscutiblemente importantes en esta genealogía. Además de dar cuenta de la trascendencia de esta institución para la formación de “ciudadanos”, también se han documentado las lógicas de discriminación desplegadas en ámbitos escolares (MASFERRER, 2024). También

2 Acrónimo de Lesbiana, Gay, Bisexual, Transgénero, Queer y + representa otras identidades no incluidas.

contamos con análisis de los contenidos curriculares y las estrategias pedagógicas para propiciar procesos de cambio cultural, por ejemplo, al incentivar el uso de los idiomas hegemónicos oficiales, como el español, a través del impulso de políticas indigenistas y de educación intercultural. De igual forma contamos con aproximaciones sugerentes en torno a las implicaciones de la educación popular y con pertinencia cultural para revertir condiciones de desigualdad estructural en países latinoamericanos (QUINTEROS; CORONA, 2013; MONTENEGRO; SHABEL, 2021).

La institucionalización de niñas y niños también ha sido una temática relevante. Documentar el surgimiento e impulso de políticas públicas para tratar a las infancias, más allá de la escuela, a través de prácticas higienistas y de eugenesia, de mecanismos de tutelaje, de la creación de hospicios y programas de asistencia pública —o de instituciones para el tratamiento de la salud mental y de condiciones diversas de discapacidad—, así como mecanismos legales de punición, e incluso las tecnologías de gobierno para regular la maternidad, son análisis que permiten robustecer la aproximación en torno al papel del Estado en tanto regulador y operador de las vidas infantiles (ALCUBIERRE y SOSENSKI, 2023; COLÁNGELO, 2019; FONSECA, 2011). Con base en estas reflexiones se ha fraguado un debate importante sobre los factores políticos, e incluso económicos, que enmarcan la puesta en acción de dichas directrices estatales.

Hace poco más de una década, Szulc y Cohn (2012) describieron los principales ejes de investigación que la antropología (y etnología) de las infancias desarrolló en Brasil y Argentina. Postularon que es necesario comprender las producciones de niñez y su institucionalización en clave nacional y local. Su recopilación se basó en las producciones de fines de los años noventa del siglo XX y la primera década del XXI destacando a historización de la infancia, para el registro del nacimiento de instituciones y políticas públicas dirigidas a la niñez (bajo las lógicas de la eugenesia, el nacionalismo, así como el nacimiento de disciplinas como la pediatría y la puericultura).

Considero pertinente añadir los acercamientos generados por la arqueología y la antropología física por su vínculo con la historización para el registro las dinámicas de vida, enfermedad y muerte de los pequeños en época prehispánica y novohispana, o las lógicas de crecimiento a través del análisis de restos óseos. Otras aproximaciones han incorporado reflexiones sobre su importancia en sistemas rituales y sacrificiales, hallazgos que dialogan con los estudios de las formas de organización en las sociedades antiguas (MÁRQUEZ, 2010).

El siguiente eje referido por las colegas es el de los niños en la escuela. Con registros de la vida cotidiana en espacios escolares se conocen las interacciones con las autoridades, las valoraciones en torno a la escolarización y las incidencias de la educación dirigida a infancias indígenas, pero también mencionan a investigaciones realizadas más allá de las aulas. Otras miradas se estructuraron bajo los estudios en sectores subalternos, minoridad y niñez en situación de calle, las cuales problematizan y analizan las políticas gubernamentales para tratar a niñeces en situación de “riesgo” y el andamiaje jurídico que respalda sus acciones. En su análisis, ellas refieren también las nociones sociales de infancias y las aproximaciones metodológicas gestadas, donde destacan los acercamientos deontológicos y epistémicos concretos (SZULC; COHN, 2012).

Ejes temáticos de los tiempos recientes

Es posible nutrir la descripción de las autoras referenciando otros ejes que han cobrado relevancia en los últimos años, dadas las cambiantes condiciones históricas que hemos enfrentado. Presenciamos un proceso que podría parecer contradictorio: una “normalización de los derechos humanos” (CAMPOS, 2015) con un ascenso notorio de los discursos y prácticas de la derecha con retrocesos en materia de reconocimientos. Este es el escenario en el cual se ha consolidado el campo de estudios de las infancias. Refieren Díaz y Oehmichen (2020):

...el mundo ha expresado en distintos momentos evidentes y acentuados “giros a la derecha”, pero la dinámica y la intensidad del giro contemporáneo es devastadora en su capacidad de situar en el horizonte de los posibles una política pública que está generando otr/s no desead/s y flameando la bandera de la intolerancia en varios nortes, naturalmente anclados, en su mayoría, pero no exclusivamente, en la combinación de conservadurismo y neoliberalismo (DÍAZ; OEHMICHEN, 2020, p. 16-17).

Hemos atestiguado las distintas estrategias de ese espectro político para mantener su influencia: el uso de la violencia política, la judicialización de procesos que han resultado en golpes de Estado, así como el uso y difusión de los discursos de odio a través de las redes sociales. El análisis vertido en el texto “Juventudes e infancias en el escenario latinoamericano y caribeño actual” (VÁZQUEZ; OSPINA; DOMÍNGUEZ, 2018, p. 22-23) enuncia algunos de los escenarios compartidos de los países de la región en materia de infancias y juventudes en esta coyuntura: el reto demográfico diferenciado; los avances en políticas focalizadas hacia las infancias y jóvenes en un marco de retrocesos y desigualdades estructurales; las brechas entre la formulación de políticas y la situación real de vulneración de derechos; la desigualdad frente a nociones estatales y mediáticas que los homogeneizan o estigmatizan como problemáticos, y se añade a la lista: la meritocracia, la violencia, las migraciones.

Las investigaciones sobre los mecanismos diferenciados de participación en movimientos sociales y organización política de las infancias consignan ideas relevantes para pensar las formas de acción colectiva que se viven en estos momentos, por ejemplo, en cómo ceder espacios de poder a niñas y niños que les permitan generar una mirada crítica sobre el entorno adulto y el suyo propio (BULLONES, 2021). También se ha analizado la especificidad de su participación ante movilizaciones en disputas por los recursos y territorios (GÜLGÖGEN; CORONA, 2015), y las incidencias de la construcción de una agenda específica a través de la creación de “formas de participación propias, auto-organizadas y vinculadas a sus circunstancias de vida” (LIEBEL, 2018, p. 162).

Asimismo, ha habido esfuerzos para comprender la “socialización política” a través de la educación cívica adquirida en la escuela, y la manera en que las niñas internalizan la denominada “cultura política” de los estados nacionales (FLORES; SOMUANO, 2022). Considero que estos debates generan posibilidades de articulación mayores, por ejemplo, en lo concerniente a la noción de política desarrollada desde la antropología, al integrar los clivajes de las relaciones intergeneracionales y el protagonismo infantil.

Las condiciones de desigualdad de los últimos años se han agudizado por múltiples factores: desastres ecológicos, crisis económicas, presencia y control del crimen organizado en amplias regiones, presencia de pandillas y violencias. Esto incentivó la migración de personas hacia países del norte global y, en esas dinámicas de movilidad, han participado las niñas.

Las investigaciones habían registrado hacia fines del siglo XX e inicios del XXI las lógicas de su migración del campo a la ciudad, más tarde se integró su movilidad en circuitos migratorios, como integrantes de familias transnacionales. Otras aproximaciones incorporaron al campo de estudios las vivencias de aquellos que no migran, y el análisis de la “cultura de la migración” en jóvenes generaciones (QUECHA, 2016). Asimismo contamos con investigaciones sobre la “migración de retorno” en un contexto de securitización y restricción de políticas migratorias.

Pero ahora las infancias viajan solas, en ocasiones para la re-unificación familiar, en otras por huir de la violencia en los núcleos domésticos y son forzadas a desplazarse interna e internacionalmente. Ellas provienen principalmente de Centroamérica y países de América Latina y, desde el año 2018, se tiene registrado que vienen de otros continentes (MINERA, 2022, p. 146). Esto las coloca en condiciones de vulnerabilidad mayúscula, al ser víctimas de trata, extorsión, o enganche en las filas del crimen organizado, pero también sus movilizaciones pueden ser pensadas “como estratégicas formas de resistencia para la búsqueda de paz, de reunificación familiar y de construcción de nuevas posibilidades de vida para sí mismos, sus familias y comunidades” (ÁLVAREZ; GLOCKNER, 2018, p. 39).

Las investigaciones sobre las infancias no acompañadas y en condición de movilidad han registrado su participación en determinados circuitos migratorios: el de la región Andina hacia Estados Unidos, del Cono Sur hacia Europa vía España, y desde África vía el Mediterráneo. Se ha otorgado especial relevancia a la presencia de albergues de migrantes, donde pueden llegar niñas, niños y adolescentes, ante la escasez de espacios institucionales formales del Estado para su garantía de derechos. Las personas en movilidad han generado estrategias que apuntalan la trascendencia de las redes y la colectividad. Quizá uno de los ejemplos más importantes sean las caravanas de migrantes que partieron de Centroamérica con el objetivo de llegar a los Estados Unidos desde 2018. En esos espacios se visibilizó, por un lado, el (mal) trato hacia las infancias por parte de autoridades migratorias, por otro, que las caravanas fueron una estrategia de seguridad para la movilidad de madres con bebés e hijos pequeños, y abuelas a cargo de niñas, niños y adolescentes (GLOCKNER, 2019, p. 156). En diálogo con los estudios de migración, también se ha abordado el “continuum movilidad-inmovilidad entre niñas, niños y adolescentes en tránsito” (GLOCKNER; ÁLVAREZ, 2021).

El proceso de migración liga otra línea de investigación de interés para el campo: los cuidados. La necesidad de contar con mano de obra para cuidar a infancias, adolescencias y adultos mayores en países metropolitanos incentivó las migraciones femeninas. La antropología ha descrito las inserciones laborales de niñas y adolescentes como trabajadoras domésticas, principalmente indígenas, quienes también debían cuidar de familiares enfermos y/o en tratamientos concretos. También, ante las migraciones de las madres, las hijas pequeñas se incorporan a los sistemas de cuidados locales, reproduciendo a su vez, nociones tradicionales de “lo femenino”, una valorización desde la infancia del deseo de ser madre, así como una socialización de saberes al respecto entre niñas y adolescentes (QUECHA, 2015).

En torno al cuidado infantil, investigadoras como las integrantes del equipo Niñez Plural³ han destacado la importancia de articular la noción de alteridad y la etnografía para dar cuenta del despliegue de cuidados hacia las infancias. Con base en sus experiencias investigativas han analizado:

[...] el cuidado en los ámbitos domésticos, comunitarios y barriales; la trama de cuidados que despliegan las políticas públicas y las distintas instituciones que se vinculan con los niños y las niñas; y el cuidado ante la participación de niños y niñas en el campo de la política y las actividades productivas” (NIÑEZ PLURAL, 2019, p. 51).

Otras aproximaciones priorizan las directrices diseñadas para el cuidado de la salud materno-infantil (LEAVY, 2014) o, desde perspectivas colaborativas, también existe un creciente interés por conocer las dimensiones morales y subjetivas de los cuidados cotidianos entre sectores populares (LLOBET et al., 2024).

Los debates sobre el trabajo infantil analizan las aproximaciones abolicionistas por la explotación que supone, pero la antropología ha incluido matices al respecto, ya que los registros etnográficos, con perspectiva situacional e histórica, también reparan en la participación de las infancias en los sistemas económicos para la subsistencia de comunidades diversas, sin que necesariamente ello implique formas radicales de explotación. Por ejemplo, niñas y niños participan en actividades comerciales a través de la venta de productos, de esta forma adquieren competencias y habilidades sobre las transacciones financieras y conocimientos especializados sobre el trabajo familiar (FRASCO-ZUKER, 2016; GARCÍA, 2024).

En casos como los analizados por Alvarado (2018a) con infancias gitanas, ella explica las lógicas de participación en el trabajo de los espectáculos y funciones en carpas que hacen parte del patrimonio ludar, las que también son actividades “para hacer negocio” (ALVARADO, 2018a, p. 87). También, a través del acompañamiento en las ventas, fungen como cuidadora/es de hermanos y parientes pequeños, y contribuyen también a solidificar las tramas y redes de cuidados. Rausky (2020) señala que:

El trabajo infantil no es naturalmente bueno o malo, lo que es, lo que significa y las consecuencias que conlleva dependen de cómo se desenvuelve conforme a las relaciones sociales en los contextos en que se sitúa, al tiempo que el trabajo infantil también debe visualizarse y analizarse en espacios en que apenas las ciencias sociales los divisa: el mundo doméstico, el de los niños de clases medias y medias altas; el de los ámbitos escolares que se asocian con empresas que utilizan a los niños para mejorar sus productos y maximizar sus rentas, entre tantos otros (RAUSKY, 2020, p. 336).

La veta de indagación sigue abierta. Es necesario propiciar acercamientos a los nuevos nichos laborales para las infancias como la publicidad, cuestionando las formas de explotación que también están presentes por su participación en la agricultura mundial, a través de trabajo forzado en condiciones de esclavización, así como en la industria textil o los enrolamientos de niños para la pesca.

3 Equipo de trabajo argentino especializado en estudios sobre las niñeces.

También se han gestado investigaciones que abordan los consumos infantiles, tanto de productos mercantiles como los mediáticos. Aristizábal (2020, p. 186) propone “entender que no solo los niños y su entorno son afectados por las fuerzas comerciales y sus relaciones con el mercado, sino que también el mercado se reconfigura constantemente con las experiencias culturales y sociales de los sujetos sociales”. A partir de considerar “la materialidad” de la infancia, las investigaciones bajo este interés temático integran como variables los juguetes, las mascotas, la moda o la música.

Un aspecto muy importante en las aproximaciones antropológicas es prestar atención a las representaciones —morales y simbólicas— del dinero, y los usos del mismo entre infancias y adolescencias (RUCKENSTEIN, 2010), con la finalidad de comprender las dimensiones del consumo y ciclos de intercambios donde participan. Al respecto, han empezado a ser documentadas las aspiraciones laborales de niñas y niños para ser *influencers*. Shabel (2024b) aborda la temática sobre niños argentinos que monetizan en plataformas como Youtube a través de emisiones sobre cómo ganar dinero. Para la autora, los discursos de las derechas radicales se volvieron interlocutoras para las jóvenes generaciones, quienes buscan la obtención rápida y fácil de recursos económicos.

Además de ser *influencers*, otros fenómenos emergentes como la ludopatía en adolescentes, las simpatías de las jóvenes generaciones por los denominados discursos libertarios o las dinámicas de publicidad femenina con hipersexualización de niñas a través de plataformas como TikTok se configuran como una vacancia temática debido a la trascendencia que tienen las tecnologías de la información y comunicación en las interacciones infantiles y juveniles. En un mundo de desigualdades rampantes, los accesos diferenciados a internet y a los dispositivos electrónicos invitan a la formulación de aproximaciones sobre el consumo contemporáneo en vinculación con la tecnología.

La paradoja del retroceso en materia de derechos también acompaña el robustecimiento del estudio del racismo y la discriminación. Se ha denominado “el giro hacia la raza” (RESTREPO, 2019) al momento en el que emergen voces para visibilizar la existencia y vigencia del racismo, a pesar de que no existen las “razas” como realidad biológica. Las investigaciones realizadas en escuelas documentaron la discriminación hacia niñas y niños —indígenas, principalmente— por su condición étnica, sus competencias lingüísticas, su clase social y su tono de piel. De igual manera, contamos con información sobre las lógicas de rechazo y xenofobia hacia niños migrantes extranjeros, o migrantes deportados.

Las investigaciones antropológicas sobre el racismo y las infancias constituyen un eje al que hace falta mucha más investigación etnográfica. Si bien las escuelas han sido un espacio privilegiado para documentar la “pedagogía y memoria del racismo” (MASFERRER, 2024), también hay algunas aproximaciones para entender en clave relacional la transmisión de las lógicas de racialización, construcción de estereotipos y estigmas, así como la configuración de identificaciones con valoración positiva en las jóvenes generaciones (QUECHA, 2020a). Las estrategias metodológicas en clave infantil han derivado en algunas reflexiones sobre la construcción de una “cultura de paz” y el antirracismo. Greathouse, De la Fuente Laudo y Preciado-Lloyd (2021), a través de cuentos y talleres de “autoconciencia”, documentaron los anhelos de niñas y niños para la construcción de redes de amistad y las aspiraciones por ser diferentes. Masferrer (2024), con talleres diversos (radio, dibujos) incentiva espacios de diálogo e intercambio (con docentes y alumnos) para generar reflexiones sobre lo pernicioso del racismo.

La transversalidad del racismo en nuestras sociedades se articula con otras desigualdades, como las violencias en diferentes escalas, las distinciones sexo-genéricas o la agudización de la pobreza y los desplazamientos por políticas desarrollistas o de gentrificación en las ciudades. Ello ha generado interés en jóvenes generaciones de antropólogas (el de las infancias en un ámbito mayormente feminizado) por el estudio de las incidencias de vivir en entornos inseguros y a manera en que estructuran la vida cotidiana en esas geografías (CORONADO, 2022). Las miradas que problematizan las múltiples dimensiones de las desigualdades y violencias son indispensables para testimoniar los escenarios socio-políticos de las primeras décadas del siglo XXI.

Al redactar estas líneas pasaron cinco años de que enfrentamos la pandemia por el virus SARS-COV-2, generador de la enfermedad conocida como COVID-19. En marzo de 2020, nos vimos obligados a adoptar medidas de aislamiento y movilidad para evitar contagios y una mayor propagación de la enfermedad. La particularidad de ese suceso fue la trascendencia de vivir en una sociedad con acceso a internet (de manera desigual). Estuvimos encerrados, pero en comunicación constante.

La academia produjo un cúmulo de conocimientos importantes, entre ellos los que ponían atención en los pequeños y colocaron el acento en comprender las limitaciones y alcances de la educación en línea. Otras reflexiones priorizaron conocer procesos de interacción y uso de los espacios ante la ausencia de adultos y/o familias en ciudades intermedias y el despliegue de cuidados (MORANO, 2024). En otros contextos las infancias vivieron el confinamiento del juego, la pérdida de la calle y los espacios públicos (CORONA; PÉREZ, 2023). También se habló de la participación de niñas, niños y adolescentes en “retos online”, en un contexto mediático virulento en contra de extranjeros y la legitimación de discursos de odio a través de las redes sociodigitales, así como la participación de las infancias en los sistemas de cuidados que se desplegaron en ese momento (QUECHA, 2023a; 2023b).

La construcción de sentidos sobre la pandemia y la cuarentena con las infancias permitió aproximarnos a sus opiniones sobre dichos fenómenos, y también registrar las incidencias psíquicas y emocionales de una vivencia de ese tipo (BARCALA et al., 2022). Estar aburridos, tristes, preocupados o angustiados fue una experiencia común para los niños y niñas del mundo, situación que se complejizó con la violencia doméstica y de género vivida por las niñas, principalmente (RICKLI, 2022). Las secuelas del confinamiento siguen pendientes de analizar, de ahí la necesidad de pensar sobre las consecuencias en el desarrollo infantil, la adquisición – o no – de habilidades socializadas a través de la escuela, las repercusiones emocionales y/o cognitivas, así como las experiencias resilientes – de haberlas – en torno a las vivencias experimentadas.

Quisiera cerrar hablando de una temática sugerente: el de las vivencias religiosas desde las infancias. En la actualidad, vemos el avance y protagonismo de iglesias protestantes y el ascenso de los fundamentalismos religiosos, que se conjuga con debates en torno a la secularización y la disminución paulatina de personas católicas. Cabe preguntar: ¿De qué manera se estructuran las subjetividades y adscripciones de las infancias en torno a deidades y sus interacciones con seres no humanos?

A fines de los 90, la antropóloga Gottlieb (1998) inquiría si los niños tienen religión. Sus investigaciones pioneras abordaron las creencias que recaían sobre los bebés, – en tanto reencarnaciones –, la forma en que se constituían como personas y la crianza a partir de creencias religiosas. Si bien la disciplina ya había integrado en sus pesquisas la importancia de consignar los ritos de paso para las niñas y los niños, así como los rituales

en torno a ellos (incluso antes de nacer) (CAMPIGOTTO et al., 2012, p. 2), lo cierto es que, a partir de inicios del siglo XX, los esfuerzos intelectuales desde la antropología relevaban las siguientes etnografías vinculadas al ámbito de lo religioso: 1) las que integran a niñas y niños en las prácticas religiosas y la ritualidad; 2) aquellas que incorporan el punto de vista de las infancias sobre la religión; y 3) la construcción de interpelaciones e identificaciones religiosas que se van articulando con el paso del tiempo (GARCÍA PALACIOS et al., 2016).

Otros abordajes ponderan el engarce con la educación, de tal forma que han reparado en “la educación y la transmisión intergeneracional de los contenidos religiosos, en la indagación en diferentes escuelas religiosas y trabajos que indagan en las relaciones entre los grupos religiosos, las diversas iglesias y la laicidad del sistema escolar” (GARCÍA PALACIOS et al., 2018, p. 183). Con base en los planteamientos de la antropología de la niñez, contamos también registros sobre la manera en que se conceptualiza la noción de “Dios” (QUECHA, 2020b).

Apreciamos, con esas aproximaciones, que hay diferencias y similitudes entre la denominada religiosidad infantil y la adulta. Pires (2011), en una etnografía realizada en Brasil, concluyó que “la religiosidad infantil es vivida de manera concreta en la práctica (yendo a la iglesia), relacional (principalmente con la familia), difusa (no hay separación entre profano y sagrado), y por fin, intensa” (PIRES, 2011, p. 186).⁴ Documentar esa intensidad en un mundo como el actual se torna importante para seguir enriqueciendo el conocimiento antropológico y consolidar el campo.

Para finalizar, un debate que se ha planteado recientemente es el alusivo a las formas de “restitución” que el trabajo con infancias conlleva. Dicha reflexión se estructura con otros ámbitos: la relación entre ciencia y sociedad y los denominados enfoques participativos. A través de etnografías realizadas en distintos países de América Latina y Europa, algunos especialistas en el campo comparten ideas sobre los procesos diferenciados de restitución que podemos llevar a cabo las personas investigadoras, y visibilizar los involucramientos que generamos durante la realización de nuestras pesquisas. De ahí que se plantee pensar las diferentes formas de devolución como postura política, como compromiso y, al final, como proceso (RAZY; DE SOUREMAIN; ALVARADO, 2023).

Reflexiones finales

Con base en los ejes referidos podemos pensar en las articulaciones y diálogos que sugiere el campo de las infancias. Al responder la pregunta esgrimida por Cohn (2013) sobre qué proporcionamos a la disciplina, podemos responder: una mirada que sustentada en el holismo antropológico logra ponderar los puntos de vista de un sujeto histórico no considerado: las niñeces. Formulamos ópticas que logran documentar no sólo su diversidad, sino las incidencias en sus vidas por procesos y contextos sociales e históricos particulares. Logramos tender puentes de diálogo con análisis en torno a temáticas como el poder, el género, la política, así como temas más “tradicionales” de la antropología: los sistemas de parentesco, la ritualidad, las crianzas, la noción de pertenencia y la construcción de identidades. Los avances en este campo se fundamentan en el registro

4 “A religiosidade infantil é vivida de forma concreta na prática (ir à igreja), relacional (principalmente com a família), difusa (não há separação entre o profano e o sagrado) e, por fim, intensa”. (Traducción propia).

etnográfico, lo cual no exige que colegas desplieguen otras estrategias y técnicas de obtención de datos. Ello permite pensar en la trascendencia de la interdisciplinariedad y hacer un balance sobre ella, así como la posibilidad de construcción de acercamientos metodológicos situados, los cuales abrevan actualmente de marcos interpretativos y teóricos para problematizar fenómenos múltiples. Un reto importante en el ámbito metodológico es mantener los equilibrios entre etnografía y otras técnicas. Como especialistas en el registro de lo cotidiano, abogamos por la documentación y análisis de prácticas, discursos y multi-situaciones en que los niños socializan. Ello sin perder de vista las relaciones sociales, las cuales son nuestra materia prima.

El conjunto de investigaciones revisadas logra cuestionar y afianzar esfuerzos intelectuales sobre el adultocentrismo. Pero esto no significa que ese viraje se vea reflejado en otros ámbitos de la vida cotidiana, tanto de las comunidades de estudio como en las instituciones. Aún es largo el camino por recorrer para que el reconocimiento como sujeto histórico de las infancias en el mundo sea una realidad, incluso en espacios académicos, donde todavía se manifiestan naturalizaciones sobre las niñeces (al vincularnos inmediatamente con la ternura o la incompletud).

Mi interés por este primer tramo del siglo XXI, donde las derechas tienen ascenso y legitiman prácticas negacionistas y restrictivas de los derechos, estriba en visibilizar algunos enfoques que es oportuno registrar: las subjetividades infantiles contemporáneas, sus formas de participación política, las repercusiones de su alfabetismo tecnológico, su inserción en cadenas productivas y de consumo, su importancia en la configuración de los regímenes de movilidad, las secuelas de haber vivido una pandemia, sus configuraciones religiosas, así como las violencias múltiples que enfrentan. En un mundo de hiper-conectividad y aceleradas transformaciones (ahora consideramos la Inteligencia Artificial), siguen persistiendo las desigualdades. ¿Qué nos dicen las niñas y niños de su presente? Ese es un aspecto a considerar: la actualidad de su agencia social para el conocimiento de sus percepciones y opiniones de la realidad. Las herramientas de la antropología para esas aproximaciones tienen mucho por ofrecer para conocerles. De ese conocimiento también debemos seguir estableciendo intercambios entre nuestros pares (Sur-Sur, pero no solamente) para el enriquecimiento de nuestra disciplina en un mundo convulso como el que nos toca vivir.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCUBIERRE, B.; SOSENSKI, S. **Las infancias en México**. Ciudad de México: El Colegio de México, 2023.
- ALVARADO, N. El espectáculo de los niños ludar “gitanos” de México. ¿Una cuestión de patrimonio? **Desidades, Río de Janeiro**, n. 28, p. 84-94, 2018a.
- _____. Los niños y el espectáculo entre los ludar (gitanos) que circulan en el norte de México: innovación, intercambio y creatividad. In: ALVARADO, N.; RAZY, É.; PÉREZ, S. (Eds.). **Infancias mexicanas contemporáneas en perspectiva**. San Luis Potosí: COLSAN; COLMICH, 2018b. p. 67-85.
- ÁLVAREZ S.; GLOCKNER, V. Niños, niñas y adolescentes migrantes y productores del espacio: una aproximación a las dinámicas del corredor migratorio extendido Región Andina, Centroamérica, México y US. **EntreDiversidades**, San Cristóbal de las Casas, n. 11, p. 37-70, 2018.
- ARISTIZÁBAL, D. El carácter material de la infancia: perspectivas teóricas para el estudio del consumo infantil. In: GÓMEZ, M.; ÁLZATE, M. (Comps.). **Pensar la Infancia I**. Pereira: Universidad Tecnológica de Pereira, 2020. p. 181-213.
- BARCALA, A. et al. Infancias y adolescencias: vivencias durante la pandemia por covid-19 en Argentina. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Manizales, n. 2, p. 1-25, 2022.
- BARNA, A. Los derechos del niño: un campo en disputa. **Boletín de Antropología y Educación**, n. 5, p. 21-25, 2013.
- BOURDIEU, P. **Campo de poder, campo intelectual**: itinerario de un concepto. Buenos Aires: Montessor, 2002.
- BULLONES, S. Experiencias de protagonismo de pibes y pibas en la escuela pública: una búsqueda desde la práctica. In: MAGISTRIS, G.; MORALES, S. (Comps.). **Educar hasta la ternura siempre**: del adultocentrismo al protagonismo de las niñeces. Buenos Aires: Ternura revelde/Chimborete, 2021. p. 227-242.
- CAMPIGOTTO, M. et al. The religious put to the test of childhood and children: the challenges for anthropology. **Anthropochildren**, Liege, n. 2, p. 1-14, oct. 2012.
- CAMPOS, A. Normalización y formación del modelo de justicia social de los derechos humanos: el tema afrodescendiente y la contribución del Sistema Interamericano (2005-2011). In: VALERO S.; CAMPOS A. (Eds.). **Identidades políticas en tiempos de Afrodescendencia**: auto-identificación, ancestralidad, visibilidad y derechos. Buenos Aires: Corregidor, 2015. p. 579-627.
- COHN, C. Concepções de infância e infâncias: um estado da arte da antropologia da criança no Brasil. **Civitas**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 221-244, 2013.
- COLÁNGELO, A. **La crianza en disputa**: medicalización del cuidado infantil en la Argentina entre 1890 y 1930. La Plata: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2019.
- CORONA, Y.; PÉREZ, C. Infancias invisibles: la vulnerabilidad de niñas, niños y adolescentes ante la pandemia de Covid-19. **Tramas**, Ciudad de México, v. 33, n. 57, p. 323-350, 2023.
- CORONADO, D. **Existir en la línea de fuego**: representaciones de los niños y niñas en el contexto de violencia feminicida del Área Metropolitana de Monterrey. Tesis (Licenciatura en Antropología) – Universidad Nacional Autónoma de México, Ciudad de México, 2022.

- DÍAZ G.; OEHMICHEN, C. Las antropologías latinoamericanas ante el giro a la derecha. Primeras aproximaciones. **Plural**, Montevideo, n. 6, p. 15-32, 2020.
- DUARTE, C. Sociedades adultocéntricas: sobre sus orígenes y reproducción. **Revista Última Década**, Santiago, n. 36, p. 99-125, jul. 2012.
- FLORES, J.; SOMUANO, M. **La socialización política de los niños en México**. Ciudad de México: El Colegio de México; Instituto de Investigaciones Jurídicas - UNAM, 2022.
- FONSECA, C. Tecnologías globales de la moralidad materna: políticas de educación para la primera infancia en el Brasil contemporáneo. In: COSSE, I. et al. **Infancias: políticas y saberes en Argentina y Brasil**. Buenos Aires: Teseo; CONICET; UNGS; FCEB; UNSM, 2011. p. 175-204.
- FRASCO-ZUKER. L. Investigación etnográfica sobre experiencias de trabajo infantil en el noreste argentino. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Manizales, v. 14, n. 2, p. 1205-1216, 2016.
- GARCÍA, M. et al. Religión y niñez: una revisión de las investigaciones en antropología. **Sociedad y Religión: Sociología, Antropología e Historia de la Religión en el Cono Sur**, Buenos Aires, v. 26, n. 45, p. 170-183, 2016.
- GARCÍA PALACIOS, M. et al, Educación, niñez y religión. Una revisión en busca de coordenadas para su estudio. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 1, p. 181-195, 2018.
- GARCÍA PALACIOS, M. **Territorio y memoria: proceso de apropiación espacial, en niños y niñas de origen otomí residentes en la Ciudad de México**. Tesis (Doctorado en Ciencias Antropológicas) – Universidad Autónoma Metropolitana (Iztapalapa), Ciudad de México, 2024.
- GLOCKNER, V. Las caravanas migrantes como estrategia de movilidad y espacio de protección, autonomía y solidaridad para los adolescentes centroamericanos. **Iberoforum**, Ciudad de México, v. 14, n. 27, p. 145-174, 2019.
- GLOCKNER V.; ÁLVAREZ, S. Espacios de vida cotidiana y el *continuum* movilidad/inmovilidad: el protagonismo de niños y adolescentes migrantes en el continente americano. Un proyecto etnográfico multimedia. **Anales de Antropología**, Ciudad de México, v. 1, n. 55, p. 59-72, 2021.
- GOTTLIEB, A. Do Infants Have Religion? The Spiritual Lives of Beng Babies. **American Anthropologist**, Washington, v. 100, n. 1, p. 122-135, mar. 1998.
- GREATHOUSE L.; DE LA FUENTE LAUDO. A.; PRECIADO-LLOYD, P. El racismo y los niños: reflexiones para una sociedad más justa. **Revista Criminalidad**, Bogotá, v. 63, n. 2, p. 99-113, 2021.
- GÜLGÖNEN, T.; CORONA, Y. Children's perspectives on their urban environment and their appropriation of public spaces in Mexico City. **Children, youth and environments**, Cincinnati, v. 25, n. 2, p. 208-228, 2015.
- LEAVY, P. La lógica del cuidado en estrategias sanitarias destinadas a la población materno infantil. **Século XXI**, Santa María, v. 4, n. 2, p. 242-268, 2014.
- LIEBEL, M. **Infancias dignas, o cómo descolonizarse**. Lima: IFEJANT, 2018.
- LIEBEL, M. Contrarrestar el adultocentrismo: sobre niñez, participación y justicia intergeneracional. **Última década**, Santiago, n. 58, p. 4-36, 2022.

- LLOBET, V. et al. Perspectivas de jóvenes de sectores populares sobre el cuidado: un ejercicio de investigación colaborativa. **Sociedad e infancias**, Madrid, v. 8, n. 1, p. 126-137, 2024.
- LÓPEZ, F. Los pueblos indígenas en las constituciones de México. **Argumentos**, Ciudad de México, v. 29, n. 82, p. 161-180, 2016.
- MAGISTRIS, G.; MORALES, S. Mañana será tarde. In: MAGISTRIS, G.; MORALES, S. (Comps.). **Educar hasta la ternura siempre: del adultocentrismo al protagonismo de las niñeces**. Buenos Aires: Ternura revelde/Chimborete, 2021. p. 3-12.
- MÁRQUEZ, L. Introducción. In: MÁRQUEZ, L. (Coord.). **Los niños, actores sociales ignorados: levantando el velo, una mirada al pasado**. Ciudad de México: CNCA; INAH, 2010. p. 7-18.
- MASFERRER, C. **Racismo y Antirracismo costeño: memoria, educación y niñez de personas mixtecas y afromexicanas**. Ciudad de México: SC; INAH, 2024.
- MINERA, A. Precarización en la hospitalidad y atención de niñas, niños y adolescentes. In: MÓJICA O.; BACA, N.; BUSTAMANTE, P. (Coords.). **Niñas, niños y jóvenes en las movilidades México-Estados Unidos: acercamientos a sus experiencias de vida y escolares**. Toluca: UAEM, 2022. p. 145-162.
- MONTENEGRO, H.; SHABEL, P. Aprender a contar el mundo: el acompañamiento escolar como práctica de transformación y participación de niños. In: MAGISTRIS, G.; MORALES, S. (Comps.), **Educar hasta la ternura siempre: del adultocentrismo al protagonismo de las niñeces**. Buenos Aires: Ternura revelde/Chimborete, 2021. p. 179-198.
- MORANO, L. **Entre cuidados y violencias: una etnografía con niñxs en un barrio en proceso de gentrificación de una agrolocalidad media bonaerense**. Tesis (Doctorado en Ciencias Sociales) – Universidad Nacional General Sarmiento, La Plata, 2024.
- NIÑEZ PLURAL. Niñez, alteridad y cuidado: reflexiones para un campo en construcción. **Desidades**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 48-58, 2019.
- PIRES, F. **Quem tem medo de mal-assombro? Religião e infância no semiárido nordestino**. Rio de Janeiro: João Pessoa: E-papers; UFPB, 2011.
- QUECHA, C. La etnografía con niños. In: OEHMICHEN, C. **La etnografía y el trabajo de campo en las ciencias sociales**. Ciudad de México: IIA; UNAM, 2014. p. 215-240.
- _____. Niñas cuidadoras en contextos migratorios: el caso de las poblaciones afrodescendientes en la Costa Chica de Oaxaca. **Cuicuilco**, Ciudad de México, n. 64, p. 155-175, 2015.
- _____. **Familia, infancia y migración: un análisis antropológico en la Costa Chica de Oaxaca**. Ciudad de México: IIA; UNAM, 2016.
- _____. Dios me cuida a mí y a mi “tono”. Experiencias sobre diversidad religiosa entre afromexicanos. **Cadernos do LEPAARQ**, Pelotas, v. 17, n. 33, p. 50-66, jan./jun. 2020a.
- _____. Experiencias intergeneracionales sobre el racismo: un estudio entre afromexicanos. **Boletín de Antropología**, Medellín, v. 35, n. 59, p. 35-59, 2020b.
- _____. Discriminaciones, racismo y exclusiones: reflexiones desde el confinamiento. In: SCHEINVAR, E.; DEL RÍO, N.; GÓMEZ, M. (Coords.). **Infâncias, adolescências e juventudes: pesquisas atravessadas pela pandemia**. Rio de Janeiro: UERJ; UAM, 2023a. p. 1-22.

_____. La vivencia del confinamiento y el contagio por covid-19: experiencias entre afrodescendientes. In: SALAS, H.; PÉREZ, A. (Coords). **La década COVID en México: afectaciones a las poblaciones rurales**. Ciudad de México: Coordinación de Humanidades; UNAM, 2023b. p. 227-255.

QUINTEROS, G.; CORONA Y. Introducción. In: QUINTEROS, G.; CORONA, Y. (Coords.). **Las prácticas sociales del lenguaje en contextos de tradición indígena: el objeto de conocimiento antes de ser objeto de enseñanza**. Ciudad de México: UAM-X, 2013. p. 9-23.

RAUSKY, M. El estudio del trabajo infantil y los desafíos en su abordaje. **Revista Colombiana de Sociología**, Bogotá, v. 44, n.1, p. 317-340, 2020.

RAZY, É. La antropología de la infancia y de los niños: historia de un campo, cuestiones metodológicas y perspectivas. In: ALVARADO N.; RAZY É.; PÉREZ, S. (Eds.). **Infancias mexicanas contemporáneas en perspectiva**. San Luis Potosí: COLSAN; COLMICH, 2018. p. 33-51.

RAZY, É.; DE SUREMAIN, C.; ALVARADO, N. **La restitución etnográfica a prueba de niños: posturas, dispositivos, procesos**. San Luis Potosí: UL; IRD; COLSAN, 2023.

RESTREPO, E. Giro hacia la raza y el racismo: apuntes desde la Antropología en Colombia. In: LEMMOS, R.; HOFFMANN, O.; RODRIGUES, S. (Eds.). **Hacer ciencias sociales desde América Latina: desafíos y experiencias de investigación**. Brasília: FLACSO, 2019. p. 196-218.

REYES, G. Niños, fiestas patronales e identidad local. **Revista de El Colegio de San Luis**, San Luis Potosí, n. 19, p. 325-350, 2019.

RICKLI, D. Los niños y el impacto de la pandemia del COVID-19. **Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad**, Buenos Aires, v. 17, n. 49, p. 147-157, 2022.

RUCKENSTEIN, M. Time Scales of consumption: children, money and transactional orders. **Journal of Consumer Culture**, London, v. 10, n. 3, p. 383-404, 2010.

SHABEL, P. **Hacer rancho: desobediencias afectivas contra el adultocentrismo**. Buenos Aires: Ternura revelde/Chimborete, 2024a.

_____. Posfacismo para adolescentes. **Jacobin**, 2024b. Disponible en: <<https://jacobinlat.com/2024/11/posfascismo-para-adolescentes/amp/>>. Acceso en: 19 nov. 2024.

SZULC, A. **La niñez Mapuche: sentidos de pertenencia en tensión**. Buenos Aires: Biblos, 2015.

SZULC, A.; COHN, C. Anthropology and Childhood in South America: perspectives from Brazil and Argentina. **Anthropochildren**, Liege, n. 1, p. 1-17, 2012.

VÁZQUEZ, M.; OSPINA, M.; DOMINGUEZ, M. Presentación. VÁZQUEZ, M.; OSPINA M.; DOMÍNGUEZ, M. (Comps.). **Juventudes e infancias en el escenario latinoamericano y caribeño actual**. Guadalajara: El COLEF; UM; CLACSO, 2018. p. 9-26.

Resumen Este texto describe las aportaciones temáticas —principalmente desde la antropología— para el campo de estudios de las infancias, las cuales otorgan visibilidad a sus cotidianidades como actores sociales. Destaco la coyuntura actual (primer cuarto del siglo XXI) que se caracteriza por el giro a la derecha, en la cual vivimos procesos paradójicos: un avance sostenido en materia jurídica para el reconocimiento de derechos, y por otro, un ascenso y legitimación de actores políticos que pretende erradicarlos. Propongo pensar en la importancia de impulsar la investigación de otros ejes para seguir enriqueciendo el campo de estudios sobre niñas y niños en este contexto para visibilizar su trascendencia, así como los entrecruces analíticos que pueden potenciar investigaciones que permitan una comprensión analítica profunda de fenómenos sociales contemporáneos.

Palabras clave: niñez, giro a la derecha, etnografía, derechos.

Pesquisas sobre infância:

reflexões antropológicas no contexto da virada global à direita

Resumo Este texto descreve as contribuições temáticas —principalmente da antropologia— para o campo dos estudos da infância, os quais dão visibilidade ao seu cotidiano como atores sociais. Destaco especialmente a situação atual (primeiro quarto do século XXI) que se caracteriza pela virada à direita, em que vivemos processos paradoxais: um avanço sustentado em questões jurídicas para o reconhecimento de direitos e, por outro, uma ascensão e legitimação de atores políticos que procuram erradicá-los. Proponho pensar na importância de promover pesquisas em outros eixos para continuar enriquecendo o campo de estudos sobre meninas e meninos neste contexto para visibilizar sua transcendência, bem como as intersecções analíticas que podem potencializar pesquisas que permitam uma compreensão analítica profunda dos fenômenos sociais contemporâneos.

Palavras-chave: infância, virada à direita, etnografia, direitos.

Research on childhood:

anthropological reflections in the context of the global shift to the right

Abstract This text describes the thematic contributions—primarily from anthropology—to the field of childhood studies, which give visibility to children's everyday lives as social actors. I particularly highlight the current situation (the first quarter of the 21st century), characterized by a shift to the right, in which we are experiencing paradoxical processes: sustained legal progress for the recognition of rights, and on the other hand, the rise and legitimization of political actors who seek to eradicate them. I propose considering the importance of promoting research on other areas to continue enriching the field of child studies in this context, to highlight their significance and the analytical intersections that can enhance research that allows for a deeper analytical understanding of contemporary social phenomena.

Keywords : childhood, right turn, ethnography, rights.

FECHA DE RECEPCIÓN: 30/03/2025

FECHA DE APROBACIÓN: 03/06/2025



Citlali Quecha Reyna

Doctora en Antropología. Investigadora del Instituto de Investigaciones Antropológicas-Universidad Nacional Autónoma de México. Autora del libro: Familia, Infancia y migración: un análisis antropológico en la Costa Chica de Oaxaca (2016).

E-mail: quechareyna@iia.unam.mx



Crianças e adolescentes em vulnerabilidade social: perspectivas da Bioética de Intervenção e do Interacionismo Simbólico

Patrícia Alves Paiva

Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-6565-0587>

Thiago Rocha da Cunha

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-6330-2714>

Carla Silvana de Oliveira e Silva

Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-2752-1557>

Yan Lucas Ferreira Martins

Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-1275-7284>

Marcos Aurélio Trindade

Universidade Nove de Julho, São Paulo, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0003-1847-5066>

Orlene Veloso Dias

Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-9017-7875>

Introdução

A vulnerabilidade humana abrange inúmeras dimensões e interseccionalidades – incluindo aspectos sociais, econômicos, biológicos, ambientais, estruturais, programáticos, culturais, morais e espirituais –, o que a torna uma condição importante a ser considerada de forma interdisciplinar na formulação de políticas públicas, especialmente quando voltadas às infâncias e juventudes (FONSECA; RODRIGUES; SILVA, 2013; REZENDE; CAPPELLARI; PAGANI, 2022). Embora a raiz etimológica da palavra vulnerabilidade (*vulnus*/ferida/sofrimento) indique como elemento central certa concepção de fragilidade, suscetibilidade ao sofrimento ou risco ao dano, seus usos e aplicações podem variar substancialmente em diversos campos do conhecimento e práticas profissionais.

Conforme observaram Cunha e Garrafa (2016), em um estudo comparativo sobre concepções de vulnerabilidade na Bioética, produzido em diferentes continentes, a produção estadunidense, por exemplo, entende a vulnerabilidade como uma característica passível de eliminação mediante o devido respeito à autonomia. Já na Bioética europeia, a vulnerabilidade é compreendida como uma condição existencial ou ontológica, constituindo-se como uma base fundamental da própria experiência humana. No contexto da América Latina, por sua vez, a vulnerabilidade está profundamente vinculada à sua dimensão social, manifestando-se, sobretudo, nas desigualdades socioeconômicas entre os diversos segmentos da população. Essas desigualdades influenciam diretamente o modo como determinados grupos se tornam – injustamente – mais vulnerabilizados do que outros, como demonstram estudos sobre políticas públicas (CUNHA; GARRAFA, 2016).

No Brasil, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC), cujo principal objetivo é garantir um cuidado completo à saúde infantil, aborda a vulnerabilidade de crianças e adolescentes de forma abrangente, indicando ações que vão desde a gestação até as etapas do desenvolvimento infantil. Entre suas diretrizes centrais, destaca-se o fomento à autonomia no cuidado e à corresponsabilidade da família (BRASIL, 2015).

Conforme apontam Dessen e Polonia (2007), a família é formada por complexas relações de cunho afetivo, social e cognitivo que estão submetidas nas circunstâncias materiais, históricas e culturais da sociedade. Para crianças e adolescentes, o espaço familiar pode ser paradoxalmente vivenciado como local de proteção ou de vulneração de seus membros. Isso ocorre porque, embora a família seja, muitas vezes, o espaço onde acontecem a maior parte dos abusos sexuais contra pessoas vulneráveis, é também nela que se encontram importantes redes de apoio, proteção e cuidado para seus membros fragilizados (CUNHA et al., 2023).

Considerando a interseção entre vulnerabilidade social de crianças e adolescentes e suas relações no ambiente familiar, este estudo, de natureza qualitativa, buscou compreender os sentidos e significados que pessoas de diferentes ciclos de vida familiar atribuem à vulnerabilidade de crianças e adolescentes.

Os participantes, residentes em territórios com alto Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), foram distribuídos de acordo com diferentes fases do ciclo familiar, com base na definição clássica proposta por Carter e McGoldrick (1995), aqui compreendida a partir de uma perspectiva inclusiva, que considera tanto famílias heterossexuais quanto homoafetivas. Esses ciclos são: 1) jovem não casado; 2) pessoa com filho/a pequeno/a; 3) pessoa morando com filho/a adolescente; 4) pessoa cujo filho/a deixou o lar; e 5) pessoa idosa que reside com parentes ou sozinha.

Desse modo, a pesquisa buscou responder à seguinte questão: como pessoas em diferentes ciclos de vida familiar compartilham sentidos e significados sobre a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes?

A abordagem teórica do estudo se ancora no Interacionismo Simbólico (IS) de Herbert Blumer, a qual estabelece que a sociedade humana se compõe de indivíduos que agem de acordo com os sentidos construídos em processos interpretativos no contexto de relações sociais (BLUMER, 1980).

A abordagem prescritiva está ancorada no campo da Bioética, especialmente na proposta da Bioética de Intervenção (BI), que analisa conflitos éticos relacionados a macro conflitos sociais a partir de um compromisso ético-político com o combate às desigualdades e opressões que afetam os grupos mais vulnerabilizados (GARRAFA; PORTO, 2002; GARRAFA, 2005a; GARRAFA, 2023).

Com esse enfoque interdisciplinar, o estudo espera lançar luz sobre os conflitos éticos que afetam crianças e adolescentes, a partir de uma problematização aprofundada de como tais conflitos são percebidos no cotidiano das interações sociais de um grupo de pessoas entrevistadas que vive em territórios com alto Índice de Vulnerabilidade Social.

Ao mesmo tempo, espera-se contribuir para a construção de perspectivas teóricas, metodológicas e normativas interdisciplinares que atuem sobre as causas globais da produção e reprodução da vulnerabilidade social que afeta crianças e adolescentes.

Metodologia

Esta pesquisa qualitativa, realizada com pessoas em situação de vulnerabilidade em diferentes estágios de ciclo familiar, fundamenta sua abordagem metodológica no Interacionismo Simbólico (BLUMER, 1980), enquanto sua abordagem teórica se apoia nos referenciais da Bioética, especialmente da Bioética de Intervenção (GARRAFA, 2023). O estudo foi conduzido em serviços de saúde e domicílios localizados no território adstrito à unidade, em Montes Claros, município situado ao norte de Minas Gerais. Buscou-se identificar, a partir de uma abordagem aleatória de dezessete usuários do SUS, residentes em territórios vulneráveis, como normas, valores e crenças sobre a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes são percebidos por familiares de diferentes estágios de vida.

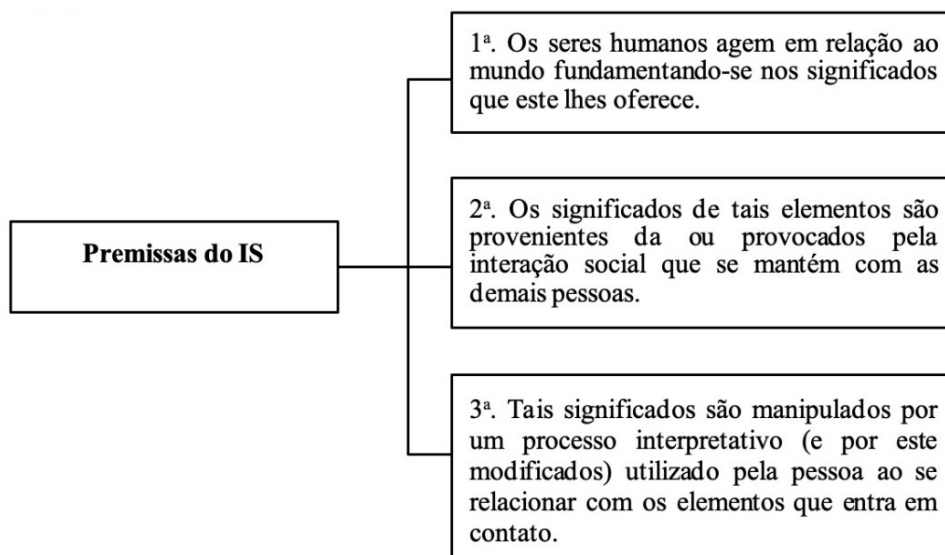
A amostra foi composta por familiares em diferentes ciclos de vida familiar, conforme o modelo de Carter e McGoldrick (1995), ampliado neste estudo para incluir eventuais configurações familiares homoafetivas ou diversas. Os ciclos considerados foram: 1) jovem não casado; 2) pessoa com filho/a pequeno/a; 3) pessoa morando com filho/a adolescente; 4) pessoa cujo filho/a deixou o lar; e 5) pessoa idosa que reside com parentes ou sozinha.

A coleta dos dados foi realizada entre os meses de janeiro e junho de 2022, na unidade, por uma doutoranda, duas acadêmicas do curso de Medicina e um acadêmico do curso de Enfermagem, todos sob supervisão de uma pós-doutoranda em Bioética. As entrevistas tiveram a duração média de 30 a 40 minutos. Os pesquisadores se subdividiram em diferentes áreas de vulnerabilidade social e realizaram as entrevistas.

Na unidade de saúde, buscou-se o contato com a enfermeira responsável pela equipe, que selecionou, a partir do IVS (Índice de Vulnerabilidade Social), famílias em situação de vulnerabilidade social. Em seguida ao convite e à receptividade, após o esclarecimento dos objetivos do estudo, os pesquisadores investigaram os aspectos sociais e demográficos das famílias por meio de um questionário e de um roteiro de entrevista semiestruturada. Além disso, utilizou-se um diário de campo para registro de observações e de reflexões dos pesquisadores.

O roteiro que orientou a interação com os participantes contemplou algumas indagações, dentre elas: *como você percebe a sua família? Fale sobre o que significa família para você; quais são as dificuldades e riscos para sua família? Fale sobre os riscos e dificuldades para o bem-estar da sua família na comunidade onde mora; de que modo você percebe a realidade das crianças e dos adolescentes na comunidade onde você mora?* As entrevistas foram encerradas após a saturação dos dados (NASCIMENTO et al., 2018). Para a interpretação das falas dos participantes, utilizou-se a abordagem do IS, fundamentada em três premissas, conforme apresentado a seguir (Figura 1):

Figura 1: As três premissas do interacionismo simbólico na perspectiva de Herbert Blumer



Fonte: BLUMER (1980).

Adotando um dos suportes de organização e análise de dados mais utilizados no Interacionismo Simbólico (CARTER; ALVARADO, 2019), foram seguidas as orientações da técnica de Análise de Conteúdo (AC), estruturada em torno de três polos cronológicos: a pré-análise, a análise do material e o tratamento dos resultados, seguido da inferência e a interpretação (BARDIN, 2016).

As entrevistas foram gravadas com o uso de um smartphone e transcritas na íntegra. Em seguida, o conteúdo foi lido cuidadosamente por duas pesquisadoras, com rigor na identificação de elementos que expressassem significados latentes e manifestos relacionados à vulnerabilidade.

As transcrições foram sistematizadas e interpretadas, resultando na identificação de nove códigos: 1) ajuda comunitária; 2) desafios na comunidade; 3) emoções e problemas sociais; 4) gênero e papéis de gênero; 5) problemas sociais; 6) relacionamentos interpessoais; 7) relações familiares; 8) resiliência e 9) rotina diária. Esses códigos foram

confrontados com os registros do diário de campo (organizados após cada entrevista) e, obedecendo ao consenso entre os pesquisadores, foram agrupados por semelhança de conteúdo. A partir desse agrupamento, emergiram temas e/ou aspectos que fundamentaram a definição de três categorias temáticas, que serão descritas nos resultados.

Para a realização deste estudo, seguiram-se os procedimentos ético-legais, conforme a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, que regula as pesquisas envolvendo seres humanos (BRASIL, 2012). Os nomes apresentados neste estudo são de caráter fictício e não correspondem a indivíduos ou entidades reais. Esses nomes foram utilizados exclusivamente com fins ilustrativos, visando preservar a confidencialidade e a integridade dos dados analisados. Obteve-se a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica PUC-PR - Parecer nº 5.134.533.

Resultados e discussão

Conforme mencionado, esta pesquisa contou com dezessete participantes, dos quais quinze se identificaram com o gênero feminino e dois com o gênero masculino. Em relação à faixa etária, um participante estava entre 18 e 25 anos, quatro entre 26 e 35 anos, quatro entre 36 e 45 anos, cinco entre 46 e 60 anos e três acima de 60 anos. Quanto ao ciclo de vida familiar, três se apresentaram como jovens não casados, cinco eram pessoas vivendo com filhos pequenos, quatro vivendo com filhos adolescentes, três já haviam vivenciado a saída dos filhos de casa e dois eram idosos. No que se refere à escolaridade, um participante afirmou não ter estudado, onze informaram não ter concluído o ensino fundamental, quatro concluíram o ensino médio e apenas um tinha ensino superior, incluindo uma pós-graduação. Quanto à situação de emprego, boa parte estava desempregada (sete), quatro informaram exercer atividades domésticas no cuidado com a casa, enquanto seis participaram informaram exercer atividade remunerada.

Seguindo as orientações das interfaces entre a ancoragem teórica-metodológica no Interacionismo Simbólico e a técnica de Análise do Conteúdo (CARTER; ALVARADO, 2019), o material produzido foi organizado, e as falas convergentes foram agrupadas em unidades de registro. A partir dessa sistematização, evidenciaram-se três unidades temáticas com suas respectivas categorias: *Percepção dos significados e influência da família sobre o meio social* – discute como interações familiares moldam e são moldadas pelo contexto social mais amplo, configurando-se como espaços tanto de proteção quanto de vulneração; *Interação social com crianças e adolescentes em vulnerabilidade social* – analisa as relações estabelecidas diretamente entre os participantes do estudo e crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social; e a *vulnerabilidade social de crianças e adolescentes observada a partir das experiências vividas no cotidiano* – permite evidenciar elementos da percepção indireta sobre a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes no cotidiano dos participantes em seus territórios.

Essas unidades foram discutidas a partir da perspectiva de conflitos bioéticos, em suas dimensões macro e micro, que envolvem a percepção dos participantes diante do tema deste estudo, com foco em uma reflexão tanto descritiva quanto prescritiva, fundamentada na abordagem da Bioética de Intervenção.

As categorias são apresentadas com ênfase nos significados atribuídos pelos participantes, considerando que as ações individuais e coletivas são construídas a partir das interações entre pessoas em diferentes estágios do ciclo de vida familiar, inseridas no contexto social ao qual pertencem.

1) Percepção dos significados e influência da família sobre o meio social

Nos relatos analisados nesta categoria, a partir de elementos do referencial interacionista, percebeu-se que a construção simbólica sobre crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social varia conforme as interações intrafamiliares e extrafamiliares durante diferentes ciclos de vida familiar. Do ponto de vista da Bioética de Intervenção, percebeu-se que a interação entre indivíduos, família e território é marcada por conflitos relacionados às vulnerabilidades de crianças e adolescentes, evidenciando a necessidade de intervenções pautadas em uma dimensão concreta, política e geopolítica.

Corroborando a revisão sobre vulnerabilidades familiares realizada por Cunha et al. (2023), neste estudo a família foi percebida como um espaço tanto de proteção quanto de vulneração de crianças e adolescentes. A perspectiva da participante Vitória, por exemplo, apontou para a família como espaço de suporte: *“A família é a base, é onde a gente tá sempre em comunhão, um ajudando o outro, um levantando o outro”*. No mesmo sentido, Vanessa afirma: *“Família pra mim é tudo! É tudo o que eu tenho. Graças a Deus eu tenho uma família muito unida, minha família qualquer probleminha a gente se resolve entre si; muitas brigas, né? Acho que família sem briga não é família”*.

O ponto de vista ético sobre a construção de significados nas relações familiares deve questionar até que ponto a naturalização da família como espaço de muitas brigas e conflitos contribui para manter o ambiente doméstico como o local onde ocorre parte importante das violências e abusos contra crianças, adolescentes e outros membros vulneráveis (MACHADO et al., 2014). Por outro lado, o participante Júnior compartilhou percepções mais abrangentes sobre a própria constituição familiar, pontuando que *“Família pra mim, ela não precisa ser carnal, ser de sangue. Família é aquilo que você tem dentro de sua casa né?! Você convive no dia a dia”*.

Quanto aos ciclos familiares, observou-se que a família foi mais frequentemente idealizada como um espaço de suporte entre participantes jovens casados, em comparação às demais fases do ciclo de vida, nas quais emergiram relatos marcados por desafios estruturais no ambiente familiar, como o uso de drogas, a violência doméstica e dificuldades de subsistência.

Eu tô com um filho mais velho que tá preso, por questão de vício e tudo, sabe? E ele tá preso. Tá agora há quatro meses pra frente ele deve sair. Mas eu, é uma questão que eu tenho passado muito difícil, porque meus filhos eles entraram numa situação dessa que... se tornou muito dificultoso para poder lidar

A participante Luísa compartilhou de forma explícita alguns aspectos vulnerabilizantes sobre a prisão e vício de seu filho mais velho, situação que ocasionou sofrimento e dificuldades tanto para ele quanto para toda a família. O tema das drogas, conforme será verificado nas categorias seguintes, aparece como elemento significativo em diferentes relatos, indicando uma associação simbólica significativa, na percepção dos participantes, entre vulnerabilidade social, crianças e adolescentes, e o envolvimento com drogas em territórios com alto Índice de Vulnerabilidade Social.

As entrevistas revelam também desigualdades relacionadas aos papéis de gênero e como as interações entre esses papéis influenciam as dinâmicas familiares, tal como ilustram as experiências das jovens mãe solas Maria e Luísa, que assumem sozinhas as angústias e responsabilidades de criar os filhos, enquanto os pais estão ausentes de suas responsabilizações.

Dos pais? Meio a meio, ausentes. Tem uns bem dedicados, outros que só querem saber se o menino tá bem se tá bem, se comeu, não está doente, tá ótimo, não precisa conversar, não precisa passear, não precisa cuidar, quem tem que cuidar é a mãe. A mãe tá aí é pra isso.

Tem, tem eu mantenho a casa, eu faço isso, faço aquilo, apesar que hoje a maioria das mulheres trabalham neh. Então, mas mesmo assim eles acham que essa função é da mãe.

De fato, a sobrecarga no cuidado monoparental pela mulher, especialmente no contexto de duplas e triplas jornadas de trabalho, reflete desigualdades que são perpetuadas por relações históricas em contextos machistas e patriarcais, como aquele que caracteriza a construção do arcabouço jurídico e institucional brasileiro (BORGES, 2023).

Frente a essa dimensão de vulnerabilidade social evidenciada neste estudo, podem ser resgatados aspectos normativos da BI, que propõe uma abordagem crítica a essas dinâmicas, destacando a necessidade de políticas que promovam a equidade de gênero e o empoderamento das mulheres (GARRAFA, 2023). Nesse sentido, ao expressar outra nuance das contradições que marcam este espaço, a família é apresentada como um local onde as desigualdades de gênero são reproduzidas, mas que também pode ser espaço de questionamento e transformação.

Assim, a percepção dos significados atribuídos à família, conforme analisado, considera as condições materiais, as redes de apoio comunitário e o papel do Estado, uma vez que esses fatores afetam diretamente a capacidade das famílias de oferecer suporte adequado a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. A esse respeito, Garrafa (2005b; 2023) destaca que, do ponto de vista do exercício da cidadania, a justiça não pode ser reduzida a uma concepção jurídica formal e legalista; ela deve estar relacionada à justiça social e ao combate às desigualdades estruturais.

Os dados apresentados nesta categoria, organizados a partir da triangulação entre o problema, o Interacionismo Simbólico e a Bioética de Intervenção, exemplificam que os significados de família são construídos na interação social e podem ser ressignificados de acordo com as condições vividas. Essas construções são fortemente determinadas por relações contraditórias, situando-se entre experiências de vulneração e de proteção de crianças e adolescentes, e configurando conflitos bioéticos urgentes, que demandam intervenção pública e coletiva para sua remediação.

2) Interação social com crianças e adolescentes em vulnerabilidade social

Assim como foi observado nas interações familiares analisadas a partir das histórias de vida dos próprios participantes, os relatos desta categoria indicam que a interação entre crianças e adolescentes e os sujeitos do estudo — residentes em territórios marcados pela vulnerabilidade social — também é percebida de forma ambivalente, podendo representar tanto um fator de proteção quanto de vulneração. Enquanto dois participantes, por exemplo, descreveram o bairro como um espaço relativamente seguro,

onde a comunidade, ainda que de modo informal e precário, se organiza para garantir um ambiente seguro para as crianças, a maioria expressou preocupações com a exposição de crianças e adolescentes a ambientes de risco, violência e negligência parental.

Olha, como eu moro num bairro, eu não vou falar que é elitizado, mas que todo mundo tem uma condição razoável, a condição é muito boa, as crianças brincam junto na rua, que é uma coisa rara. Se você for umas 5:00 horas na minha rua você vai ver no mínimo umas dez crianças praticamente da mesma faixa de idade brincando de bicicleta de bola, na rua e os vizinhos respeitam porque sabem que esse é o horário da criança, quem chega de carro já vem devagarzinho pensando até no filho dele que tá ali brincando também.

Ah, risco, risco, ah, risco eu acho que é em todo lugar né?! Igual de envolver com coisa errada né?! É, largar estudo, “essas coisa tudo”, sabe?! Me dá muito medo. E assim, dificuldade, no bairro? Ah, acho que até que ‘num’ tem porque assim, eu ‘num’ acho, porque tem tudo perto né?! Tem posto, tem escola, tudo perto, mas acho que é só isso mesmo.

A falta de espaços de lazer e educação de qualidade, considerado elemento de risco fundamental para a constituição das juventudes (SEBENELLO; KLEBA; KEITEL, 2016), foi apontada por participantes como um problema para a segurança e o bem-estar infantil. Jussara, ao descrever seu território, informa: *“aqui no bairro não tem esporte, não tem lazer, não tem nada”*.

A participante Maria, por sua vez, destacou a necessidade de políticas públicas que assegurem condições básicas de vida. Ela relatou que precisou se submeter a trabalhos de risco para garantir alimentação para seus filhos: *“Subi na escada para limpar caixa d’água em troca de um pacote de arroz e 10 reais. Arrisquei minha vida, mas precisava”*.

Já a precariedade dos serviços públicos foi apontada como uma das principais dificuldades encontradas por Vanessa em seu território: *“Dificuldade é acesso à saúde, à lazer. A gente tem que pegar um Uber para ir para longe”*.

É importante destacar que, sob uma perspectiva crítica da BI em relação à economia de mercado (PORTO; GARRAFA, 2005), a precariedade dos sistemas públicos não é compreendida por uma suposta ineficiência da gestão estatal, mas de uma violenta e diária campanha de redução dos gastos sociais do Estado, em favor de gastos com o mercado financeiro. A categoria da emancipação social, também adotada no referencial, auxilia a compreender as dinâmicas observadas, uma vez que denuncia as relações de opressão, a falta de acesso a direitos básicos e propõe estratégias para fortalecer a verdadeira autonomia – a libertação – dos indivíduos vulnerabilizados.

Na atualização da Bioética de Intervenção apresentada por Garrafa (2023), o conceito de libertação na perspectiva Freiriana é considerado ferramenta essencial para superar não apenas os conflitos bioéticos persistentes, mas para auxiliar na transformação de toda a matriz moderna e colonial – especialmente em sua expressão capitalista e neoliberal – que atravessa, de modo transversal, a vida de todos, com especial prejuízo aos mais vulneráveis.

No contexto da vulnerabilidade social de crianças e adolescentes, isso significa que, além de denunciar as condições de risco e desproteção, é fundamental criar espaços de acolhimento e promoção do protagonismo juvenil. Trata-se de garantir que crianças e adolescentes tenham acesso a oportunidades de desenvolvimento e participação ativa

na sociedade, de modo que possam, de fato, se libertar das condições de opressão e exclusão social. Neste sentido, a participante Luísa, por exemplo, sugere que projetos comunitários, como cursos e atividades culturais, podem ajudar os jovens a desenvolver habilidades e a construir um futuro positivo, reproduzindo, a seu modo, a ideia central do IS de que interações sociais moldam as percepções dos jovens sobre seu próprio futuro (BLUMER, 1980).

Tem muita criança e não tem muita criança aí que elas precisam de um... centro que dê apoio, que tipo assim, que dê cursos, que tem coisas atividades que façam esquecer evoluir ver a vida de uma forma diferente.

Em síntese, diante da realidade apresentada, é necessário questionar os impactos da ausência de referências críticas que possibilitem às pessoas que vivem em territórios com alto Índice de Vulnerabilidade Social compreender as dinâmicas de suas próprias vulnerações. Também é fundamental refletir sobre a presença de influências alienantes, sustentadas por um arcabouço ideológico que naturaliza os estados de vulnerabilidade social.

3) A vulnerabilidade social de crianças e adolescentes observada a partir das experiências vividas no cotidiano

Nesta categoria, as interações revelam que a percepção da vulnerabilidade social de crianças e adolescentes que não convivem no ambiente familiar dos participantes, mas que são observadas em suas experiências cotidianas no território, também é marcada por elementos complexos, articulados em diferentes níveis de interações. Do ponto de vista do Interacionismo Simbólico, neste estudo, os significados atribuídos a essas vulnerabilidades pelos participantes podem ser compreendidos como construídos por meio de interações sociais diretas e indiretas no território. Já a Bioética de Intervenção permite compreender como essas percepções se relacionam com questões ético-políticas que demandam a atuação das diferentes áreas da sociedade.

Enquanto nas categorias anteriores a temática das drogas apareceu como uma preocupação com crianças e adolescentes nos contextos das relações familiares e da convivência direta, neste terceiro e último tópico, as drogas aparecem como o principal elemento associado à percepção indireta da vulnerabilidade social de crianças e adolescentes, tal como vivenciada pelos participantes em seu cotidiano.

Os relatos indicam como o envolvimento com drogas é percebido tanto como causa quanto como consequência de vulnerabilidades sociais. Mariana compartilha, por exemplo: *“tem muita gente desse bairro que passa por muita dificuldade [...] eu conheço uma moça em nosso bairro mesmo que usa droga, o fato dela usar droga meio, o dinheiro dela vai pra droga e os filhos dela fica com fome. Os filhos dela fica na rua até meia noite”*. A participante Luísa exemplifica esta complexidade ao relatar que seu filho está preso devido ao envolvimento com drogas: *“Meus filhos entraram numa situação de vício, e foi muito difícil sair disso”*.

A respeito desse tema, é importante pontuar que, sob a perspectiva da Bioética de Intervenção, o debate sobre drogas e vulnerabilidade social deve ter como elemento central justamente os macroproblemas éticos, como os racismos, as desigualdades, as violências policiais e do crime organizado, a exposição ao tráfico, entre outros aspectos que se reduzem a uma visão restrita e moralizante, focada em supostas escolhas e

decisões individuais. Nesse sentido, a BI reforça que vulnerabilidade não é apenas uma questão relacionada a um suposto princípio universal da autonomia, mas é, sobretudo, reflexo de uma injustiça estrutural, derivada de um modelo econômico e de uma matriz colonial que se perpetuam por meio da expansão das desigualdades, incluindo o racismo e a pobreza (GARRAFA, 2005a; GARRAFA, 2023).

A precariedade dos serviços públicos e a ausência de equipamentos sociais emergiu, novamente, como elemento significativo nas narrativas compartilhadas sobre vulnerabilidade social no cotidiano de seu território, tal como aponta Vanessa: *“Aqui mesmo, eu acho que dificuldade é acesso para essas coisas de lazer que a gente não tem; um posto de saúde mais perto que é muito longe”*. Essa dimensão estrutural da vulnerabilidade se articula com experiências pessoais de privação, como relata Joana: *“[...] o dentista é muito, tem hora que a gente não tem condição de pagar. Aí vai ficando é hoje, é amanhã e por aí num cuida da saúde da gente”*.

Essas vivências revelam também como a vulnerabilidade social se manifesta por meio de diferentes formas de violência intrafamiliar, sendo a responsabilidade masculina em casos de abandono e violência novamente apresentada como uma preocupação central: *“o pai dos quatro, a gente separou, eu morei com ele oito anos, a gente separou, não deu certo né? Ele era muito, me batia, fazia essas coisa errada”*. Similarmente, Maria expõe a situação de abandono paterno: *“O pai desse pequeno mesmo foi embora quando ele tinha 9 meses; eu que se virei nos 300... nunca me deu uma bala pro filho dele”*.

No entanto, é preciso ter cautela para não reproduzir visões reducionistas sobre o debate que atribui a vulnerabilidade apenas às escolhas individuais dos homens, destacando a necessidade de, sob um olhar crítico quanto às determinações geopolíticas e econômicas, definir políticas públicas que ofereçam alternativas concretas para todas e todo, como acesso à educação, cultura e capacitação profissional.

A análise das narrativas também revela tensões entre diferentes percepções sobre crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Alguns participantes expressam visões estigmatizantes, como exemplifica Joaquina: *“As crianças são assim, muito danadinhas, quer ficar só na rua. Você indo para o cabresto e eles querem ficar na rua. E rua sempre traz o que não presta, né?”*. Por outro lado, participantes como João apresentam uma visão mais contextualizada: *“Aqui é bem complicado pra todo mundo, né? Mas assim, eu acho que os pais estão se mantendo eles próprios com as condições que, graças a Deus, não sente abuso da vizinhança”*.

Essa diversidade de perspectivas pode ser compreendida, a partir da abordagem interacionista, como resultado de diferentes processos de construção de significados nas interações sociais. Ao mesmo tempo, a abordagem da Bioética de Intervenção permite identificar como essas percepções são influenciadas por estruturas mais amplas de poder e dominação, incluindo o que se denomina *colonialidade da vida* – mecanismo que hierarquiza diferentes formas de existência e justifica processos de exclusão social a partir de uma persistência de diversas formas de racismos e dominações raciais (NASCIMENTO, GARRAFA, 2011).

O conceito de *colonialidade da vida*, assimilado pela BI, ajuda a compreender como certas populações são sistematicamente subalternizadas dentro do sistema-mundo moderno e colonial, processo que pode ter se manifestado neste estudo por meio de leituras estigmatizantes que alguns participantes expressam sobre situações cotidianas de crianças e jovens em situações de vulnerabilidade social.

Usa suas coisas, (drogas) mas não perturba ninguém, fica nas esquinas, aí o povo fala assim, mas você aceita na sua esquina da sua casa? Mas é uma pessoa que a hora que você precisa tá do lado seu, mais do que uns que não usa, o dia que minha mãe arruinou, eu tenho muita consideração, pra um menino aqui, um rapazinho, chamei não vinha ninguém, veio uma mulher só do cachorro quente e ajudou, veio esse rapazinho pegou mãe, colocou dentro do carro e falou “oh dona Sandra, qualquer coisa que tiver, pode chamar nós aqui” então eles ajudam entendeu?

No relato acima a participante menciona que os jovens de sua comunidade são frequentemente associados ao uso de drogas e à criminalidade, mas, ao mesmo tempo, reconhece que são pessoas solidárias e dispostas a ajudar. Tal contradição revela a necessidade de uma abordagem cautelosa, que vá além do julgamento moral, a fim de evitar aquilo que Sanches, Mannes e Cunha (2018) denominaram *vulnerabilidade moral* – isto é, um tipo de vulnerabilidade que emerge a partir de julgamentos e rótulos morais. Esse tipo, mais sutil do que outras formas, é particularmente difícil de identificar e superar, pois sua reprodução tende a estar em consonância com os valores dominantes em determinado contexto.

A análise das entrevistas evidencia, portanto, que a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes é percebida pelos participantes através de múltiplas dimensões que se entrelaçam no cotidiano: desde questões estruturais, como a precariedade dos serviços públicos, até problemas familiares relacionados ao uso de drogas, violência, abandono e racismo estrutural. As interações simbólicas construídas com os participantes neste estudo indicam a necessidade de políticas públicas que vão além de intervenções pontuais, buscando transformações mais profundas nas condições que produzem e reproduzem essas vulnerabilidades.

Considerações finais

Esta pesquisa investigou como pessoas em diferentes ciclos de vida familiar constroem sentidos e significados sobre a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes, a partir da interseção entre o Interacionismo Simbólico e a Bioética de Intervenção. Com base nos resultados encontrados e discutidos, é possível reafirmar que a vulnerabilidade não é apenas uma condição ontológica ou individual, mas sim um fenômeno socialmente construído e perpetuado por dinâmicas familiares, comunitárias e estruturais, que afetam particularmente as crianças e adolescentes. A abordagem combinada do IS e da BI permitiu compreender, assim, tanto as interações simbólicas que moldam essas percepções quanto as dimensões ético-políticas que as estruturam, indicando perspectivas normativas para sua superação.

O estudo identificou que a família se configura simultaneamente como um espaço de proteção e vulnerabilidade, variando conforme os contextos e experiências individuais. Enquanto algumas pessoas participantes descreveram a família como um ambiente de suporte, outras relataram experiências marcadas pela violência, pelo abandono e pela precariedade econômica. A desigualdade de gênero também se destacou como um fator de vulnerabilidade social, evidenciado especialmente pela sobrecarga das mulheres nas tarefas de criação e proteção dos filhos, frequentemente sem a corresponsabilização paterna.

No contexto da interação social com crianças e adolescentes, o estudo revelou percepções ambivalentes sobre a comunidade como espaço de acolhimento ou risco. Enquanto alguns participantes relataram que, apesar da precariedade das políticas públicas, a comunidade se organiza para oferecer proteção às crianças, outros enfatizaram que a ausência de espaços de lazer e a falta de acesso a serviços básicos contribuem para a exposição de crianças e adolescentes a situações de risco. A relação entre vulnerabilidade social e envolvimento com drogas foi um tema recorrente, sendo compreendido tanto como causa quanto como consequência da precarização social. Os referenciais da Bioética de Intervenção forneceram, neste sentido, um olhar crítico, permitindo ressaltar que a criminalização da juventude vulnerável não resolve o problema, mas agrava desigualdades, reforçando a necessidade de políticas públicas voltadas à emancipação e à inclusão social.

Além das interações diretas, o estudo também revelou percepções indiretas da vulnerabilidade infantil nos territórios dos participantes, manifestadas no cotidiano e, muitas vezes, permeadas por narrativas estigmatizantes. Algumas falas indicaram que crianças e adolescentes vulneráveis são vistos como “desviantes”, reproduzindo discursos que naturalizam a desigualdade e responsabilizam os próprios indivíduos por suas condições. A Bioética de Intervenção, mais uma vez, contribuiu para a problematização dessas percepções, ao destacar que vulnerabilidade não deve ser compreendida apenas como uma falta de autonomia, mas como um reflexo da injustiça estrutural e da persistência de hierarquias sociais e coloniais. A noção de *vulnerabilidade moral*, também discutida na literatura de Bioética, ajudou a compreender como determinadas representações reforçam processos de exclusão e marginalização, o que torna ainda mais desafiadora a superação das desigualdades e vulnerabilidades que afetam crianças e adolescentes em seus territórios.

Por fim, concluiu-se que vulnerabilidade social não é uma condição fixa, mas uma construção social e política que pode ser transformada. A intersecção entre o Interacionismo Simbólico e Bioética de Intervenção permite compreender que os sentidos atribuídos à vulnerabilidade são forjados em interações sociais e, ao mesmo tempo, atravessados por estruturas de poder que perpetuam desigualdades. Assim, em vez de compreender a vulnerabilidade apenas como uma condição passiva, é necessário ressignificá-la a partir de um compromisso ético-político orientado pela justiça social. Políticas públicas emancipatórias são fundamentais para romper com ciclos de vulneração e garantir que crianças e adolescentes tenham acesso a oportunidades reais de desenvolvimento, autonomia e participação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BLUMER, H. A natureza do interacionismo simbólico. In: MORTENSEN, C. (Ed.). **Teoria da comunicação: textos básicos**. São Paulo: Mosaico, 1980.
- BORGES, L. Mãe solteira não, mãe solo! Considerações sobre maternidade, conjugalidade e sobrecarga feminina. **Revista Direito e Sexualidade**, v. 1, p. 1-23, 202. 3
- BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Portaria nº 1.130, de 5 de agosto de 2015. Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**, 6 ago. 2015.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 dez. 2012. Seção 1, p. 59.
- CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar**. 2. ed. Tradução de Veronese MAV. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1995.
- CARTER, M. J.; ALVARADO, A. M. Symbolic interactionism as a methodological framework. LIAMPUTTONG, P. (Ed.). In: **Handbook of research methods in health social sciences**. 1. ed. Singapore: Springer, 2019. p. 169-187.
- CUNHA, T. R. da; GARRAFA, V. Vulnerability: a key principle for global bioethics? **Cambridge Quarterly of Healthcare Ethics, Cambridge**, v. 25, n. 2, p. 197-208, 2016.
- CUNHA, T. R. da et al. A família como espaço de proteção e de vulneração: revisão integrativa da literatura a partir do campo da Bioética. **Cadernos de Pedagogia Social**, v. 20, n. 9, p. 197-208, 2023.
- DESSEN, M. A.; POLONIA, A. C. A. Família e desenvolvimento humano: uma perspectiva da psicologia bioecológica. **Paidéia**, v. 17, n. 36, p. 21-32, 2007.
- FONSECA, C.; RODRIGUES, T.; SILVA, M. **Infâncias e juventudes no Brasil: desafios e perspectivas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.
- GARRAFA, V. Da Bioética de princípios a uma Bioética interventiva. **Revista Bioética**, v. 13, p. 125-134, 2005a.
- GARRAFA, V. Inclusão social no contexto político da Bioética. **Revista Brasileira de Bioética**, v. 2, p. 122-32, 2005b.
- GARRAFA, V. Bioética de intervención, dura sin perder la ternura - crítica, anti-hegemónica y militante. In: SARIEGO, J. R. A. (Ed.). **Bioética y Biopolítica**. Habana: Acuario, 2023. p. 88-112.
- GARRAFA, V.; PORTO, D. Bioética, poder e injustiça: por uma ética de intervenção. **Mundo Saúde**, v. 26, n. 1, p. 6-15, 2002.
- MACHADO, J. C. et al. Violência intrafamiliar e as estratégias de atuação da equipe de Saúde da Família. **Saúde e Sociedade**, v. 23, n. 3, p. 828-840, 2014.
- NASCIMENTO, W. F. do; GARRAFA, V. Por uma vida não colonizada: diálogo entre Bioética de intervenção e colonialidade. **Saúde e Sociedade**, v. 20, n. 2, p. 287-299, 2011.
- NASCIMENTO, L. C. N. et al. Theoretical saturation in qualitative research: an experience report in interview with schoolchildren. **Rev. Bras. Enferm.**, v. 71, n. 1, p. 228-33, 2018.

PORTO, D.; GARRAFA, V. Bioética de intervenção: considerações sobre a economia de mercado. **Revista Bioética**, v. 13, n. 1, 2005.

REZENDE, K.; CAPPELLARI, H. C. L.; PAGANI, L. A. G. Children and adolescents in a situation of social vulnerability in Brazil. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 1, p. e56101124587, 2022.

SANCHES, M. A.; MANNES, M.; CUNHA, T. R. da. Vulnerabilidade moral: leitura das exclusões no contexto da Bioética. **Revista Bioética**, v. 26, n. 1, p. 39-46, 2018.

SEBENELLO, D. C.; KLEBA, M. E.; KEITEL, L. Práticas de lazer e espaços públicos de convivência como potência protetiva na relação entre juventude e risco. **Revista Katálisis**, v. 19, n. 1, p. 53-63, 2016.

Resumo Este estudo investigou como pessoas em diferentes ciclos de vida familiar constroem sentidos e significados éticos sobre vulnerabilidade social de crianças e adolescentes. Fundamentado na Bioética de Intervenção e no Interacionismo Simbólico, foram realizadas entrevistas com dezessete participantes residentes em territórios com alto Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), em uma cidade brasileira. Os resultados revelaram três categorias: percepção dos significados e influência do território sobre meio social; interação social com crianças e adolescentes em vulnerabilidade social; e vulnerabilidade social observada a partir das experiências vividas no cotidiano. Discute-se que a vulnerabilidade de crianças e adolescentes, não sendo apenas condição ontológica e individual, é socialmente reproduzida em interações familiares e territoriais que, no contexto do Sul Global, são atravessadas por hierarquias coloniais. Configuradas como relações de proteção e vulneração, essas interações evidenciam a necessidade ética de políticas públicas protetivas e libertadoras para crianças e adolescentes em territórios com alto IVS.

Palavras-chave: estágios do ciclo de vida, vulnerabilidade social, família, interacionismo simbólico, bioética.

Children and Adolescents in Social Vulnerability: Perspectives from Intervention Bioethics and Symbolic Interactionism

Abstract This study investigated how people at different stages of family life construct ethical meanings and significance about the social vulnerability of children and adolescents. Based on Intervention Bioethics and Symbolic Interactionism, interviews were conducted with seventeen participants in territories with high Social Vulnerability Index (SVI) in a Brazilian city. Results revealed three categories: perception of meanings and territory influence on social environment; social interaction with vulnerable children and adolescents; and social vulnerability observed from daily experiences. It is argued that the vulnerability of children and adolescents, not being merely an ontological and individual condition, is socially reproduced in family and territorial interactions which, in the Global South context, are intersected by colonial hierarchies. Configured as protection and vulnerability relationships, these interactions highlight the ethical need for protective and liberating public policies for children and adolescents in territories with high SVI.

Keywords: life cycle stages, social vulnerability, family, symbolic interactionism, bioethics.

Niños y Adolescentes en Vulnerabilidad Social: Perspectivas desde la Bioética de Intervención y el Interaccionismo Simbólico

Resumen Este estudio investigó cómo personas en diferentes etapas de vida familiar construyen sentidos y significados éticos sobre la vulnerabilidad social de niños y adolescentes. Fundamentado en la Bioética de Intervención y el Interaccionismo Simbólico, se realizaron entrevistas con diecisiete participantes en territorios con alto Índice de Vulnerabilidad Social (IVS) de una ciudad brasileña. Los resultados revelaron tres categorías: percepción de los significados e influencia del territorio sobre el medio social; interacción social con niños y adolescentes en vulnerabilidad social; y vulnerabilidad social observada desde las experiencias cotidianas. Se discute que la vulnerabilidad de niños y adolescentes, no siendo solo una condición ontológica e individual, es socialmente reproducida en interacciones familiares y territoriales que, en el contexto del Sur Global, son atravesadas por jerarquías coloniales. Configuradas como relaciones de protección y vulneración, estas interacciones evidencian la necesidad ética de políticas públicas protectivas y liberadoras para niños y adolescentes en territorios con alto IVS.

Palabras clave: etapas del ciclo de vida, vulnerabilidad social, familia, interaccionismo simbólico, bioética.

DATA DE RECEBIMENTO:30/5/2024

DATA DE APROVAÇÃO: 24/2/2025



Patrícia Alves Paiva

Mestre e Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade Estadual de Montes Claros. Graduada em Enfermagem. Atua principalmente nas seguintes áreas: Famílias e vulnerabilidades; Saúde Coletiva; Enfermagem e Atenção Primária à Saúde.

E-mail: patriciapaivaunimontes@gmail.com



Thiago Rocha da Cunha

Mestre e Doutor em Bioética pela Universidade de Brasília. Graduado em Biomedicina. Professor do Programa de Pós-Graduação em Bioética da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Professor Visitante do Programa de Mestrado da Universidade Nacional de Córdoba.

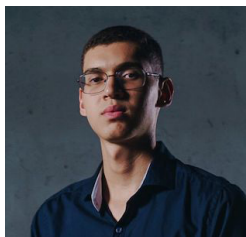
E-mail: rocha.thiago@pucpr.br



Carla Silvana de Oliveira e Silva

Mestre e Doutora em Ciências pela Universidade Federal de São Paulo. Graduada em Enfermagem. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Universidade Estadual de Montes Claros.

E-mail: carlasosilva@ig.com.br



Yan Lucas Ferreira Martins

Graduando em Medicina pela Universidade Estadual de Montes Claros e em Tecnologia em Gestão em Saúde Pública pelo Centro Universitário Internacional.

E-mail: yan.lucas4094@gmail.com



Marcos Aurélio Trindade

Mestre em Bioética pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Graduado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Graduando em Medicina Universidade Nove de Julho.

E-mail: marcos.trindade2014@gmail.com



Orlene Veloso Dias

Doutora em Ciências pela Universidade Federal de São Paulo. Graduada em Enfermagem. Professora do Programa de Pós-Graduação em Cuidado Primário em Saúde da Universidade Estadual de Montes Claros

E-mail: orlenedias@yahoo.com.br



Crianças e adolescentes em vulnerabilidade social: perspectivas da Bioética de Intervenção e do Interacionismo Simbólico

Patrícia Alves Paiva

Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-6565-0587>

Thiago Rocha da Cunha

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-6330-2714>

Carla Silvana de Oliveira e Silva

Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-2752-1557>

Yan Lucas Ferreira Martins

Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-1275-7284>

Marcos Aurélio Trindade

Universidade Nove de Julho, São Paulo, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0003-1847-5066>

Orlene Veloso Dias

Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-9017-7875>



Adolescência conectada: estratégias parentais de mediação do uso da tecnologia

Daniela Seraphim Gonçalves

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, Brasil

<https://orcid.org/0009-0005-3557-7162>

Andrea Seixas Magalhães

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-2992-9844>

Mariana Gouvêa de Matos

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, Brasil

<https://orcid.org/0000-0001-9289-5419>

Introdução

A intensa presença dos aparelhos digitais no cotidiano dos sujeitos é notável. Na atualidade, a tecnologia nos cerca a todo instante. Presencia-se cenas cotidianas nas quais vemos adolescentes no ônibus digitando rapidamente inúmeras mensagens de texto, famílias nos restaurantes com cada integrante olhando para o seu aparelho celular, crianças gravando dancinhas do *Tik Tok* no horário do recreio da escola, adultos nas filas do banco checando seus e-mails e pessoas realizando exercício físico com relógios digitais.

De acordo com uma pesquisa, realizada em 2020, sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros, a pandemia intensificou o uso das tecnologias digitais no Brasil (COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2021). Em 2019, a porcentagem de domicílios com acesso à internet era de 71%. Essa porcentagem subiu para 83% em 2020, o que corresponde a 61,8 milhões de domicílios com algum tipo de conexão à internet. É inegável que as mídias digitais foram a única forma de proporcionar um encontro com o outro durante a pandemia da covid-19 e, por isso, tornaram-se ainda mais notáveis, transformando-se na principal — ou até mesmo a única — forma de encontro nesse período. A partir de então, cada vez mais os smartphones são utilizados para realizar as mais diversas tarefas, como trabalhar, estudar, fazer dever de casa, jogar, ler notícias, falar com os amigos e conhecer pessoas novas.

Entretanto, anteriormente à pandemia, o tempo de uso de tela pelos adolescentes no Brasil já era considerado alto. Segundo a pesquisa TIC Kids Online Brasil 2019, divulgada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (2020), cerca de 24 milhões de crianças e adolescentes, com idades entre 9 e 17 anos, já eram usuários de internet no Brasil em 2019, o que correspondia a cerca de 86% do total de pessoas dessa faixa etária no país. Torna-se evidente, portanto, que o tempo de tela nos aparelhos eletrônicos aumentou consideravelmente ao longo dos anos.

Contudo, sabe-se que a chegada das tecnologias gera consequências. Duek e Moguillansky (2020) afirmam que as famílias contemporâneas estão conectadas digitalmente e as telas visam tanto o entretenimento de todos os membros quanto as atividades formativas das crianças. Assim, apesar de a maior preocupação dos pais girar em torno da concentração das tecnologias nas mãos das crianças e adolescentes, eles também são usuários. Desse modo, à medida que o uso desses dispositivos vai crescendo, surge a necessidade de desenvolver mais estratégias de mediação do uso da tecnologia.

Em um primeiro momento, o conceito de mediação parental designava estratégias com o objetivo de gerir o uso da televisão pelas crianças e adolescentes na tentativa de diminuir os possíveis impactos negativos (CLARK, 2011). Com o avanço da tecnologia e da conectividade digital, essas estratégias atualizaram-se, de forma a se adequarem às constantes mudanças do mundo digital. No entanto, o objetivo é o mesmo: mediar o acesso das crianças e adolescentes à tecnologia (MASCHERONI; PONTE, JORGE, 2018). Nesse sentido, o termo mediação parental passou a ser usado para nomear o papel que os pais possuem em gerir o uso das mídias pelos seus filhos (CLARK, 2011).

A mediação parental no uso da tecnologia refere-se à prática da parentalidade — compreendida como os cuidados físicos e psíquicos oferecidos aos filhos — no contexto do uso de dispositivos eletrônicos por adolescentes. O termo *mediação parental* é utilizado para descrever as interações entre pais e filhos, mediadas tanto pela comunicação quanto por estratégias comportamentais, relacionadas ao uso da tecnologia por crianças e adolescentes. Essa mediação também envolve a responsabilidade dos pais

em estabelecer e aplicar regras quanto ao uso da tecnologia e da internet, com o objetivo de minimizar os impactos negativos da mídia e potencializar os benefícios desse uso (LIVINGSTONE et al., 2017). Nesse sentido, os pais exercem um papel ativo na gestão do uso das mídias digitais pelos adolescentes, por meio de ações que buscam restringir, regular e dialogar sobre o uso das redes sociais por parte dos jovens (BEYENS; KEIJERS; COYNE, 2022).

Diversos estudos (MAIDEL; VIEIRA, 2015; NATHANSON, 1999, 2001; CLARK, 2011; SYMONS et al., 2017; BEYENS; KEIJERS; COYNE, 2022) destacam três estratégias de mediação utilizadas pelos pais no que diz respeito ao uso da internet: mediação restritiva (MR), mediação ativa (MA) e co-uso, também chamada de uso acompanhado.

A mediação restritiva refere-se à imposição de regras sobre o uso da tecnologia, sem, contudo, envolver orientações acerca dos perigos associados nem justificativas para as restrições impostas (MAIDEL; VIEIRA, 2015; NATHANSON, 1999). Esse tipo de mediação pode incluir restrições acerca do tempo despendido, local de uso e conteúdo acessado.

Nesse sentido, essa forma de mediação desempenha um papel restrito, mas ainda assim significativo na prevenção de resultados negativos gerados pelo uso da internet. Ela é eficaz na diminuição do tempo de conexão e na redução da exposição a conteúdos inapropriados para a idade (COLLIER et al., 2016). A mediação ativa caracteriza-se por um tipo de mediação em que há diálogo, orientação, discussão ou crítica, quando necessário, dos pais junto com o filho (MAIDEL; VIEIRA, 2015; NATHANSON, 1999). Esse tipo de mediação envolve a explicação e a avaliação, por parte dos pais, sobre o conteúdo da mídia e o uso da mídia de modo geral, tendo como objetivo desenvolver o pensamento crítico no adolescente (NATHANSON, 2001).

Apesar de ser considerada como um fator protetor frente aos efeitos negativos das tecnologias relacionados à agressividade e aos conteúdos inadequados para a idade, em relação ao tempo utilizado em atividades online a mediação ativa não apresenta influência significativa (COLLIER et al., 2016). Sendo assim, os pais podem utilizar uma combinação desses tipos de mediações, discutindo os conteúdos e o tipo de comportamento cuidadoso que o adolescente pode ter no uso da internet, ao mesmo tempo em que restringe o acesso a horários e dias específicos (SCHWARTZ; PACHECO, 2021). Por fim, a mediação de uso acompanhado consiste na presença dos pais quando o filho faz uso do aparelho (MAIDEL; VIEIRA, 2015; NATHANSON, 1999).

As relações entre pais e filhos passam por inúmeras alterações conforme o ciclo familiar avança. No entanto, a entrada da tecnologia no cotidiano da vida familiar traz outras transformações, como a facilidade e agilidade para se comunicar, o encurtamento das fronteiras, o compartilhamento de informação e, dependendo da forma de uso, a diminuição do diálogo (NEUMANN; MISSEL, 2019). Com isso, torna-se importante refletirmos sobre como as relações familiares, em especial as relações entre pais e filhos, têm sido influenciadas e modificadas pelas consequências produzidas pelos mais diversos usos da tecnologia.

Segundo a pesquisa McAfee (2022), o Brasil possui a taxa mais alta de uso de celular entre crianças e adolescentes do mundo. 96% das crianças brasileiras usam um dispositivo móvel/smartphone. Na faixa etária de 15 a 16 anos essa porcentagem é de 96 %, configurando 6% a mais que a média global. Os pais brasileiros estão muito mais preocupados que os pais do restante do mundo com o tempo que seus filhos passam nos dispositivos eletrônicos. Nesse mesmo estudo (MCAFEE, 2022), os dados apontaram que, dos 71% que disseram estar preocupados, 39% afirmaram estar “muito preocupados”. No Reino Unido, apenas 11% afirmaram estar “muito preocupados”.

O relacionamento parento-filial e as práticas de cuidados com os filhos modificaram-se nos últimos anos com o surgimento e a difusão dos tablets, computadores e aparelhos celulares que são conectados à internet e apresentam novos impasses aos pais contemporâneos (DUEK; MOGUILLANSKY, 2020). Nesse sentido, pensando na parentalidade a partir de um conjunto de valores e tarefas envolvidos na criação de uma criança (BRADLEY; CALDWELL, 1995), torna-se importante refletirmos sobre como a internet impacta o relacionamento entre pais e filhos, visto que a presença maciça da tecnologia promove mudanças subjetivas (NICOLACI-DA-COSTA, 2002).

A adoção generalizada de smartphones e outros dispositivos eletrônicos móveis apresenta desafios únicos para o que constitui a parentalidade nos dias de hoje, com os pais também sendo usuários altamente ativos dessas tecnologias (CANALE et al., 2023; YUAN et al., 2019). O uso inadequado e excessivo dos dispositivos eletrônicos pelos adolescentes pode gerar diversos riscos e alterações relevantes na saúde mental. Nesse contexto, pode afetar os hábitos alimentares, promover sedentarismo, aumentar a agressividade, levar ao uso ou abuso de substâncias, à depressão, a distorções da imagem corporal, a alterações no ciclo sono, à hiperatividade, à automutilação e a ideias suicidas (SALES; COSTA; GAI, 2021).

Nesse sentido, se a colocação de limites é difícil quando se trata do espaço virtual, o quanto isso pode ser problemático para a relação de pais e filhos adolescentes que já nascem imersos na tecnologia e na conectividade? As crianças estão crescendo em ambientes altamente tecnológicos. Um dos maiores desafios encontrados pelos pais é gerir o uso das redes sociais pelos adolescentes e os seus efeitos (BEYENS; KEIJERS; COYNE, 2022). Computadores, celulares, relógios digitais, tablets, passaram a estar altamente presentes em todos momentos familiares, inclusive nos momentos de lazer. Com isso, é importante refletir sobre as dificuldades que os pais e mães encontram na mediação do uso da tecnologia com seus filhos. O presente artigo tem como objetivo discutir as estratégias utilizadas por mães de adolescentes no que diz respeito à mediação do uso da tecnologia.

Método

Este artigo é fruto de uma pesquisa de mestrado, cujo objetivo foi investigar a prática da parentalidade diante da conectividade digital permanente e intensa gerada pelos avanços tecnológicos na contemporaneidade. O desejo por investigar a experiência dos pais em relação à educação digital dos filhos surgiu como desdobramento da pesquisa de conclusão do curso de psicologia da primeira autora, na qual foi discutida a relação dos jovens com as redes sociais digitais (GONÇALVES, 2024). Nessa pesquisa, foi possível perceber o quanto a tecnologia tem um grande impacto em suas vidas de modo geral, afetando também as relações familiares. Nesse sentido, dando sequência aos estudos sobre a temática, buscamos investigar a experiência dos pais desses jovens, o que resultou na escrita do presente artigo e de outra publicação que se encontra em processo editorial.

Participantes

Foram realizadas oito entrevistas com mulheres mães, residentes na cidade do Rio de Janeiro (RJ), com pelo menos um filho com idade entre 14 e 16 anos. Apesar de terem sido recrutados homens e mulheres, somente um homem se voluntariou para participar da pesquisa. Essa entrevista foi descartada com a finalidade de manter maior homogeneidade no grupo de participantes. A faixa etária das entrevistadas variou entre 42 e 55 anos; cinco delas têm filhos do gênero masculino, duas têm filhas do gênero feminino e uma tem um casal de gêmeos — um filho do gênero masculino e uma filha do gênero feminino.

Tabela 1: Informações das participantes

Nome	Idade	Profissão	Grau de escolaridade	Estado Civil	Idade do filho(a)	Gênero do filho(a)
Rita	48	Psicopedagoga	Ensino superior completo	Casada	15	Feminino
Maria	49	Engenharia de telecomunicações	Ensino superior completo	Casada	15	Masculino
Júlia	46	Fotógrafa	Ensino superior completo	Casada	14	Feminino
Lúcia	42	Terapeuta	Ensino superior completo	Casada	14	Masculino
Vera	44	Arteterapeuta	Pós-graduação	Casada	14	Feminino
Carla	57	Arquiteta	Pós-graduação	Casada	16 e 16	Feminino e Masculino
Joana	55	Empresária	Ensino superior completo	Casada	13	Feminino

Fonte: As autoras.

Procedimentos

Foram realizadas oito entrevistas online baseadas em um roteiro semiestruturado, previamente elaborado com perguntas disparadoras sobre o tema (NICOLACI-DA-COSTA; ROMÃO-DIAS; DI LUCCIO, 2009; HANNA; MWALE, 2019), e as participantes foram recrutadas a partir da técnica de amostragem proposital (WEISS, 1995; LEITÃO; PRATES, 2017). Foi realizado um contato inicial por e-mail ou pela ferramenta de mensagens instantâneas da preferência da pessoa (como *WhatsApp*, *Messenger*, etc.), no qual foram explicados os objetivos e o funcionamento da pesquisa e da entrevista, bem como o caráter voluntário da participação.

As entrevistas foram individuais e online, marcadas de acordo com a disponibilidade dos sujeitos. As entrevistas no formato online facilitam a adesão à participação por parte dos entrevistados, uma vez que não demandam tempo de deslocamento, podendo ser realizadas no seu próprio local de trabalho ou moradia. Dessa forma, a coleta de dados se torna mais abrangente, permitindo o acesso a perspectivas e experiências de sujeitos oriundos de diferentes localidades, o que enriquece a análise.

Para a realização das entrevistas, foi utilizada a ferramenta de vídeo de preferência da participante, dentre ferramentas já testadas e que atendem aos requisitos de registro (gravação), privacidade e segurança da informação, podendo ser o Zoom, Skype ou outra semelhante.

Com a autorização das participantes, as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas e analisadas. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi apresentado às participantes no início da coleta de dados, contendo os devidos esclarecimentos sobre o estudo e informando sobre o sigilo das informações prestadas e a possibilidade de desistência da participação a qualquer momento do estudo. Para a preservação do sigilo, foram utilizados nomes fictícios.

Análise dos dados

O material da entrevista foi transcrito na íntegra e analisado por meio das técnicas de análise do discurso desenvolvidas por Braun e Clarke (2006). Definidas como análise temática, essas técnicas envolvem seis passos: familiarização com dados; geração de códigos iniciais; busca de temas; revisão de temas; definição de temas; e produção de relatório. Este estudo faz parte de uma pesquisa mais ampla desenvolvida no mestrado, cujo objetivo foi investigar a prática da parentalidade diante da conectividade digital gerada pelos avanços tecnológicos na contemporaneidade (GONÇALVES, 2024). Dessa pesquisa, emergiram quatro categorias: mediação parental no uso da tecnologia; desafios nos cuidados relacionados ao uso dos dispositivos eletrônicos; smartphone na adolescência: uso excessivo; e conectividade digital na dinâmica familiar. Para atingir o objetivo do presente artigo, serão discutidas as categorias *mediação parental no uso da tecnologia* e *desafios nos cuidados relacionados ao uso dos dispositivos eletrônicos*. As demais categorias foram discutidas em outra publicação.

Resultados e discussão

Mediação parental no uso da tecnologia

Nessa categoria, discutimos as estratégias que as mães entrevistadas relataram utilizar para mediar o encontro dos adolescentes com a conectividade digital. As estratégias foram divididas em dois grupos: o de caráter quantitativo e o de caráter explicativo. O primeiro, considerado mais simples e objetivo, de caráter quantitativo, consiste em estratégias que visam a diminuição do tempo de conexão e/ou controle do conteúdo que o adolescente acessa. Essas estratégias são importantes e fundamentais para o controle da quantidade de tempo, acesso e conteúdo. O segundo grupo, de caráter explicativo, consiste em uma única estratégia, o diálogo. Os dois grupos (o de caráter quantitativo e o de caráter explicativo) consistem em modos diferentes de controle, mas ambos são estratégias importantes e muito utilizadas pelas mães para mediar o encontro do adolescente com os dispositivos eletrônicos.

As mães relataram estabelecer regras sobre quando, onde e quais conteúdos os filhos podem acessar na internet. Para isso, elas usam as seguintes estratégias: controlar o tempo de uso do celular, controlar as horas no videogame, proibir jogar em

determinados momentos, desligar o wi-fi, usar o aplicativo *Family Link*¹, monitorar as redes sociais (quem segue, quais conteúdos acessa e o que posta) e proibir o uso da internet durante as refeições:¹

Proíbo, porque se ela só jogasse, tudo bem. Mas ela [...] começa a falar com as pessoas e aí e dali vai por whatsapp e aí ... começa, porque ela não tem muito filtro, e aí começa a expor a nossa família e hoje em dia isso é perigosíssimo (Joana).

Ele só não pode sentar pra comer com o celular na mão, não pode levar o celular na mesa (Júlia).

Pois é ... a gente faz. Tem... então ele usa média diária de duas horas duas horas e meia de celular... É normalmente quando dá isso já tá na hora de tirar, já tá no final do dia... porque ele sai da escola muito, faz futebol, faz vôlei, faz basquete, faz um monte de coisa. Quando ele chega em casa tem o jantar e aí ele faz um monte de coisa e quando ele vai pro celular já é mais tarde... (Vera).

Assim, durante a semana é ideal é que ele não jogue. Então tem vezes que ele realmente não joga, poucas vezes, mas quando ele joga geralmente ele senta pra jogar seis horas umas sete horas aí quando dá oito horas eu já falo “G. pode parar para vir jantar” aí ele para, aí ele janta, aí ele volta, aí eu deixo ele jogar até umas nove e pouco. Então, assim, na verdade o Instagram dele eu tô sempre olhando o Instagram dele. É... o Instagram dele é fechado, então ele só aceita pessoas que são conhecidas, e eu de vez em quando eu olho esse Instagram, dou uma limpeza lá naqueles pedidos de autorização de amizade, né? Não deixo ele aceitar ninguém que ele não conhece e ninguém de fora (Júlia).

Essas estratégias visam o controle de tempo, acesso e conteúdo, corroborando o que foi apontado por autores como Maidel e Vieira (2015), Nathanson (1999, 2001), Clark (2011), Symons et al. (2017) e Beyens, Keijsers e Coyne (2022). Assemelham-se à mediação do tipo restritiva (MR), que aponta para uma mediação que envolve a instalação de regras, mas na qual não há orientação dos perigos para os adolescentes ou justificativa dos motivos que envolvem a necessidade dessas regras (NATHANSON, 1999; MAIDEL; VIEIRA, 2015). Segundo Collier et al. (2016) essas estratégias são eficazes na diminuição do tempo que o adolescente passa conectado.

Dentre as estratégias que visam controlar o uso dos dispositivos eletrônicos, monitorar as redes sociais foi a mais mencionada pelas mães:

Quando ele tá dormindo eu vou lá pego a digital dele e coloco no celular e abro pra ver, e aí meio que não fiquei lendo tudo, mas assim deixa eu ver o grupo da escola se ele se comporta, sabe tipo? ah tá comportado. E aí entra no grupo que só tem meninos e aí aquele monte de besteira que menino fala, mas a minha preocupação era assim ... se tem alguém que eu não conheço, ou alguma pessoa estranha ... não é pra ver ele falar besteira, bobeira de escola, sabe? mas o dele é fechado... Aí eu já não vejo as conversas dele eu vejo mais é... quem tá pedindo pra ser amigo

¹ Family Link é uma ferramenta de controle parental do Google que permite aos responsáveis criar contas para seus filhos, acompanhar o tempo de uso dos dispositivos, aprovar ou bloquear aplicativos, definir limites de uso e localizar o dispositivo da criança.

e, por exemplo, se ele posta uns stories que eu ... ele só posta coisa do flamengo e aniversário dos amigos, mas de vez em quando solta um palavrão, escreve um palavrão nos stories e aí na hora eu vejo e aí eu já mando pode apagar agora não é assim que se comunica não é tal, mas as conversas do Instagram de vez em quando... assim quando ele tá eu passo um olho, mas não é uma coisa que eu fico frequente tomando conta não (Júlia).

Na tentativa de acompanhar o uso, as mães fiscalizam as redes sociais de seus filhos entrando nos aplicativos. Dessa forma, conseguem saber e determinar com quem os filhos estão conversando, quem eles aceitam como seguidores nas redes e quais conteúdos eles consomem.

Os resultados do segundo grupo apontam o diálogo como um outro tipo de mediação utilizado. Nesse sentido, o diálogo entre mães e filhos sobre o uso saudável da internet é utilizado como forma de mediar o uso da tecnologia pelos adolescentes e foi mencionado em sete das oito entrevistas. A partir dos relatos das mães, percebe-se que o diálogo como estratégia se apresentou de duas maneiras: o diálogo baseado numa conversa empática, compreendendo as necessidades dos adolescentes; e o diálogo por meio do uso de informações/reportagens que circulam nas mídias. O primeiro tipo de diálogo refere-se a uma conversa aberta para explicar sobre os possíveis perigos dos excessos da conectividade digital, visando um uso mais consciente por parte do adolescente:

A gente conversa, né? O tempo inteiro sobre isso, sobre internet, conteúdo, sobre as séries que ele assiste, sobre é... jogos que ele joga (Vera).

Mas a gente conversa bastante de... de falar pra não acreditar no que as pessoas falam pelas as redes sociais porque você não tá vendo, você não conhece as pessoas então, assim, a gente sempre alerta muito para não confiar nos outros, assim sem saber, sem conhecer (Carla).

... e aí eu resolvi relaxar em relação à censura e... e aumentar mais o diálogo pra que ele crie uma consciência. Porque eu vi que... ah a minha censura e o meu né... não, não deixar fazer a utilização do uso do celular, jogo, tava criando uma... uma... uma distância muito rancorosa entre a gente e não ia ser é... ia nos afastar num momento tão importante de construção de personalidade dele. Então eu resolvi abrir mais o diálogo é... mostrar mais as coisas como são no mundo, falar mais sobre elas pra poder ele aumentar a consciência. Foi o caminho que eu resolvi tomar (Lara).

Esse tipo de diálogo ajuda no desenvolvimento da capacidade crítica do adolescente e abre o canal de comunicação entre a mãe e o(a) filho(a). Esta estratégia consiste em uma forma de orientar o uso dos dispositivos eletrônicos através da conversa, discussão ou crítica, quando necessário. Sendo assim, possui como objetivo alertar e orientar o adolescente a respeito dos cuidados necessários com as redes sociais digitais. É uma estratégia utilizada também como forma de fortalecer o vínculo entre o adolescente e o cuidador. Essa estratégia se assemelha à mediação do tipo ativa (MA) (NATHANSON, 1999; MAIDEL; VIEIRA, 2015).

No segundo tipo de diálogo, as mães utilizam informações divulgadas nas mídias/reportagens para alertar os adolescentes sobre os perigos do uso dos dispositivos eletrônicos:

A gente fala, é ... quando aparece na televisão alguma coisa, a gente, é... conta o que aconteceu, conta histórias né de pessoas que tiveram... é... que aconteceu algum coisa ruim, aí a gente alerta. Acho que hoje em dia isso pode alertar, né? (Carla).

... por exemplo, todo caso que tem, que fica muito divulgado na mídia, eu mostro. Você deve ter visto semana passada uma menina de 12 anos foi achada no Maranhão. Era aqui do Rio, o cara dizia que tinha 14 e se eu não me engano tinha 25 e levou ela pra lá. *Tudo, tudo eu mostro pra F.* Caso de pedofilia, das pessoas que são presas. Então ela sabe disso tudo, mas eu acho que é um poder que a internet tem que atrai muito, a gente compete muito com isso, os pais. Mas o que eu mais falo é isso “não confie em ninguém, *não fale com ninguém, não pense que aquele mundo que você tá vendo a mulher toda linda, maravilhosa, que não tem filtro, que não tem... sabe? Não é assim, as pessoas têm celulite, as pessoas têm estria, as pessoas têm problema, as pessoas às vezes acordam com o cabelo não muito legal, na maioria dos dias, não acredita*”, mas eu sinto que o outro lado me vence (Joana).

Por meio dos relatos das entrevistadas, foi possível perceber que o uso de reportagens/informações divulgadas nas mídias tem como objetivo dar mais credibilidade às suas falas como mães.

A coexistência da mediação restritiva — voltada para o controle de conteúdo e tempo — e da mediação ativa — focada no desenvolvimento do senso crítico do adolescente — esteve presente nos relatos da maioria das entrevistadas. Apenas uma mãe afirmou utilizar uma dessas estratégias de forma isolada. Assim, observa-se que a maioria tem buscado combinar diferentes formas de mediação, motivadas pela preocupação com o uso excessivo de telas por parte dos adolescentes.

Desafios nos cuidados relacionados ao uso dos dispositivos eletrônicos

No discurso das entrevistadas, ficou evidente que as funções parentais têm sido mais desafiadas devido à crescente conectividade digital e à rapidez das transformações tecnológicas. Segundo as mães, os desafios diante da criação dos filhos em meio aos avanços da conectividade digital e diante do maior acesso à internet são, principalmente, conseguir controlar o tempo de tela e saber qual é o limite entre a privacidade do adolescente e o cuidado:

Então, eu acho que meu maior desafio é tirar eles da frente das telas. Botar ele no mundo real e aí com isso eu tenho que tirar as telas, há uma guerra, um pequeno desconforto, um atrito para que ele tenha o movimento de sair e ir pro clube (Rita).

Eu acho que é um desafio porque além de eles acharem que sabem das coisas a gente não consegue controlar muito bem esse tempo de acesso... é... eu sempre fico vendo assim que eu acho bacana mas ao mesmo tempo eu não tenho o controle. Eu perdi o controle do tempo que ela passa ali (Lúcia).

Um dos maiores desafios encontrados pela parentalidade é gerir o uso das redes sociais pelos adolescentes e os seus efeitos (BEYENS; KEIJERS; COYNE, 2022). Controlar o tempo de tela dos adolescentes é uma preocupação para as mães, especialmente pelo fato de

que a tecnologia desempenha um papel significativo na vida cotidiana dos adolescentes. As entrevistadas demonstraram preocupação com os malefícios do uso excessivo dos dispositivos eletrônicos:

... E eles não conseguem perceber esse limite, porque eles não conseguem ter a maturidade de entender o quanto aquilo pode ser maléfico em outros... é na questão da saúde, na questão do olho de ficar o tempo inteiro olhando essas luzes muito perto, a questão cognitiva, mesmo porque eles perdem o interesse em ler um livro de papel, sabe? (Júlia).

O uso inadequado e excessivo dos dispositivos eletrônicos pode gerar diversos riscos e alterações relevantes na saúde mental e física dos adolescentes (SALES; COSTA; GAI, 2021). O Brasil possui a taxa mais alta de uso de celular entre crianças e adolescentes do mundo (MCAFEE, 2022). As desvantagens resultantes do uso excessivo das mídias digitais pelos adolescentes são, de fato, motivos de preocupação. Torna-se evidente que é inviável pensar nas novas gerações desconectadas dos meios digitais, por isso há necessidade de uma ação conjunta de escolas, pais, responsáveis e comunidade em geral para desenvolver ações que contemplem claramente os riscos do mundo virtual (SALES; COSTA; GAI, 2021).

A pandemia da covid-19 intensificou o uso das tecnologias digitais no Brasil (COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2021). Sabe-se que as mídias digitais foram a única forma de nos proporcionar contato. Assim, essa questão vem preocupando as mães, que demonstraram dificuldade em equilibrar o tempo de tela tanto dos filhos quanto delas mesmas:

O meu maior é... problema é o equilíbrio, saber equilibrar essa quantidade. Eu acho uma coisa legal e importante, e eu tenho essa dificuldade até comigo mesma, né? Eu chego do trabalho, jantei, as crianças jantaram, eu vou deitar aqui pra descansar e perco muito tempo aqui no telefone, olhando vídeo, é vendo vídeos da da... da minha profissão (Lúcia).

As mães também mencionaram a dificuldade em encontrar um equilíbrio entre mediar os conteúdos acessados pelos adolescentes e ao mesmo tempo respeitar a privacidade e a autonomia deles. Com o objetivo de tentar mediar o acesso do adolescente às redes sociais, as mães relataram monitorar as conversas, os conteúdos e com quem eles estão conversando virtualmente:

Isso também é uma coisa bem complicada pra mim eu não sei até onde eu posso ir, quando eu começo querer visualizar os conteúdos dela, ver as conversas ela vem sempre debatendo comigo que é a privacidade dela. E aí eu nunca sei esse equilíbrio, até onde eu... e tendo que dar o espaço dela e até onde eu tenho que ir. Porque teve esses dias que eu falei que queria ver o WhatsApp e ela falou “tudo bem você ver com quem eu converso, mas eu não acho que você tem o direito de ver as minhas conversas”... e aí... e aí eu fico sempre num dilema, não sei (Lúcia).

No início fazia, mas quando ele começou a se comunicar com os amigos no WhatsApp ele falou que se sente muito agredido de eu ver as conversas dele, é... que é falta de respeito com ele, com o mundo dele, com o espaço dele, aquelas coisas de adolescente. E aí eu comprei algumas brigas e aí ele ficou muito, muito raivoso comigo e eu deixei pra lá (Lara).

A questão de os pais terem ou não a senha das redes sociais dos filhos é um assunto que merece uma reflexão mais aprofundada, pois envolve questões complexas relacionadas à privacidade, confiança e segurança. Na dúvida sobre o que fazer, uma das entrevistadas pediu auxílio à sua psicóloga e chegou à resolução de como realizar o monitoramento ao lado de sua filha:

Então, como eu tenho assim, diferente da minha mãe... eu acho que eu tenho um pouco mais de acesso a informação, eu compreendo isso, né? Eu compreendo, mas eu não sei... tanto que nesse dia eu mandei mesmo a mensagem pra minha psicóloga e eu falei “gente como que eu vou fazer de uma forma respeitosa?”. Eu queria fazer de uma forma respeitosa. E aí o que eu fiz, eu chamei ela e falei “eu vou olhar do seu lado” e aí nisso a gente ficou a manhã inteira (Lara).

A questão do controle do celular de um filho é complexa e delicada. As mães questionam-se sobre como realizar esse controle, a fim de que não violem o direito à privacidade do adolescente. Por um lado, os adolescentes têm o direito à privacidade como forma de preservação da autonomia, fundamental para o processo de diferenciação nessa etapa do ciclo vital. Além disso, a invasão excessiva pode prejudicar a construção de um relacionamento de confiança entre pais e filhos. Por outro lado, os pais têm a responsabilidade de proteger seus filhos online; um desafio recente, sobre o qual os pais não têm referências prévias. Percebeu-se a preocupação das mães em vigiar os conteúdos dos filhos de forma respeitosa. Contudo, cinco das oito mães entrevistadas afirmaram ter a senha do celular do adolescente para supervisionar suas atividades online.

Considerações finais

O presente artigo teve como objetivo discutir as estratégias utilizadas por mães de adolescentes no que diz respeito à mediação do uso da tecnologia. Todas as mães entrevistadas utilizam estratégias com o intuito de mediar a relação dos adolescentes com os dispositivos eletrônicos e as redes sociais. Tanto a mediação restritiva, utilizada para um controle de conteúdo e de tempo, quanto a mediação ativa, utilizada para o desenvolvimento do senso crítico, são fundamentais no desenvolvimento de uma relação mais saudável do adolescente com os dispositivos eletrônicos.

Além disso, o diálogo desempenha um papel crucial na construção do vínculo entre a mãe e o adolescente. O estabelecimento de uma comunicação aberta permite que o adolescente se sinta confortável em expressar suas preocupações, dúvidas e compartilhar suas experiências no mundo digital. Esse canal de comunicação fortalece o relacionamento e ajuda o adolescente a desenvolver consciência acerca dos impactos do uso da tecnologia em sua vida. Sendo assim, os pais podem utilizar os dois tipos de mediações, discutindo os conteúdos e o cuidado que o adolescente precisa ter no uso dos dispositivos eletrônicos, ao mesmo tempo em que restringem o tempo de acesso e os conteúdos.

Controlar o tempo de tela e encontrar um equilíbrio entre monitorar os conteúdos acessados pelos adolescentes e respeitar a privacidade e a autonomia apareceu como um dos maiores desafios encontrados na parentalidade em relação à mediação do uso da tecnologia. Sabe-se que os dispositivos eletrônicos se tornaram um local onde se armazenam informações íntimas. Nesse sentido, é importante refletir sobre até que ponto ter o controle do celular do filho é uma invasão da privacidade ou uma forma de cuidado.

As relações familiares, em especial as relações entre pais e filhos, têm sido influenciadas, ou até mesmo modificadas, pelas consequências produzidas pelos mais diversos usos da tecnologia. A forma como os pais realizam a supervisão do uso dos dispositivos eletrônicos pelos adolescentes interfere na relação. O equilíbrio entre cuidado e invasão com relação à supervisão do uso dos dispositivos eletrônicos varia de família para família. O diálogo aberto e a confiança desempenham um papel fundamental na tomada de decisões sobre o controle dos conteúdos digitais acessados pelos adolescentes. A transparência, por sua vez, contribui diretamente para o fortalecimento da confiança entre pais e filhos.

Conhecer as atividades online dos filhos pode ser uma maneira de proteção, de garantir que eles estejam seguros e não envolvidos em comportamentos prejudiciais. A idade e o nível de maturidade do filho são fatores que devem ser pensados. Crianças mais jovens precisam de mais supervisão e orientação, enquanto adolescentes mais maduros podem precisar de mais privacidade e autonomia. É essencial promover uma comunicação aberta sobre o uso responsável da tecnologia, riscos online e expectativas em relação à privacidade. É importante ter clareza sobre o objetivo do monitoramento do celular do filho e garantir que ele esteja ciente disso, para que a confiança no vínculo parento-filial não seja comprometida. A conectividade digital trouxe uma série de desafios e questionamentos para pais, filhos e a sociedade. Trata-se de uma mudança rápida e constante, que frequentemente levanta questionamentos sobre como lidar com questões de privacidade, segurança e os impactos das redes sociais na vida dos adolescentes.

É fundamental que a temática da mediação parental no uso da tecnologia por adolescentes continue sendo investigada, a fim de ampliar os conhecimentos e desenvolver ferramentas que contribuam para a educação tecnológica dos jovens. Destacam-se, como temas especialmente relevantes para pesquisas futuras, a privacidade digital e os conflitos familiares decorrentes da percepção dos adolescentes em relação à mediação exercida por seus pais no uso da tecnologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEYENS, I.; KEIJERS, L.; COYNE, S. M. Social media, parenting, and well-being. **Current Opinion in Psychology**, v. 47, p. 101350, 2022. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2352250X22000690>>. Acesso em: 15 nov. 2023.
- BRADLEY, R. H.; CALDWELL, B. M. Caregiving and the regulation of child growth and development: describing proximal aspects of caregiving systems. **Developmental Review**, v. 15, n. 1, p. 38-85, 1995. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0273229785710027>>. Acesso em: 24 nov. 2023.
- BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1191/1478088706QP063OA>>. Acesso em: 12 nov. 2023.
- CANALE, N. et al. **Psychology of Popular Media**. 2023. Disponível em: <<https://psycnet.apa.org/buy/2023-50869-001>>. Acesso em: 04 nov. 2023.
- COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL (CGI.br). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios**, 2019. São Paulo: CGI.br, 2020. Disponível em: <https://cetic.br/pt/pesquisa/domicilios/>. Acesso em: 6 jun. 2025
- CHEN, V. H. H.; CHNG, G. S. Active and restrictive parental mediation over time: Effects on youths' self-regulatory competencies and impulsivity. **Computers & Education**, v. 98, p. 206-212, 2016. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0360131516300756>>. Acesso em: 12 nov. 2023.
- CLARK, L. S. Parental mediation theory for the digital age. **Communication Theory**, v. 21, n. 4, p. 323-343, 2011. Disponível em: <<https://academic.oup.com/ct/article-abstract/21/4/323/4085747?login=false>>. Acesso em: 14 nov. 2023.
- COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL (CGI.br). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios**, 2020. São Paulo: CGI.br, 2021. Disponível em: <<https://cetic.br/pt/pesquisa/domicilios/>>. Acesso em: 6 jun. 2025
- COLLIER, K. M. et al. Does parental mediation of media influence child outcomes? A meta-analysis on media time, aggression, substance use, and sexual behavior. **Developmental Psychology**, v. 52, n. 5, p. 798, 2016. Disponível em: <<https://psycnet.apa.org/buy/2016-09714-001>>. Acesso em 28 nov. 2023.
- DUEK, C.; MOGUILLANSKY, M. Crianças, telas digitais e família: práticas de mediação dos pais e gênero. **Comunicação e Sociedade**, n. 37, p. 55-70, 2020. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/cs/2301>>. Acesso em: 16 nov. 2023.
- GONÇALVES, D. S. **Parentalidade no contexto da conectividade digital: narrativa de mães de adolescentes**. 2024. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

HANNA, P; MWALE, S. Não estou com você, mas estou. Entrevistas face a face virtuais. In: BRAUN, V. et al. **Coleta de dados qualitativos: um guia prático para técnicas textuais, midiáticas e virtuais**. Petrópolis: Vozes, 2019. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=tdzODwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=HANNA,+Paul%3B+MWALE,+Shadreck.+N%C3%A3o+estou+com+voc%C3%AA,+mas+estou.+Entrevistas+face+a+face+virtuais.+In:+BRAUN,+V.+et+al.+Coleta+de+dados+qualitativos:+Um+guia+pr%C3%A1tico+para+t%C3%A9cnicas+textuais,+midi%C3%A1ticas+e+virtuais.+Petr%C3%B3polis:+Vozes,+2019.&ots=j4lhpSVK5s&sig=at9rlFV1AH9e2qFb3hXea0BtH24#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 29 nov. 2023.

LEITÃO, C. F.; PRATES, R. O. A aplicação de métodos qualitativos em computação. In: **Jornadas de Atualização em Informática**, 2017, p. 43-90. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Raquel-Prates/publication/370688639_A_Aplicacao_de_Metodos_Qualitativos_em_Computacao/links/645dfe8434e26474fdf8d63/A-Aplicacao-de-Metodos-Qualitativos-em-Computacao.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2023.

LIVINGSTONE, S. et al. Maximizing opportunities and minimizing risks for children online: The role of digital skills in emerging strategies of parental mediation. **Journal of Communication**, v. 67, n. 1, p. 82-105, 2017. Disponível em: <<https://academic.oup.com/joc/article-abstract/67/1/82/4082453?login=false>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

MAIDEL, S.; VIEIRA, M. L. Parental mediation of internet use by children. **Psicologia em Revista**, v. 21, n. 2, p. 293-313, 2015. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1677-11682015000200006&script=sci_abstract&lng=em>. Acesso em: 13 nov. 2023.

MASCHERONI, G.; PONTE, C.; JORGE, A. **Digital parenting: the challenges for families in the digital age yearbook 2018**. Nordicom, University of Gothenburg, 2018. Disponível em: <<https://www.diva-portal.org/smash/record.jsf?pid=diva2%3A1265024&dswid=-9446>>. Acesso em: 22 nov. 2023.

MCAFEE. **Life Behind the Screens of Parents, Tweens, and Teens: Connected Family Study**. 2022. Disponível em: <<https://www.mcafee.com/blogs/family-safety/behind-the-screens-of-parents-tweens-and-teens/>>. Acesso em: 10 nov 2023.

NATHANSON, A. I. Identifying and explaining the relationship between parental mediation and children's aggression. **Communication Research**, v. 26, n. 2, p. 124-143, 1999. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/009365099026002002>>. Acesso em: 12 nov. 2023.

NATHANSON, A. I. Parent and child perspectives on the presence and meaning of parental television mediation. **Journal of Broadcasting & Electronic Media**, v. 45, n. 2, p. 201-220, 2001. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1207/s15506878jobem4502_1>. Acesso em: 07 nov. 2023.

NEUMANN, D. M. C.; MISSEL, R. J. Família digital: a influência da tecnologia nas relações entre pais e filhos adolescentes. **Pensando Famílias**, v. 23, n. 2, p. 75-91, 2019. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1679-494X2019000200007&script=sci_arttext>. Acesso em: 14 nov. 2023.

NICOLACI-DA-COSTA, A. M. Technological revolutions and subjective transformations. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 18, p. 193-202, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ptp/a/B8YrM538mSbqLJk6hwSdcPN/abstract/?lang=en>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

NICOLACI-DA-COSTA, A. M.; ROMÃO-DIAS, D.; DI LUCCIO, F. Uso de entrevistas on-line no método de explicitação do discurso subjacente (MEDS). **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 22, p. 36-43, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/prc/a/NjCfvgvv7Qy9DFJWkCQYr9G/?lang=pt>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SALES, S. S.; COSTA, T. M. da; GAI, M. J. P. Adolescentes na Era Digital: Impactos na Saúde Mental. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 9, p. e15110917800, 2021. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/17800>>. Acesso em: 16 nov. 2023.

SCHWARTZ, F. T.; PACHECO, J. T. B. Mediação parental na exposição às redes sociais e a internet de crianças e adolescentes. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 21, n. 1, p. 217-235, 2021. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/4518/451870070012/451870070012.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2023.

SYMONS, Rolf et al. Photon-counting CT for simultaneous imaging of multiple contrast agents in the abdomen: an in vivo study. **Medical physics**, v. 44, n. 10, p. 5120-5127, 2017.

WEISS, R. S. **Learning from strangers: the art and method of qualitative interview studies**. Simon and Schuster, 1995. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=i2RzQbiEiD4C&oi=fnd&pg=PR7&dq=W.EISS,+Robert+S.+Learning+from+strangers:+The+art+and+method+of+qualitative+interview+studies.+Simon+and+Schuster,+1995.&ots=uDfGwl11pD&sig=p_9i7rL4gB4oVobpklzjSJjEAGo#v=onepage&q=WEISS%2C%20Robert%20S.%20Learning%20from%20strangers%3A%20The%20art%20and%20method%20of%20qualitative%20interview%20studies.%20Simon%20and%20Schuster%2C%201995.&f=false>. Acesso em: 18 nov. 2023.

YUAN, N. et al. How much do parents actually use their smartphones? Pilot study comparing self-report to passive sensing. **Pediatric Research**, v. 86, n. 4, p. 416-418, 2019. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/s41390-019-0452-2>>. Acesso em: 09 nov. 2023.

Resumo O presente artigo tem como objetivo discutir as estratégias utilizadas por mães de adolescentes no que diz respeito à mediação do uso da tecnologia. Foi realizada uma pesquisa qualitativa, na qual foram entrevistadas oito mães com pelo menos um(a) filho(a) com idade entre 14 e 16 anos. A literatura sobre estratégias parentais de mediação do uso da internet e estudos sobre famílias com adolescentes fundamentaram a discussão dos dados. Os resultados desta pesquisa apontam para o monitoramento das redes sociais e o diálogo como as principais estratégias utilizadas pelas mães entrevistadas. Conclui-se que o maior desafio da parentalidade, no que se refere à mediação do uso de dispositivos eletrônicos por adolescentes, é equilibrar o controle do conteúdo acessado e do tempo de tela com o respeito à privacidade.

Palavras-chave: estratégias, adolescentes, redes sociais, parentalidade.

Adolescencia conectada:

estrategias parentales de mediación en el uso de la tecnología

Resumen El artículo tiene como objetivo discutir las estrategias utilizadas por madres de adolescentes en relación con la mediación del uso de la tecnología. Se llevó a cabo una investigación cualitativa en la cual se entrevistaron a madres con al menos un hijo o hija de entre 14 y 16 años. La literatura sobre estrategias parentales de mediación del uso de internet y los estudios sobre familias con adolescentes fundamentaron la discusión de los datos. Los resultados señalan que el monitoreo de las redes sociales y el diálogo son las principales estrategias empleadas por las madres entrevistadas. Se concluye que el mayor desafío en la parentalidad con respecto a la mediación del uso de dispositivos electrónicos por adolescentes es controlar el contenido accedido y el tiempo de pantalla sin invadir su privacidad.

Palabras Clave: estrategias, adolescentes, redes sociales, parentalidad.

Connected adolescence:

parental strategies for mediating the use of technology

Abstract The article aims to discuss the strategies employed by mothers of adolescents regarding the mediation of technology use. A qualitative research was conducted, interviewing mothers with at least one child aged between 14 and 16 years old. The literature on parental mediation strategies for internet use and studies on families with adolescents provided the foundation for the data discussion. The findings indicate that social media monitoring and open dialogue are the primary strategies employed by the interviewed mothers. It is concluded that the greatest challenge in parenting, concerning the mediation of electronic device use by adolescents, is to control the accessed content and screen time without infringing upon their privacy.

Keywords: strategies, adolescents, social networks, parenthood.

DATA DE RECEBIMENTO: 20/08/2024

DATA DE APROVAÇÃO: 16/04/2025



Daniela Seraphim Gonçalves

Mestre em Psicologia Clínica pela PUC-Rio, Graduada em Psicologia pela PUC-Rio. Atua como psicóloga clínica. Dedicar-se aos estudos dos impactos das mídias digitais na subjetividade.

E-mail: danielaseraphim@hotmail.com



Andrea Seixas Magalhães

Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-Rio, Professora Associada do Departamento de Psicologia da PUC-Rio. Professora do Curso de Especialização em Psicoterapia de Casal e Família da PUC-Rio, Membro da AIPCF e ABPCF, Cientista do Nosso Estado/ FAPERJ.

E-mail: andream@puc-rio.br



Mariana Gouvêa de Matos

Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-Rio, pós-doutoranda em Psicologia Clínica na PUC-Rio, e professora do curso de especialização em Psicoterapia de Família e Casal na CCE/ PUC-Rio.

E-mail: mariana.g.matos@hotmail.com



Provocações dissidentes: o apagamento da diversidade sexual e de gênero na política socioeducativa do Sinase

Douglas Aparecido da Silva Gomes

Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Governo do Distrito Federal, Brasil

<https://orcid.org/0009-0008-8379-4796>

Maria Lucia Pinto Leal

Universidade de Brasília, Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-3762-2009>

Introdução

Este trabalho emerge de uma questão contemporânea para as políticas públicas infantojuvenis desenvolvidas no Brasil. Assim, analisa a política socioeducativa desempenhada através do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e reflete o viés de trabalho com as pluralidades de gêneros e respectivas identidades, de orientações sexuais e sexualidades, em especial dos sujeitos dissidentes da cisgeneridade e/ou da heterossexualidade.

Compreender esses aspectos, que se referem umbilicalmente ao direito a ser diverso no interior da política pública socioeducativa, não exime desconsiderar anteriormente a influência da colonização capitalista e a incidência desse processo no desenvolvimento e fortalecimento de pensamentos e práticas conservadoras, entre elas a própria noção construída de sujeito, sexualidade, gênero e identidades. Esses aspectos recaíram na formulação de ações estatais voltadas às crianças e adolescentes, principalmente àqueles(as) inseridos(as) em contexto de vulnerabilidade e empobrecimento, ora denominados como menores.

Cabe destacar que o desenvolvimento dos Códigos de Menores de 1927 e 1979 e a continuidade desses paradigmas na atualidade – exposta através do cenário conservador com o qual se apresenta o debate sobre medidas socioeducativas (MSE), como as sentidas a partir da discussão sobre redução da maioridade penal, ampliação do tempo de medida, autorização do porte de armas para trabalhadores do Sinase – obstrui a implementação e o avanço das normativas contemporâneas infantojuvenis localizadas, por exemplo, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos paradigmas pedagógicos contidos na Resolução nº 119/2006 (BRASIL, 2006), na Lei Federal nº 12.594/2012 (BRASIL, 2012) e na recente Resolução Conanda nº 233/2022 (BRASIL, 2022), que estabelece o atendimento socioeducativo às adolescentes (cisgêneras e transgêneras) privadas de liberdade.

Entende-se que a influência cristã, colonizadora e capitalista na formação sócio-histórica do Brasil, procedeu com a universalização de um sujeito moralmente aceito, de pertencimento branco, europeu, de uma sexualidade vinculada à regra heterossexual, padronizada por um valor dominante e revelada como “normal”, que desencadeou a vivência única de um gênero-corpo “inteligível” (BUTLER, 2008), criando privilégios para aqueles(as) que se encontram dentro dos modelos binários da normatividade.

A união desses dispositivos demonstra a reprodução de um padrão sociocultural e sexual hegemônico de gênero-sexualidade-corpo, fazendo com que os sujeitos que destoam dessa dinâmica se encontrem em situação de vulnerabilidade, sendo guiado pela eminência de uma biopolítica que “[...] lida com a população, e a população como como problema a um só tempo científico e político, biológico e de poder” (FOUCAULT, 2005, p. 292-293).

Inspirado por essa perspectiva, Mbembe (2016), fundamentado nas ideias de biopoder e biopolítica, afirma que o poder estatal contemporâneo determina quem pode viver e quem deve morrer. Os dados da política socioeducativa revelam que adolescentes e jovens – marcados pelas relações socioestatais racializadas, intercambiados pela classe social periférica, agravados pela orientação sexual divergente da heterossexualidade e/ou possuidores de identidade transgênero – estão exponencialmente expostos a violências que ameaçam sua existência, tanto na sociedade quanto no âmbito da política socioeducativa (Sinase), cujas práticas atuam de forma a apagar essas existências.

O padrão sociocultural hegemônico de gênero e sexualidade, no atual modelo socioeconômico, faz com que aqueles(as) que rompem com esses ditames se encontrem em contextos de morte, de invisibilidade (PELÚCIO, 2011), o que, na política socioeducativa, resulta na constante desvalidação desses sujeitos, como na omissão e nos maus-tratos evidenciados nos dados governamentais. No entanto, ressalta-se que os corpos e sexualidades dissidentes continuam a existir na realidade do atendimento socioeducativo, o que, não raro, são apenas notados quando apresentam problemas ao sistema socioeducativo.

É preciso descolonizar esse pensamento sem, contudo, recolonizar a discussão — mas sim subvertê-la. Ao afirmar a necessidade da implementação de ações de inclusão, visibilidade e cuidado com a diversidade na socioeducação, reafirma-se o lugar de imprescindibilidade e resistência ao pensamento conservador, que vislumbra resumir os sujeitos no prisma menorista e somente em comportamentos infracionais de cunho violento, na impressão identitária do “bandido”, do “sujeito perigoso”. Afinal, os marcadores sociais do público atendido pelo Sinase, formado majoritariamente por adolescentes do gênero masculino, negros, periféricos e pobres, denotam o quanto, historicamente, esses indivíduos foram marginalizados(as), excluídos(as) de dignidade, incluindo como mecanismo primeiro de atuação estatal o controle e homogeneização – ou mesmo anulação – dos corpos, comportamentos e identidades.

Os(as) adolescentes que vivenciam a (re)socialização estão expostos(as) a aspectos pedagógicos que enfatizam a obediência e o acatamento de normas de forma autoritária, funcionando como um poder “normalizador” e “corretor” desses jovens e de seus corpos vistos como perigosos. Esse processo exige que eles(as) se adequem a uma dinâmica que vai desde a conformidade com papéis de gênero e sexualidade normativa até a aceitabilidade das expectativas morais e sociais de sua classe, alinhando-se aos padrões marginais esperados por aqueles(as) que os(as) avaliam.

Os estudos de Santos (2020) vão ao encontro do que propõe Batista (1998), ao pontuar que a atual política socioeducativa – assim como os projetos de socioeducação apresentados – revela-se fracassada em seu aspecto educativo, priorizando a disciplina, a reprodução e o conformismo.

Percurso metodológico

Observado o cenário sócio-histórico exposto e a escolha de um referencial crítico-dialético que evidencia a construção da política socioeducativa, a metodologia científica adotada baseou-se na pesquisa qualitativa (MINAYO, 2019), por meio de um estudo exploratório (GIL, 2021), vinculado à pesquisa social (DEMO, 2019; MINAYO, 2019). Para isso, realizou-se uma revisão de dez Levantamentos Anuais de Atendimento Socioeducativo (LAAS), publicados entre 2009 a 2023, além da única Pesquisa de Avaliação do Sinase, lançada em 2020. Posteriormente, foi realizada uma análise documental desses materiais selecionados (GIL, 2002; 2021; GUINDANI, 2009; SÁ-SILVA; ALMEIDA).

Após a escolha dos LAAS e da Pesquisa de Avaliação do Sinase, a análise ocorreu a partir da compreensão da forma como se apresentaram nesses textos políticos-legais três marcadores identitários centrais para este estudo: 1) gênero; 2) identidade de gênero; e 3) orientação sexual. Essa ação possibilitou tecer uma análise temporal de como cada conceito foi trabalhado no cenário das medidas socioeducativas, além de contribuir para revelar como são tratados(as) os(as) adolescentes e jovens (auto)identificados(as)

como lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, *queer*, intersexuais, assexuais, pansexuais e de gênero-neutro, denominados a partir do acrônimo LGBTQIAPN+, nos dados governamentais.

Destaca-se que essa leitura foi interligada a outros dados – como raça/cor, renda e composição familiar, quando disponíveis –, partindo do entendimento de que é imprescindível considerar a interseccionalidade como eixo de análise. Essa abordagem é compreendida como uma “instrumentalidade teórico-metodológica destinada à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (AKOTIRENE, 2019, p. 16), sendo fundamental para a apresentação crítica das múltiplas camadas que atravessam a realidade socioeducativa.

Resultados e discussão

O LAAS se configura como publicações realizadas pelo Governo Federal desde 2006 sendo uma das principais fontes de dados sobre o Sinase e dos demais sistemas socioeducativos descentralizados.

A Lei nº 12.594/2012 instituiu como competência do Governo Federal a função central de “instituir e manter o Sistema Nacional de Informações sobre o Atendimento Socioeducativo” (BRASIL, 2012). Embora determine que os estados e municípios forneçam dados ao Sinase, as informações sobre o programa de meio aberto variam, pois, em muitas localidades, esse programa encontra-se vinculado à política de assistência social. Essa diferença na gestão gera fragilidades na coleta e apresentação dos dados.

O site¹ do atual Ministério responsável pelo Sinase disponibiliza dez levantamentos e uma pesquisa de avaliação, cobrindo o período de 2009 a 2023, conforme detalhado na Tabela 1.

Tabela 1– Organização das publicações referente aos LAAS e à Pesquisa de Avaliação do Sinase, conforme anos-base e anos de publicações

Tipo de documento	Data de coleta dos dados	Ano-base	Ano de publicação
Levantamento	20 de dezembro de 2009 a 22 de fevereiro de 2010	2009	2009
Levantamento	30 de novembro de 2010	2010	2010
Levantamento	30 de novembro de 2011	2011	2011
Levantamento	30 de novembro de 2012	2012	2014
Levantamento	30 de novembro de 2015	2013	2015
Levantamento	30 de novembro de 2014	2014	2017
Levantamento	30 de novembro de 2015	2015	2018
Levantamento	30 de novembro de 2016	2016	2018
Levantamento	30 de novembro de 2017	2017	2019
Pesquisa	03 e 04 de fevereiro a 23 de março de 2020	2020	2020
Levantamento	30 de junho de 2023	2023	2023

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

1 Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/levantamentos-nacionais>>. Acesso em: 12 jun. 2025.

A partir da Tabela 1, quatro pontos se destacam, revelando sérios obstáculos para compreender e acompanhar adequadamente essa política pública: 1) infrequência nas publicações dos dados; 2) alternâncias no período de coleta das informações emitidas pelos sistemas estaduais e do DF; 3) ausência da disponibilização dos levantamentos acerca do sistema socioeducativo antes de 2009; e 4) inexistência da realização dos levantamentos acerca dos anos de 2018, 2019, 2021 e 2022.

Outro ponto salutar se refere à interrupção dos LAAS depois de 2011. Após esse período, só foram retomadas as publicações em 2014, ou seja, três anos mais tarde. Do mesmo modo, ocorreu uma nova ausência após 2015, sendo retomada a produção de dados apenas em 2017, que trouxe dados referentes ao período de 2014. Outrossim, o levantamento publicado em 2019 considera apenas a realidade de 2017.

Com base na leitura, percebe-se que há uma maior preocupação em apresentar a organização dos sistemas socioeducativos. Todavia, os marcadores sociais presentes, os quais visam traçar um perfil do(a) adolescente ou jovem em cumprimento de MSE, são mais pontuais e demonstram variações ou mesmo ausências na aquisição desses dados, conforme apresentado na Tabela 2 a seguir.

Tabela 2 – Marcadores sociais presentes nos LAAS e na Pesquisa Nacional de Avaliação do Sinase

Marcadores	PUBLICAÇÕES										
	2009	2010	2011	2014	2015	2017	2018	2018	2019	2020	2023
	Ano base 2009	Ano base 2010	Ano base 2011	Ano base 2012	Ano base 2013	Ano base 2014	Ano base 2015	Ano base 2016	Ano base 2017	Ano base 2020	Ano base 2023
Sexo Gênero	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Idade Faixa etária			X	X		X	X	X	X	X	
Raça/cor Raça/etnia					X	X	X	X	X	X	X
Identidade de gênero									X		X
Orientação sexual									X		
Renda									X		X

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Destaca-se que, na maioria dos levantamentos, as categorias gênero e sexo são tratadas como sinônimos, sendo utilizadas para indicar, principalmente, as unidades socioeducativas destinadas à internação provisória, internação em regime estrito e semi-liberdade, conforme o público atendido (masculino, feminino ou ambos os gêneros). Além disso, essas categorias também são empregadas na análise da tipologia dos atos infracionais cometidos por meninos ou meninas.

Foi a partir da publicação de 2014 (ano-base 2012) que houve a primeira coleta do item relacionado à faixa-etária referente ao programa de restrição de liberdade:

Pela **primeira vez** deste Levantamento Nacional, inserimos a pergunta sobre a faixa etária dos adolescentes atendidos pelas unidades de atendimento de meio fechado. A maioria dos adolescentes está concentrada na faixa etária entre 16 e

17 anos, somando 54% do total. Somadas, as faixas etárias entre 14 e 17 anos são ao todo 71% dos(as) adolescentes do sistema socioeducativo no Brasil, a imensa maioria (BRASIL, 2014, p. 21, grifo do autor).

No ano seguinte, o LAAS começou o trabalho de contabilizar o marcador raça/cor no mesmo programa de atendimento, descrevendo que:

Pela primeira vez o LEVANTAMENTO ANUAL SINASE coleta informações sobre raça/cor nas UFs de todo o país. Apenas cinco UFs indicaram não registrar tal informação (AM, MS, PE, RR, SE), totalizando 17%. Os resultados mostram que 57% dos adolescentes e jovens em restrição e privação de liberdade foram considerados pardos/negros e cerca de ¼ foram registrados como brancos pelos gestores estaduais do Sistema Socioeducativo. Observe-se ainda 39 indígenas, sendo que 19 estão no Sistema Socioeducativo de São Paulo [...]. Outro importante indicador coletado pela primeira vez no Levantamento desse ano está relacionado à cor/raça dos adolescentes e jovens em restrição e privação de liberdade no país. Os resultados mostram que 57% dos adolescentes e jovens foram considerados pardos/negros. Os indicadores mostram que a população carcerária do país também reproduz essas características, sendo majoritariamente jovem e negra, assim como as vítimas da violência letal no país (BRASIL, 2015, p. 31-51).

Assim, esse documento iniciou a contagem dos(as) adolescentes e jovens pertencentes à população branca, amarela, indígena e negra, sendo o último segmento a população mais presente no contexto da política socioeducativa e reaparecendo nos demais levantamentos.

Quanto aos marcadores referentes à identidade de gênero, orientação sexual e renda, foram citados pela primeira vez no LAAS de 2019 (ano-base 2017), estando novamente inseridos na edição referente ao período de 2023.

Acerca da publicação de 2019, notam-se problemas estruturais e equívocos significativos. Um exemplo é a denominação do movimento social identificado pela sigla LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros). O referido levantamento inclui os simpatizantes no grupo, ignorando a mudança formal da nomenclatura definida em 2008, na 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, em Brasília. Essa inclusão confunde o apoio a esse público com as características essenciais de identidade de gênero e/ou orientação sexual:

No eixo diversidade, encontra-se o art. 35, inciso VIII do ECA em não discriminação de gênero, a Pesquisa do Levantamento Anual SINASE 2017 **traz pela primeira vez** dados dos adolescentes pertencentes a categoria de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, intersexuais e **simpatizantes** – LGBTIs (BRASIL, 2019, p. 37, grifos do autor).

Como aponta Gomes (2020), esse equívoco não pode ser ignorado, pois o movimento LGBTQIAPN+ representa identidades políticas já invisibilizadas, que exigem reconhecimento para garantir a cidadania:

[...] Um estranhamento ocorre ao decorrer da leitura deste texto. Assim a pesquisa visa apresentar os dados englobando o público de simpatizantes que estão em acompanhamento no sistema socioeducativo. Isto é algo, no mínimo,

incoerente para ser posto em um documento governamental, uma vez que o termo simpatizante deixou de ser utilizado desde a mudança da nomenclatura do movimento político denominado de Gays, Lésbicas e Simpatizantes – GLS para LGBT (GOMES, 2020, p. 32).

Ainda sobre os dados de adolescentes e jovens LGBTs no sistema socioeducativo, o documento informa que estiveram sobre o acompanhamento 21 socioeducandos(as) pertencentes a esse segmento, sendo provenientes: 07 em Amazonas, 04 no Espírito Santo, 03 na Paraíba, 01 no Acre, 01 em Alagoas, 01 no Distrito Federal, 01 em Minas Gerais e 01 no Rio Grande do Norte (BRASIL, 2019).

Considerando que, no mesmo período, havia uma população total de 17.845 adolescentes e jovens em cumprimento de MSE nas modalidades de internação e semiliberdade, e que apenas 21 foram identificados(as) como LGBTIs, esse grupo representava apenas 0,11% do público total. No entanto, esse dado deve ser problematizado e redimensionado, tendo em vista não apenas a má qualificação dos itens relacionados à orientação sexual e identidade de gênero, mas também a subalternização invisibilizadora dessas categorias no interior da política socioeducativa — o que contraria as próprias normas técnicas que regem o sistema. Conforme destaca Gomes (2020):

Com relação ao quantitativo, o levantamento demonstra que houve em todo o território nacional 21 adolescentes LGBTIs atendidos pelas unidades socioeducativas. Além de serem apresentados no mesmo grupo, portanto, sem demonstrar qual o quantitativo, por exemplo, de gays, lésbicas, travestis, **apenas 09 estados apresentaram dados quanto a esse elemento**. A ausência de dados qualificados e de informações, como da realidade do Rio de Janeiro e São Paulo, que respondem quase a metade do quantitativo total acompanhado no ano de 2017 (Brasil, 2019), resulta em uma invisibilidade política relevante para o aperfeiçoamento do sistema em prol deste segmento (GOMES, 2020, p. 32, grifo do autor).

No quesito renda, havia informações disponíveis de somente 801 adolescentes e jovens acompanhados(as), o que configura, novamente, um indicador significativamente variável. O levantamento apontou que 73,40% (n=588) recebiam até 1 salário-mínimo, seguido por 17,85% (n=143) que não possuíam qualquer renda familiar, 8,36% (n=67) auferiam de 1 a 2 salários-mínimos, seguido por 0,24% (n=2) que recebiam mais de 4 salários e 0,12% (n=1) que recebia de 2 a 3 salários. Assim, 91,25% do público atendido variou entre não ter nenhuma renda ou receber até um salário-mínimo, o que revela um quadro de precarização grave.

A partir das informações disponíveis no LAAS, que traça um perfil do responsável pelo grupo familiar em relação à renda e ao número total de membros por domicílio, observa-se um quadro em que a chefia familiar é, majoritariamente, exercida por mulheres — com destaque para a figura materna —, em contextos de sobrevivência com renda per capita entre R\$ 187,40 e R\$ 156,16. Esses dados revelam uma realidade de proximidade com a linha da pobreza.

Quanto à Pesquisa de Avaliação do Sinase (2020), a equipe responsável realizou a análise do sistema socioeducativo publicando o diagnóstico separado por quatro eixos do Sinase: 1) Gestão do sistema; 2) Entidades do Sinase; 3) Programas socioeducativos; e 4) Resultados.

As informações destacaram a fragilidade na coleta de dados, confirmando criticamente a má qualidade das informações sobre o Sistema Nacional. Marcadores como identidade de gênero, orientação sexual e deficiência não foram contabilizados, enquanto outros (idade, raça/cor, gênero) foram apresentados apenas em números absolutos, sem detalhamento ou quantitativos específicos.

Referente ao eixo gestão do sistema, o documento sinalizou no item “desafios enfrentados na realização da pesquisa”, que:

A **inconsistência** de algumas informações fornecidas por alguns pesquisados, principalmente nas questões abertas referentes a números absolutos - tais como valores orçamentários; **quantitativos do número de adolescentes nas unidades (por gênero, idade, escolaridade, tipo de ato infracional)**; [...] assim sendo, algumas questões não puderam ser incorporadas e outras **devem ser interpretadas com cautela por falta de consistência nas respostas** (BRASIL, 2020, p. 23, grifos do autor).

O último levantamento estruturou a análise a partir dos dados de 11.556 adolescentes e jovens acompanhados(as) pelo Sistema Socioeducativo do programa de restrição e privação de liberdade.

Embora mencione essa população total, retrocede em relação ao levantamento anterior ao não apresentar a faixa etária do público atendido, sem explicar a ausência. O LAAS apenas projeta o número de jovens cumprindo medidas socioeducativas, portanto considera a faixa de 12 a 21 anos, ou seja, aqueles(as) que estejam vinculados(as) ao Sinase. Segundo a projeção, “percentualmente tem-se que os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de restrição e privação de liberdade apenas 0,04% em relação ao total de adolescentes no país, em 2022” (BRASIL, 2023, p. 24).

A fim de aprofundar a análise, discorre sobre os marcadores sociais onde são apresentados alguns atributos dos(as) adolescentes e jovens, sendo realizados recortes de análise dentro desse eixo temático: “[...] se debruçou no levantamento de dados **sobre identidade de gênero, cor da pele/etnia, renda familiar e território de moradia** da população de adolescentes inseridas no sistema socioeducativo” (BRASIL, 2023, p. 38, grifo do autor).

Quanto à raça/cor e pertencimento étnico, o levantamento apontou 63,8% (n=7.540) dos(as) socioeducandos(as) que se declararam como pertencentes à população negra, seguido pela parcela branca com 22,3% (n=2.633) e 0,1% (n=8) de cor amarela. Quanto às comunidades tradicionais e povos originários, 0,4% (n=53) se afirmaram indígenas, e apenas 0,008% (n=1) pertencente a quilombos. Destacam-se os números expressivos que representam a ausência de informações quanto a esses quesitos: “além de 214 adolescentes **sem registro quanto à cor da pele ou etnia**, e 802 **sem informação relatada** por alguns estados, representando 6,8% dos(as) adolescentes” (BRASIL, 2023, p. 41, grifos do autor).

Referente à identidade de gênero, o documento apresentou, pela primeira vez, algumas definições quanto ao item, trazendo conceitos essenciais quanto à caracterização de cisgeneridade, transgeneridade e não binaridade:

[...] **mulher transgênero** refere-se à pessoa designada como homem ao nascer, mas que se identifica como mulher, e **homem transgênero** à pessoa designada

como mulher ao nascer, mas que se identifica como homem. Já a **pessoa cisgênero** se identifica com o mesmo gênero designado ao nascer, diferente do **gênero não binário**, o qual diz respeito ao indivíduo que não se identifica como pertencente a um gênero exclusivo, ou seja, não se identifica como homem ou mulher, apesar que rotineiramente podem se caracterizar de ambas as formas, mesmo não se reconhecendo totalmente (BRASIL, 2023, p. 38 e 39, grifos do autor).

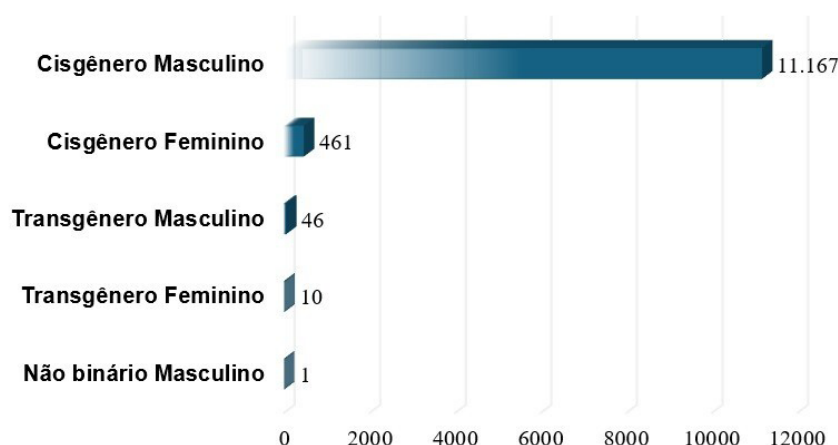
O documento aponta problemas de algumas unidades federativas. O Rio Grande do Norte “**não apresentou informações** de identidade de gênero dos(as) adolescentes vinculados às suas unidades socioeducativa” (BRASIL, 2023, p. 40, grifo do autor) e o DF apresentou “**valores superiores** ao de adolescentes vinculados às suas medidas socioeducativas” (BRASIL, 2023, p. 40, grifo do autor), revelando os desafios da apropriação dessas categorias, ou seja, ora não há dados, ora os dados não demonstram exatidão.

No entanto, é oportuno advertir que identidade de gênero e orientação sexual são categorias que, em um acompanhamento estatístico, podem sofrer alterações ao longo do tempo. Ou seja, durante o atendimento, é possível que adolescentes que inicialmente se declaravam cisgêneros(as) e/ou heterossexuais passem a se afirmar como transgêneros(as) e/ou com orientações dissidentes da heteroafetividade.

Isso ocorre porque são características dinâmicas e fluídas, que se desenvolvem no decorrer da vida dos sujeitos. Por esse motivo, estão relacionadas à compreensão da própria individualidade e ao processo de autoconhecimento. Além disso, envolvem uma dimensão profundamente pessoal, pois dependem das condições de segurança e do vínculo de confiança nos espaços ocupados, que permitem aos indivíduos comunicar publicamente sua sexualidade e outras expressões identitárias.

Assim, se é negligente a inexistência de dados disponíveis nos sistemas socioeducativos sobre esses aspectos, cabe à gestão também compreender que as mudanças dos dados revelam um cenário importante e adequado para o trabalho com o universo LGBTQIAPNB+. Acerca desse tema, dos(as) 11.685 adolescentes e jovens acompanhados(as) e que preencheram esse item, tem-se o Gráfico 1:

Gráfico 1 – Adolescentes e jovens em restrição e privação de liberdade, por identidade de gênero, no LAAS de 2023



Fonte: Levantamento Anual do Atendimento Socioeducativo (ano-base 2023) (BRASIL, 2023).

Percebe-se uma população massivamente formada por adolescentes e jovens cisgêneros masculinos, 95,56% (n=11.167), seguidos por socioeducandas cisgêneras, 3,94% (n=461). Quanto à população transgênera, 0,39% (n=46) afirmaram ser transgêneros masculinos, 0,085% (n=10) transgêneros femininos e apenas 0,008% (n=1) como adolescente masculino não binário.

Somando o público que se identifica com o gênero masculino, tem-se um total de 95,95% (n=11.214) dos atendimentos, enquanto 4,025% (n=471) se refere ao grupo feminino. Dessa forma, observa-se que a política socioeducativa possui uma incidência majoritária de trabalho voltado ao público masculino (cis e trans), o que, se não for analisado de forma crítica, pode contribuir para a invisibilização das demandas específicas do público feminino (também cis e trans).

Apesar de avanços no detalhamento sobre pertencimento de gênero, o documento retrocede ao excluir a orientação sexual e a sexualidade da coleta de dados dessa política pública. Além disso, o LAAS apresenta uma contradição: destaca a importância da orientação sexual na política socioeducativa, mas não fornece dados específicos, limitando-se à conceituação geral, diferentemente do tratamento sobre a identidade de gênero:

[...] Neste estudo compreende-se que orientação sexual se refere à atração emocional, romântica e/ou sexual de uma pessoa em relação a outras, e é um componente essencial da identidade humana. Diversas categorias compõem o espectro da orientação sexual, incluindo heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade, pansexualidade, entre outras (BRASIL, 2023, p. 38).

Percebe-se uma deslegitimação nesse aspecto, evidenciando uma face do sistema socioeducativo que segue as mesmas dinâmicas acerca das violências sofridas pela população LGBTQIAPN+ ressaltado pelo dossiê de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil elaborado por ACONTECE ARTE E POLÍTICA LGBTI+ et al. (2024).

Na ocasião, o documento denuncia que a homo e/ou transfobia presente no interior das instituições se manifesta em diferentes níveis: desde as omissões estatais, passando pelo baixo esforço em reconhecer e enfrentar as violações de direitos, até a negligência na formulação de respostas e na validação das demandas advindas das pluralidades nas vivências de gênero, identidades e orientações sexuais. Tais aspectos estão presentes nos diversos LAAS analisados.

No tocante à renda familiar, o documento realiza essa reflexão no subitem “classe”, com uma leitura crítica, mas de forma sucinta e incompleta. Assinala que 58,9% das famílias têm rendas informais, sendo esse um preocupante dado, uma vez que há um número significativo de ausência de informações nesse quesito por parte dos sistemas socioeducativos descentralizados. Adiante, cerca de 19,1% dos grupos familiares possuem renda familiar de até 1 (um) salário-mínimo e, em último lugar, com 3,5%, de famílias que contam com até 3 (três) salários.

Embora analise o impacto da classe/renda e os obstáculos agravados pela dimensão racial no sistema capitalista e neoliberal, o documento omite dados importantes para qualificar essa leitura. Não apresenta o quantitativo geral do universo desenvolvido, nem aponta possíveis disparidades nos dados coletados, comportamento recorrente no trato de outras informações, além disso não informa o número ou percentual de famílias com renda de até 2 salários-mínimos mensais, dificultando uma análise crítica, lógica e interseccional, perdendo a oportunidade de aprimorar e/ou reforçar o compromisso com a qualidade dos dados dessa política.

Os influxos da cultura menorista na construção das políticas públicas socioeducativas no Brasil: do menorismo à cidadania

A literatura nacional afirma que as legislações iniciais de cuidado de crianças e adolescentes – representadas tanto no Código de 1927 quanto pelo Código de 1979 – têm bases em ordenamentos conservadores, promovidas a partir do interesse de uma elite brasileira (RIZZINI, 2006). Essas intervenções carregavam propostas de cunho moralizador sobre como lidar com a “infância desvalida”, qualificada como “viciosa” e “marginal”, sendo percebida como um problema que merece controle, evitando assim a desordem social (RIZZINI, 2011).

A década de 80 marca a história nacional, principalmente quando se analisa a luta pela conquista da redemocratização do país. É característico desse momento o desejo de fazer política por meio da participação popular, com o anseio de fortalecer e consolidar os valores de cidadania, além de ampliar o debate social sobre os projetos de sociedade que se almeja constituir e que estão em disputa.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e a aprovação do ECA (BRASIL, 1990) empreenderam um aparato normativo essencial para superar – pelo menos do ponto de vista jurídico – os valores menoristas implementado pelo comportamento estatal, rompendo assim com o “entulho autoritário” (COSTA, 2001, p. 30). Ambos os documentos formalizam a oposição às restrições conservadoras, propondo novos paradigmas democráticos para a infância, a adolescência e a juventude, com base no reconhecimento de direitos. Assim, conferem a esse público o status de sujeitos de direitos, priorizando a proteção integral e a prioridade absoluta (FALEIROS, 2005; RIZZINI, 2011, 2006).

Quanto ao Estatuto, é importante a apresentação de duas definições que dizem respeito à compreensão do que é ser criança e adolescente. O primeiro se relaciona à faixa-etária e o segundo ao aspecto do desenvolvimento, afirmando que devem ser considerados “[...] os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como **pessoas em desenvolvimento**” (BRASIL, 1990, grifo do autor). Assim, entender a criança e o(a) adolescente como “pessoa em desenvolvimento” precisa ser algo vivenciado nas relações cotidianas. Todavia, esse tópico permanece polêmico, uma vez que a socialização ainda se encontra marcada pela égide adultocêntrica que cria modelos rígidos sobre “como e qual deve ser e qual o lugar” do segmento infanto-juvenil, conceitos, em regra, concebidos a partir da visão do outro, do responsável adulto e o seu lugar de poder.

Conforme alerta Faleiros (2007), sobressai na história da infância o exercício de uma pedagogia opressora de submissão desse público ao poder dos adultos:

[...] ainda corrente em instituições Brasileiras – família, hospitais, escola, igrejas, serviços de assistência e de ressocialização – a **defesa e o exercício de uma pedagogia perversa de submissão de crianças e adolescentes ao poder autoritário, arbitrário e violento dos adultos**. Infelizmente, ainda causa estranheza o fato de crianças e adolescentes terem se tornado sujeitos de direitos a partir do advento do ECA, razão pela qual se explicam as reações contrárias ao Estatuto (FALEIROS, 2007, p. 31, grifo do autor).

Ainda de acordo com o autor, essa relação não horizontalizada configura-se como uma relação de poder, na qual atuam e se confrontam atores ou forças com pesos e poderes desiguais – em termos de conhecimento, autoridade, força, experiência, maturidade, estratégias e recursos –, estabelecendo correlações de forças desproporcionais.

Diversos estudos destacam a necessidade de aprofundar o olhar sobre as noções que sustentam os paradigmas sociais acerca dos sujeitos, incluindo, portanto, a necessidade de compreender a dinâmica do desenvolvimento humano nas mais diversas etapas da vida (ASPESI; DESSEN; CHAGAS, 2008; YOKOY; GUEDES, 2019) e nos mais variados contextos interativos. Para isso, é fundamental considerar o tempo, os aspectos culturais, as relações sociais estabelecidas, bem como os fatores fisiológicos e genéticos. Dessa forma, o desenvolvimento humano passa a ser compreendido como um processo mais bidirecional do que unidirecional.

De acordo com Bronfenbrenner e Evans (2000), a ciência compreende que esse aspecto deve considerar as:

[...] condições e processos que produzem continuidade e mudança ao longo do tempo nas características biopsicológicas dos seres humanos, seja ao longo do curso da vida, através de gerações sucessivas, retrospectivamente ao longo do tempo histórico ou prospectivamente em termos de implicações para o curso do desenvolvimento humano no futuro (BRONFENBRENNER; EVANS, 2000, p. 3).

Nesse sentido, não se pode recair em análises isoladas que determinam o desenvolvimento de uma forma unívoca, que resume o sujeito a partir de processos avaliativos rotineiros que maquinificam as pessoas e as respectivas aprendizagens (DEMO, 2021). São limitados e contraproducentes os entendimentos que explicam o ser humano — especialmente quando se trata de crianças, adolescentes e jovens — apenas com base em fatores genéticos ou em determinismos socioambientais, uma vez que nos desenvolvemos, aprendemos e nos transformamos ao longo de toda a vida.

A necessidade de romper com esse parâmetro de compressões unívocas se encontra como um dos obstáculos a serem respondidos na atuação socioeducativa com adolescentes e jovens em cumprimento de medidas, sendo citada como uma premissa da política desempenhada pelo Sinase. A partir da Resolução nº 119/2006, o Sinase passou a ser definido como uma política pública, de responsabilidade estatal, desenvolvida a partir de um sistema intersetorial e envolvendo, o Sistema Educacional, Sistema Único de Saúde, Sistema Único de Assistência Social e Sistema de Justiça e Segurança Pública (BRASIL, 2006). De acordo com o documento, um dos desafios dessa política é o de conceber o público atendido para além dos atos infracionais realizados, afirmando que, “No caso dos adolescentes sob medida socioeducativa é necessário [...] **superar práticas ainda corriqueiras que resumem o adolescente ao ato a ele atribuído**” (CONANDA, 2006, p. 25, grifo do autor).

Na obra *Aventura pedagógica*, do pedagogo Antônio Carlos Gomes da Costa, o autor defende a imprescindibilidade de um trabalho social que promova uma pedagogia cidadã, em contraposição às intervenções pragmáticas que, em vez de promoverem direitos, frequentemente os violam:

Conferir cidadania pedagógica ao trabalho social e educativo dirigido ao adolescente infrator e a outros grupos em situação de risco é, pois, uma tarefa urgente e necessária. Precisamos começar a fazer pedagogia para que não

continue a predominar, nessa área de atividade, a transgressão sistemática dos direitos humanos e de cidadania da fração relegada da nossa infância e da nossa juventude (COSTA, 2001, p. 30).

Essa concepção deve integrar a realidade da atuação socioeducativa desempenhada pelos sistemas socioeducativos no Brasil. A atuação profissional deve possuir um cunho pedagógico na implementação da responsabilidade jurídica dos(as) adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa e, para isso, deve estar conectada a uma educação social, isto é, a uma socioeducação, com “uma intencionalidade de ruptura com a lógica punitiva e criminalizante, guardando uma relação de proximidade com a ideia de educação social” (SANTOS, 2020, p. 188).

Nesse sentido, compreender esse público sob o prisma da cidadania requer reconhecê-lo como constituído por sujeitos complexos, multideterminados e influenciados por múltiplos fatores, o que implica considerar seus marcadores identitários, que os humanizam e envolvem o contexto sociofamiliar, a dinâmica do território onde mantêm vínculos afetivos e sociais, entre outros aspectos. Esses elementos tornam-se imprescindíveis na relação socioeducativa desenvolvida no trabalho com adolescentes e jovens em cumprimento de MSE.

A importância da dissidência como provocação subversiva à política socioeducativa

Compreender os aspectos relacionados ao gênero – incluindo identidades e expressões –, à orientação sexual e às sexualidades que desafiam as normas impostas e estabelecidas pela sociedade – especialmente no que diz respeito às expectativas de adesão à heterossexualidade, à cisgeneridade e à rigidez binária de gênero –, em um contexto fortemente influenciado pelo regime de reprodução social guiado pelo capitalismo contemporâneo, e articular essas reflexões com a discussão sobre a aplicação do direito de existir de forma diversa a crianças, adolescentes e jovens – com destaque para aqueles(as) em situação de vulnerabilidade, como os(as) que cometem atos infracionais – constitui um cenário de profundas e severas complexidades. Assim, essa dimensão não apresenta respostas fáceis, mas nem por isso deve ser negligenciada: é preciso refletir, problematizar, questionar e enfrentá-la.

Há diversos valores coloniais que incidiram sobre o fortalecimento de pensamentos e práticas ortodoxas e que também influenciaram na formulação de respostas estatais a partir dos valores menorista. Assim, é necessário compreendê-los a partir de uma perspectiva histórica e econômica, considerando que a formação social e política brasileira se consolidou por meio de ações violentas de colonização, nas quais prevaleceu a truculência contra sujeitos afastados do padrão adulto, masculino, eurocentrado e cristão.

O capitalismo conduz à reprodução econômica das relações sociais — e, por que não dizer, também dos corpos desses sujeitos —, estruturando-se a partir da necessidade da existência de diferenças e da hierarquização destas. Isso pode ser observado, por exemplo, na divisão entre duas classes sociais (burguesia e proletariado), o que evidencia como as distinções opressoras asseguram privilégios meritocráticos àqueles que se enquadram nos padrões morais dominantes.

O capitalismo não é apenas um sistema de produção voltado para o mercado, mas um

sistema de produção mercantil cuja existência se reflete nas múltiplas esferas da vida social, influenciando desde as formas de sociabilidade até a obstrução do direito de ser diverso, especialmente entre populações vulneráveis, com destaque para aquelas que se encontram em desacordo com os modelos conservadores de reprodução sexual e de gênero. Desse modo, os aspectos identitários estão imersos em um cenário político, histórico, social e econômico que não apenas permite a existência do indivíduo, mas também abriga forças que atuam em sua negação, conforme o contexto em que está inserido.

Esse contexto analítico circunscreve a vida de adolescentes e jovens em cumprimento de MSE, tornando-se um marcador que influencia, direta ou indiretamente, a ocorrência de infrações que, por sua vez, repercutem no *modus operandi* do poder de consumir ou mesmo no reconhecimento do ser e do poder instaurados nas relações sociais regidas pelo capital.

Para Lélia Gonzáles, é necessário perceber o lugar desse sujeito a partir da consideração dos marcadores sociais que se expressam. Para isso, destaca o pertencimento racial, afirmando que “raça, como atributo social e historicamente elaborado, continua a funcionar como um dos critérios mais importantes na distribuição de pessoas na hierarquia social” (GONZALÉS; HASENBALG, 1983, p. 89). No mesmo viés, Vinuto (2022) afirma que gênero e raça operam com impactos equivalentes quando analisados no contexto da repressão estatal, especialmente aquela expressa pelo genocídio da população negra, evidenciando, assim, a atuação da necropolítica (MBEMBE, 2016).

Essa preocupação se conecta à realidade socioeducativa, uma vez que muitos(as) dos(as) adolescentes e jovens acompanhados(as) são negros(as), oriundos(as) de famílias empobrecidas, apresentam baixa escolaridade, possuem como território de habitação locais periféricos, onde impera a ausência de serviços públicos de qualidade, como saneamento básico, transporte adequado e acessível, atividades de cultura e lazer.

É sobre essa perspectiva que se nota a importância da dissidência para a socioeducação como um parâmetro crítico de estranhamento ao padrão instaurado ontologicamente. Embora essa discussão esteja centrada na discussão de gênero, identidades e expressões (BENTO, 2006; BUTLER, 2008), seu vínculo político é imprescindível, pois revela a necessidade de ampliação do confronto à ordem estabelecida em vários sentidos – como a imposição de uma corporeidade baseada na divisão binária dos gêneros e a normatização da sexualidade tradicional. Essas regras normatizam, prendem e, por vezes, ceifam as existências dos sujeitos que contrariam a imposição desses ditados, principalmente dos corpos negros marginalizados e dissidentes da cisheteronorma.

Judith Butler afirma que as pessoas são inteligíveis, portanto, são traduzidas nas relações sociais como seres só existentes “ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade de gênero” (BUTLER, 2008, p. 35). Nesse sentido, só existe em privilégio a partir do acatamento performático da ordem de gênero que é, em si, inatural, uma vez que se caracteriza como uma interpretação social e histórica, politicamente formulada. Para Guacira Lopes Louro, gênero “se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas” (LOURO, 1997, p. 19).

Os marcadores sociais traduzem os indivíduos dentro das realidades em que ocupam, sendo adjetivos categóricos históricos, sociais e políticos (SOARES; BONETTI, 2021) que marcam as distinções entre os sujeitos e podem dar igualmente sentidos coletivos.

Essas categorias são hegemonicamente vinculadas a binômios, muitas vezes reiterados por discursos e práticas sociais que constroem e reproduzem determinadas “verdades” (PELÚCIO, 2011), como os valores atribuídos às noções de “normal” e “anormal”, “certo” e “errado”, que desencadeiam concepções excludentes e classificatórias, dividindo os sujeitos entre masculino e feminino, branco e negro, cisgênero e transgênero, heterossexual e homossexual, quem deve viver e quem deve morrer.

Considerações finais

As críticas expostas evidenciam a fragilidade das informações e dos dados sobre a realidade socioeducativa, o que se torna ainda mais grave quando se considera que tais elementos são cruciais para a compreensão dos(as) adolescentes e jovens acompanhados(as), para além do comportamento infracional.

As lacunas nas informações sobre a realidade do Sinase evidenciam a fragilidade estrutural e o tratamento precário dado aos(as) adolescentes e jovens atendidos(as) pela presente política, destacando-se as negligências atentatórias com base nos aspectos de gênero, identidade de gênero e orientação sexual dissidentes, frequentemente ausentes ou expostos de forma seletiva ou alternada, o que revela tanto uma precarização no trabalho com esses dados quanto uma moralização advinda de uma homo e/ou transfobia institucionalizada que resulta nesse apagamento exponencial, contribuindo para que seja inerte e apática na superação real das violências com base no preconceito e discriminação frente à diversidade não cisheteronormativa.

Embora existam documentos políticos e legais — como visto ao longo do texto — que propõem um sistema socioeducativo pautado na consideração e proteção da diversidade de gênero e sexualidade, persiste a invisibilidade desse público. Essa lacuna evidencia a fragilidade das gestões dos sistemas socioeducativos em relação ao tema, resultando em desafios enfrentados por trabalhadores(as) na realização de suas práxis profissionais voltadas ao atendimento e acompanhamento de adolescentes e jovens em cumprimento de MSE, que se identificam fora dos padrões da cisgeneridade e da heterossexualidade.

Assim, cabe a reflexão: *O Sinase é uma política proforma frente a esses pontos cruciais, uma vez que não conseguiu implementar os princípios pedagógicos a que se comprometeu?* Nesse sentido, torna-se imprescindível revisar e problematizar os atuais parâmetros do atendimento socioeducativo, com o objetivo de fortalecer e ampliar os aspectos políticos e pedagógicos da socioeducação. Trata-se de enfrentar o paradigma menorista, no qual se nega a existência do sujeito como ser social integral, reduzindo-o a um abjeto comportamental. É urgente, portanto, uma revisão crítica da política socioeducativa que confronte os discursos conservadores sobre os projetos de socioeducação e questione as naturalizações que sustentam os apagamentos do sujeito atendido pelo sistema nacional.

Os pontos apresentados evidenciam os enfraquecimentos do Sinase e refletem uma deslegitimação progressiva dos direitos humanos e sociais, justamente onde o compromisso com a dignidade deveria ser central na socioeducação. Os elementos referentes à diversidade – e aqui ampliado para além da diversidade de gênero e sexual – devem ser exercidos para promover a cidadania. Esse exercício deve ser efetivado desde a gestão até os(as) profissionais que atuam diretamente no atendimento ao público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACONTECE ARTE E POLÍTICA LGBTI+; ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA); ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXOS (ABGLT). **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2023**. Florianópolis, SC: Acontece; Antra; ABGLT, 2024. Disponível em: <<https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2024/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2023-ACONTECE-ANTRA-ABGLT.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2024.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ASPESI, C. C.; DESSEN, M. A.; CHAGAS, J. F. A ciência do desenvolvimento humano: uma perspectiva interdisciplinar. Em: DESSEN, M. A.; COSTA JÚNIOR, A. L. (Orgs.). **A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras**. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 19-36.

BATISTA, V. M. S. W. **Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Instituto Carioca de Criminologia; Freitas Bastos, 1998.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 01 set. 2022.

_____. **Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. ECA. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 01 fev. 2023.

_____. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). **Resolução nº 119, de 11 de dezembro de 2006**. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.

_____. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH/PR. **Levantamento anual do SINASE 2009**. Brasília, DF: Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH/PR, 2009. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/SinaseLevantamento2009.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

_____. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH/PR. **Levantamento anual do SINASE 2010**. Brasília, DF: Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH/PR, 2010. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/SinaseLevantamento2010.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2023.

_____. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH/PR. **Levantamento anual do SINASE 2011**. Brasília, DF: Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH/PR, 2011. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/SinaseLevantamento2011.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2023.

_____. **Lei Federal nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012**. Institui o Sistema Nacional Socioeducativo. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm>. Acesso em: 02 fev. 2023.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH/PR. **Levantamento anual do SINASE 2012**. Brasília, DF: Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH/PR, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/Levantamento_2012VersaoFinal.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2023.

_____. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH/PR. **Levantamento anual do SINASE 2013**. Brasília, DF: Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH/PR, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/Levantamento_2013_junho2015_Verso_RestricaoPrivaodeLiberdade.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2023.

_____. Ministérios dos Direitos Humanos – MDH. **Levantamento anual do SINASE 2014**. Brasília, DF: Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH/PR, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/Levantamento_2014.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2023.

_____. Ministérios dos Direitos Humanos – MDH. **Levantamento anual do SINASE 2015**. Brasília, DF: Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH/PR, 2018a. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/Levantamento_2015.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2023.

_____. Ministérios dos Direitos Humanos – MDH. **Levantamento anual do SINASE 2016**. Brasília, DF: Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH/PR, 2018b. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/Levantamento_2016Final.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2023.

_____. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – MMFDH. **Levantamento anual SINASE 2017**. Brasília, DF: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoAnualdoSINASE2017.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2023.

_____. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – MMFDH. **Pesquisa de Avaliação do SINASE: Levantamento anual SINASE 2020**. Brasília, DF: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/SINASE_EIXO04.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2023.

_____. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). **Resolução nº 233, de 30 de dezembro de 2022**. Estabelece diretrizes e parâmetros de atendimento socioeducativo às adolescentes privadas de liberdade no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Disponível em: <https://www.sap.sc.gov.br/download/01_resolucao-conanda-no-233-de-30-de-dezembro-de-2022-estabelece-diretrizes-e-parametros-de-atendimento-socioeducativo-as-adolescentes-privadas-de-liberdade-no-sistema-nacional-de-atendimento-socioe/>. Acesso em: 11 ago. 2024.

_____. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania – MDHC. **Levantamento anual SINASE 2023**. Brasília, DF: Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoSinase20231.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2024.

BRONFENBRENNER, U.; EVANS, G. W. **Developmental science in the 21st century**: emerging questions, theoretical models, research designs and empirical findings. Oxford: Blackwell Publishers, 2000. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2091427/mod_resource/content/1/Nature-Nurture%20Reconceptualized%20in%20Developmental%20Perspective%20A%20Bioecological%20Model.pdf>. Acesso em: 14 set. 2024.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão de identidade. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

COSTA, A. C. G. **Aventura pedagógica**: caminhos e descaminhos da ação educativa. 2 ed. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001.

DEMO, P. **Remix 861**: o caso das ciências sociais. 2019. Disponível em: <<http://pedrodemo.blogspot.com/2021/09/remix-861-o-caso-das-ciencias-sociais.html?q=pesquisa+social/>>. Acesso em: 18 jun. 2023.

_____. **A arapuca da avaliação de rotina**. 2021. Disponível em: <<http://pedrodemo.blogspot.com/2022/07/alter-1650-arapuca-da-avaliacao-de.html>>. Acesso em: 17 fev. 2023.

DESSEN, M. A.; BISINOTTO, C. Avanços conceituais e teóricos em desenvolvimento humano: as bases para o diálogo multidisciplinar. Em: DESSEN, M. A.; MACIEL, D. A. (Orgs.). **A ciência do desenvolvimento humano**: desafios para a Psicologia e a Educação. Curitiba: Juruá, 2014. p. 27-69.

FALEIROS, V. de P. Políticas para a infância e adolescência e desenvolvimento. Políticas Sociais: acompanhamento e análise. IPEA, Brasília, n. 13, p. 171-177, ago. 2005.

_____. **Escola que protege**: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Método e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

GOMES, D. A. S. **A diversidade está em PIF**: qual o lugar da diversidade sexual e de gênero na política de socioeducação? 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Políticas Públicas, Infância, Juventude e Diversidade) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/27113>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. **Lugar de negro**. Coleção 2 Pontos, vol. 3. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 14-36.

MBEMBE, A. Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, dez. 2016. Disponível em: <<https://laboratoriodesensibilidades.files.wordpress.com/2018/03/necropolice8tica-achille-m-ensaio.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2023.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2019.

PELÚCIO, L. Marcadores sociais da diferença nas experiências travestis de enfrentamento à aids. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 76-85, jan. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/7DLHvcVH93dQpHGkMKbykhC/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 24 abr. 2024.

RIZZINI, I. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência política até a Era Vargas. In: RIZZINI, I., PILOTTI, F. (Orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 225-286.

_____. **O século perdido: raízes históricas das Políticas Públicas para a infância no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

SANTOS, A. C. A. “Socioeducação”: do ideal da educação social ao purgatório das vidas matáveis. **O Social em Questão**, São Paulo, v. 23, n. 46, p. 187-202, 2020. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/5522/552264323008/html/#:~:text=Desprovido%20de%20qualquer%20car%C3%A1ter%20educativo,MALAGUTI%20BATISTA%2C%201998%2C%20pp>>. Acesso em: 12 ago. 2024.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-10, jul. 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/pesquisa_documental.pdf>. Acesso em: 12 set. 2024.

SOARES, C. B.; BONETTI, A. L. Marcadores sociais da diferença na experiência escolar de jovens estudantes negras. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 370-379, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/civitas/a/p67j3pL8DSGTqgbZqY4Ndrc/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 11 jun. 2024.

VINUTO, J. Suspeição generalizada: entrelaçamentos entre raça e gênero na produção da repressão estatal seletiva. In: RIOS, F.; CAMPOS, L. A.; LIMA, R. G. (Orgs.). **Raça e Estado**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

YOKOY, T.; GUEDES, D. S. Ateliê de pintura com idosos acolhidos: uma perspectiva sociocultural do curso de vida. **Avances en Psicología Latinoamericana**, v. 37, n. 3, p. 247-261, 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.7961>>. Acesso em: 10 fev. 2023.

Resumo Este artigo analisa criticamente o respeito de existir em diversidade sexual e de gênero de adolescentes e jovens que cometem atos infracionais, estudando os dados do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC) sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). O trabalho abrange dez Levantamentos Anuais do Atendimento Socioeducativo (LAAS), publicados entre 2009 a 2023, além da única Pesquisa de Avaliação do Sinase, lançada em 2020. Embora as normas técnicas enfatizem a importância de abordar e reconhecer essa diversidade, há uma evidente dissincronia entre o que é estabelecido e o que é executado nas gestões e nos serviços socioeducativos. Essa lacuna reflete em um apagamento, evidenciando uma crescente deslegitimação dos direitos humanos e sociais, comprometendo a garantia desses direitos aos adolescentes e jovens dissidentes da cisgeneridade e/ou da heterossexualidade atendidos(as) nos programas socioeducativos.

Palavras-chave: ato infracional, medidas socioeducativas, orientação sexual, identidade de gênero, LGBT.

Provocaciones disidentes: La invisibilización de la diversidad sexual y de género en la política socioeducativa del Sinase

Resumen: Este artículo analiza críticamente el respeto a la existencia en diversidad sexual y de género de adolescentes y jóvenes que cometen actos infractores, estudiando los datos del Ministerio de Derechos Humanos y Ciudadanía (MDHC) sobre el Sistema Nacional de Atención Socioeducativa (Sinase). El trabajo abarca diez Levantamientos Anuales de Atención Socioeducativa (LAAS), publicados entre 2009 y 2023, además de la única investigación nacional de evaluación del Sinase, publicada en 2020. Aunque las normativas técnicas enfatizan la importancia de abordar y reconocer esta diversidad, existe una evidente disincronía entre lo que se establece y lo que se implementa en las gestiones y en los servicios socioeducativos. Esta brecha refleja un borramiento que evidencia una creciente deslegitimación de los derechos humanos y sociales, comprometiendo la garantía de estos derechos para los adolescentes y jóvenes disidentes de la cisgeneridad y/o heterosexualidad atendidos en los programas socioeducativos.

Palabras clave: ccto infractor, medidas socioeducativas, orientación sexual, identidad de género, LGBT.

Dissident Provocations: The Erasure of Sexual and Gender Diversity in the Socio-Educational Policies of Sinase

Abstract: This article critically analyzes the respect for sexual and gender diversity among adolescents and young people who commit infractions, examining data from the Ministry of Human Rights and Citizenship (MDHC) on the National System of Socio-Educational Services (Sinase). The study covers ten Annual Surveys on Socio-Educational Services (LAAS), published between 2009 and 2023, in addition to the only Evaluation Research on Sinase, released in 2020. Although technical guidelines emphasize the importance of addressing and recognizing this diversity, there is an evident disconnect between what is established and what is implemented in the management and socio-educational services. This gap reflects an erasure, revealing a growing delegitimization of human and social rights, thereby compromising the guarantee of these rights for adolescents and young people who are cisgender and/or heterosexuality dissidents served in socio-educational programs.

Keywords: infraction, socio-educational measures, sexual orientation, gender identity, LGBT.

DATA DE RECEBIMENTO: 13/01/2025

DATA DE APROVAÇÃO: 01/05/2025



Douglas Aparecido da Silva Gomes

Assistente Social da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Governo do Distrito Federal, Brasil. Mestre em Políticas Públicas para Infância e Juventude pelo Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília (UnB), Brasil.

E-mail: dgomesbsb@gmail.com



Maria Lúcia Pinto Leal

Professora Emérita da Universidade de Brasília (UnB), Brasil. Coordenadora do Grupo de Pesquisa sobre Tráfico de Pessoas, Violência e Exploração Sexual de Mulheres, Crianças e Adolescentes da mesma universidade.

E-mail: mlucia@unb.br



Estratégias de cuidado e resistência construídas por jovens universitários na pandemia

Roseane Amorim da Silva

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Serra Talhada, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-1454-0417>

Antônio César de Holanda Santos

Universidade Federal de Alagoas, Palmeiras dos Índios, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-9516-7035>

Jaileila de Araújo Menezes

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-3322-3764>

Introdução

O presente artigo aborda algumas reflexões construídas a partir da pesquisa realizada pelas autoras e o autor deste texto, intitulada: *A participação de jovens universitárias/os na construção de estratégias de cuidado e resistência em tempos de pandemia do Covid-19*. Trata-se de uma pesquisa interinstitucional desenvolvida por pesquisadores/as de instituições públicas localizadas no Nordeste do país: a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UAST), Brasil; a Universidade Federal de Pernambuco – Recife; e a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – Palmeira dos Índios, Brasil. O estudo foi realizado nos anos de 2022-2023, período em que estávamos na fase menos crítica da pandemia, quando algumas atividades nas Instituições de Ensino Superior (IES) estavam retornando à modalidade presencial e quando já era possível percebermos os impactos das medidas adotadas contra a Covid-19 na vida das/os estudantes de forma geral (ARAÚJO; CAVALCANTE; SANTOS, 2025; OLIVEIRA, 2021). Tais impactos também foram observados, de forma específica, a partir das nossas atuações enquanto docentes em cada contexto universitário já citado, bem como nos relatos das/os participantes.

Os desdobramentos da pandemia se tornaram foco de atenção na educação, desde seu início, devido às diversas e complexas adaptações necessárias para que as perdas no processo de ensino-aprendizagem fossem minimizadas. As universidades aderiram à modalidade de aulas remotas, o que implicou reorganizações no modo de realizar as atividades acadêmicas e no cronograma dos cursos, com repercussões nos processos formativos e no almejado futuro profissional dos/das discentes (GUNDIN et al., 2021). Mesmo depois do retorno ao ensino presencial, foram muitas as mudanças e questões a serem administradas para uma reorganização das vivências universitárias.

O quadro sanitário da Covid-19 agudizou as diversas crises já instaladas no país e acentuou as desigualdades sociais, em um cenário de governo defensor de bandeiras antidemocráticas, que perdurou de 2019 a 2022. Importantes políticas sociais foram desmontadas, e conquistas em prol da equidade social foram duramente ameaçadas, a exemplo da Lei Federal nº 12.711/2012, a Lei de Cotas, que garante reserva de 50% das matrículas em universidades e institutos federais a estudantes do ensino médio de escolas públicas (BRASIL, 2012). Os dados referentes à *V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) graduandos(as) das IFES – 2018* (ANDIFES, 2019) demonstram uma crescente inclusão de graduandos das classes C, D e E, nos últimos anos. Franco e Cunha (2017, p. 19) enfatizam que, apesar desses avanços, os dados alusivos ao perfil socioeconômico dos graduandos refletem que ainda existe um hiato de suma importância a ser enfrentado no que diz respeito “ao acesso das camadas mais representativas da população ao ensino superior de qualidade, à pesquisa, à cultura e ao conhecimento, fundamentais ao enfrentamento das desigualdades sociais do país e ao aprimoramento do capital humano”.

Se, por um lado, estudantes que são oriundos de escolas públicas, negros e pardos, têm diversificado o perfil socioeconômico dos graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), infelizmente, a deficiência no financiamento das políticas de permanência tem ameaçado os mecanismos de reparação histórica das desigualdades sociais. Nos últimos anos, temos observado o recorrente corte de verbas destinadas ao orçamento das universidades públicas de todo o país e a falta de investimentos, que se desdobram em uma série de problemas na infraestrutura das instituições, nos recursos necessários para o desenvolvimento de pesquisas, atividades de extensão e aulas de campo. Temos lidado cotidianamente com a redução da oferta de bolsas para as/os

estudantes de diferentes modalidades, a falta de recursos para a assistência estudantil, para as residências universitárias e as dificuldades para manter os restaurantes universitários, entre outras questões que compõem uma série de problemáticas que impactam diretamente na permanência da própria universidade pública como instituição de ensino gratuito e de qualidade.

Se o cenário da pandemia foi global, a experiência da pandemia foi uma das expressões máximas da estratificação social: uma onda de morte, dor e desamparo que afetou de modo muito desigual pessoas com diferentes recursos disponíveis para o atravessamento dessa crise sanitária, econômica e política de intensas repercussões geracionais e biográficas. Com um olhar mais atento à sala de aula, percebemos que nem todos puderam retornar, principalmente estudantes do interior, que, na verdade, sequer conseguiram permanecer vinculados durante a modalidade de aulas *online*, pois não dispunham de internet que viabilizasse a conexão com as demandas da formação universitária. Percebemos, em nossos contextos universitários, que as/os que retornaram naquele momento apresentaram queixas coletivas e persistentes de cansaço, fadiga e falta de ânimo, uma vez que muitas vivências da formação foram abreviadas ou mesmo suprimidas.

Neste artigo, debateremos sobre as experiências das/os jovens universitárias/os no período pandêmico, com ênfase nos dispositivos de cuidado e resistência construídos e mobilizados no enfrentamento aos agravos gerados pelo cenário da Covid-19 em suas vidas. Ressaltamos a significativa contribuição das metodologias de base participativa na mobilização comunitária de jovens em diferentes universidades do Nordeste do Brasil. Em meio a uma concepção de saberes localizados, territorializados, pautados na escuta ativa e na problematização das relações de poder presentes em todos os agrupamentos humanos, pudemos coconstruir concepções sobre os diversos efeitos da experiência pandêmica. O próprio processo de pesquisa compôs a rede de reconexão da juventude com a vida universitária.

A dimensão poética da experiência estética foi o fio condutor dos encontros em formato de oficinas temáticas, pois a aposta metodológica implicava em um modo de revisitar memórias intensas, por vezes dolorosas, mas com certeza extremamente desafiadoras sobre sobrevivência individual e coletiva. Além desta introdução, o artigo traz uma seção teórica na qual abordamos, de forma interseccional, os principais conceitos mobilizados pela pesquisa, a saber: resistência, juventude e dispositivos de cuidado; uma seção dedicada à descrição e análise da metodologia participativa com juventudes; uma seção de análise temática, construída com base nos objetivos específicos da pesquisa; e, por fim, as considerações finais.

Resistência, sujeitos juvenis e dispositivos de cuidado

A pandemia foi emblemática das tantas resistências forjadas para contar os dias a favor da vida, desenvolver e acionar tecnologias comunitárias para cuidar de si e dos outros. No sentido de articular a compreensão dos modos de ser da juventude universitária durante a pandemia, e os seus processos de subjetivação, consideramos que boa parte desse processo foi possível a partir da resistência empreendida pelas/os jovens universitárias/os. A resistência, para além das grandes insurgências necessárias e significativas, também se dá de forma paulatina, dinâmica e de contraposições fundadas em políticas e saberes que se gestam no ordinário das trocas cotidianas.

Avaliamos como relevante a concepção de resistência tecida por Lugones (2014), sob a perspectiva do feminismo decolonial, na qual ela compreende resistência enquanto parte de um processo dinâmico de lutas, de caráter político, e não a sua finalidade. A resistência se configura enquanto possibilidade marcada por uma relação de tensão entre a subalternização do sujeito e a agência, na forma de subjetivação ativa entendida como a “noção mínima de agenciamento necessária para que a relação $\longleftrightarrow$ resistência seja uma relação ativa, sem apelação ao sentido de agenciamento máximo do sujeito moderno” (LUGONES, 2003 apud LUGONES, 2014, p. 940).

Na perspectiva descrita acima, Lugones (2014) compreende que, para empreender a resistência, é necessário que identificar as relações nas quais somos subalternizados. A filósofa complementa e contextualiza a construção da resistência no âmbito da decolonialidade, ao considerar que “[...] em vez de pensar o sistema global capitalista colonial como exitoso em todos os sentidos na destruição dos povos, relações, saberes e economias, quero pensar o processo sendo continuamente resistido e resistindo até hoje” (LUGONES, 2014, p. 942). Ela compreende que há alguma condição de ação e contraposição diante das colonialidades que nos atravessam. Entendemos que o empreendimento decolonial, constituído por epistemologias outras, contra-hegemônicas, deve ser forjado por processos de restituições e enunciações das falas e de produção de saberes, de conhecimento e de políticas próprias aos sujeitos subalternizados.

Ainda no que toca à resistência e ao seu caráter paulatino e cotidiano, Scott (2011) empreendeu estudos sob a perspectiva da luta de classes, junto a camponeses que sofriam diversas expropriações, e compreendeu que a resistência pode se dar também por meio de formas cotidianas, nem sempre configurando-se como enfrentamento coletivo. No âmbito das relações de poder, sobretudo em grupos desprovidos dele, a resistência pode ser empreendida com armas ordinárias, a exemplo da “relutância, dissimulação, falsa submissão, pequenos furtos, simulação de ignorância, difamação, provocação de incêndios, sabotagem, e assim por diante” (SCOTT, 2011, p. 219).

Ainda a partir do contexto das lutas camponesas, Scott (2011) afirma que a resistência que se estrutura nessas formas corriqueiras também é a potente maneira de defender seus interesses, além do dispositivo das grandes revoltas, que também tem sua relevância. Porém, avaliamos que esse entendimento é importante, no sentido de identificarmos que as resistências também se dão a partir das possibilidades presentes nas relações do dia a dia, que aparentam e se denominam enquanto passivas, mas que significam manutenção da luta em torno das questões imediatas, relativas à própria sobrevivência e à dos seus (família, amigos e comunidade).

Diante dessas definições de resistência, entendemos que as/os jovens que participaram da pesquisa fazem parte de contextos sociais marcados por especificidades, que demandam atuações cotidianas, pautadas por parâmetros de intergeracionalidade e sociabilidade, que constituem suas formas de ser e de resistir. A concepção de juventude enquanto categoria social compreende que esse momento biográfico é socialmente referenciado, reflete e intervém no ordenamento social (TRANCOSO, 2012). Ainda segundo o autor, a juventude expressa seu tempo e espaço social, espelha as crises de sentido e também produz sentidos críticos sobre o momento histórico de sua existência, cujos processos, intenções e desdobramentos não podem ser naturalizados (SAVEGNAGO, 2018; TRANCOSO, 2012).

Quanto à concepção de sujeito juvenil, a partir de estudos sobre participação política e social dos jovens, Castro (2019) propõe uma teoria a respeito, na qual o

processo de reestruturação subjetiva conduz os jovens ao seio do grupo de pares como nicho identificatório, do qual lança mão para reconectar-se a si mesmo e à sociedade mais ampla. A ação é fundamental, o sujeito faz-se pela ação, construindo de várias maneiras os seus vínculos, suas relações e sua ideologia, e não o contrário. Neste sentido, a teoria do sujeito juvenil coloca como central a adesão, o pertencimento e a ação, aspectos que reforçam a dimensão alteritária, identificatória, de estar com um outro, o par, e agir com ele (CASTRO, 2019, p. 84).

Essa conceituação evidencia a importância do grupo para os sujeitos juvenis, por constituir a instância da juventude enquanto categoria social, marcada por parâmetros e orientações de natureza diversas, que possibilitam a identificação e, nesse sentido, a sensação genuína de pertencimento àquele coletivo.

Destacamos o fato de que as ações juvenis se apoiam na vivência do grupo de pares (CASTRO, 2016), tanto no sentido de compreender como as/os jovens participantes da pesquisa constituíram suas ações no contexto pandêmico, quanto também atuaram e lançaram mão de dispositivos culturais durante a participação da pesquisa em si. Segundo Castro (2016), as/os jovens também empreendem atuações para o comum, constituindo processos de subjetivação pública. Essa construção se dá a partir de vivências marcadas por afetos, a partir de causas que, em processo de alianças, podem se tornar comuns, sejam elas no sentido macro ou micro no âmbito social.

Sobre isso, Castro (2016) chama atenção, a partir de suas pesquisas, para o fato de que o contexto escolar, de forma geral, não tem oportunizado reflexões e elaborações dos dilemas geracionais e sociais a ponto de potencializar a construção de compreensões sobre os desafios de nossos tempos, a exemplo dos tantos adoecimentos, crises e processos de medicalização que têm marcado as vivências juvenis na contemporaneidade.

Nesse sentido, os contextos educativos não têm promovido espaços públicos de debate e ação em torno dos sofrimentos sociais, o que acaba interferindo nos processos interativos das próprias instituições educacionais. A maior ou menor centralidade da escola e da universidade na vida de adolescentes e jovens é um parâmetro da efetivação das políticas públicas educacionais que tem buscado ampliar seu repertório temático para além dos conteúdos técnico-científicos. Daí a expectativa de que esses fossem espaços catalisadores de pautas da juventude, em articulação com outras instâncias do circuito/rede de apoio, como a comunidade, movimentos sociais e grupos culturais juvenis. O vácuo aberto pela pandemia nos espaços articulatórios da juventude desafiou grupos e coletivos juvenis a reinventar suas práticas de solidariedade e cuidado mútuo.

Diante dessas definições, entendemos que as/os jovens participantes da pesquisa se configuram enquanto categoria social ao se constituírem como universitárias/os, periféricas/os de centros urbanos e contextos rurais, a grande maioria negras, mães solas, entre outros marcadores de coletividade. Mais à frente, discutiremos como esses marcadores de suas condições juvenis foram construídos a partir de enfrentamentos e resistências que se deram em coletivo, seja durante a pandemia, em ações em comum com familiares e colegas, seja durante a execução das atividades do próprio estudo. Boa parte das ações desenvolvidas no coletivo de pesquisa se materializou a partir da rede afetiva, com práticas de cuidado que foram capazes de sustentar as atividades remotas.

Consideramos a perspectiva de cuidado nesta pesquisa a partir das reflexões de uma ética feminista que “têm como propósito principal repudiar e pôr fim à opressão sofrida pelas mulheres e outros grupos historicamente oprimidos” (ZOBOLI, 2004, p. 27).

Essa forma de olhar para as práticas de cuidado tem como preocupação as transformações político-sociais. Desse modo, consideramos os contextos que as/os jovens fazem parte, o que implica problematizar as questões de gênero, classe, raça, etnia, bem como os recursos disponíveis em seus territórios, que dificultam ou impedem que as pessoas cuidem de si e dos que estão em seu entorno.

Abordar o cuidado considerando as opressões e desigualdades é importante para (re) pensarmos as práticas de resistência. O que é resistir para as/os jovens universitárias/os que tiveram suas vidas ameaçadas na pandemia e que ainda lidam com tantos outros agravos legados desse período? Que estratégias esses/as jovens desenvolveram para sobreviver, para não adoecerem emocionalmente?

Consideramos que os jovens constituem diferentes corpos-territórios (MIRANDA, 2019), ou seja, trazem e constroem elementos e processos que colocam em questão a hierarquização de saberes e papéis, na medida em que reivindicam a manutenção de suas humanidades. Essa compreensão de corpo-território parte do pressuposto de que temos a condição de lançar mão de acordos e permissões que se contrapõem à hierarquização das estruturas de poder e que se articulam com a pluralidade que perpassa nossas intersubjetivações.

Além disso, a noção de corpo-território compreende que nossos corpos transitam diferentes espaços e territórios, constituindo efetivamente esses contextos marcados por condições de existência diferentes que geram diversos corpos-territórios insurgentes, construtores de narrativas que questionam a dicotomia mente e corpo e que estabelecem partilhas pautadas por conhecimentos de mundo que consideram a escuta de nossas próprias memórias, afetos e desafetos. Diante disso, esses corpos-territórios apresentam condições de desarticular os epistemicídios (MIRANDA, 2019), processo que buscamos compreender junto aos jovens participantes de nossa pesquisa.

Metodologia

A presente pesquisa surgiu a partir das inquietações e dos estudos sobre e com as juventudes, realizados pelas duas autoras e pelo autor deste artigo, no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Poder, Cultura e Práticas Coletivas (GEPCOL – UFPE). Realizamos uma pesquisa participativa de inspiração decolonial, no intuito de valorizar a experiência das/os jovens e permitir que os aspectos formativos da relação pesquisadora/or-participante e do próprio processo de pesquisa pudessem emergir de maneira fluida (SILVA; MOURA; SANTOS, 2021). Para isso, construímos um formulário do Google Forms e divulgamos a pesquisa nas redes sociais das três universidades em que as autoras e o autor atuam (Universidade Federal de Pernambuco – Recife; Universidade Federal Rural de Pernambuco – Serra Talhada; e Universidade Federal de Alagoas – Palmeira dos Índios, Instituições de Ensino Superior localizadas em diferentes territórios da região Nordeste do Brasil, capital de Pernambuco, Sertão do Pajeú e Agreste de Alagoas, respectivamente). Solicitamos que as/os estudantes que tivessem interesse em participar se inscrevessem através do formulário. Os pré-requisitos eram que fossem universitárias/os, entre 17 e 29 anos, ingressantes via sistema de cotas sociais e raciais.

Formamos um grupo com trinta jovens, dez de cada IES. Alguns não aderiram aos encontros ao longo do processo, e demos continuidade aos grupos com a participação dos seguintes estudantes:

UAST: Dez estudantes do sexo feminino participaram do grupo, sendo três da etnia indígena Pankará, uma autodeclarada branca, uma negra e cinco pardas. Todas do curso de Licenciatura em Letras.

UFPE: Sete estudantes permaneceram no grupo, sendo um do sexo masculino, autodeclarado branco, e seis do sexo feminino; destas, duas se autodeclararam brancas e quatro, pardas. Os cursos representados foram Psicologia, Serviço Social, Pedagogia e História.

UFAL: Seis estudantes permaneceram, sendo um do sexo masculino, autodeclarado preto, e cinco do sexo feminino; destas, duas se autodeclararam pretas e três, pardas. Todas cursavam Psicologia.

Nosso movimento no campo de pesquisa COM as/os jovens ocorreu a partir de quatro disposições relacionais: 1) primazia da experiência dos/das participantes: que consiste em considerar que a experiência vivida é uma fonte de conhecimento e da práxis das/os jovens posicionadas/os como analisadores/as desse vivido; 2) diálogo: no intuito de favorecer situações que possibilitem assumir um lugar de enunciação e, desde aí, considerar as alteridades enunciativas (tanto as que usufruem do privilégio epistêmico quanto as que estão em processo de enfrentamento à dominação); 3) ética do cuidado: refere-se ao compromisso com a potencialização da vida, considerando a dimensão processual de nossa existência, individual e coletiva, e a necessária atenção à dor e ao sofrimento que podem ocorrer durante situações de problematização acerca das desigualdades sociais; e 4) responsabilidade pessoal e coletiva: que diz respeito à implicação com a produção de conhecimento aliada com a justiça social.

A constituição de um coletivo e de um processo de pesquisa interinstitucional foi possível por meio de encontros no *Google Meet*. O grupo se reuniu semanalmente durante nove encontros, com duração de duas horas cada. Posteriormente, foram realizadas as entrevistas também de modo *online*, em encontros individuais com oito jovens que aceitaram o convite para essa outra etapa. Neste artigo, o foco para nossas reflexões são os encontros realizados com as/os jovens em grupo, por ocasião das oficinas temáticas conduzidas de forma *online*.

A metodologia participativa (SILVA; MOURA; SANTOS, 2021) guiou os encontros, que foram organizados a partir do princípio da “nutrição estética”, o qual, segundo Martins (2006), consiste em uma prática que envolve o uso de:

[...] produções artísticas em diferentes linguagens [que] são apresentadas para alimentar olhares, percepções, pensamentos. Essas nutrições estéticas têm gerado múltiplas interpretações, e deflagrado discussões: O que escolhemos para mostrar? Com quais critérios? Escolhemos apenas o que gostamos ou de obras que ‘sabemos falar’ ou o que nos provoca, nos causa estranhamento e sobre as quais queremos problematizar para ir além das primeiras impressões? (MARTINS, 2006, p. 4).

A partir desse princípio e em atenção aos objetivos da pesquisa, os encontros foram assim distribuídos: 1) Construção de uma minibiografia e apresentação; 2) Apresentação da história escolhida do acervo “@conta.1historia” e socialização das vivências durante o período pandêmico; 3) Apresentação de produção textual (carta) sobre as afetações produzidas no encontro anterior; 4) Construção de comunidades de interesse, que consistiu em escolhas temáticas de interesse das juventudes universitárias a serem trabalhadas

em subgrupos e com mediação de obras literárias; 5) Apresentação da sinopse das obras literárias e seu potencial para inspiração de práticas de cuidado e resistência em rede; 6) Apresentação dos diários de leitura online; 7) Organização dos subgrupos por interesse temático para construção dos materiais artísticos; 8) Apresentação dos materiais construídos; 9) continuidade das apresentações e finalização dos encontros.

A partir desses encontros, foi construído, ao longo da pesquisa, um conjunto de materiais. O grupo foi dividido em subgrupos por interesse temático, sendo os próprios participantes responsáveis pela escolha dos temas e do tipo de material a ser produzido. Desse modo, foram desenvolvidos: um *podcast*, intitulado *Experiências literárias na pandemia*, que ressaltou a importância da Literatura e da Arte como ferramentas para lidar com as dificuldades e consequências da crise sanitária instaurada pela Covid-19; um relato de experiência, em formato de carta, elaborado por uma jovem universitária mãe; um livreto, intitulado *Quem és, Brasil?*, que aborda as mulheres negras explicitando as opressões sociais enfrentadas na pandemia; um vídeo-poema, centrado na figura de Carolina Maria de Jesus, com base no seu livro *Quarto de despejo* (JESUS, 2021); uma adaptação, com poesias recitadas ao fundo, destacando as desigualdades presentes na sociedade brasileira de modo geral, e as vivenciadas pelas/os universitários, de forma específica.

Todo o material foi videogravado através do recurso de registro via *Google Meet*, e optamos pela transcrição de cada encontro, visando a um trabalho mais cuidadoso com a dimensão dialógica-participativa. Realizamos uma análise temática de conteúdo, orientado pelas seguintes etapas: pré-análise; exploração do material e tratamento dos resultados. Segundo Gomes (2016), o tema pode ser graficamente apresentado através de uma palavra, uma frase, um resumo. O tema compõe o campo de sentidos possíveis do que se está comunicando e chama a atenção por sua presença ou frequência de aparição. Em nosso processo, partimos de categorias prévias (desigualdades, resistência, cuidado) e buscamos os sentidos correlatos. A postura no campo de pesquisa, na relação com as/os participantes e na produção de informações para análise foi orientada pelas epistemologias feministas negras comprometidas com o enfrentamento à dominação das populações historicamente subalternizadas. Os eixos temáticos que orientaram a análise e serão discutidos aqui são: sentidos produzidos sobre a experiência de ser jovem universitária/o na pandemia; juventude e dispositivos de cuidado; juventude e estratégias de resistência.

Resultados e discussão

Foi possível, na pesquisa, mapearmos as vivências e experiências das/os jovens universitárias/os durante a pandemia, bem como dialogar e refletir conjuntamente sobre temáticas como: as desigualdades sociais vivenciadas por universitárias/os, a maternidade na universidade, os obstáculos enfrentados por mulheres negras; e a importância da literatura e da arte no enfrentamento a estados emocionais dolorosos. Além disso, pudemos conhecer e compreender as dificuldades enfrentadas no contexto pandêmico e suas respectivas consequências na vida das/os participantes do projeto. Observamos também as estratégias de resistência e cuidado que essa juventude desenvolveu ao recorrer à literatura, à arte, aos exercícios físicos, aos coletivos juvenis, para não desistir dos objetivos e sonhos, apesar das circunstâncias impostas pela pandemia da Covid-19 não terem sido favoráveis e com consequências que perduram até os dias de hoje.

Os encontros proporcionados no contexto de pesquisa evidenciaram experiências comuns a todas/os, mas também algumas singularidades que abordaremos aqui. Em um dos encontros virtuais com as/os estudantes das três instituições, lançamos mão de imagens disparadoras de discussões sobre a experiência do ensino remoto. Imagens que estavam circulando nas redes sociais, a exemplo de uma que tinha um garoto estudando na frente de um computador todo equipado, e outro em pé olhando, em um cenário que expressava a ausência material. Essas imagens geraram narrativas no formato de relatos diretos e em estilo literário que condensaram as vivências compartilhadas.

Dentre os aspectos trazidos, as/os jovens abordaram as relações virtuais no contexto acadêmico, as relações com familiares e as dificuldades estruturais, a exemplo das constantes quedas de energia, câmeras desligadas, internet precária e equipamentos pessoais pouco ou nada adequados, retratando um panorama de dificuldades cotidianas presentes no ensino universitário remoto. Inclusive, alguns desses problemas estruturais aconteceram durante os nossos encontros de pesquisa, que já se deram em contexto de retomada das atividades presenciais. Nem todas as universidades tiveram políticas eficientes de recursos para dotar os estudantes de equipamentos adequados para acesso à internet.

Essas dificuldades estruturais também foram fatores que compuseram as relações virtuais no contexto acadêmico, marcadas por flexibilizações, compreensões e incompreensões. Os relatos, construídos a partir de histórias criadas para representar as dificuldades, assim como os comentários e trocas durante os encontros dos grupos na pesquisa, evidenciaram relações entre colegas e docentes que nem sempre compreendiam os sentidos das câmeras desligadas e/ou das saídas repentinas das salas de aulas remotas (que estavam relacionadas à internet deficiente e às quedas de internet e energia). Ao mesmo tempo, tivemos relatos sobre a construção de uma rede de apoio entre elas/es, inclusive no aspecto estrutural, em que colegas ofereciam, por exemplo, espaço físico compartilhado para acesso à internet, tanto em residências quanto em escolas públicas.

As relações com familiares foram marcadas por aspectos intergeracionais, atravessados, sobretudo, por questões de renda e gênero. Os relatos trataram desde a dinâmica de cuidados com familiares mais novos e mais velhos (filhos, mães, irmãs/os, entre outras/os), passando pelos trabalhos domésticos exercidos principalmente pelas mulheres estudantes, até os problemas relacionados ao acesso a uma renda adequada durante o isolamento social (período que, para muitos, significou ausência de condições sanitárias de trabalho, a perda do trabalho em si ou a inexistência de políticas de compensação de renda). Também foi recorrente a dificuldade de lidar com a presença constante dos familiares em casa, o que gerou diversos desafios para conciliar a vida doméstica, estudantil e profissional. Esses três aspectos – estrutura, relações acadêmicas e relações familiares – compõem a narrativa ficcional elaborada por um dos subgrupos de participantes:

Júlia, durante a pandemia, relata que estava apresentando um trabalho na disciplina de literatura e faltou energia durante a sua apresentação. Seu dia já não tinha sido muito legal, pois Júlia estava com seu filho muito doente e sua mãe, que também já estava sob seus cuidados, havia passado muito mal. Júlia já havia pensado em parar de estudar, pois seus dias estavam muito tumultuados e desesperadores. Era filho para criar, mãe e irmãos para cuidar, as contas já estavam atrasadas, internet com oscilação, era uma desmotivação muito grande. Júlia dividia seu único aparelho de estudos com seus três irmãos mais novos que também moram com ela e que, logo mais,

teriam aula online com sua professora Rosângela. Júlia, na hora de sua apresentação, estava se sentindo muito desmotivada e pediu para a professora que permitisse que deixasse a câmera fechada, como em todas as suas [aulas], o que não seria bem um problema porque raramente alguém abria a câmera nas aulas de literatura. O que não esperava era ser surpreendida com a queda de energia bem na hora da apresentação. Foi o cúmulo. Como se não bastasse o dia sombrio que havia passado, ou que já vinha pesando, Julia perde o contato com a sala e não conseguiu mais apresentar seu trabalho. Seus colegas do grupo de apresentação daquele dia vieram retrucar com ela, vieram criticar, porque tinha saído da sala e juraram nunca mais fazer grupo com ela (Relato construído em um subgrupo formado por estudantes da UFPE, UFRPE e UFAL).

O relato da personagem-síntese¹ permite compreender que essas/es jovens estão circunscritas/os em contextos sociais específicos, em um momento histórico singular – a pandemia de Covid-19, que demanda papéis e ações conforme as expectativas intergeracionais e de sociabilidade, especialmente no contexto familiar e acadêmico. Consideramos as/os jovens enquanto sujeitas/os com modos de vida elaborados a partir de processos de subjetivação também localizados. No entanto, apesar das especificidades situacionais, esses modos de vida expressam dilemas comuns à condição juvenil – destacando-se, neste caso, as muitas vivências em comum entre os três contextos universitários.

Ainda com base em Castro (2019), entendemos que as/os sujeitas/os jovens participantes estão evidentemente marcadas/os pela centralidade da ação – neste caso, representada pelos estudos e pelos cuidados mútuos – e do pertencimento a um grupo, característica evidenciada nos relatos e na estratégia de construção de narrativas de suas experiências pandêmicas durante a própria pesquisa. Esses jovens atuam de formas singulares, articuladas não apenas com a luta de classes, mas também – e, sobretudo – com processos de afirmação de vidas e de transformação social que envolvem gênero e raça.

Juventude e dispositivos de cuidado

A pandemia da Covid-19 causou alterações no estado emocional das/os estudantes, sendo associadas a fatores como o isolamento social e o medo diante da possibilidade de adoecimento e da morte. Além desses fatores, identificamos que o afastamento das atividades acadêmicas também foi causador de sofrimento psíquico. Essas informações remetem à relevância de pensarmos sobre as práticas de cuidado e resistência às opressões e desigualdades, especialmente frente às necessidades emergentes no contexto pandêmico (GUNDIN et al., 2021) e depois da fase aguda da pandemia. A partir desse cenário, consideramos importante discutir a ideia de cuidado e saúde mental junto às/aos estudantes universitárias/os.

É importante ressaltar que compreendemos as práticas de cuidado, nesta pesquisa, a partir de uma perspectiva feminista, mas também a partir do paradigma ético-estético-político. Consideramos essencial valorizar a singularidade das experiências das/os jovens, em vez de generalizá-las, assumindo um compromisso social e político em relação às diferenças entre os sujeitos. Na dimensão ética, buscamos promover uma escuta

¹ A história de Júlia é fictícia, os/as jovens participantes da pesquisa criaram essa personagem baseada na história do que eles/as vivenciaram. Como a história era longa, apresentamos aqui uma síntese.

atenta, com o intuito de transformar os modos de compreender os acontecimentos, conectando-os à afirmação da vida como multiplicidade e abertura. Na dimensão estética, destacamos a importância de apostar na invenção de percursos e modos de fazer, produzindo novas formas de subjetivação e realidades, em compromisso com o movimento contínuo e com o fluxo criativo. Já na dimensão política, evidenciamos a necessidade de lutar contra as forças e sistemas de opressão que dificultam as possibilidades de vida das juventudes, sobretudo as negras e pobres (VERDI; FINKLER; MATIAS, 2015).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) entende a saúde mental como um constructo de natureza subjetiva, fortemente influenciado pela cultura. No entanto, discutir saúde mental nos tempos atuais significa abordar uma área extensa, que abarca não apenas pessoas diagnosticadas com transtornos mentais, mas também aquelas que vêm sofrendo em decorrência das desigualdades de gênero, classe, raça, território, sexualidade, entre outras (MENEZES; SILVA, 2024). Observamos que as/os estudantes apresentavam sofrimento psíquico também em razão dessas desigualdades, o que os levou a enfrentar desafios para estudar e a desenvolver estratégias de cuidado para lidar com estados emocionais graves.

Em diferentes momentos, nos encontros com as/os jovens, uma parte delas/deles fez referência à leitura de livros literários como uma forma de cuidado da saúde mental, como pode ser observado no relato a seguir:

A leitura acabou se tornando uma válvula de escape para mim. Nesse período de isolamento, né? Por conta da pandemia não foi diferente, eu estava prestes a entrar na faculdade, eu tinha vindo para o estado de Alagoas, né? Para poder fazer a matrícula da faculdade; e aí, poucos dias depois, veio a notícia do cancelamento das aulas. Primeiramente, foi um cancelamento temporário, né? E aí ficou aquela esperança, que logo voltaria e tudo, é [...] Mas foi esse postergando, esse cancelamento das aulas e o isolamento social, e me deu muitas crises de ansiedade. Sabe tudo isso? Ter que estar longe das pessoas, ter que adiar, né? Entre aspas um sonho de ingressar na faculdade, de conhecer novas pessoas, de cursar o curso, né? Que eu tanto quis e os livros foram meus aliados nesse período para tentar lidar com essas perdas, com essas faltas, com essas turbulências (Estudante - UFAL).

É possível observar, no relato anteriormente explicitado, que o isolamento e o adiamento do ingresso na universidade geraram ansiedade na estudante. O recurso relatado – a leitura de livros – foi utilizado por muitas/os estudantes como forma de enfrentamento da pandemia e das emoções desencadeadas por todos os acontecimentos vivenciados. A literatura pode estimular o “pensamento crítico, pode ser usada por simples diversão, para exercitar a imaginação e a criatividade, melhorar a memória, a empatia, o reconhecimento de emoções, a autorreflexão, e para aliviar situações de forte mobilização emocional” (SCORSOLINI-COMIN; JUNQUEIRA, 2021, p. 7). Nesse sentido, apresentamos mais um relato:

Além da leitura, assistir filmes e séries contribuíram para aliviar os dias: Comprei muitos livros, fiz muitas leituras, assisti muitas séries, filmes, doramas, que são novelas asiáticas, coreanas para esquecer o que estava enfrentando (Estudante - UFRPE-UAST).

Em relação às práticas de cuidado, outra estudante também fez referência às estratégias usadas para cuidar de sua saúde mental:

Eu fiz exercícios, mas nem foi por questão da saúde física, mas por questão da saúde mental. Porque [...] estava passando por um momento difícil de crises de ansiedade, de pânico, insônia. Então, eu procurei mecanismos para me ajudar: como meditação, yoga e qualquer exercício que pudesse melhorar minha saúde, não só a física, mas a mental (Estudante - UFRPE- UAST).

A estudante relatou que desenvolveu exercícios físicos, meditação e até yoga, qualquer mecanismo que pudesse ajudar, pois estava passando por momentos difíceis com crises de ansiedade. Assim como ela, outro estudante falou que recorreu aos exercícios:

[...] algumas vezes também, eu acompanhei algumas pessoas, alguns personal trainers, algumas dicas de treinos em casa. Eu acabava fazendo algum exercício ou algo assim. Algo assim: um alongamento. Eu me lembro que gostava de fazer alongamento (Estudante - UFAL).

De acordo com o estudo realizado por Lourenço et al. (2017), as atividades físicas beneficiam os indivíduos que têm sintomas depressivos e ansiosos, inclusive pessoas institucionalizadas, pois amenizam a sensação de isolamento, melhoram a disposição física, aumentam a autoestima e reduzem a ociosidade. Além dos exercícios físicos, os autores destacam que a dança também se fez presente como estratégia de cuidado. Sendo um exercício aeróbico, a dança produz efeitos positivos em relação aos estados emocionais depressivos, ansiosos e dolorosos. Em diálogo com essas reflexões, trazemos o relato a seguir:

Pensando na minha saúde física, como eu não podia muito sair de casa. Eu tentava me adequar ao que tinha. Teve períodos que eu inventava de dançar em frente à TV. A gente se divertiu horrores. Era até uma forma de distrair as crianças que estavam com a mãe doente. A gente botava uma caixa de som na garagem e começava a dançar [...] Era, foi um divertimento enorme pra gente ver essa parte, pra tentar esquecer o que estava acontecendo. A gente dançava (Estudante, UFRPE-UAST).

No entanto, vimos que nem todas/os as/os estudantes puderam recorrer a esses recursos, pois a situação de classe social também fez com que algumas/alguns precisassem trabalhar, sem tempo e condições para cuidar da saúde física e mental, sobretudo as/os jovens pobres e negras/os. Boa parte relatou, inclusive, as dificuldades para dar continuidade aos estudos no formato remoto, devido à ausência de tempo, de aparelhos eletrônicos, de acesso à internet e de um espaço adequado em casa para estudar, como pode ser observado no relato a seguir:

Aqui mesmo, na minha casa, só tem um computador. Não tenho notebook. É um computador só. Então, questão de aula online dava até certo quando a internet funcionava, porque cada pessoa tem o seu celular, aí cada um ficava no seu. Agora, quando eram as atividades, tinha que ser feito um revezamento, porque eu também tenho irmãs, que estudam; e elas também precisavam e eu não consigo fazer trabalhos digitando pelo celular. Eu acho muito ruim. Eu prefiro no computador. Isso dificultou meu rendimento nos estudos e me deixava ansiosa (Estudante - UFRPE-UAST).

Essa dificuldade de acesso à internet é uma realidade de muitas/os estudantes brasileiras/os. A desigualdade social que vivenciada no Brasil não é algo novo. O impacto das

diferenças de classe na educação é conhecido há muito tempo. No entanto, o cenário pandêmico evidenciou ainda mais problemas que sempre estiveram presentes, e estudantes de diferentes níveis escolares sentiram, na pele, a dificuldade de dar continuidade aos seus estudos. Sobre essa questão, uma estudante da UFRPE-UAST relatou: “[...] alguns colegas estudantes[...] acabaram tendo que desistir dos cursos, trancando o curso, porque justamente não tinham acesso à internet”.

Esses discursos evidenciam os desafios enfrentados pelas/os jovens universitárias/os durante a pandemia e revelam o quanto desenvolver práticas de cuidado foi difícil para algumas/alguns estudantes, que precisaram, antes de tudo, encontrar meios de suprir suas necessidades básicas, como alimentação e outras práticas essenciais à sobrevivência.

Juventude e estratégias de resistência

Em meio a um cenário tão agudo de sofrimento como foi a pandemia, manter-se vivo, e minimamente saudável, já configurava um grande ato de resistência. Estamos tomando resistência na dimensão apontada por Scott (2004), pequenos gestos de desafiar situações que se mostraram mais exigentes para grupos sociais historicamente vulnerabilizados, em que o risco sanitário aumentado contrastava com a possibilidade de grupos economicamente favorecidos cumprirem a indicação do “fique em casa”.

No grupo de nossa pesquisa, destacamos a situação de jovens-mães em contexto universitário e as estratégias que elaboraram para manterem-se conectadas com o novo “contexto de ensino”, no qual a sala-tela de aula concorria com todos os afazeres domésticos, em especial com o cuidado com os filhos. Uma das participantes recorreu ao gênero discursivo carta para nos contar sobre sua vivência no cenário doméstico:

(...) lembro-me ainda emocionada de todos os momentos que passei durante a pandemia pra acompanhar minha turma, as várias maneiras inusitadas que eu assisti as aulas, e sempre com o serzinho mais lindo do mundo, grudado em meu seio. Mas, um dia em especial me marcou mais: o dia que eu descobri o autismo do meu filho, e tinha um seminário para o mesmo dia, e foi com a face de angústia, e chorosa, que eu exerci minha função de estudante. Confesso que foi nesse momento que eu percebi que independente das turbulências, eu não vou desistir. É por ele e também é por mim, ser mãe nos transforma, vemos o mundo de outra maneira. Às vezes, nos sentimos imbatíveis e outros dias nem tanto, mas o que eu quero dizer aqui hoje, é que você não está sozinha, não desista, por mais que você se sinta desmotivada ou pouco acolhida, o que prevalece sempre é nosso primeiro instinto, é de sobrevivência, e isso nos torna mais forte, sejamos fortes e lutemos para que este nosso momento seja respeitado, que a universidade nos assegure que não temos que escolher entre a maternidade e a vivência acadêmica, completo reafirmando o que eu já externei: não desista, você consegue! (Estudante UAST-UFRPE).

Muitas são as facetas de desigualdade de gênero expressa nesse relato. E o campo do ativismo feminista na sociedade e na universidade também foi intensamente demandado para refletir, denunciar e intervir em uma série de agravos à saúde física, mental e financeira das mulheres em situação de isolamento ou superexposição em meio à pandemia. Em uma sociedade marcada pelo patriarcado, o trabalho das mulheres é subnotificado, desvalorizado, negligenciado, embora minuciosamente vigiado. Patriarcado, capitalismo, racismo, misoginia condensam circunstâncias de vida que comprometem a

capacidade de existência/resistência de corpos estrategicamente atados à maquinaria da reprodução social e sexual. A contribuição de uma análise feminista está em embaralhar “as fronteiras do pessoal e do político, possibilitando articular as relações de poder em embates cotidianos nos espaços íntimos e em contextos sociopolíticos ampliados, resistindo a abordagens individualizantes e dicotômicas” (MOREIRA et al., 2020, p. 2).

Na ordenação socio sanitária do “fique em casa”, para a jovem do relato anteriormente explicitado, o “estude em casa” foi acompanhado de significativas limitações das políticas sociais de educação, que intensificam desigualdades nas possibilidades de conclusão do ensino superior, acesso ao mercado de trabalho e construção de um cenário de independência financeira – tão fundamental à vida das mulheres. A condição de superação das adversidades, sem contar com a devida rede de apoio social e afetivo, pode ocasionar uma série de danos, como estresse crônico e exaustão física e mental prolongada, cujos sintomas podem se estender no tempo. A estudante do relato acima nos conta sobre sua superação e motiva outras mulheres a se conectarem com a força necessária para seguir com seus objetivos. No entanto, ao nos demoramos em suas palavras, também ficamos a pensar: qual o acolhimento para sua angústia e seu iminente choro em meio à recepção de um diagnóstico sobre a condição de seu filho?

Minimizar a complexidade que circunscreve a vida das mulheres em situações de crise e guerras compõe o projeto de violência de gênero que faz com que a supressão de nossos direitos seja naturalizada. Enquanto narradora e personagem de uma jornada de superação, o relato da estudante da UAST que assistia às aulas com o filho no colo, nos convoca ao compromisso de avaliarmos os efeitos pós-pandêmicos na vida das mulheres. Importa saber: quais políticas de vida digna estão em curso, neste país, para as mulheres mais penalizadas durante a pandemia. Desistir poderia compor a paleta de escolhas possíveis em um cenário que nos assegurasse liberdade, integridade física, respeito, solidariedade, afeto e cuidado.

Não ter de escolher entre maternidade e universidade é o que se espera de uma sociedade que garante a cidadania das mulheres e que esteja minimamente sintonizada com o campo dos direitos sexuais e reprodutivos. O modo como essas questões são abordadas em contexto universitário ainda estão bem longe do ideal de uma participação política forte e expressiva. Inclusive porque, como triste legado da pandemia, houve uma significativa desarticulação dos diretórios acadêmicos em muitas Instituições de Ensino Superior. Essa é uma dimensão crucial da resistência política que precisa ser revigorada: os espaços públicos e coletivos para a participação política da juventude universitária. Ter de ser o próprio recurso para não sucumbir é uma dimensão penosa da resistência, como movimento de dobrar o poder sobre si mesma/o. O que fica para nós como demanda de uma resistência coletiva e esperançosa é o compromisso com a revitalização dos espaços de participação política, nos quais bandeiras ético-políticas possam ser aliançadas em meio aos tantos desafios aprofundados pela ferida pandêmica, ainda em lenta cicatrização.

Para aquelas/es que passaram parte de sua juventude em tempos de pandemia, a resistência é também um exercício de retomada da política democrática como compromisso contra o descaso, contra a banalidade do mal, contra a impunidade de chefes políticos que zombaram da dor e do luto de aproximadamente 700.000 vítimas fatais, contabilizadas até o final de 2022. Esse é um trauma coletivo, e a tarefa será também coletiva: a de não mais sucumbirmos ao horror.

Considerações finais

Ao ouvirmos as/os jovens sobre as dificuldades para darem continuidade aos estudos na pandemia, vimos que o sistema de opressão de classe produziu e produz peso e desgaste de todas as ordens sobre essas juventudes, o que fez com que algumas e alguns não conseguissem dar continuidade ao processo de escolarização e outras/os precisassem criar estratégias diversas para enfrentar as dificuldades e conseguir se manter realizando os cursos de graduação. Com isso, pensamos no papel da universidade como dispositivo importante na rede de cuidados das/os jovens, um espaço que vai além da formação profissional para a juventude.

Atentar para os arranjos de gênero em articulação com geração e maternidade em contexto universitário realçou nossa atenção para o legado de desigualdade agudizado para a vida de mulheres jovens, que ainda buscam o mínimo de estabilidade financeira para não sucumbirem às tantas violências que lhes são direcionadas em sociedades patriarcais, machistas, racistas e misóginas.

Enquanto pesquisadoras e pesquisadores do campo da juventude, com atuação no contexto universitário, cabe-nos o compromisso em contribuir com a revitalização dos espaços públicos de participação política, especialmente diante do grave desmonte de estruturas como diretórios e centros acadêmicos. Entendemos a resistência como começo da luta política, principalmente em um país que tenta se recompor de uma grave crise democrática.

A processualidade da retomada de princípios e políticas democráticas e da valorização da pluralidade exige, de cada um de nós, o investimento na revitalização da esperança, mesmo diante da dor, do luto, do medo e da morte. Prezar pela reocupação do território universitário pode configurar um potente projeto de enfrentamento ao epistemicídio – compreendido como política de interrupção dos ainda tão recentes avanços na democratização do ensino público superior em nosso país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) graduandos(as) das IFES – 2018**. Brasília: 2019. Disponível em: <<https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018>>. Acesso em: 09 jul. 2025.

ARAÚJO, M. F. T.; CAVALCANTE, V. T.; SANTOS, A. C. H. “Agentes não é igual ao que agente era em março de 2020”: a atuação em psicologia escolar e educacional no Instituto Federal de Alagoas na pandemia de COVID-19. **Revista Amazônica**, v. 18, n. 1, p. 13-43, jan./jun. 2025. Disponível em: <<https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonica/article/view/17491>>. Acesso em: 11 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 149, n. 169, p. 1, 30 ago. 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 13 jul. 2025.

CASTRO, L. R. de. Subjetividades públicas juvenis: a construção do comum e os impasses de sua realização. **Estudos de Psicologia**, v. 21, n. 1, p. 80-91, jan. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/epsic/a/chDHgJL56NKd9cGqYifztFd/?lang=pt>>. Acesso em: 8 mai. 2025.

_____. Onde estão os (sujeitos) jovens nas teorias da juventude? In: COLAÇO, V. de F. R. et al. (Org.). **Juventudes em movimento: experiências, redes e afetos**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2019. p. 69-88.

FRANCO, A. M. de P.; CUNHA, S. Perfil socioeconômico dos graduandos das IFES. In: Radar: tecnologia, produção e comércio exterior. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura (fev. 2017). Brasília: IPEA, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7649/1/Radar_n49_perfil.pdf>. Acesso em: 11 de julho de 2025.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 72-95.

GUNDIN, V. A. et al. Saúde mental de estudantes universitários durante a pandemia de COVID-19. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 35, n. 2, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/37293/23470>>. Acesso em: 09 fev. 2022.

JESUS, C. M. de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. Edição comemorativa. São Paulo: Ática, 2021.

LOURENÇO, B. da S. et al. Atividade física como uma estratégia terapêutica em saúde mental: revisão integrativa com implicação para o cuidado de enfermagem. **Escola Anna Nery**, v. 21, n. 3, p. e20160390, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ean/a/zThRTQzk9PvZfBcgwYncM4J/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 27 ago. 2023.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, dez. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/QtnBjL64XvssngF6FHJqnzb>>. Acesso em: 11 jul. 2025.

MARTINS, M. C. Curadoria educativa: inventando conversas. **Reflexão e Ação**: Revista do Departamento de Educação/UNISC, Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 1, p. 9-27, jan./jun. 2006, Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/slideshow/curadoria-educativa-inventando-conversas/40746923>>. Acesso em: 02 abr. 2022.

MENEZES, J. de A.; SILVA, R. A. da. Políticas de Pesquisa COM a juventude universitária: construção e divulgação de conhecimentos sobre tempos pandêmicos. In: MARTINS, C. P.; MENEZES, J. de A. (Orgs.). **Insubmissas práticas psicossociais**: tarefas do presente, questões urgentes. São Carlos: Pedro e João, 2024. p. 97-110.

MIRANDA, E. O. Rachar e despencar o corpo-território. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, v. 7, n. 1, p. 467-487, 2021. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/54972/37165>>. Acesso em: 09 jul. 2025.

MOREIRA, L. E. et al. Mulheres em tempos de pandemia: um ensaio teórico-político sobre a casa e a guerra. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, e020014, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/93BpjQdGtPs9Lxs9SCSWHkr/>>. Acesso em: 10 ago. 2024.

OLIVEIRA, C. M. R. de. et al. Projeto de extensão “Em conexão: tecendo e cultivando redes de cuidado de si e do coletivo” e suas contribuições à saúde mental em tempos de pandemia pela Covid-19. In: NEGREIROS, F.; FERREIRA, B. de O. (Orgs.). **Onde está a psicologia no meio da pandemia?** São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. p. 347-370.

SAVEGNAGO, S. D. O. **Oportunidades de vida**: fortuidades do tempo e mobilidades no espaço de jovens pobres cariocas. 2018. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SCORSOLINI-COMIN, F.; JUNQUEIRA, L. F. de S. Psicologia, literatura e saúde mental. **Muitas Vozes**, v. 10, 2021. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/muitasvozes/article/view/17404>>. Acesso em: 11 jul. 2025.

SCOTT, J. C. Los dominados y el arte de la resistencia: discursos ocultos. México, D.F.: Ediciones Era, 2004.

_____. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5, p. 217-243, jan. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/SYTFpQnDjn3vRSDJzghnnpd/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 20 mai. 2025.

SILVA, R. A.; MOURA, R. P. dos S.; SANTOS, A. C. de H. Narrativas (des)construídas como tarefa política da pesquisa participativa decolonial. **Revista de Psicologia**, v. 12, n. 2, p. 147-160, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/62760>>. Acesso em: 06 abr. 2023.

TRANCOSO, A. E. R. **Juventudes**: o conceito na produção científica brasileira. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2012.

VERDI, M.; FINKLER, M.; MATIAS, M. C. S. A dimensão ético-estético-política da Humanização do SUS: estudo avaliativo da formação de apoiadores de Santa Catarina (2012-2014). **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 24, n. 3, p. 363-372, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ress/a/c9KrfpqCxsVWdfcYhcxW3H/>>. Acesso em: 10 mai. 2025.

ZOBOLI, E. L. C. P. A redescoberta da ética do cuidado: o foco e a ênfase nas relações. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 38, n. 1, p. 21-27, mar. 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reeusp/a/QxhC6TD3pJf8mSfdSmJwLBK/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 10 mai. 2025.

Resumo Este artigo aborda reflexões construídas a partir de uma pesquisa realizada com jovens universitárias/os sobre as estratégias de cuidado e resistência na pandemia da Covid-19. Trata-se de uma pesquisa interinstitucional desenvolvida por pesquisadores/as de três instituições do Nordeste (UFRPE, UFPE e UFAL), através do uso de métodos participativos. Foram realizados nove grupos *online* com as/os jovens das três instituições. Nos encontros, foram abordadas problemáticas que naquele momento interferiam nas experiências juvenis, de modo geral, e, de forma particular, na relação com as universidades. Vimos que o sistema de opressão, sobretudo de classe e território, dificultou que as/os jovens dessem continuidade ao processo de escolarização. Alguns precisaram criar estratégias de cuidado e resistência para não adoecerem e conseguirem permanecer nos cursos universitários. Destacamos o papel da universidade como um dispositivo importante na rede de cuidados e como um espaço que vai além da formação profissional das juventudes.

Palavras-chave: juventude universitária, pandemia, práticas de cuidado, resistência.

Estrategias de cuidado y resistencia construidas por jóvenes universitarios durante la pandemia

Resumen El artículo discute reflexiones basadas en una investigación realizada con jóvenes universitarios sobre estrategias de cuidado y resistencia en la pandemia del COVID-19. Se trata de un estudio interinstitucional realizado por investigadores de tres instituciones del nordeste (UFRPE, UFPE y UFAL), utilizando métodos participativos. Se realizaron nueve grupos en línea con jóvenes de las tres instituciones. Los encuentros abordaron cuestiones que, en aquel momento, afectaban a la experiencia de los jóvenes en general y, en particular, a su relación con la universidad. Vimos que el sistema de opresión, especialmente de clase y territorio, dificultaba a los jóvenes continuar su proceso de escolarización. Algunos tuvieron que crear estrategias de cuidado y resistencia para no enfermarse y seguir cursando carreras universitarias. Destacamos el papel de la universidad como dispositivo importante en la red de cuidados y como espacio que va más allá de la formación profesional de los jóvenes.

Palabras clave: jóvenes universitarios, pandemia, prácticas de cuidado, resistencia.

Strategies of care and resistance built by young university students during the pandemic

Abstract The article discusses reflections based on research carried out with young university students about care and resistance strategies in the COVID-19 pandemic. This is an inter-institutional study carried out by researchers from three northeastern institutions (UFRPE, UFPE and UFAL), using participatory methods. Nine online groups were developed with young people from the three institutions. The meetings tackled issues that at the time were affecting young people's experiences in general, and in particular their ties with universities. We saw that the system of oppression, especially of class and territory, made it difficult for students to continue their schooling. Some had to create strategies of care and resistance in order not to fall ill and to keep going through university courses. We highlight the role of the university as an important device in the care network and as a space that goes beyond professional training for youth.

Keywords: university youth, pandemic, care practices, resistance.

DATA DE RECEBIMENTO: 08/05/2025

DATA DE APROVAÇÃO: 01/07/2025



Roseane Amorim da Silva

Graduada em Psicologia pela Universidade de Pernambuco (UPE), Brasil. Mestre e Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil. Professora Adjunta da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Unidade Acadêmica de Serra Talhada – UAST, Brasil.

E-mail: roseane.amorim@ufrpe.br



Antonio César de Holanda Santos

Graduado em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Brasil. Mestre em Educação pela UFAL. Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil. Professor Associado da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFAL.

E-mail: antonio.santos@palmeira.ufal.br



Jaileila de Araújo Menezes

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil. Mestre e Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. Professora Titular da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil. Colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFPE. Coordenadora do Núcleo OriGepcol/Museu da Pessoa.

E-mail: jaileila.santos@ufpe.br



Estratégias de cuidado e resistência construídas por jovens universitários na pandemia

Roseane Amorim da Silva

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Serra Talhada, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-1454-0417>

Antônio César de Holanda Santos

Universidade Federal de Alagoas, Palmeiras dos Índios, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-9516-7035>

Jaileila de Araújo Menezes

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-3322-3764>



Transformaciones urbanas y dinámicas históricas de movilidades infantiles en un territorio de Puebla, México

José Roberto Suriano Chacón

Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, Puebla, México

<https://orcid.org/0000-0002-5210-7497>

Porfirio Eduardo Lugo Laguna

Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, Puebla, México

<https://orcid.org/0000-0001-9689-8086>

María Lourdes Guevara Romero

Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, Puebla, México

<https://orcid.org/0000-0001-7312-3499>

Introducción

Diversos factores en los procesos territoriales influyen en el desarrollo de los asentamientos humanos, impactando la calidad de vida de la población. En el último siglo, la vida urbana de los niños ha experimentado cambios significativos que son clave para comprender las dinámicas de la movilidad (VASCONCELLOS, 2011). Hoy en día, estos cambios presentan un desafío para el desarrollo infantil, ya que la movilidad independiente (MI) (HILLMAN; ADAMS; WHITELEGG, 1990; MITRA et al., 2014), proporciona beneficios en el desarrollo psicológico y social, así como en el juego, la actividad física y la salud.

En términos psicológicos y sociales, se ha demostrado que esta movilidad en los niños mejora la conciencia espacial, las habilidades de orientación y la comprensión de las normas viales psicológicas (KORPELA; KYTTÄ; HARTIG, 2002; RAUSTORP et al., 2012; CHAWLA, 2015; GRAY et al., 2015); fomenta la capacidad de resolver problemas, tomar decisiones y aumenta la concentración en las tareas escolares (DING et al., 2012); reduce el miedo a la delincuencia (FOSTER et al., 2014); y promueve una mayor interacción y socialización con adultos, compañeros y personas del entorno (DING et al., 2012). Además, fortalece el vínculo con el barrio y el sentido de comunidad (PACILLI et al., 2013).

Sin embargo, estudios muestran una disminución de la MI de los niños y una creciente dependencia del automóvil debido a peligros percibidos y horarios apretados (HILLMAN, 1993; KYTTÄ, 2004), lo que podría afectar negativamente su relación con el entorno y su sentido de pertenencia.

Estudios de distintas disciplinas que abordan este campo han destacado las limitaciones del enfoque centrado en la reducción de riesgos. Aunque dicho enfoque pretende aumentar la protección de la infancia, ha empezado a interferir en el desarrollo cognitivo, físico y social de los niños, al limitar su libertad de movimiento y su acceso a espacios compartidos para actividades sociales y funcionales. Lo anterior muestra que la infancia se enfrenta así a un entorno que no considera sus necesidades, lo que incrementa su vulnerabilidad.

En este contexto, la investigación se centra en las infancias de décadas pasadas para explorar que transformaciones urbanas afectaron las movilidades de los niños. La investigación combinó métodos tanto cuantitativos como cualitativos a través de aproximaciones sucesivas, incluyendo la observación participante y la investigación acción participativa, con un enfoque particular en las experiencias de los adultos mayores. Se realizó un análisis histórico desde 1970 hasta 2020, investigando la MI y los espacios jugables de los niños en 1970. Se analizó cómo se desplazaban de manera autónoma, con quiénes interactuaban y qué actividades realizaban, así como la movilidad que lograban cuando estaban acompañados por otros miembros del hogar o amigos. Para ello, se trabajó con 20 adultos mayores de la colonia Francisco I. Madero, quienes formaron parte de la primera generación de niños en ese territorio, marcando el inicio de la investigación en 1970.

Construcción del encuadre teórico

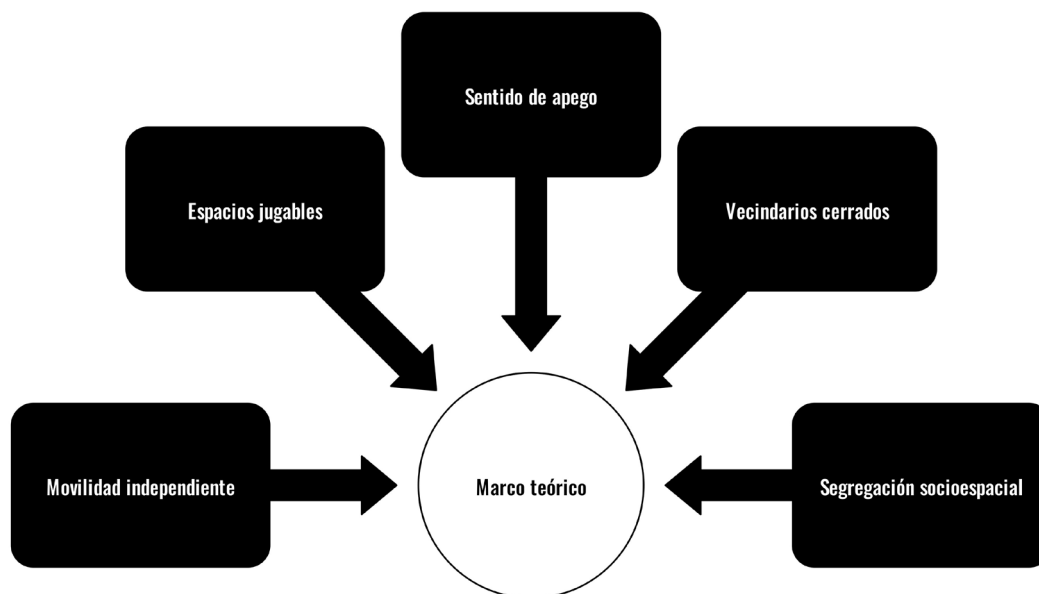
El marco teórico de esta investigación se basa en tres conceptos clave. Primero, el concepto de movilidad independiente (MI), introducido por Hillman, Adams e Whitelegg (1990) en su estudio “One false move: a study of children’s independent mobility”, que se define como la libertad de los niños para desplazarse por su vecindario o ciudad sin supervisión adulta.

El segundo concepto es el espacio jugable, definido por Lugo (2013, p. 75) como “un espacio público donde el juego libre es la actividad principal. Este espacio permite al niño desarrollar su autonomía y creatividad, interactuar con elementos y procesos naturales, y fomentar conexiones sociales, espaciales y ambientales. Es un lugar donde el niño puede experimentar, vivir y descubrir el mundo físico y social a través del juego”.

Tercero, el sentido de apego se relaciona con la interacción de las personas con su entorno, creando un sentido de pertenencia a través de la experiencia cotidiana, y cómo esto influye en la identidad y la autoidentificación (VALENTINE, 2001; CRESSWELL, 2004).

Además, se incorporan dos conceptos adicionales: los vecindarios cerrados, que son áreas residenciales delimitadas por bardas y con acceso restringido (MILIÁN; GUENET, 2006), y la segregación socioespacial, que agrupa a personas de diversas características en espacios que limitan la interacción con otros grupos (GUILLERMO; ESCAMILLA, 2015). Estos cinco conceptos estructuran el marco teórico de la investigación (ver figura 1).

Figura 1: Conceptos principales que componen el marco teórico de la investigación.



Fuente: Propia.

Consideraciones metodológicas

La investigación adoptó el enfoque de sistemas complejos¹ de García (2006) para contextualizar el problema y entender los diversos factores que influyen en la complejidad del territorio, lo que también facilitó la organización de la información. Además, se aplicó la metodología de Investigación Acción Participativa (IAP), basada en la exploración y transformación de la realidad en beneficio de la comunidad (BALCAZAR, 2003; RODRÍGUEZ et al., 2011; MARTI, 2017). Este enfoque promueve ciclos de reflexión y acción sobre problemas comunes, utilizando una metodología mixta que combina herramientas cuantitativas y cualitativas.

En la fase inicial de la investigación, se realizó una búsqueda documental sobre temas como movilidad independiente, espacios jugables, apego al entorno, vecindarios cerrados y segregación socioespacial para construir el marco teórico. También se revisaron datos estadísticos y geográficos de fuentes del Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI), Google Earth y documentos normativos, como la Carta Urbana Digital de Puebla.

La investigación de campo se estructuró en torno a una metodología cualitativa que combinó recorridos exploratorios, entrevistas no estructuradas, historias de vida y herramientas participativas como el mapeo social.

En tal sentido, para comprender las dinámicas actuales de MI de la población infantil en el entorno urbano, se llevaron a cabo 12 recorridos exploratorios en la colonia Francisco I. Madero. Durante estos recorridos, se documentaron mediante registro fotográfico las principales rutas utilizadas por los niños, los espacios jugables y las barreras tanto físicas como sociales que limitan su autonomía. Este material visual sirvió como base para identificar patrones de movilidad y elementos urbanos que favorecen o restringen la apropiación del espacio público por parte de la infancia contemporánea.

En consecuencia, con el objetivo de contrastar los hallazgos actuales con experiencias pasadas, se realizaron 8 charlas informales en las que participaron 10 adultos mayores de un rango de edad entre 60 a 80 años. A partir de estas conversaciones iniciales, se aplicaron un total de 10 entrevistas no estructuradas e historias de vida, con un enfoque en la MI y los cambios urbanos que han influido en su reducción. Estas técnicas permitieron documentar los patrones de MI en la actualidad, así como reconstruir la memoria urbana desde la perspectiva de los adultos mayores, quienes atestiguaron las transformaciones del espacio público y la progresiva desaparición de la MI.

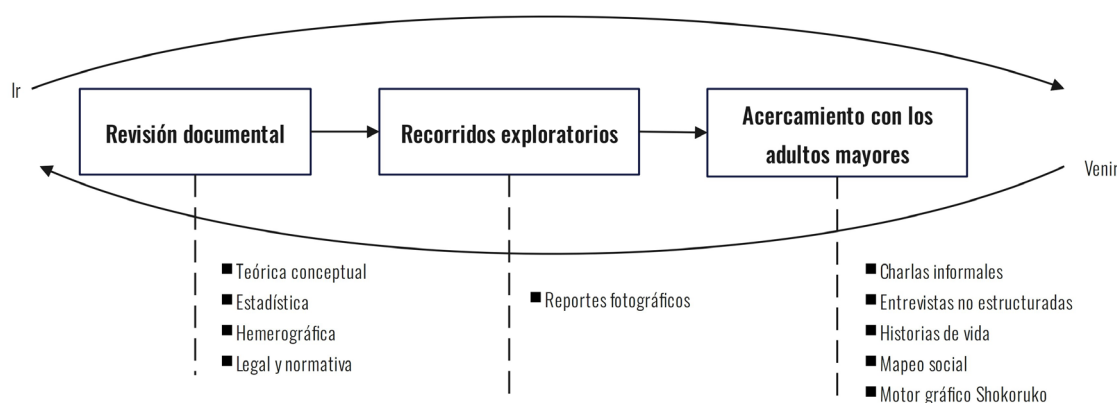
Asimismo, para profundizar en la dimensión humana del espacio y en las relaciones sociales que lo configuran, se implementó el mapeo social como herramienta participativa con otros 10 adultos mayores con un rango de edad de 75 a 85 años. Esta herramienta participativa permitió a los adultos mayores representar de manera colectiva su territorio, destacando elementos relevantes como sitios de encuentro y espacios jugables que han desaparecido. Todo esto destacando la dimensión humana del espacio, sus habitantes, relaciones de poder, memorias y prácticas culturales

¹ Es un conjunto de elementos interrelacionados que interactúan dinámicamente dentro de un contexto, generando propiedades globales que no pueden deducirse solamente a partir del análisis de los elementos aislados.

(ARES; RISLER, 2013). De este ejercicio de mapeo, emergieron narrativas sobre la transformación del paisaje urbano y la manera en que estas modificaciones han incidido en la vida cotidiana de los niños a lo largo del tiempo.

Por último, el material recopilado durante la investigación fue sistematizado y analizado con el apoyo del motor gráfico *Shokoruko*², desarrollado en colaboración con el colectivo Gmelos. Este recurso permitió visualizar de manera dinámica las conexiones entre los testimonios, los registros fotográficos actuales e históricos, y los mapeos sociales generados por los participantes. Asimismo, se incorporaron fotografías históricas que documentaban los espacios jugables de la infancia de los adultos mayores, permitiendo una comparación directa entre los espacios jugables del pasado y los actuales. A partir de este proceso de análisis, se obtuvo un panorama detallado sobre la evolución de la MI y los factores urbanos y sociales que han influido en su transformación (ver figura 2).

Figura 2: Proceso metodológico de la investigación.



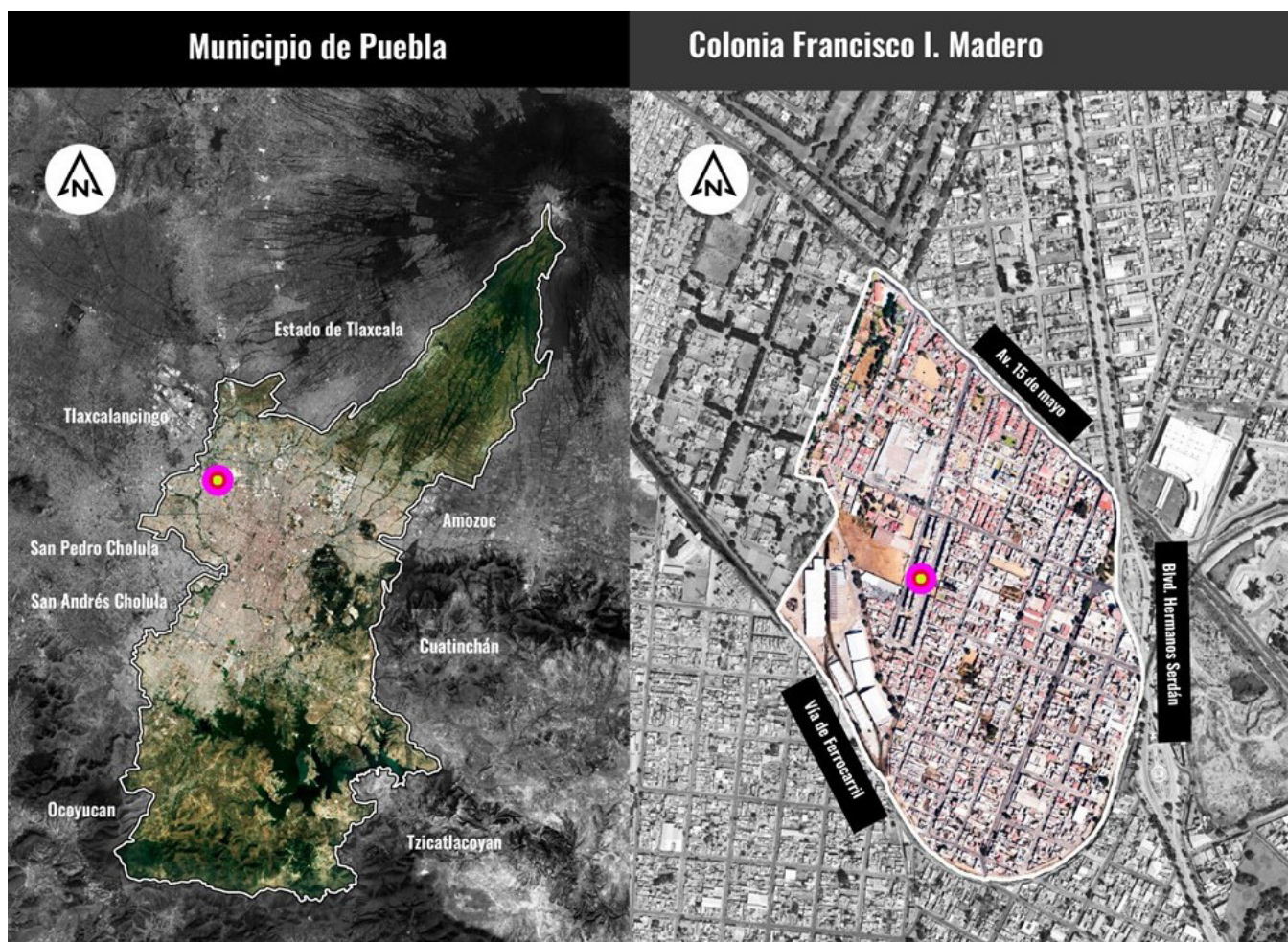
Fuente: Propia.

Ubicación territorial de estudio

La colonia Francisco I. Madero tiene una extensión de 23 hectáreas y se sitúa en el nororiente del municipio de Puebla, delimitada al norte por la avenida 15 de mayo, al sur por la Vía del Ferrocarril, al oeste por el Boulevard Esteban de Antuñano y al este por el Boulevard Hermanos Serdán, que facilitan las conexiones norte-sur y oeste-este. La escala barrial limita al norte con las colonias San Rafael Poniente y Pino Suárez, al sur con La Libertad y Aquiles Serdán, al oeste con Agrícola, Los Vergeles y al este con Posadas (ver mapa 1).

² Es una herramienta digital para crear y diseñar videojuegos que permite interpretar información social y del territorio a través de imágenes, integrándolas en entornos de Realidad Aumentada (RA), Realidad Virtual (RV) o Realidad Extendida (RE).

Mapa 1: Localización territorial de la colonia Francisco I. Madero.



Fuente: Elaboración propia de acuerdo con la cartografía geoestadística de las localidades urbanas y ameznadas de 2020, INEGI y del límite de colonias, 2022.

Movilidades y espacios jugables de la infancia de 1970

Durante los años 1950, el crecimiento demográfico y urbano de la ciudad de Puebla fue impulsado por la llegada de personas que buscaban mejores oportunidades laborales, lo que provocó cambios importantes en el estilo de vida urbano.

En la década de 1960, se observó un incremento notable en la migración hacia las áreas periféricas de Puebla. Tal fue el caso de familias que, durante esos años, decidieron establecerse en lo que hoy se conoce como la colonia Francisco I. Madero, fundada en 1961 (MORENO, 2002). La mayoría de los niños de la década de 1970 eran hijos de los primeros migrantes de los años 1950 y 1960, que, con el paso del tiempo, se convirtió en la primera generación en crecer en la ciudad, desarrollando un fuerte sentido de identidad urbana.

A partir de esto, se estableció contacto con 10 adultos mayores entre edades de 75 a 85 años, quienes formaron parte de la primera generación de infancia en la colonia. Junto a ellos se construyó un mapa social que representa la década de 1970 y los espacios que solían recorrer los niños en el espacio público durante ese periodo.

Este mapa clasifica los espacios jugables en tres categorías: los espacios cercanos de uso cotidiano, como los campos de cultivo, los hogares, los terrenos baldíos y las calles; los espacios de socialización, que incluyen la escuela, eventos ocasionales como el circo y la lucha libre, visitas a niños húngaros³, canchas deportivas y el parque Madero; y los espacios de exploración, como el jagüey llamado el hoyo, el parque Volcán del Cuexcomate, el parque San Rafael Poniente, las tiendas locales y los senderos naturales (ver tabla 1).

Tabla 1: Categorías de los espacios jugables.

Espacios de uso cotidiano	Espacios de socialización	Espacios de exploración
• Campos de cultivo	• Escuela	• Jagüey el hoyo
• Hogar	• Eventos ocasionales	• Parque Volcán del Cuexcomate
• Terrenos baldíos	• Visitas a niños húngaros	• Parque San Rafael Poniente
• Calle	• Canchas deportivas	• Tiendas locales
	• Parque Madero	• Senderos naturales

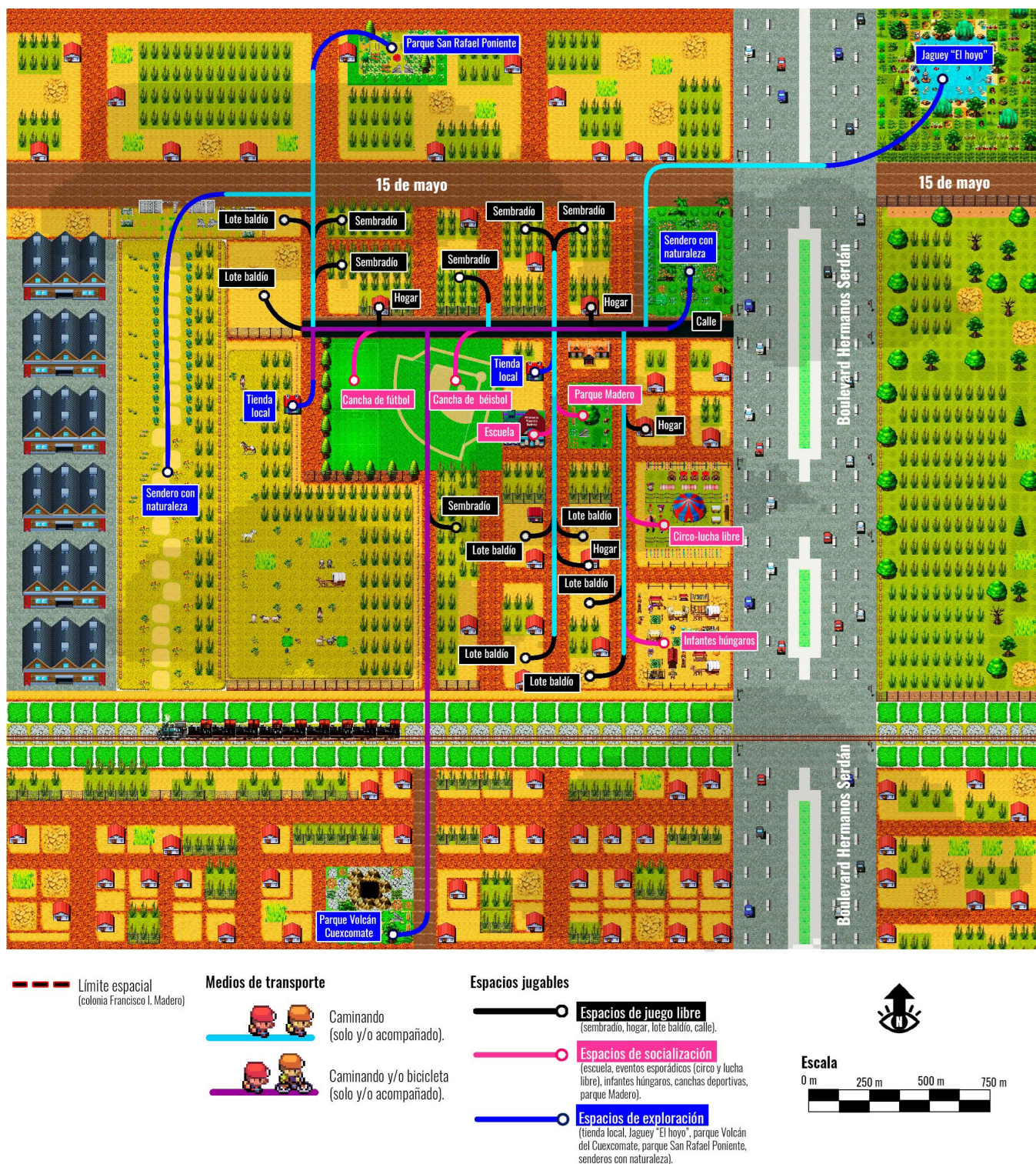
Fuente: Propia.

El mapa 2 incluye las rutas que los niños recorrían de manera autónoma, a pie o en bicicleta, mostrando 18 espacios de uso cotidiano en las zonas norte y sur, como campos de cultivo, hogares, terrenos baldíos y una calle.

También se identificaron tres espacios de exploración externos: el Parque San Rafael Poniente al sur, el Parque Volcán del Cuexcomate al norte, y el jagüey el hoyo al noreste. Además, se destacan seis espacios de socialización, incluyendo canchas deportivas, una escuela primaria, un espacio ocasional para circo y lucha libre, un parque local y un lugar con niños húngaros. Las rutas caminando solos o con amigos para acceder a estos lugares eran comunes.

³ Son un grupo de niños refugiados provenientes de Hungría que llegaron a México durante el siglo XX, en un contexto marcado por conflictos políticos en Europa.

Mapa 2: Espacios jugables en la colonia Francisco I. Madero en la década de 1970.



Fuente: Propia de acuerdo con el mapeo social con adultos mayores.

La infancia de esta generación desarrolló un fuerte vínculo y sentido de pertenencia con su entorno, adquiriendo un profundo conocimiento del lugar. El entorno natural era un destino de exploración caminando solos o en compañía de amigos, los campos de cultivo ofrecían juego libre y las calles de tierra eran puntos de encuentro comunitario.

La imagen 1 muestra cómo la conexión del niño con la naturaleza fomentó una sensibilidad hacia el territorio y el desarrollo de habilidades espaciales, destacando la importancia del entorno natural en este proceso.

Imagen 1: Niños nadando en el jaguey el hoyo en 1970.



Fuente: Proporcionada por David Ramírez Huitrón, 1970.

Los niños exploraban el territorio caminando hacia la escuela, debido a la falta de transporte y recursos económicos limitados. Esta experiencia fortaleció su autonomía y habilidades espaciales, ayudándoles a sentirse parte integral del territorio (ver imagen 2).

Imagen 2: Niños caminando hacia la escuela en 1980.



Fuente: Proporcionada por Oscar Morales, 1980.

La escasez de viviendas parcialmente fomentó la autonomía infantil en el espacio público, especialmente en áreas urbanas con marcados contrastes en la organización del espacio residencial.

Esto se debió en parte a la autoconstrucción de viviendas, ya que muchas familias tenían más de cuatro miembros, resultando en viviendas de baja calidad. El espacio no construido entre las viviendas se consideraba parte de los espacios comunes del espacio público.

La falta de privacidad llevó a realizar actividades domésticas en entornos cercanos como campos de cultivo y terrenos baldíos, fortaleció las relaciones entre vecinos y promovió el juego libre. Las actividades callejeras se llevaban a cabo en infraestructuras incompletas, convirtiéndose en espacios de juego y exploración para los niños (ver imagen 3).

Imagen 3: Niños jugando en los espacios comunes en 1984.



Fuente: Proporcionada por Enrique Contreras, 1984.

En ese tiempo, la disponibilidad de espacios públicos era limitada, como las canchas de fútbol, béisbol y el parque local. Los niños solían organizar actividades recreativas estructuradas durante su tiempo libre, como partidos de fútbol y otros juegos competitivos (ver imagen 4).

Imagen 4: Niños jugando fútbol en las canchas deportivas en 1982.

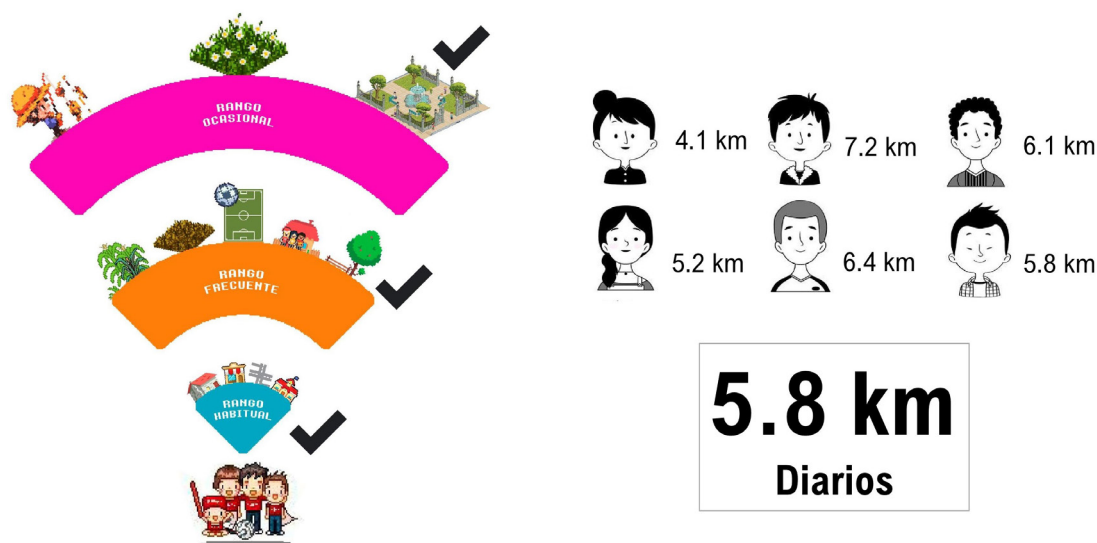


Fuente: Proporcionada por Daniela Jiménez, 1982.

Según Higgins (2008), los niños dividen su territorio en tres rangos: el habitual, alrededor de su hogar y explorado a pie; el frecuente, menos accesible debido a obstáculos y reglas parentales; y el ocasional, que incluye áreas más lejanas exploradas a pie, en bicicleta o transporte público. La expansión de estos rangos se ve influenciada por factores como la personalidad, la educación de los padres, la disponibilidad de amigos y lugares interesantes. Lynch (1960) destacó la importancia de la orientación en la movilidad y eficiencia en el entorno construido, donde la representación mental del espacio físico es crucial.

Las entrevistas con adultos mayores revelaron que los niños poseían una habilidad sobresaliente para describir con detalle elementos y lugares en su entorno construido, como viviendas, canchas deportivas y tiendas. A medida que crecían, ampliaban su área de exploración y ganaban más libertad, lo que les brindaba una experiencia más completa. En síntesis, los niños de esa época desarrollaron los tres niveles de rango territorial, lo que les permitió explorar diferentes espacios en el territorio. En promedio, recorrían alrededor de 5.8 kilómetros diarios en estas exploraciones (ver figura 3).

Figura 3: Rango territorial y las distancias recorridas del niño de 1970.



Fuente: Propia de acuerdo con las entrevistas con los adultos mayores.

En resumen, los espacios jugables se convirtieron en espacios de recreación y entretenimiento para los niños, mayormente ubicados cerca de sus hogares y bajo la supervisión de adultos. Lo anterior se relaciona con la idea de Jacobs (1961) sobre la vida urbana, donde la responsabilidad pública es fundamental para una buena convivencia. Esta responsabilidad comunitaria se heredó de la ocupación temprana del territorio, permitiendo que los niños y adultos se conocieran y reconocieran entre sí durante la década de 1970. Estos espacios jugaron un papel clave en el desarrollo de habilidades y relaciones sociales, fomentando valores como la autonomía y la seguridad.

Desaparición de los espacios jugables por el avance implacable de los vecindarios cerrados

Desde los años 80, la ciudad de Puebla experimentó un rápido crecimiento urbano, lo que llevó a su fragmentación. Uno de los principales impulsores de este proceso ha sido la proliferación de vecindarios cerrados. La investigación de Milián y Guenet (2006) revela que los fraccionamientos cerrados comenzaron a surgir en Puebla desde 1960, siendo los primeros la Unidad Guadalupe y La Calera, cuyo aislamiento se debió a condiciones topográficas y a la cercanía con una zona militar. Tras la Ley de 1974⁴, se observó un aumento moderado en su número, con 45 fraccionamientos en 15 años,

4 Esta Ley buscó regular y controlar los actos relacionados con la subdivisión y fraccionamiento de terrenos en el estado. Este ordenamiento establece la obligatoriedad de solicitar autorización para fraccionar, dividir, subdividir, fusionar, segregación, lotificar o relotificar inmuebles.

comparado con 11 en los 14 años anteriores. Inicialmente, estos fraccionamientos se ubicaron en la periferia, excepto al norte. Entre 1975 y 1979, su proliferación fue menor, concentrándose mayormente al norte y norponiente. Estos vecindarios se concentraron principalmente en las áreas periféricas, especialmente en el norte y nororiente, generando nuevas formas de segregación socioespacial.

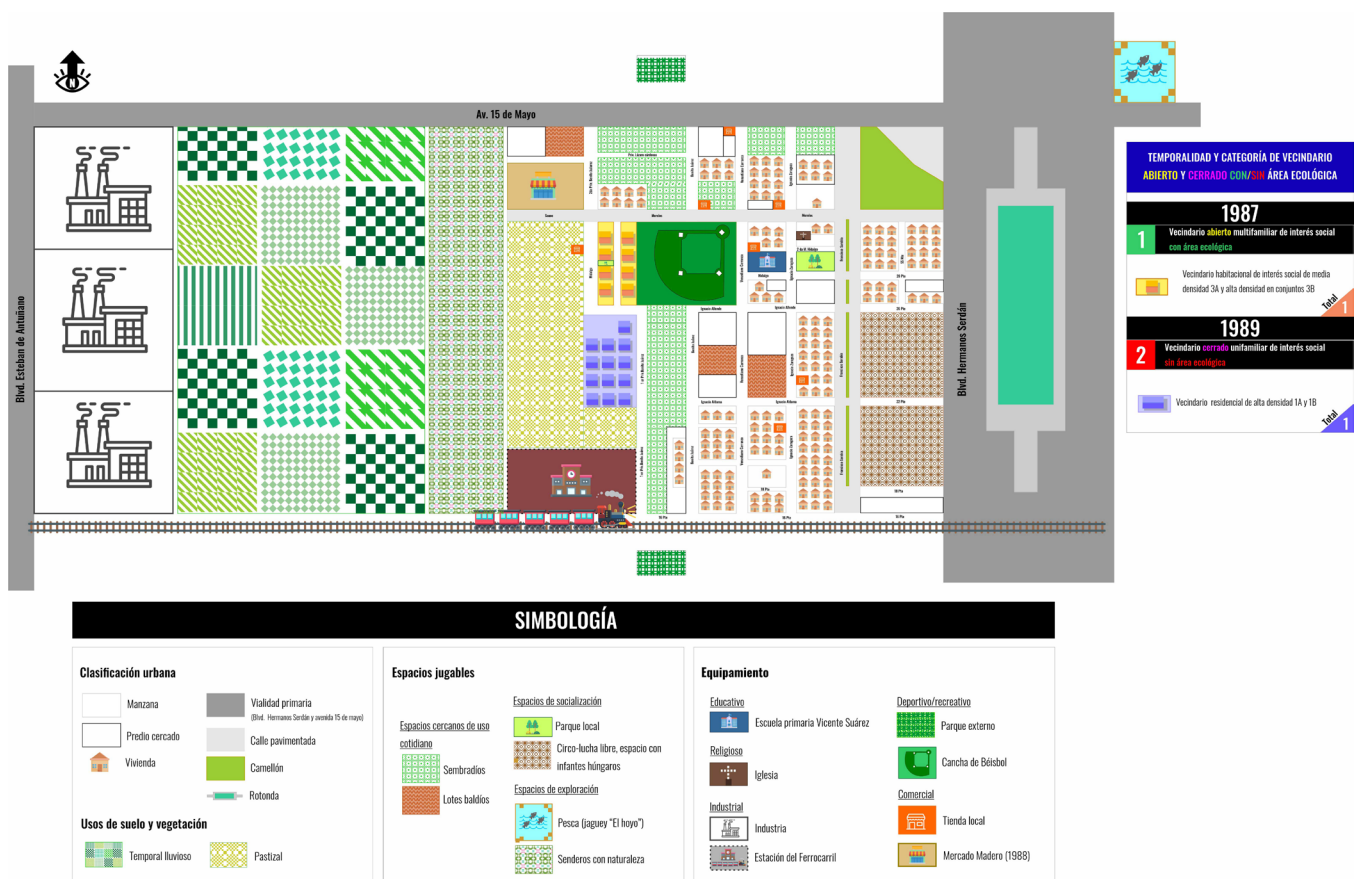
Para documentar estos cambios especialmente suscitados en este territorio de estudio, se realizó un mapeo social con adultos mayores, centrándose en la proliferación de vecindarios cerrados y la expansión de servicios y equipamientos. Se crearon categorías para distinguir entre vecindarios abiertos y cerrados según su nivel socioeconómico y densidad poblacional, considerando especialmente la presencia de áreas ecológicas o espacios públicos. La información obtenida se verificó utilizando imágenes satelitales históricas de Google Earth de 2023 y datos de Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI).

En 1987 se fundó el primer vecindario de tipo abierto, caracterizado por un modelo de vivienda en altura y alta densidad que priorizaba el uso del automóvil por encima del tránsito peatonal. A pesar de contar con una cancha de baloncesto como espacio público, no disponía de otras zonas recreativas. El lugar donde se estableció este vecindario solía ser un campo de fútbol, lo que evidencia una primera manifestación de segregación socioespacial en el acceso de los niños a espacios públicos destinados a actividades deportivas.

En 1989 se construyó el segundo vecindario, ahora de tipo cerrado, sin contar con espacios deportivos ni áreas ecológicas. Este desarrollo se asentó en terrenos agrícolas que anteriormente servían como lugar de juego libre para los niños, provocando una nueva segregación socioespacial en el acceso a espacios de recreación.

Durante este período, se pavimentaron las calles Morelos y Francisco Sarabia debido a la construcción del mercado Madero, que también se completó en ese año. La llegada de este centro comercial generó un aumento del tráfico de automóviles en la calle Morelos y provocó un mayor aislamiento de los niños en sus hogares debido al temor a los vehículos (ver mapa 3).

Mapa 3: Aparición de los vecindarios cerrados entre 1987 y 1989.



Fuente: Propia de acuerdo con el mapeo social con los adultos mayores.

Entre 1990 y 2000, la construcción de vecindarios cerrados aumentó considerablemente, adaptándose al crecimiento demográfico y a nuevos residentes con mayores ingresos. Esta expansión fue desorganizada y acompañada de más viviendas particulares, lo que resultó en la instalación de cercas alrededor de terrenos baldíos y la pavimentación de nuevas calles, generando preocupaciones sobre la seguridad vehicular y el confinamiento de los niños en sus hogares. Durante este período, los únicos espacios jugables que subsistieron fueron el jagüey el hoyo y el parque local.

Este proceso derivó en la privatización del espacio público, motivada por el miedo a la delincuencia y la noción de una ciudad abierta, lo que resultó en restricciones de acceso a dichos espacios, tanto por la presencia de vehículos ajenos como por la percepción de inseguridad asociada a la delincuencia. La falta de espacios públicos de calidad en áreas menos privilegiadas las estigmatizó como colonias peligrosas, mientras que las clases medias y altas tuvieron acceso a instalaciones de alta calidad, acentuando la brecha social y espacial.

De igual manera, el aumento de la población llevó a la apertura de nuevas instituciones educativas, lo que incrementó la movilidad de los niños. La proliferación de vecindarios cerrados impulsó el crecimiento del comercio local, especialmente en ciertas áreas periféricas. Se inició el desarrollo de un sector comercial de tipo industrial en ciertas avenidas, junto con la introducción de nuevos equipamientos urbanos, como dos estaciones: una de bomberos y otra de servicio de gasolina (ver mapa 4).

Mapa 4: Aparición de los vecindarios cerrados de la década de 1990 al 2000.



Fuente: Propia de acuerdo con el mapeo social con los adultos mayores.

Entre 2001 y 2020, se continuó la construcción de vecindarios cerrados, tanto residenciales como de interés social, aunque en menor medida. Estos nuevos desarrollos urbanos carecían en su mayoría de áreas ecológicas. Mientras que los vecindarios cerrados de alto nivel ofrecían zonas comunes más amplias y de mejor calidad, los de interés social tenían áreas más reducidas y con menos recursos. La privatización del espacio público siguió siendo una tendencia, lo que afectó la integración social y la disponibilidad de espacios recreativos para la comunidad en general.

En 2002, la construcción del centro comercial Soriana Hermanos Serdán provocó la desaparición del jagüey el Hoyo y la reducción del parque local en un 55%⁵ debido a la instalación de del centro de salud. Esta pérdida de espacios públicos de calidad reflejó una preocupación por la exclusión de áreas verdes en beneficio del desarrollo comercial y residencial. Además, la instalación de una recuperadora de desechos metálicos cerca del vecindario abierto Villa Madero generó problemas de tráfico y ruido ambiental para la población cercana. Por su parte, el sector comercial experimentó un crecimiento constante, con la aparición de diversos establecimientos que van desde grandes superficies hasta tiendas locales (ver mapa 5).

5 Este dato se derivó de mediciones espaciales realizadas con base en imágenes satelitales históricas proporcionadas por Google Earth.

Mapa 5: Aparición de los vecindarios cerrados del 2001 al 2020.



Fuente: Propia de acuerdo con el mapeo cartográfico social con los adultos mayores.

La tabla 2 muestra la desaparición de espacios jugables en la colonia entre 1970 y 2020. Durante el período inicial, se registraron 31 espacios jugables, pero esta cifra disminuyó a 25 entre 1987 y 1989, coincidiendo con la construcción de los primeros vecindarios, uno abierto y otro cerrado.

Para la década de 1990 hasta el año 2000, solo quedaron en existencia 5 espacios jugables, en contraposición de la construcción de 14 nuevos vecindarios cerrados en ese período.

A partir de 2001 hasta 2020, se mantuvieron los mismos 5 espacios jugables, mientras se construían 9 nuevos vecindarios cerrados, indicando una reducción significativa en los espacios públicos disponibles en la colonia.

Periodo	Espacios jugables			Total de vecindarios	
	Espacios cotidianos	Espacios de socialización	Espacios de exploración	Abierto(s)	Cerrado(s)
1970 – 1986	18	6	7	0	0
1987 – 1989	13	5	7	1	1
1990 – 2000	5	3	2	0	14
2001 – 2020	0	3	2	0	9
Total	0	3	2	1	24

En la actualidad, en la colonia hay un total de 24 vecindarios cerrados y 1 vecindario abierto, que ocupan aproximadamente el 54% del uso de suelo. Estos vecindarios albergan a 295 niños menores de 12 años, pero solo el 47% de ellos tienen acceso a áreas ecológicas y espacios públicos dentro de estos complejos residenciales. El restante 53% carece de acceso a estas áreas, lo que implica una falta de lugares de encuentro para los residentes, especialmente para los niños, quienes se ven afectados al no tener espacios para interactuar (ver figura 4).

**Vecindario abierto multifamiliar de interés social
con área ecológica**

Tipología Multifamiliar

Vecindario habitacional de interés social de media densidad 2A y alta densidad en conjuntos 3B

Nivel: 4, 3, 2, 1

Nivel socioeconómico: medio bajo

Población infantil (0 - 12 años): 110

Perímetro: 681 m
Área: 16.772 m²
Total departamentos: 320

Simbología: Verde (Vivienda), Verde claro (Área ecológica), Verde oscuro (Área de estacionamiento)

**Vecindario cerrado multifamiliar de interés social
sin área ecológica**

Tipología Multifamiliar

Vecindario habitacional de interés social de media densidad 2A y 2B en conjuntos 2B

Nivel: 3, 2, 1

Nivel socioeconómico: medio

Población infantil (0 - 12 años): 12

Perímetro: 188 m
Área: 2.294 m²
Total departamentos: 45

Simbología: Verde (Vivienda), Verde claro (Área ecológica), Verde oscuro (Área de estacionamiento)

**Vecindario cerrado unifamiliar residencial
con área ecológica**

Tipología Unifamiliar

Vecindario residencial de media y alta densidad 1A y 1B

Nivel: 4, 3, 2, 1

Nivel socioeconómico: Alto

Población infantil (0 - 12 años): 138

Perímetro: 347 m, 349 m, 351 m, 353 m, 355 m, 357 m, 359 m, 361 m, 363 m, 365 m, 367 m, 369 m, 371 m, 373 m, 375 m, 377 m, 379 m, 381 m, 383 m, 385 m, 387 m, 389 m, 391 m, 393 m, 395 m, 397 m, 399 m, 401 m, 403 m, 405 m, 407 m, 409 m, 411 m, 413 m, 415 m, 417 m, 419 m, 421 m, 423 m, 425 m, 427 m, 429 m, 431 m, 433 m, 435 m, 437 m, 439 m, 441 m, 443 m, 445 m, 447 m, 449 m, 451 m, 453 m, 455 m, 457 m, 459 m, 461 m, 463 m, 465 m, 467 m, 469 m, 471 m, 473 m, 475 m, 477 m, 479 m, 481 m, 483 m, 485 m, 487 m, 489 m, 491 m, 493 m, 495 m, 497 m, 499 m, 501 m, 503 m, 505 m, 507 m, 509 m, 511 m, 513 m, 515 m, 517 m, 519 m, 521 m, 523 m, 525 m, 527 m, 529 m, 531 m, 533 m, 535 m, 537 m, 539 m, 541 m, 543 m, 545 m, 547 m, 549 m, 551 m, 553 m, 555 m, 557 m, 559 m, 561 m, 563 m, 565 m, 567 m, 569 m, 571 m, 573 m, 575 m, 577 m, 579 m, 581 m, 583 m, 585 m, 587 m, 589 m, 591 m, 593 m, 595 m, 597 m, 599 m, 601 m, 603 m, 605 m, 607 m, 609 m, 611 m, 613 m, 615 m, 617 m, 619 m, 621 m, 623 m, 625 m, 627 m, 629 m, 631 m, 633 m, 635 m, 637 m, 639 m, 641 m, 643 m, 645 m, 647 m, 649 m, 651 m, 653 m, 655 m, 657 m, 659 m, 661 m, 663 m, 665 m, 667 m, 669 m, 671 m, 673 m, 675 m, 677 m, 679 m, 681 m, 683 m, 685 m, 687 m, 689 m, 691 m, 693 m, 695 m, 697 m, 699 m, 701 m, 703 m, 705 m, 707 m, 709 m, 711 m, 713 m, 715 m, 717 m, 719 m, 721 m, 723 m, 725 m, 727 m, 729 m, 731 m, 733 m, 735 m, 737 m, 739 m, 741 m, 743 m, 745 m, 747 m, 749 m, 751 m, 753 m, 755 m, 757 m, 759 m, 761 m, 763 m, 765 m, 767 m, 769 m, 771 m, 773 m, 775 m, 777 m, 779 m, 781 m, 783 m, 785 m, 787 m, 789 m, 791 m, 793 m, 795 m, 797 m, 799 m, 801 m, 803 m, 805 m, 807 m, 809 m, 811 m, 813 m, 815 m, 817 m, 819 m, 821 m, 823 m, 825 m, 827 m, 829 m, 831 m, 833 m, 835 m, 837 m, 839 m, 841 m, 843 m, 845 m, 847 m, 849 m, 851 m, 853 m, 855 m, 857 m, 859 m, 861 m, 863 m, 865 m, 867 m, 869 m, 871 m, 873 m, 875 m, 877 m, 879 m, 881 m, 883 m, 885 m, 887 m, 889 m, 891 m, 893 m, 895 m, 897 m, 899 m, 901 m, 903 m, 905 m, 907 m, 909 m, 911 m, 913 m, 915 m, 917 m, 919 m, 921 m, 923 m, 925 m, 927 m, 929 m, 931 m, 933 m, 935 m, 937 m, 939 m, 941 m, 943 m, 945 m, 947 m, 949 m, 951 m, 953 m, 955 m, 957 m, 959 m, 961 m, 963 m, 965 m, 967 m, 969 m, 971 m, 973 m, 975 m, 977 m, 979 m, 981 m, 983 m, 985 m, 987 m, 989 m, 991 m, 993 m, 995 m, 997 m, 999 m, 1001 m, 1003 m, 1005 m, 1007 m, 1009 m, 1011 m, 1013 m, 1015 m, 1017 m, 1019 m, 1021 m, 1023 m, 1025 m, 1027 m, 1029 m, 1031 m, 1033 m, 1035 m, 1037 m, 1039 m, 1041 m, 1043 m, 1045 m, 1047 m, 1049 m, 1051 m, 1053 m, 1055 m, 1057 m, 1059 m, 1061 m, 1063 m, 1065 m, 1067 m, 1069 m, 1071 m, 1073 m, 1075 m, 1077 m, 1079 m, 1081 m, 1083 m, 1085 m, 1087 m, 1089 m, 1091 m, 1093 m, 1095 m, 1097 m, 1099 m, 1101 m, 1103 m, 1105 m, 1107 m, 1109 m, 1111 m, 1113 m, 1115 m, 1117 m, 1119 m, 1121 m, 1123 m, 1125 m, 1127 m, 1129 m, 1131 m, 1133 m, 1135 m, 1137 m, 1139 m, 1141 m, 1143 m, 1145 m, 1147 m, 1149 m, 1151 m, 1153 m, 1155 m, 1157 m, 1159 m, 1161 m, 1163 m, 1165 m, 1167 m, 1169 m, 1171 m, 1173 m, 1175 m, 1177 m, 1179 m, 1181 m, 1183 m, 1185 m, 1187 m, 1189 m, 1191 m, 1193 m, 1195 m, 1197 m, 1199 m, 1201 m, 1203 m, 1205 m, 1207 m, 1209 m, 1211 m, 1213 m, 1215 m, 1217 m, 1219 m, 1221 m, 1223 m, 1225 m, 1227 m, 1229 m, 1231 m, 1233 m, 1235 m, 1237 m, 1239 m, 1241 m, 1243 m, 1245 m, 1247 m, 1249 m, 1251 m, 1253 m, 1255 m, 1257 m, 1259 m, 1261 m, 1263 m, 1265 m, 1267 m, 1269 m, 1271 m, 1273 m, 1275 m, 1277 m, 1279 m, 1281 m, 1283 m, 1285 m, 1287 m, 1289 m, 1291 m, 1293 m, 1295 m, 1297 m, 1299 m, 1301 m, 1303 m, 1305 m, 1307 m, 1309 m, 1311 m, 1313 m, 1315 m, 1317 m, 1319 m, 1321 m, 1323 m, 1325 m, 1327 m, 1329 m, 1331 m, 1333 m, 1335 m, 1337 m, 1339 m, 1341 m, 1343 m, 1345 m, 1347 m, 1349 m, 1351 m, 1353 m, 1355 m, 1357 m, 1359 m, 1361 m, 1363 m, 1365 m, 1367 m, 1369 m, 1371 m, 1373 m, 1375 m, 1377 m, 1379 m, 1381 m, 1383 m, 1385 m, 1387 m, 1389 m, 1391 m, 1393 m, 1395 m, 1397 m, 1399 m, 1401 m, 1403 m, 1405 m, 1407 m, 1409 m, 1411 m, 1413 m, 1415 m, 1417 m, 1419 m, 1421 m, 1423 m, 1425 m, 1427 m, 1429 m, 1431 m, 1433 m, 1435 m, 1437 m, 1439 m, 1441 m, 1443 m, 1445 m, 1447 m, 1449 m, 1451 m, 1453 m, 1455 m, 1457 m, 145

TEMAS EM DESTAQUE
TEMAS SOBRESALIENTES

La Carta Urbana Digital 2023, elaborada por el Instituto Municipal de Planeación (IMPLAN), señala que la colonia se ubica en una franja de intersticios urbanos, localizada al norte del área de monumentos, la cual se distingue por la presencia de zonas industriales. Además, presenta una variedad de usos mixtos y equipamientos de diferentes tamaños que facilitan la conexión con la zona metropolitana Puebla-Tlaxcala.

Dentro de sus estrategias, se busca la densificación del suelo urbano mediante la combinación de diversas densidades para promover un uso mixto del espacio. Esto ha dado lugar a la proliferación de nuevos proyectos inmobiliarios de vecindarios cerrados en la zona, incluyendo proyectos verticales y desarrollos urbanos de viviendas de alta densidad.

A pesar de la existencia de herramientas legales para la planificación del territorio, se observa una falta de planificación institucional efectiva durante la ejecución de estos conjuntos residenciales. Esto ha resultado en decisiones arbitrarias que desconectan diferentes sectores urbanos y sociales.

Discusión

Es claro que el desarrollo del espacio urbano en Puebla ha seguido dos vertientes: una formal, fundamentada en los planos y regulaciones urbanas emitidos por el gobierno municipal; y otra informal, derivada de la apropiación de tierras por parte de empresas inmobiliarias que se aprovechan de vacíos legales para realizar estas construcciones. Además, la asignación de infraestructura y equipamiento por parte de las autoridades municipales ha favorecido este fenómeno.

La privatización de los vecindarios cerrados deja a muchos niños excluidos. Aunque tanto el sector privado como el social ofrecen servicios más variados y de mejor calidad, no cumplen con los requisitos para ser considerados espacios adecuados para el juego. La segregación económica genera desigualdad y afecta los derechos de la infancia, al limitar su acceso cotidiano y restringir el uso libre y gratuito de estos entornos.

En la colonia Francisco I. Madero, los espacios públicos destinados al juego son limitados, ya que las instalaciones no cumplen con los estándares actuales y han sido privatizadas, lo que deja a muchos niños sin acceso a estos entornos. Además, enfrenta carencias en equipamiento e infraestructura, sumado a problemas sociales como el vandalismo, la delincuencia y la falta de cohesión comunitaria.

A pesar de los esfuerzos recientes de las autoridades para mejorar la situación mediante la construcción y rehabilitación de parques, estas intervenciones aún no alcanzan los estándares contemporáneos. Estas medidas son meramente paliativas y no abordan el déficit de espacios recreativos. Asimismo, no existe un sistema integral que organice la localización, las actividades, los parámetros y las políticas de gestión, lo que evidencia la falta de reconocimiento del rol de los niños en la sociedad.

Reflexiones finales

Este estudio tuvo como objetivo caracterizar y analizar la movilidad infantil en la colonia Francisco I. Madero desde 1970 hasta la actualidad. A través de los mapeos sociales, se construyeron relaciones colectivas que destacaron los encuentros y acuerdos con la población adulta mayor. No obstante, el mapa no logra captar en su totalidad la subjetividad ni las representaciones simbólicas de los procesos territoriales. Son los propios habitantes, mediante sus experiencias cotidianas, desplazamientos, percepciones y actividades, quienes realmente configuran y transforman los territorios. Los hallazgos de este análisis ofrecen una perspectiva sobre los principales factores que influyen en la autonomía infantil, así como sus tiempos y condiciones.

Por su parte, la presencia de los niños en la colonia Francisco I. Madero ha cambiado con el tiempo debido a diversos factores. En el pasado, los espacios para jugar fomentaban la interacción con la naturaleza y mayor autonomía en el espacio público. Sin embargo, desde 1987, se ha observado una disminución en las relaciones comunitarias y en la MI de los niños.

El crecimiento urbano de Puebla en el siglo XX fue impulsado por el aumento de la población, la industrialización y las migraciones rurales, lo que originó la creación de nuevas áreas residenciales en terrenos previamente destinados al cultivo. Los desarrolladores inmobiliarios asumieron el control del crecimiento urbano, dividiendo terrenos y construyendo viviendas para obtener grandes ganancias. El gobierno impulsó este modelo al ajustar las leyes en beneficio de los desarrolladores, facilitando la venta de fraccionamientos y transfiriendo a los compradores los costos de los servicios.

El gobierno únicamente provee servicios, mientras que los desarrolladores dominan la mayoría de los proyectos. Aunque las leyes de fraccionamientos intentan regular este proceso, resultan ineficaces, lo que causa un crecimiento desordenado en la ciudad de Puebla y beneficia económicamente a los actores inmobiliarios.

Estas transformaciones urbanas han reducido los espacios públicos, afectando la calidad de vida en la zona, especialmente para los niños. Como se observa en este estudio, la expansión de la industria inmobiliaria ha provocado una mayor exclusión y limitación de las actividades infantiles en el espacio público actual. La infancia sigue siendo vulnerable ante los cambios urbanos.

Siguiendo esta tendencia, se observa una marcada segregación y exclusión de los niños en diversas escalas del espacio público. Los factores principales incluyen la creciente densificación de las periferias urbanas, la falta de infraestructura y la escasez de espacios públicos. La segregación socioespacial no solo implica la concentración de familias en determinadas áreas, sino también la restricción en el acceso a espacios de calidad, influenciada por la distribución de grupos sociales y la disponibilidad de servicios.

La falta de vínculo y apropiación de los espacios públicos se refleja en el deterioro de diversos elementos urbanos y en la escasa presencia de niños en estos entornos. En la ciudad de Puebla, los espacios públicos no cuentan con una planificación adecuada para áreas de juego, lo que impide la implementación de estrategias que fomenten el juego y el desarrollo infantil a nivel comunitario. Asimismo, la gestión pública muestra un rezago en su intervención, mientras que la privatización de estos espacios avanza, dejando a la mayoría de los niños sin acceso a sus beneficios.

El estado actual de los espacios destinados al juego infantil evidencia una comprensión limitada del juego por parte de los adultos y las autoridades. Las intervenciones en el espacio público han priorizado las zonas urbanas y metropolitanas, descuidando aquellos entornos de interacción diaria, como calles, parques y jardines vecinales.

Estas circunstancias generan tensiones sociales con la población infantil, creando un entorno que complica su desarrollo. Este modelo de ciudad ha dado lugar a una serie de desigualdades que son evidentes en la estructura y organización territorial dentro de la ciudad.

Esto resalta la necesidad de diseñar propuestas para generar espacios públicos de juego infantil a escala vecinal. Para ello, es fundamental una reflexión teórica sobre la infancia, el juego y el uso del espacio público en el contexto actual, con el propósito de cuestionar y redefinir los paradigmas vigentes, así como de contrarrestar las limitadas visiones políticas sobre los beneficios del juego al aire libre.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARES, P.; RISLER, J. **Manual del mapeo colectivo recursos cartográficos críticos para procesos territoriales de creación colaborativa**. Buenos Aires: Iconoclasistas, 2013.
- AYUNTAMIENTO DEL MUNICIPIO DE PUEBLA. **Carta urbana digital del municipio de Puebla**. Puebla, 2023. Disponible en: <<https://ti.implanpuebla.gob.mx/cartaurbanadigital/>>. Consultado el 28 mar. 2023.
- BALCAZAR, F. E. Investigación acción participativa (iap): aspectos conceptuales y dificultades de implementación. **Fundamentos en Humanidades**, San Luis, v. 4, n. 7-8, p. 59-77, 2003.
- CHAWLA, L. Benefits of Nature Contact for Children. **Journal of Planning Literature**, Ohio, v. 30, n. 4, p. 433-452, 1 nov. 2015.
- CRESSWELL, T. **Place: a short introduction**. [s.l.] Blackwell Pub, 2004.
- DING, D. et al. Is fear of strangers related to physical activity among youth? **American Journal of Health Promotion**, Thousand Oaks, v. 26, n. 3, p. 189-195, 2012.
- FOSTER, S. et al. The impact of parents' fear of strangers and perceptions of informal social control on children's independent mobility. **Health and Place**, Amsterdam, v. 26, p. 60-68, 2014.
- GARCÍA, R. **Sistemas complejos: conceptos, método y fundamentación epistemológica de la investigación interdisciplinaria**. 1. ed. Barcelona: Gedisa, 2006.
- GOBIERNO DEL ESTADO DE PUEBLA. **Ley de Fraccionamientos del Estado de Puebla**. Puebla, 1974. Disponible en: <https://izucar.online/images/transparencia/marco_normativo/estatales/ley_de_fraccionamientos_del_estado_de_puebla.pdf>. Consultado el 06 abr. 2024.
- GOOGLE EARTH. **Imágenes satelitales históricas**. Mountain View, 2023.
- GRAY, C. et al. What is the relationship between outdoor time and physical activity, sedentary behaviour, and physical fitness in children? A systematic review. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, Baltimore, v. 12, n. 6, p. 6455-6474, 8 jun. 2015.
- GUILLERMO, A.; ESCAMILLA, I. Introducción. In: GUILLERMO, A.; ESCAMILLA, I. (coords.). **Segregación urbana y espacios de exclusión: ejemplos de México y América Latina**. 1. ed. Ciudad de México: Miguel Ángel Porrúa, 2015. p. 5-21.
- HIGGINS, M. **Making sense of place: exploring concepts and expressions of place through different senses and lenses**. 1. ed. Canberra: National Museum of Australia Press, 2008.
- HILLMAN, M. **Children, Transport and the Quality-of-Life**. Londres: Policy Studies Institute, 1993.
- HILLMAN, M.; ADAMS, J.; WHITELEGG, J. **One false move: a study of children's independent mobility**. [s.l.] PSI, 1990.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y GEOGRAFÍA (INEGI). **Cartografía geoestadística de las localidades urbanas y ameznadas**. México: INEGI, 2020.
- JACOBS, J. **Muerte y vida de las grandes ciudades**. Estados Unidos: Capitan Swing, 1961.
- KORPELA, K.; KYTTÄ, M.; HARTIG, T. Restorative experience, self-regulation, and children's place preferences. **Journal of Environmental Psychology**, Londres, v. 22, n. 4, p. 387-398, 2002.
- KYTTÄ, M. The extent of children's independent mobility and the number of actualized affordances as criteria for child-friendly environments. **Journal of Environmental Psychology**, Londres, v. 24, n. 2, p. 179-198, 2004.

LUGO, E. **Espacio jugables**. Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2013.

LYNCH, K. **La imagen de la ciudad**. 1. ed. Massachusetts: Gustavo Gili, 1960.

MARTÍ, J. La investigación-acción participativa: estructura y fases. In: MARTÍ, J.; SERRANO, M. M.; PRIETO, T. R. V. (coords.) **La investigación social participativa: construyendo ciudadanía**. El viejo topo: Madrid, 2017. p. 1-27.

MILIÁN, G.; GUENET, M. Fragmentación socio-espacial y caos urbano: los vecindarios cerrados en la aglomeración de Puebla. In: SÉGUIN, A. M.; POBLETE, P. N. **La segregación socioespacial urbana: una mirada sobre Puebla, Puerto España, San José y San Salvador**. San José: FLACSO-Costa Rica, 2006. p. 109-146.

MITRA, R. et al. Do parental perceptions of the neighbourhood environment influence children's independent mobility? Evidence from Toronto, Canada. **Urban Studies**, Londres, v. 51, n. 16, p. 3401-3419, 27 dez. 2014.

MORENO, C. **Las colonias de Puebla**. 1. ed. Puebla: Museo Amparo, 2002.

PACILLI, M. G. et al. Children and the public realm: antecedents and consequences of independent mobility in a group of 11-13-year-old Italian children. **Children's Geographies**, Londres, v. 11, n. 4, p. 377-393, nov. 2013.

RAUSTORP, A. et al. Accelerometer measured level of physical activity indoors and outdoors during preschool time in Sweden and the United States. **Journal of Physical Activity and Health**, Champaign, v. 9, n. 6, p. 801-808, 2012.

RODRÍGUEZ, S. et al. **Investigación Acción: métodos de investigación en Educación Especial**. La Muralla: Madrid, 2011.

VALENTINE, G. **Social Geographies: space and society**. Harlow: Routledge, 2001.

VASCONCELLOS, E. A. **Análisis de la movilidad urbana: espacio, medio ambiente y equidad**. [s.l.] Corporación Andina de Fomento, 2011.

Resumen La investigación examina el cambio histórico en una colonia periférica de Puebla y su influencia en la movilidad independiente en el espacio público, destacando la relación entre la autonomía infantil y la estructura urbana. Se empleó la metodología de investigación acción, que incluyó datos cuantitativos y cualitativos, como revisión documental, recorridos exploratorios, mapeos sociales con adultos mayores y entrevistas. Los resultados indican que la proliferación de vecindarios cerrados ha reducido los espacios jugables, generando segregación socioespacial y limitando el acceso al espacio público. Además, se halló que las transformaciones urbanas han impactado negativamente la movilidad independiente en décadas pasadas, afectando la vida de los niños contemporáneos.

Palabras claves: infancia, movilidad independiente, espacio público, segregación socioespacial, espacios jugables.

Transformações urbanas e dinâmicas históricas das mobilidades infantis em um território de Puebla, México

Resumo A pesquisa examina a mudança histórica em uma colônia periférica de Puebla e sua influência na mobilidade independente no espaço público, destacando a relação entre a autonomia infantil e a estrutura urbana. Utilizou-se a metodologia de pesquisa-ação, que incluiu dados quantitativos e qualitativos, como revisão documental, percursos exploratórios, mapeamentos sociais com adultos e entrevistas. Os resultados indicam que a proliferação de condomínios fechados reduziu os espaços de brincadeira, gerando segregação socioespacial e limitando o acesso ao espaço público. Além disso, constatou-se que as transformações urbanas impactaram negativamente a mobilidade independente nas décadas passadas, afetando a vida das crianças contemporâneas.

Palavras-chave: infância, mobilidade independente, espaço público, segregação socioespacial, espaços de brincadeira.

Urban transformations and historical dynamics of children's mobility in a territory of Puebla, Mexico

Abstract The research examines the historical change in a peripheral neighborhood of Puebla and its influence on independent mobility in public space, high light in the relationship between child autonomy and urban structure. The action research methodology was employed, which include both quantitative and qualitative data such as documentary review, exploratory walks, social mappings with older adults, and interviews. The finding indicate that the proliferation of gated communities has reduced play spaces, lead into socio-spatial segregation and limiting Access to public space. Additionally, it was found that urban transformations have negative impacted independent mobility in past decades, affecting the lives of contemporary children.

Keywords: childhood, independent mobility, public space, socio-spatial segregation, play spaces.

FECHA DE RECEPCIÓN: 11/06/2024

FECHA DE APROBACIÓN: 27/03/2025



José Roberto Suriano Chacón

Maestro en Ordenamiento Territorial por la Facultad de Arquitectura de la Benemérita Universidad Autónoma de Puebla (FABUAP) y candidato a doctor en el posgrado en Procesos Territoriales (2021-2025) de la misma institución.

E- mail: jose.suriano@alumno.buap.mx



Porfirio Eduardo Lugo Laguna

Doctor en Procesos Territoriales por la Facultad de Arquitectura de la Benemérita Universidad Autónoma de Puebla y profesor investigador en la Facultad de Arquitectura de la misma institución.

E-mail: porfirio.lugo@correo.buap.mx



María Lourdes Guevara Romero

Doctora en Desarrollo Regional y Urbanismo (COLTLAX), Maestra en Ordenamiento del Territorio y Licenciada en Ciencias de la Computación (BUAP) y con especialidad en Geografía (UNAM). Es Profesora investigadora de la Facultad de Arquitectura de la Benemérita Universidad Autónoma de Puebla.

E-mail: lourdes.guevara@correo.buap.mx



Las ciudades en perspectiva juvenil. Un análisis comparado entre Villa María y Río Grande, Argentina

Andrés Hernández

Centro de Conocimiento, Formación e Investigación en Estudios Sociales – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CConFIInES-CONICET). Córdoba, Argentina.

<https://orcid.org/0000-0001-7736-5241>

Bruno Colombari

Universidad Nacional de Tierra del Fuego, Instituto de Cultura, Sociedad y Estado. Ushuaia, Argentina.

<https://orcid.org/0000-0002-6681-0298>

Introducción

El análisis de la relación entre jóvenes y ciudad en Latinoamérica cobra relevancia al observar las proyecciones de los informes de diversos organismos internacionales que indican que, para el 2050, nueve de cada diez jóvenes serán población urbana (CAF, CEPAL y OCDE, 2016 apud MAYER et al. 2020). *Diversos trabajos abordaron esta relación situando sus investigaciones en las grandes ciudades. Entre estos antecedentes encontramos aquellos que analizan: i) la relación entre el espacio urbano y las formas de sociabilidad juvenil, identificando la concomitancia entre los efectos de la segregación socioespacial con la formación y reproducción de identidades juveniles* (REGUILLO, 2000; CHAVES, 2010; CHAVES, 2015; CHAVES; FUENTES; VECINO, 2017); ii) las diversas formas de nominar, usar, circular y valorar la ciudad, o parte de ella, en función del perfil de las y los jóvenes en términos de género, nivel socioeconómico y lugar de residencia (CHAVES, 2010; CHAVES; SEGURA, 2021); iii) los procesos participativos juveniles para identificar sus demandas y avanzar en procesos de transformación urbana (MAYER et al., 2020).

Dentro de estos antecedentes, identificamos una escasez de trabajos que ponen el eje en la comparación de las perspectivas juveniles que prevalecen en torno a las ciudades de menor tamaño. Cabe aclarar que las escalas de las ciudades hacen variar los temas y problemas juveniles: en los grandes centros urbanos pueden emerger determinados asuntos que, en los de menor tamaño, no resultan igualmente significativos. A la inversa, en estos últimos emergen problemáticas que en los primeros no serían siquiera visualizadas y mucho menos entendidas en cuanto tales.

El objetivo de este trabajo es caracterizar, desde la perspectiva de las y los jóvenes que residen en ellas, dos ciudades con escalas poblacionales similares, pero con diferencias territoriales muy marcadas. La primera es Río Grande, ubicada en la provincia de Tierra del Fuego, Antártida e Islas del Atlántico Sur, en la región de la Patagonia austral e insular Argentina; la segunda es Villa María, emplazada en la provincia de Córdoba en la región centro del país. Esta diferenciación permite identificar y contrastar las imágenes y valoraciones que prevalecen en cada una para observar sus efectos en la configuración de las expectativas y proyecciones a futuro de las y los jóvenes que las habitan.

El artículo está estructurado del siguiente modo: en primer lugar, describimos el diseño metodológico, los tipos de fuentes y técnicas empleadas. Luego, caracterizamos los casos (las ciudades) en los que centramos el análisis para dar cuenta de sus diferencias y similitudes. En tercer lugar, comparamos las imágenes y valoraciones de cada ciudad y evidenciamos los posibles efectos que tienen en las proyecciones de permanencia o migración hacia otros destinos. Concluimos el escrito con una recapitulación de los principales contrastes entre las ciudades y sus efectos en las proyecciones vitales juveniles.

Diseño metodológico

El diseño de la investigación se vale del enfoque comparativo en su variante sincrónica – en el que la comparación se lleva a cabo entre variaciones espaciales – (MARRADI; ARCHENTI; PIOVANI, 2018) y por la articulación de métodos cuantitativos y cualitativos. En este sentido se utilizaron dos tipos de fuentes primarias, aplicándose simultáneamente en ambas ciudades las técnicas de encuesta y entrevista grupal. El trabajo de campo se realizó entre septiembre y octubre de 2021, y fue ejecutado por miembros de los equipos

de investigación radicados en las Universidades Nacionales de Tierra del Fuego (UNTDF) y Villa María (UNVM), Argentina.

La encuesta fue administrada a una muestra representativa a nivel jurisdiccional (Villa María, Córdoba y Río Grande, Tierra del Fuego), realizada mediante el software *Limesurvey*,¹ con la presencia de aplicadoras/es miembros de cada equipo de investigación, quienes fueron capacitados específicamente para su implementación. Participaron personas de 17 a 19 años, que se encontraban cursando la etapa final del nivel medio en escuelas de gestión estatal y privada.

El marco muestral fue elaborado mediante el listado público de las instituciones educativas de nivel medio provistas por los órganos competentes de cada jurisdicción. En base a éste, se conformó una selección aleatoria de establecimientos que se estratificó a partir de su ubicación y tipo de gestión. Luego de esta primera distinción de escuelas, se escogieron al azar los turnos y cursos en los que se suministró la encuesta. El tamaño final de la muestra alcanzó los 681 casos, de los cuales 294 pertenecen a Río Grande y 387 a Villa María, siendo representativa según jurisdicción y tipo de gestión escolar. En relación al tipo de gestión escolar, el 61% asistía a escuelas de gestión estatal y el 39% a escuelas de gestión privada. Por otra parte, del total de jóvenes residentes en Río Grande, el 68% nació en la provincia, mientras que, del total de jóvenes residentes en Villa María, el porcentaje alcanza el 88%.

Para la construcción del cuestionario estandarizado se examinaron seis encuestas de juventud y se administraron entrevistas grupales con jóvenes escolarizados, reuniones con equipos técnicos de las áreas de administración educativa y con efectores locales de políticas de juventud. De este modo, en la versión final del instrumento, validado mediante la realización de una prueba piloto, se articularon perspectivas teóricas, metodológicas, institucionales y juveniles. El análisis de los datos se realizó mediante el software estadístico SPSS versión 20.²

Las entrevistas grupales se realizaron durante la primera semana de septiembre de 2021 previo a la aplicación de la encuesta. Participaron seis referentes estudiantiles de 17 a 19 años, de instituciones educativas de nivel medio de cada ciudad, en las que se plantearon una serie de preguntas disparadoras sobre los motivos para permanecer o emigrar de las ciudades de residencia. Por su inserción organizativa, las y los entrevistados se encontraban en contacto con diversos agrupamientos juveniles debido a su participación en manifestaciones, festivales y encuentros³; participaban en instancias de encuentro y discusión sobre múltiples temas que exceden la órbita de lo escolar, teniendo un “ejercicio” cotidiano de debate y reflexión. En este sentido, las y los miembros que participaron de las entrevistas grupales se encontraban en un lugar privilegiado con respecto a sus pares por conformar las organizaciones estudiantiles las cuales suelen participar en actividades sociales, acciones gubernamentales, etc. Se evitó utilizar los verdaderos nombres de las y los entrevistados tal como se acordó con ellos mismos al momento de establecer las pautas formales de consentimiento informado.

1 *LimeSurvey* es una herramienta para la realización de encuestas en línea.

2 SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) es un software de análisis estadístico utilizado para procesar y analizar datos en diversas disciplinas, especialmente en las ciencias sociales.

3 Entre estos agrupamientos juveniles se destacan grupos musicales, raperos y traperos, organizaciones feministas o vinculadas a cuestiones de género y sexualidad, grupos de scouts y organizaciones partidarias.

Presentación de los casos: Río Grande y Villa María

Río Grande fue fundada en 1921 y está ubicada en la costa noreste de la Isla Grande de Tierra del Fuego sobre el Mar Argentino. El Censo Nacional de Población de 2022 registró 98.017 personas de un total de 190.641 que habitaban la provincia. Su perfil productivo está ligado principalmente a la industria (electrónica y textil) y a la extracción hidrocarburífera. La ciudad ofrece amplias posibilidades de estudios superiores para jóvenes que egresan del nivel medio, lo que facilita su permanencia al permitirles continuar con su formación sin la necesidad de emigrar hacia otra localidad.⁴

Las características meteorológicas de la ciudad son un aspecto particularmente notable en los testimonios de las y los jóvenes entrevistados. Según el boletín de vigilancia del clima del Servicio Meteorológico Nacional (2018), Río Grande se encuentra entre las ciudades más frías y ventosas del país. La temperatura media anual ronda los 5,6 °C y el promedio de velocidad del viento oscila entre los 23,4 y los 27,6 km/h. Asimismo, debido a su ubicación en el extremo polar, el tiempo de luz solar en el solsticio de invierno alcanza las 7 horas aproximadamente.

Otro de los aspectos particulares de la provincia, y que afecta a la ciudad, es el régimen de promoción económica⁵ y sus efectos en el crecimiento demográfico: para el 2022, la población de la provincia era 14 veces mayor a la registrada en 1970 (13.431 y 185.732 habitantes, respectivamente). Si bien los datos del Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas de 2022 indican un crecimiento de las personas nacidas en la provincia, continúan siendo minoría: un 54,5% de la población nació en una jurisdicción distinta a donde fue censada. Ahora bien, al centrar la observación en la población joven (15 a 29 años), por primera vez desde la provincialización en 1991, las y los nacidos en la isla (55%) son mayoría (COLOMBARI, 2024).

Los relatos familiares que remiten a las ciudades de origen, así como también sus redes en esos territorios, inciden y facilitan los proyectos de emigración. Precisamente, se implementaron políticas de arraigo que estuvieron orientadas a intervenir en la dinámica migratoria al buscar que la población joven se estableciera o mantuviera un vínculo con el territorio insular (Colombari et al., 2020). Consideramos que estas condiciones, atravesadas por relatos de “la vida en el norte”,⁶ configuran una sociabilidad en un “contexto de tránsito” que opera incentivando sus deseos de emigrar.⁷ Trabajos publicados (COLOMBARI, 2024) señalan que las expectativas emigratorias se encuentran más pronunciadas en las y los jóvenes que residen en la isla.

La ciudad de Villa María fue fundada en 1867 y está emplazada en la llanura pampeana. Según datos oficiales del Censo Nacional de Población, mientras en 2010 se registraron

4 En relación a la oferta formativa de nivel superior, actualmente, Río Grande cuenta con dos universidades nacionales de gestión estatal, tres privadas y dos institutos de nivel terciario, también de gestión estatal.

5 Iniciado en 1972, este régimen concede beneficios fiscales para las actividades llevadas a cabo en la provincia, con el objetivo de desarrollar la economía e incrementar la población en el territorio argentino de la Isla Grande de Tierra del Fuego con un interés geopolítico en la región del Atlántico Sur y la Antártida (SCHORR; PORCELLI, 2014).

6 “El Norte” refiere a una categoría nativa con la cual los pobladores de la provincia de Tierra del Fuego se refieren con frecuencia a las demás provincias ubicadas en territorio continental.

7 En este punto cabe destacar que el 30,6% de las y los respondientes de Río Grande nació en otra provincia. En Villa María, el porcentaje se reduce al 9,8%.

79.946 personas, en 2022 la ciudad alcanzó las 96.061 personas, lo que supone un incremento del 20,1%. Los últimos datos disponibles a nivel departamental registran un crecimiento del 9,7% entre 2001 y 2010, y del 27,3% entre 2010 y 2022, muy por encima del 14,7% de crecimiento poblacional proyectado para 2022, según estimaciones previas. Esto la ubica entre las ciudades y departamentos que más crecieron, tanto términos generales como entre los grupos etarios comúnmente asociados a las juventudes (HERNÁNDEZ, 2024).

El perfil socioeconómico de la ciudad y sus alrededores se caracteriza por la producción de bienes y servicios ligados fundamentalmente al sector agropecuario (que incluye la producción de alimentos y la metalmecánica). La agricultura y la ganadería resultan el sector de mayor peso porcentual respecto del Producto Geográfico Bruto de la Provincia de Córdoba, después de la categoría de Servicios Sociales y de Salud (MINISTERIO DE ECONOMÍA Y GESTIÓN PÚBLICA, 2022).

Villa María se ubica como polo educativo de la región centro y sudeste de la provincia de Córdoba, lo que alienta la permanencia de las juventudes locales, así como la llegada de otras tantas provenientes de localidades aledañas.⁸ Cabe destacar en este sentido que, desde 2016, integra la Red Mundial de Ciudades del Aprendizaje, programa perteneciente al Instituto para el Aprendizaje a lo Largo de Toda la Vida (UNESCO). Esto hizo posible que fuera reconocida en 2017 como “Ciudad del Aprendizaje”, lo cual contribuyó en la profundización de una lógica de producción de sentidos, orientando recursos y exigiendo el diseño e implementación de políticas públicas específicas.

En cuanto a las características meteorológicas, la ciudad tiene una temperatura media anual de 16,5 °C (10,8 °C en invierno y de 24,8 °C en verano) y una amplitud térmica de 14,5 °C. Si bien en meses de bajas temperaturas se alcanzan registros menores a 0 °C, cuenta con un período promedio libre de heladas superior a los 212 días anuales. Su clima templado durante gran parte del año se ve acompañado por vientos que promedian entre 6,2 y 8,9 km/h. Las horas de luz van de 10h a 14h30 en invierno y verano, respectivamente (SERVICIO METEOROLÓGICO NACIONAL, 2018). Estas características climáticas contrastan notablemente con las de Río Grande.

En lo que respecta a las dinámicas migratorias, Villa María pertenece a la región pampeana, protagonista ineludible del proceso de inmigración europea de finales del siglo XIX y comienzos del XX. Sin embargo, en función de los objetivos que persigue el presente trabajo, cabe reconocer que Villa María da cuenta de otras características en la actualidad, las cuales nos permiten identificar un claro contraste respecto del caso de Río Grande. Tal como veremos en el apartado siguiente a partir de los testimonios de las y los entrevistados, si bien es posible atribuir hoy algún tipo de peso a las movilidades de las y los jóvenes, este apunta fundamentalmente a las migraciones internas. Con ello nos referimos tanto a desplazamientos entre provincias como entre localidades pertenecientes a la provincia de Córdoba.⁹

8 La ciudad cuenta con dos Universidades Nacionales públicas, otras cuatro privadas y una variada oferta educativa de institutos de nivel terciario.

9 Según los últimos datos censales disponibles (2010), mientras el 0,9% de la población del departamento General San Martín provenía de otros países, el 9,61% había nacido en otra provincia. Estos datos aumentan al 1,2% y 10,1%, respectivamente, entre la población de 15 a 29 años. De esta, el 9,3% vivía en otra localidad de la provincia 5 años atrás, frente al 6% del conjunto de la población.

Como adelantamos al comienzo de este trabajo, una aproximación a las proyecciones que realizan las y los jóvenes en relación a su propio futuro nos permite identificar los diferentes y desiguales modos en que se apropian del espacio urbano. No se trata de evaluar, mucho menos juzgar la existencia o no de proyectos vitales, ni de contribuir a la reproducción de determinadas imágenes sobre las ciudades en cuestión. El arraigo y la permanencia, así como las expectativas y posibilidades de migrar, se presentan como elementos constitutivos del vínculo presente y en acto que las personas construyen con la propia ciudad de nacimiento o residencia (ACEBO IBÁÑEZ, 1996). En este sentido, se trata de una vía de acceso –entre otras posibles– a los modos de habitar y producir sentidos acerca de lo común, en condiciones marcadas por las diferencias y las desigualdades.

Con el objeto de profundizar sobre esta cuestión, se indagó simultáneamente acerca de los sentidos –pensados en clave de imágenes y valoraciones– que las juventudes producen de sus ciudades, así como de los deseos y posibilidades de movilidad más allá de estas. A partir de esta doble clave analítica, intentamos mostrar cómo las razones y motivos para permanecer en la propia ciudad de residencia permiten dar cuenta de las particularidades que se expresan en cada uno de los territorios.

Cabe aclarar, en este sentido, que no se trata de un juego de relieves por medio del cual se pretenda establecer las texturas y medir distintos objetos sobre una base o trasfondo uniforme, como si se tratara de algún tipo de grado cero. En su lugar, consideramos más adecuado apelar a un juego de contrastes simultáneos entre matices y expresiones que guardan ciertas similitudes y diferencias, y que merecen ser exploradas en un plano de múltiples equivalencias. Con ello buscamos identificar tanto aquellas dinámicas centrífugas, que se ven atravesadas por procesos heterónomos –que tienen su epicentro en los grandes centros metropolitanos–, como aquellas otras manifestaciones que se expresan diferencialmente en cada uno de los territorios y que responden a dinámicas más bien centrípetas, en la medida en que aparecen asociadas a procesos de relativa autonomía.

Las ciudades que tenemos: imágenes y valoraciones de los lugares habitados

Una primera aproximación a las representaciones de las propias juventudes en los términos de las imágenes y valoraciones que ellas mismas producen acerca de las ciudades que habitan, nos permite reconstruir parte de las experiencias y condiciones en medio de las cuales es posible proyectar la permanencia. El punto de partida para estas consideraciones resulta de los niveles de satisfacción manifestados respecto a distintos aspectos de la vida en la ciudad. En este sentido, observamos cierto grado de correlación estadística entre estos niveles y las ciudades alcanzadas por este estudio, lo

cual se confirma por las medidas de asociación de variables.¹⁰ Al analizar las pruebas de medida direccional, encontramos que, a pesar de ser baja, la relación existe. Río Grande acumula un mayor porcentaje de satisfacción baja (23,1%), en comparación con Villa María (13,1%). En sentido inverso, Villa María acumula un porcentaje mayor de satisfacción alta (41%) que Río Grande (27,6%).

Tabla 1 - Nivel de satisfacción con la ciudad de residencia en jóvenes escolarizados de 17 a 19 años de Río Grande y Villa María, 2021 (%)

Ciudad de residencia	Nivel de satisfacción con la ciudad según rangos			Total
	Bajo	Medio	Alto	
Río Grande	23,1 %	49,3 %	27,6 %	100 %
Villa María	13,1 %	46,0 %	41,0 %	100 %
Total	17,4 %	47,4 %	35,2 %	100 %

Autoría: elaboración propia en base a datos de EJuCI 2021.

Con el objetivo de ampliar el marco de análisis acerca de las razones por las cuales las juventudes de Río Grande se encuentran menos satisfechas con respecto a su ciudad de residencia en comparación con sus pares de Villa María, indagamos de modo complementario aquellos relatos que surgen en contextos de entrevista. Allí pudimos registrar cómo emergen una serie de coincidencias acerca de algunos rasgos predominantes que definen a Río Grande a partir de la incidencia de factores meteorológicos en las condiciones de vida. Frente a la pregunta “¿Cómo definirías tu ciudad?”, el principal rasgo aparece en este punto directamente ligado a lo climatológico. En este sentido, cabe preguntarse si en otros lugares, incluso aquellos donde las inclemencias del tiempo también existen, el clima llega a ocupar un lugar preponderante en la definición del espacio habitado.

Río Grande se caracteriza por el viento. Yo cuando llegué dije: «odio el viento», «odio el viento». El clima no ayuda mucho. (L., varón, 17 años, Río Grande).

Río Grande es difícil, el viento, el frío (...) En el invierno tenemos cuatro horas de luz. O sea, claramente eso afecta a la salud mental, al no poder salir porque, por ahí, nieva, hay viento, porque de la nada llueve. Como que es todo un problema en ese sentido. (M., mujer, 17 años, Río Grande).

Muchas veces el clima... no podés hacer un montón de actividades. Estamos mucho tiempo en nuestras casas, o siempre tratando de hacer todo en espacios cerrados. (G., mujer, 19 años, Río Grande).

El tema del clima, o al ser una ciudad tan costera, es como que bueno, todo el mundo en su casa o en lugares cerrados. Yo creo que vivir en Río Grande es difícil (...) No pasa como en otros lugares, que, por ejemplo, no sé, conocés a los amigos del barrio, o vas a la plaza y hay gente automáticamente. (P., varón, 17 años, Río Grande).

10 Para la construcción del índice “Nivel de satisfacción con la ciudad de residencia” se sumaron las respuestas afirmativas sobre la satisfacción manifestada en relación a: 1) actividades culturales; 2) actividades educativas; 3) barrio de residencia; 4) situación económica; 5) transporte; 6) cantidad de espacios verdes; 7) actividades deportivas; y 8) oportunidades laborales. A partir del acumulado de respuestas se construyeron los rangos bajo, medio y alto.

Las características climáticas sumadas a la condición de extremo austral, lo cual determina las pocas horas de luz en invierno, son reconocidas como aspectos negativos. El clima aparece entonces como algo que disgusta y dificulta –sino impide– realizar actividades y habitar espacios, entorpeciendo cierta espontaneidad que, desde la perspectiva de las y los jóvenes entrevistados, se daría en otras ciudades del país. En este sentido, lejos de tratarse de meros condicionantes físicos y externos, las características climáticas parecen configurar los propios ámbitos de sociabilidad juvenil, permeando aquellas valoraciones acerca de cómo se vive en la ciudad. Esto remite al contraste respecto a cómo se vive en otras ciudades, de las cuales proceden las familias de origen.¹¹ Así, las particularidades climáticas que caracterizan a Río Grande, y que son valoradas negativamente, expresan también los rasgos climatológicos de preferencia y anhelados, es decir, aquellos que son propios de las ciudades del norte del país. Consideramos que esta especificidad del lugar –que se configura a partir de su contraste con otros (MASSEY, 2004)– genera, en términos de Pierre Bourdieu (1999), efectos de *lugar*¹² que, para el caso de Río Grande como veremos más adelante, se evidencian en los deseos migratorios hacia otras ciudades, con otros climas, que permitirían vivenciar otras experiencias.

Estas apreciaciones contrastan con las de Villa María. Al realizar la misma pregunta (“¿Cómo definirías tu ciudad?”), los aspectos climatológicos no son siquiera mencionados. En su lugar, se mencionan otras características asociadas a ciertos rasgos de belleza e incluso de “modernidad”. Esto conduce nuevamente al juego de contrastes que las y los jóvenes ponen en práctica al comparar su propia ciudad, ya sea con localidades más pequeñas de la misma región o bien con urbes de mayor tamaño como Córdoba (capital provincial) y la Ciudad Autónoma de Buenos Aires (capital de la República Argentina).

El primero de los fragmentos de las entrevistas que se recuperan a continuación describe la primera de estas variantes (al comparar la ciudad con localidades más pequeñas), ofreciéndonos una imagen de lo que significó para uno de los jóvenes su llegada a la ciudad luego de verse obligado a dejar atrás el hogar familiar con el objetivo de continuar sus estudios en una escuela técnica. Así, la mirada actual de la ciudad se nutre de los primeros recuerdos, cuyo carácter afectivo resulta inevitable. Es a partir de un juego de escalas que su relato va delimitando algunas de las principales características de la urbe. En los relatos que siguen, emerge otro rasgo complementario, asociado a las posibilidades que ofrece Villa María para la continuidad de estudios superiores, hecho valorado en tanto promueve la retención de quienes residen en la misma ciudad, pero también, la recepción de jóvenes que residen en otras localidades de la provincia.

A primera vista, la verdad que yo no conocía. Te enamoras, cuando sos de afuera, la verdad es que te enamoras de Villa María. Mucha gente, por ahí hablo, que no le gusta, pero es una ciudad muy moderna, muy linda, con mucha... no sé, me gusta, me gusta (...) Lo que no rescato de Villa María, que como prácticamente es una ciudad grande, es el tráfico, lo único que afecta. Pero la verdad que es una ciudad

11 Según datos del Censo Nacional de 2010, el 60% de la población de Río Grande nació fuera de la provincia. De ese total, el 39% proviene de la región pampeana, el 28% de la región Noreste, el 18% de la región Noroeste, el 8% de Cuyo y el 7% de Patagonia. De esta manera, las condiciones climáticas de las regiones de origen de la mayoría de la población migrante resultan muy distintas a las de Río Grande. En aquellas prevalecen climas cálidos o templados, contando con más horas de sol durante todo el año.

12 El concepto de efecto de lugar da cuenta de la relación entre tres aspectos del espacio: el simbólico, el social y el físico. En el caso de este trabajo, el concepto permite entender cómo interviene la espacialidad (en sus tres dimensiones) en las expectativas emigratorias juveniles.

hermosa. Acá...yo veo que la gente te abre mucho las puertas, más que en ciudades chicas. Yo a Río Tercero [ciudad de origen], la defino como «una ciudad con mente de pueblo», en donde todo el mundo sabe un poquito de cada cosa. En cambio, vivir en una ciudad más grande, en una ciudad como Villa María, no pasan esas cosas. (B, varón, 17 años, Villa María).

Yo de Villa María no me iría, por el momento. Mi proyecto a largo plazo es estudiar en la universidad de acá Trabajo Social, y bueno, y poder construir en la ciudad. (...) Capaz los pibes universitarios se van, pero también a encontrar otras experiencias. Mi sueño también es irme a estudiar a Córdoba, ponerle, en la universidad. Pero, bueno, un montón de decisiones que no se presentan y, además, ahora mirándolo desde otro lado, de construir en la ciudad. (A., varón, 19 años, Villa María).

No, yo de Villa María tampoco me iría, porque, bueno, la carrera que quiero estudiar también está acá, que es Diseño de Modas e Interiores. Y bueno, algo que me gusta. (...) Oportunidades también hay, pero está en una si acepta o no. Obviamente va a haber más oportunidades en... no sé, en Córdoba, en Buenos Aires, pero bueno, es decisión de una si quedarse o no en Villa María. Yo, como dije, sí me quedo, porque me parece un lugar hermoso. Más allá de que mucha gente lo critique, porque bueno... cuestiones... son pensamientos de cada uno, y con eso nadie se puede meter. Pero bueno, a mí me encanta, y me encantaría quedarme. (T., mujer, 17 años, Villa María).

Como podemos apreciar, el tamaño y la comparación con otras ciudades es algo que se ajusta según las trayectorias. Así como para B., su ciudad natal hace de parangón, para los demás entrevistados nacidos en Villa María la vara se construye en función de la comparación con los principales centros metropolitanos, lo que expone cierto *mandato* vinculado al deseo de experimentar la vida allí. Además de insistir nuevamente en la “belleza” de la ciudad, estos entrevistados ponen el foco en las oportunidades educativas que ofrece, lo cual refiere al hecho de si allí tienen o no acceso a las carreras universitarias que pretenden seguir. En este sentido, mientras para unos Villa María es una ciudad que “recibe”, y aparece entonces como la tierra de las oportunidades que permite acceder a un título técnico, para otros es una ciudad que “retiene”, en la medida que ofrece la posibilidad de continuar los estudios superiores.

Los relatos aquí presentados nos acercan posibles respuestas a las diferencias en torno a los niveles de satisfacción que caracterizan a cada ciudad. Al volver a los resultados de la encuesta y desagregar las variables consideradas para la construcción del índice de satisfacción con la ciudad de residencia (ver tabla 1), podemos apreciar cómo en Villa María se registran mayores niveles de satisfacción en la mayoría de los indicadores seleccionados, a excepción de la situación económica (ver tabla 2).

En ese último punto, Río Grande es valorado positivamente, confirmando en parte las representaciones que surgen de las entrevistas y que resaltan aquellas particularidades de la ciudad que están ligadas al régimen de promoción económica. No obstante, en este caso parecen abrirse nuevos interrogantes, si tenemos en cuenta que no hemos encontrado datos que reflejen una particular valoración de las oportunidades laborales que ofrece la ciudad. Consideramos clave destacar en este punto que es probable que se trate de un nuevo piso de expectativas de las nuevas generaciones. En otras palabras, ya no se conformarían con “trabajar en la fábrica”, una de las principales formas de

inserción laboral que ofrece la ciudad insular.¹³ En el caso de Villa María, puede observarse un proceso similar respecto a que el trabajo en comercios o el sector agroindustrial no resulta especialmente llamativo para las juventudes locales. En cualquier caso, no hay dudas de que se trata del aspecto que despierta menor satisfacción entre las jóvenes generaciones.

Tabla 2 - Jóvenes escolarizados de 17 a 19 años de Río Grande y Villa María que manifestaron estar satisfechos en relación con distintos aspectos de su vida según ciudad de residencia, 2021 (%)

	Ciudad	
	Río Grande	Villa María
Las actividades culturales que puedo realizar en mi ciudad	42,5 %	53,6 %
Las actividades educativas que puedo realizar en mi ciudad	43,2 %	64,1 %
Las actividades deportivas que puedo realizar en mi ciudad	67,3 %	79,2 %
Las oportunidades laborales que hay en mi ciudad	24,5 %	28,2 %
Mi situación económica	61,2 %	53,9 %
La cantidad de áreas verdes disponibles en mi ciudad	33,7 %	65,8 %

Autoría: elaboración propia en base a datos de EJuCI 2021.

En lo que respecta a las demás variables que sustentan diferencias significativas en favor de Villa María, cabe resaltar aquellas vinculadas a las actividades deportivas y recreativas que pueden desarrollarse allí. La particular valoración de la práctica deportiva nos permite identificar un elemento nodal respecto de la apropiación del espacio urbano por parte de las juventudes que habitan ciudades intermedias. Pero, al mismo tiempo, podemos notar cómo emergen nuevamente diferencias en cuanto a las posibilidades de desarrollar esas y otras actividades culturales en el espacio público. Esto nos invita a seguir indagando los modos en que se configuran las formas de apropiación de los espacios públicos, tanto abiertos como a resguardo de las inclemencias del tiempo.

Los contextos de sociabilidad y los efectos de ciudad

En la sección precedente intentamos dar cuenta de las imágenes y valoraciones del espacio urbano desde la perspectiva de las juventudes que residen en Río Grande y Villa María. Observamos que la especificidad de cada lugar no está arraigada solamente en sus propias lógicas y dinámicas, sino que está compuesta también por relaciones externas y contrastes con otros territorios. Teniendo en cuenta la síntesis de las diferentes nociones de territorio planteadas por Rogério Haesbaert (2011), la concepción culturalista “prioriza la dimensión simbólica y más subjetiva en la que el territorio es visto sobre todo como el producto de la apropiación-valoración simbólica de un grupo en relación a su espacio de vida” (p. 35)¹⁴. En lo que sigue, intentamos dar cuenta de los posibles efectos que tienen

13 La industria electrónica de Tierra del Fuego demanda un importante nivel de mano de obra que es cubierta en gran medida por jóvenes (COLOMBARI, HERMIDA; PICÓN, 2019).

14 Haesbaert (2011) reconoce, además, otras dos nociones de territorio: la política, en la que se lo concibe como un espacio delimitado y controlado, la mayoría de las veces por el poder político del Estado; y la económica, en la que el territorio es entendido como fuente de recursos y de conflictos entre clases sociales. Junto a la noción culturalista de territorio, este enfoque permite una aproximación integrada y abierta a captar las dinámicas y procesos sociales.

esas imágenes y valoraciones acerca del lugar habitado en torno a las proyecciones de permanencia o migración hacia otros destinos.

En cuanto a los deseos de migrar, la tabla 3 expresa el porcentaje de jóvenes que consideraron emigrar hacia a otro país, provincia y ciudad. Allí podemos observar que no hay diferencias respecto de las expectativas de migrar hacia otro país. Esto nos conduce a pensar que se trata más bien de una marca generacional¹⁵ o clave de época, en la medida en que están desvinculadas de las experiencias y modos en que las juventudes se apropian del propio entorno urbano. Como revisamos más adelante, hay varios indicios que confirman esta hipótesis. Uno de ellos corresponde al hecho de que, en ambas ciudades, los motivos para emigrar a otro país están asociados a aquellas opciones que refieren al horizonte de sentidos que denota mayor abstracción y deslocalización. Así, “conseguir un futuro mejor” y “conocer otras culturas” representan las respuestas más recurrentes, sumando el 69% en ambos casos.

Por otra parte, se registra una marcada diferencia entre las juventudes de ambas ciudades en cuanto a las expectativas migratorias hacia otra provincia y hacia otra ciudad de la misma provincia. En directa correspondencia con los datos analizados en el apartado anterior, entendemos que ambas diferencias se explicarían en función del tipo de inserción de cada ciudad en el sistema urbano nacional, lo cual exige revisar con mayor profundidad qué clase de vínculos y dinámicas se establecen en territorio.

Tabla 3 - Jóvenes de 17 a 19 años de Río Grande y Villa María que han pensado en irse a vivir a otro país, provincia y ciudad, 2021 (%)

	Ciudad	
	Río Grande	Villa María
Otro país	70,4 %	70 %
Otra provincia	60,2 %	32,8 %
Otra ciudad de esta provincia	19 %	33,2 %

Autoría: elaboración propia en base a datos de EJuCI 2021.

Como fue indicado anteriormente, es esperable que exista algún tipo de expectativa más o menos significativa entre las y los jóvenes respecto a migrar hacia ciudades de mayor tamaño, ya sea por motivos de estudio o trabajo. Tal es el caso de quienes residen en Villa María y proyectan migrar hacia la capital provincial (ubicada a 150 km). Sin embargo, en el caso de Río Grande, esta dinámica expresa una lógica diferencial, ya que el vínculo con Ushuaia (capital de la provincia de Tierra del Fuego, ubicada a 200 km) no se da en los mismos términos. A pesar de que ambas capitales presentan características equivalentes respecto a cierto carácter cosmopolita que las diferencia de Río Grande y Villa María, respectivamente; la condición de ciudad insular o mediterránea explicaría el

15 Este planteo nos remite directamente a la distinción que propone Karl Mannheim (1993) entre *situación*, *conexión* y *unidad generacional*. En este sentido, a pesar de la dificultad de identificar un grupo social concreto -lo cual representa un verdadero problema para un abordaje propiamente sociológico- contamos con indicios suficientes para sostener que, bajo determinadas condiciones, las juventudes parecen orientarse por una misma problemática histórica, dando cuenta de una *conexión generacional*. Esto no excluye, por supuesto, que al interior de esta podamos identificar distintas *unidades generacionales* que experimentan esas vivencias compartidas de modos diversos. Aun tratándose de un vínculo de lucha o confrontación entre *unidades*, la *conexión* entre ellas estaría dada por algún tipo de sintonía.

hecho de que el “llamado a migrar a la gran ciudad” se traduzca, en el primer caso, en viajar hacia “al norte” (lo que refiere a las principales ciudades de las provincias ubicadas en territorio continental) y, en el segundo, “a Córdoba” (capital de la propia provincia).

Los datos relativos a los motivos que dan sustento al deseo de migrar hacia otra provincia confirman esta diferencia. Mientras en Río Grande el principal motivo está asociado a dar continuidad a los estudios superiores (con el 66,7%), en Villa María aparecen como notas distintivas conseguir un mejor trabajo (31,5%) o acceder a nuevas experiencias (19,7%). Esto refuerza la idea del peso diferencial de las variables seleccionadas en cada territorio.

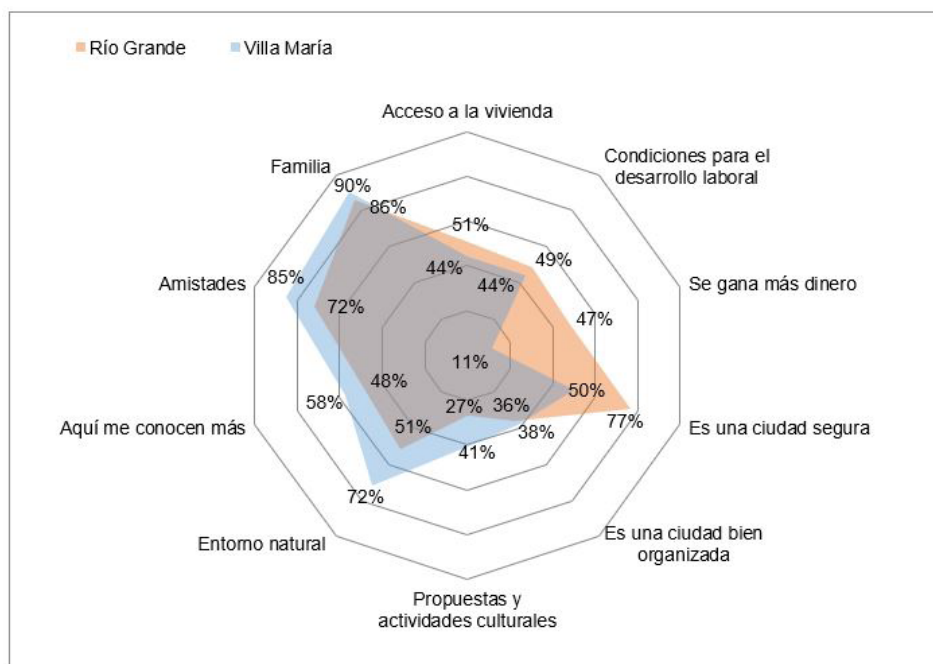
Al desagregar estos datos según lugar de nacimiento (en la ciudad de residencia actual o en otra provincia de Argentina), nuevamente encontramos que las expectativas de migración internacional se reparten de modo equivalente, lo que abona nuestra hipótesis asociada a la existencia de una marca generacional, más no territorial. Por otra parte, sí encontramos nuevamente una diferencia importante entre ambos grupos en cuanto al deseo de migrar hacia otra provincia. Mientras que en Villa María el 30% de las y los jóvenes que nacieron allí y el 55% de quienes no nacieron allí han pensado en irse a vivir a otra provincia, en Río Grande estos porcentajes se elevan al 57% y al 68%, respectivamente.

Estos datos sugieren que el importante componente migratorio de la población riograndense incide también en los procesos de sociabilidad juvenil que configuran al espacio habitado, lo que brinda a este un carácter de transitoriedad en el que la idea del regreso a la tierra natal familiar se encuentra presente influyendo en las expectativas de permanencia. En pocas palabras, el “deseo de regresar” (a la provincia de origen familiar) parece tener más fuerza que el “deseo de irse” (a otra provincia). Recordemos cómo, en los testimonios recuperados para el caso de Villa María, a pesar de que los jóvenes reconocían en alguna medida el deseo o “sueño” de irse a estudiar a Córdoba o Buenos Aires, finalmente se inclinaban por “quedarse” y “construir en la ciudad”. En el caso de Río Grande aparecen otras historias familiares marcadas por las movilidades, lo cual configura un escenario de oportunidades diferente.

Me voy a ir a Córdoba a estudiar el año que viene, bah, este año a fin de año, es la idea. Porque bueno, como soy de allá, tengo mi familia allá, la idea es volver. (U., mujer, 18 años, Río Grande).

Al indagar, por otra parte, los motivos que las y los jóvenes asocian a la posibilidad de quedarse a vivir en su propia ciudad, podemos apreciar cómo las distintas variables consideradas pueden agruparse según tendencias y dimensiones (ver gráfico 1). En este sentido, hemos registrado que, en Río Grande, pesan más aquellas variables asociadas a las condiciones y posibilidades de desarrollo personal, pensado en términos económicos, incluyendo el acceso a empleo y vivienda. Lo mismo vale para la infraestructura de la ciudad y la seguridad. Villa María, por su parte, es valorada especialmente en relación con la propuesta cultural, su entorno natural y la trama vincular (familia, amistades y otros vínculos). Respecto de este último punto, los datos recogidos muestran cómo la trama de relaciones y vínculos familiares, comunitarios y de pares ocupan un lugar destacado al momento de elegir la ciudad de residencia. Al evaluar las condiciones intergeneracionales de permanencia y el arraigo de las juventudes en Villa María, este factor ejerce mayor peso. La brecha observada al comparar ambas ciudades se explica, en gran parte, por las diferentes matrices y dinámicas migratorias. Recordemos que gran parte de la población de Río Grande tiene sus redes vinculares (familiares y amistades) en otras ciudades del país.

Gráfico 1 - Motivos para permanecer en la ciudad de residencia en jóvenes escolarizados de 17 a 19 años de Río Grande y Villa María, 2021 (%).



Autoría: elaboración propia en base a datos de EJuCI 2021.

Al trasladar el foco de la pregunta desde los deseos hacia las posibilidades –lo cual conduce no solo a una evaluación de la situación personal y coyuntural, sino que exige además establecer un vínculo más concreto aún entre ese presente y el horizonte personal o proyecto futuro –, emergen nuevas diferencias. Podemos decir, en este sentido, que, en menor medida y en términos generales, se confirma como posibilidad aquello que antes aparecía como deseo. Sin embargo, hay ciertas variaciones que exigen ser analizadas con mayor detenimiento. En primer lugar, debemos decir que Villa María se presenta como una opción más atractiva para las juventudes locales, si tenemos en cuenta que lograría “retener” en el futuro a más de la mitad de las y los jóvenes, mientras que en Río Grande solo uno de cada tres jóvenes tiene planeado continuar viviendo en la ciudad.

Al mirar en detalle los datos de la tabla 4, podemos apreciar que aquellas diferencias que analizamos anteriormente entre ambas ciudades, respecto del lugar que ocupa la migración interprovincial o intraprovincial en términos de deseos, también se sostiene en el plano de las posibilidades personales. En este sentido, la migración al interior de la provincia de Córdoba es una situación más atractiva en Villa María, motivada por el deseo de vivir o estudiar en la ciudad capital, cuestión que no tiene el mismo peso en Río Grande. Allí, en cambio, se expresa en mayor grado la expectativa de irse a otra provincia (y no hacia Ushuaia, capital de Tierra del Fuego) en busca de una ciudad que ofrezca mayores oportunidades y experiencias a mediano y largo plazo.

Tabla 4 - Proyección de situación más probable, según ciudad de residencia de jóvenes escolarizados de 17 a 19 años de Río Grande y Villa María, 2021 (%).

	Ciudad	
	Río Grande	Villa María
Continuaré viviendo en esta ciudad durante muchos años más	32,7 %	56,3 %
Continuaré viviendo en esta provincia, aunque no en esta ciudad, durante muchos años más	3,7 %	12 %
Continuaré viviendo en otra provincia de Argentina durante muchos años	18,4 %	2,6 %
Viviré fuera de esta ciudad durante algunos años y luego regresaré	13,3 %	5,7 %
Viviré fuera de Argentina durante algunos años más y luego regresaré	8,2 %	13,8 %
Viviré en otra provincia de Argentina y quizás no regrese	15 %	0,2 %
Viviré en otro país y quizás no regrese	8,7 %	9,4 %

Autoría: elaboración propia en base a datos de EJuCI 2021.

Por otra parte, si tenemos en cuenta la dinámica inversa, es decir, la expectativa de retorno, debemos reconocer que Río Grande sigue siendo valorada como un buen lugar para vivir según el punto de vista de las y los jóvenes. Allí, es mayor el porcentaje relativo de jóvenes que planean irse de la ciudad durante algunos años y luego regresar. Esta dinámica de migración temporaria por estudios –y de regreso por mejores oportunidades laborales– lograría reducir en el tiempo la brecha inicial entre ambas ciudades, respecto de las juventudes que planean permanecer y desarrollar sus proyectos en su propia ciudad. Téngase en cuenta que, en Río Grande, el 13,5% de los y las jóvenes manifestó que regresaría, frente al 5,7% de Villa María. Al llegar a este punto, cabe retomar el análisis respecto de la diferencia existente entre el peso que ejerce el “deseo de regresar” en comparación con “el deseo de irse”.

Al redefinir el razonamiento en términos de las posibilidades personales, encontramos que quienes tienen planeado efectivamente irse a otra provincia –o regresar a su provincia de origen– constituyen un grupo significativo en el caso de Río Grande y marginal en el de Villa María, representando el 33,4% y el 2,8% respectivamente. Esta diferencia, que resulta significativa a nivel absoluto, se profundiza aún más en términos relativos. Esto se puede apreciar si tenemos en cuenta que cada 10 jóvenes que han pensado en irse a vivir a otra provincia, 5 consideran que se trata de la situación más probable en el caso de Río Grande, mientras que en Villa María solo 1 considera lo mismo, reafirmando una vez más el peso diferencial que ejercen los territorios según su carácter insular o mediterráneo, así como sus distintas matrices y dinámicas migratorias.

Finalmente, cabe plantear algunas consideraciones respecto de las expectativas de migración internacional. En este punto, lo primero a destacar tiene que ver con la reducción significativa del porcentaje de jóvenes que califican como probable la residencia en el exterior. Recordemos que, en ambas ciudades, el 70% de las y los jóvenes han pensado en ir a vivir a otro país. Sin embargo, al referirse a la situación más probable, este porcentaje se reduce al 16,9% en Río Grande y al 23,2% en Villa María. Al mirar en detalle este dato, se observa nuevamente que la ciudad de residencia no parece influir en el caso de quienes planean irse del país para no regresar. Esto confirma que el escenario urbano no

influye en el deseo ni en las expectativas de quienes representan sus propios proyectos vitales en otros países. Por otra parte, sí hay una diferencia relativamente importante entre quienes planean dejar el país de forma temporal. En Villa María esta parece una posibilidad relevante y porcentualmente mayor, lo cual invita a seguir indagando.

Reflexiones finales

En este trabajo hemos tomado dos casos de estudio notablemente diferentes con el objetivo de indagar qué imágenes y valoraciones prevalecen entre las juventudes acerca de las ciudades en las que residen y si estas tienen efectos sobre sus proyectos a futuro en ellas o fuera de ellas. A través de las entrevistas realizadas observamos que las características meteorológicas tienen un impacto negativo en las consideraciones sobre Río Grande: los trazos que componen su imagen se configuran mediante una suerte de contraste climático con otras ciudades que permiten otros usos y experiencias urbanas juveniles. Por el contrario, en Villa María estos aspectos no son siquiera mencionados. Mientras las virtudes de su clima templado aparecen como algo naturalizado, en su lugar asoman imágenes referidas a la belleza de la ciudad, definida desde distintos ángulos como tierra de oportunidades educativas.

Acerca de las valoraciones, el índice de satisfacción construido a partir de los datos de la EJuCI permitió observar con qué ciudad las y los jóvenes se sienten más o menos satisfechos. Al desagregar los indicadores de este índice, notamos que en Villa María se registran mayores niveles de satisfacción, con excepción de la situación económica, en la cual Río Grande resulta mejor valorada. Notamos que este aspecto también influye en la expectativa de retorno, siendo mayor el porcentaje relativo de jóvenes que planean irse durante algunos años para luego regresar. Esta dinámica de migración temporaria por estudios tiene mayor peso en Río Grande y se debe a las mejores condiciones económicas generadas por el régimen de promoción, así como también a la valoración de la seguridad y la infraestructura urbana. De este modo, podemos afirmar que el régimen económico –que desde 1972 cumplió su propósito de incrementar la población en el espacio argentino insular– continúa operando fuertemente en los movimientos migratorios internos, esta vez articulando con otros efectos de lugar que interpelan a las y los jóvenes, incentivando su retorno.

También dimos cuenta de otros contrastes valorativos entre las ciudades y sus efectos en las juventudes. En Villa María, la trama vincular, la propuesta cultural y su entorno natural son aspectos que explican la mayor retención. Los datos recogidos permiten observar asimismo cómo la trama de relaciones y vínculos familiares, comunitarios y de pares ocupa un lugar destacado a la hora de elegir la ciudad de residencia a futuro. Con respecto a estas variables, el contraste con Río Grande es notable, lo cual se refleja en que estos aspectos tengan menor peso a la hora de explicar la permanencia en la ciudad. El componente migratorio de su población, los relatos y valoraciones de los lugares de origen y las redes vinculares familiares radicadas en otras ciudades del país, configuran un contexto de sociabilidad atravesado por la proyección de volver a las ciudades familiares de origen. Los datos presentados lo evidencian: las y los jóvenes de Río Grande que han pensado irse a vivir a otra provincia duplican a los de Villa María.

Finalmente, no hemos encontrado diferencias significativas entre ciudades respecto al deseo de migrar hacia otro país, lo cual sugiere la existencia de una marca generacional. En ambas ciudades, las juventudes coinciden en proyectar sus deseos hacia un escenario

imaginado y lejano en el que prevalece la idea de “conseguir un futuro mejor”. Este tipo de proyecciones nos recuerdan la existencia de ciertos límites al momento de pensar los posibles efectos de ciudad. La porosidad de las fronteras existentes entre aquellos territorios que son habitados (y valorados), por un lado, y aquellos otros que son añorados (e imaginados), por otro, se configura según un juego de contrastes que no es otra cosa que un momento determinado en el proceso de construcción de imágenes y sentidos colectivos. Aquí hemos explorado los vasos comunicantes existentes a nivel de las experiencias urbanas juveniles, lo que permite identificar alcances y limitaciones de un enfoque centrado fundamentalmente en el vínculo entre juventudes y territorios. Resta seguir profundizando acerca de las posibles articulaciones entre los efectos de ciudad y los modos en que son habitadas las desigualdades sociales.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACEBO IBÁÑEZ, E. **Sociología del arraigo**: una sociología de la ciudad. Buenos Aires: Claridad, 1996.
- BOURDIEU, P. Efectos de lugar. In: BOURDIEU, P. **La miseria del mundo**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1999. p. 119-124.
- CHAVES, M. **Jóvenes, territorios y complicidades**: una antropología de la juventud urbana. Buenos Aires: Espacio editorial, 2010.
- CHAVES, M. La ciudad como lienzo de las culturas. In: QUEVEDO, L. A. (comp.) **La cultura argentina hoy**. Buenos Aires: Fundación OSDE-Siglo XXI, 2015. p. 325-350.
- CHAVES, M.; FUENTES, S. G.; VECINO, L. **Experiencias juveniles de desigualdad**: fronteras y merecimientos en sectores populares, medios altos y altos. Buenos Aires: CLACSO; Grupo Editor Universitario, 2017.
- CHAVES, M.; SEGURA, R. **Experiencias metropolitanas**: clase, movilidad y modos de habitar en el sur de la Región Metropolitana de Buenos Aires. Buenos Aires: Teseo, 2021.
- COLOMBARI, B.; HERMIDA, M. Y.; PICÓN, J. Juventud ¿divino tesoro? **Sociedad Fueguina, Ushuaia**, n. 6, p. 6-20, 2019. Disponible en: <<http://revistas.untdf.edu.ar/index.php/sociedadfueguina/article/view/13/144>> Acceso: mar. 2024.
- COLOMBARI, B. et al. Promover el arraigo: políticas de juventud en Tierra del Fuego 1991-2018. **Fuegia, Ushuaia**, v. 3, n. 1, p. 21-36, 2020. Disponible en: <<http://revistas.untdf.edu.ar/index.php/fuegia/article/view/95>> Acceso: mar. 2024.
- COLOMBARI, B. ¿Quedándote o yéndote? Un análisis de las regularidades empíricas sobre expectativas migratorias juveniles en la isla de Tierra del Fuego, Argentina. **Estudios Avanzados**, Santiago de Chile, n. 41, p. 77-97, 2024. Disponible en: <<https://doi.org/10.35588/y9g24175>>
- HAESBERT, R. **El mito de la desterritorialización**: del “fin de los territorios” a la multiterritorialidad. Ciudad de México: Siglo XXI Editores, 2011.
- HERNÁNDEZ, A. Las juventudes en las tramas urbanas: una aproximación a las transformaciones de las ciudades pequeñas e intermedias de la provincia de Córdoba. **Revista Serie Documentos de Trabajo**, Villa María, n.1, p. 22-34, 2024.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS DE LA REPÚBLICA ARGENTINA. **Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas del año 2001**. Disponible en: <https://www.indec.gob.ar/micro_sitios/webcenso/index.asp>. Acceso: mar. 2024.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS DE LA REPÚBLICA ARGENTINA. **Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2010**. Disponible en: <<https://redatam.indec.gob.ar/argbin/RpWebEngine.exe/PortalAction?BASE=CPV2010A>> Acceso: mar. 2024.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS DE LA REPÚBLICA ARGENTINA. **Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2022**: resultados definitivos: indicadores demográficos por sexo y edad. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: INDEC, 2023. Disponible en: <https://www.indec.gob.ar/ftp/cuadros/poblacion/censo2022_indicadores_demograficos.pdf> Acceso: mar. 2024.
- MANNHEIM, K. El problema de las generaciones. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, Madrid, n. 62, p. 193-244, 1993.

MARRADI, A.; ARCHENTI, N.; PIOVANI, J. I. **Manual de Metodología de las Ciencias Sociales**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2018.

MASSEY, D. Lugar, identidad y geografías de la responsabilidad en un mundo en proceso de globalización. **Treballs de la Societat Catalana de Geografia**, Barcelona, n. 57, p. 77-84, 2004.

MAYER, L. et al. **Ciudades x jóvenes**: aportes para la nueva agenda urbana desde las juventudes latinoamericanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; TECHO; CINDE-Fundación Centro Internacional de Educación y Desarrollo Humano; Innovation for Change, 2020. Disponible en: <<https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2020/07/Ciudades-Jovenes.pdf>>. Acceso: enero 2024.

MINISTERIO DE ECONOMÍA Y GESTIÓN PÚBLICA. Departamento Gral. San Martín. **Producto Bruto Regional, año 2022**. Córdoba. Disponible en: <<https://datosestadistica.cba.gov.ar/dataset/cca10480-da37-4b9c-9929-13076bf8856d/resource/dc9b5852-40ac-41ee-8d08-f1f8c7039795/download/gral-san-martin.pbr22.pdf>> Acceso: jul. 2024

REGUILLO, R. **Emergencias de culturas juveniles**: estrategias del desencanto. Bogota: Grupo Editorial Norma, 2000.

SCHORR, M.; PORCELLI, L. La industria electrónica de consumo en Tierra del Fuego. Régimen promocional, perfil de especialización y alternativas de desarrollo sectorial en la posconvertibilidad. **Documento de Investigación Social**, Buenos Aires, n. 26, p. 1-30, 2014.

SERVICIO METEOROLÓGICO NACIONAL. **Boletín de vigilancia del clima en la Argentina 2018**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Disponible en: <<https://www.smn.gob.ar/sites/default/files/Clim-Jul2018.pdf>> Acceso: jul. 2024.

Resumen El estudio de la relación entre juventudes y ciudad en Latinoamérica resulta relevante al considerar, entre otras cosas, aquellas proyecciones de los organismos internacionales que indican que, para 2050, nueve de cada diez jóvenes serán población urbana. No obstante, las características de las ciudades en las que residen, sus experiencias y valoraciones, así como sus proyecciones a futuro en ellas, pueden ser muy disímiles. Con la intención de contribuir al abordaje de esta relación, y valiéndose de un enfoque comparativo sincrónico a partir de fuentes primarias mixtas, se caracterizan y comparan Villa María (Córdoba) y Río Grande (Tierra del Fuego), dos ciudades con escalas poblacionales similares y marcadas diferencias territoriales. Esto permite identificar y contrastar las imágenes y valoraciones juveniles que prevalecen en cada una, observando los posibles efectos en la configuración de las expectativas y proyecciones a futuro.

Palabras clave: Juventudes; Lugar; Efectos de lugar.

Cidades sob a perspectiva dos jovens:

Uma análise comparativa entre Villa María e Río Grande, Argentina.

Resumo O estudo da relação entre juventudes e cidade na América Latina é relevante ao considerar, entre outras coisas, aquelas projeções dos organismos internacionais que indicam que, para 2050, nove em cada dez jovens serão população urbana. No entanto, as características das cidades em que residem, suas experiências e valorizações, bem como suas projeções futuras nelas, podem ser muito díspares. Com a intenção de contribuir para a abordagem dessa relação, e valendo-se de uma abordagem comparativa sincrônica a partir de fontes primárias mistas, caracterizam-se e comparam-se Villa María (Córdoba) y Río Grande (Tierra del Fuego), duas cidades com escalas populacionais semelhantes e marcadas diferenças territoriais. Isso permite identificar e contrastar as imagens e valorizações juvenis que prevalecem em cada uma, observando os possíveis efeitos na configuração das expectativas e projeções futuras.

Palavras-chave: Jovens; Lugar; Efeitos de lugar.

Cities from a youth perspective:

A comparative analysis between Villa María and Río Grande, Argentina.

Abstract The study of the relationship between youth and the city in Latin America is relevant when considering those projections of international organizations that indicate that by 2050 nine out of every ten young people will be an urban population. However, the characteristics of the cities in which they reside, their experiences and evaluations, as well as their future projections in them, can be very dissimilar. With the intention of contributing to the approach to this relationship, and using a synchronic comparative approach based on mixed primary sources, Villa María (Córdoba) y Río Grande (Tierra del Fuego), two cities with similar population scales and marked territorial differences are characterized and compared. This allows us to identify and contrast the youth images and evaluations that prevail in each one, observing the possible effects on the configuration of future expectations and projections.

Keywords: Youth; Place; Place effects

FECHA DE RECEPCIÓN: 06/09/2024

FECHA DE APROBACIÓN: 27/04/2025



Andrés Hernández

Profesor Adjunto de la Universidad Nacional de Córdoba. Doctor en Ciencias Antropológicas por la Universidad Nacional de Córdoba y Licenciado en Sociología por la Universidad Nacional de Villa María.

E-mail: ahernandez@mi.unc.edu.ar



Bruno Colombari

Profesor Adjunto Regular Exclusivo e Investigador de la Universidad Nacional de Tierra del Fuego (UNTDF), Ushuaia, Argentina. Sociólogo por la Universidad de Buenos Aires y Magíster en Desarrollo Territorial y Urbano por la Universidad Nacional de Quilmes.

E-mail: bcolombari@untdf.edu.ar

Adultocentrismo.

¿Qué piensan chicas y chicos?, por Santi Morales y Marta Martínez Muñoz

RESEÑA POR

Manfred Liebel

Universidad de Ciencias Aplicadas Potsdam, Berlin, Alemania

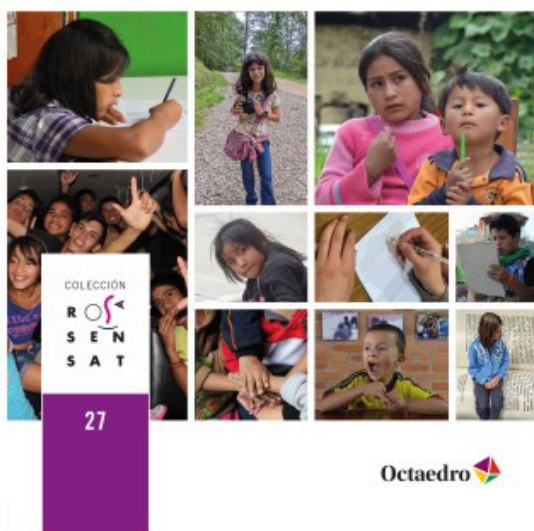
<https://orcid.org/0000-0002-3099-1429>

Pensamientos de niñas y niños sobre el adultocentrismo

Santi Morales
Marta Martínez Muñoz

Adultocentrismo

¿Qué piensan chicas y chicos?



La relación entre niñas y niños, por un lado, y adultos, por otro, ha sido siempre un tema central en la investigación sobre la infancia, ya sea en el sentido epistemológico como interrelación de los dos constructos, o en el sentido material como asimetría de competencias y poder. Para la asimetría de poder, el psicólogo estadounidense Jack Flasher introdujo el término *adulthood* (en inglés) a finales de los años setenta (FLASHER, 1978). En los países de habla hispana, los términos *adulthood* y *adultocentrismo* no se utilizaron hasta la década de 2010. Fue el sociólogo chileno Claudio Duarte quien primero reflexionó sobre estos términos en un artículo (DUARTE, 2012) y luego los profundizó en su tesis doctoral de filosofía en la Universidad Autónoma de Barcelona (DUARTE, 2015).

Por la misma época, un joven español de 17 años, bajo el seudónimo de Alexanthropos Alexgaias, publicó un “Manifiesto Antiadultista” en un foro anarquista de Internet (ALEXGAIAS, 2014), pero hasta hace poco no se había tenido en cuenta en el debate académico, lo que en sí mismo puede entenderse como un reflejo adultista de las ciencias sociales. En los años siguientes, fue sobre todo el sociólogo argentino Santiago Morales quien trató el tema desde diferentes perspectivas en varias publicaciones (MORALES; MAGISTRIS, 2018; MORALES, 2022, 2024). Ahora Morales y la socióloga española Marta Martínez Muñoz han publicado por primera vez un

estudio empírico en el que escuchan las voces de las chicas y chicos a este respecto. Este estudio, que también pretende contrarrestar el reflejo adultista en las ciencias sociales, se examinará a continuación.

El estudio se basa en un cuestionario en línea. Para ello y durante varios meses se dispuso un cuestionario con cuatro preguntas clave, expresadas de la forma más amigable posible. Las preguntas eran las siguientes:

- Cuéntanos con tus palabras, ¿qué es para ti el adultocentrismo?
- Te invitamos a que nos compartas tres situaciones vividas (en la escuela, la familia, el barrio y otro ámbito) en los que te encontraste con barreras para desarrollarte como persona a causa de decisiones o actitudes de personas adultas.
- ¿Qué consejo le darías a las personas adultas para mejorar su relación con la población infantil y adolescente?
- ¿Cómo crees que afecta el adultocentrismo a las niñas, niños, niñas y jóvenes?

Respecto al alcance de la muestra acudieron un total de 168 niñas, niños, adolescentes y jóvenes de siete países diferentes, con una sobredimensión de las respuestas de niñas (130 niñas versus 33 varones) y una mayoría de respuestas desde Argentina (el 77 %), con aportes desde México, España, Chile, Colombia, República Dominicana y Panamá. La mayoría de respuestas provienen de chicas y chicos de entre 13 y 25 años, aunque igualmente se ha obtenido respuestas de algunas chicas y chicos desde los 5 años de edad.

El autor y la autora subrayan que, aunque su análisis cualitativo de las respuestas se basa en categorías teóricas preexistentes, siempre intentan respetar el sentido del discurso infantil. Según él y ella, las conclusiones que presentan en el libro no tienen pretensión de generalizar más allá de su estudio que denominan como “estudio exploratorio” para seguir profundizando y, con ello, dar paso a nuevos estudios.

Las respuestas a la pregunta de qué entienden las niñas y niños por adultocentrismo se podrían resumir en testimonios como: “Se creen superiores”. Los adultos se consideran superiores a los niños “solo por ser mayores”. Se ven a sí mismos como “el centro del universo”. Niegan las opiniones de los niños y no les muestran respeto: “Que no nos den voz”. Adultocentrismo significa autoritarismo y poder de los adultos sobre los niños: “Tienen el poder”.

Las niñas y niños describen con detalle situaciones en las que han experimentado prácticas adultistas. Las experiencias se resumen en las siguientes palabras: “Creen que lo que digo no es en serio”. Las prácticas más frecuentes y similares se describen en la familia y en la escuela. Aquí, las niñas y niños se ven sometidos a restricciones y prohibiciones injustificadas, a que no se tome en serio su opinión y a que se les nieguen sus propias decisiones, a que se les subestime y a que se les humille. Con menos frecuencia, las niñas y niños mencionan prácticas adultistas en la comunidad.

Las recomendaciones de las niñas y niños son muy evidentes: “¡Escuchar más y mejor!” Los adultos deberían escuchar más y juzgar menos, ser más empáticos y respetar a las niñas y niños, deberían ser más modestos y no fingir que lo saben todo. En definitiva, deberían permitir que las niñas y niños sean protagonistas de sus vidas.

Hasta donde conozco, este es el primer estudio empírico publicado en español que ofrece la oportunidad a las personas jóvenes de expresarse sobre este tema. La forma cuidadosa y respetuosa en la que Morales y Martínez interpretan las palabras de las

niñas y niños y las resumen en algunas frases clave, es ejemplar. Uno podría preguntarse qué sentido tiene preguntar a las niñas y niños por su opinión sobre un término que fue inventado por adultos y que la mayoría de los niños probablemente no conocen. Existe el peligro de que solo respondan a esta pregunta aquellas niñas y niños que (¿de adultos?) han aprendido a tratar con un constructo tan abstracto. En este caso, parece que se han expresado sobre todo niñas y niños que ya participaban en grupos de acción y movimientos sociales.

Pero, afortunadamente, el estudio no se limita a preguntar a las niñas y niños sobre el significado de un término, sino que va un paso más allá y brinda la oportunidad de comentar sus propias experiencias en sus entornos de vida. El resultado es un impresionante panorama de situaciones en las que las niñas y niños son constantemente ignorados, menospreciados y degradados. Es de un valor incalculable que estas situaciones se documenten ahora con las propias palabras de las niñas y niños. El estudio anima a retomar el tema en otros estudios que no se limiten a una encuesta en línea, sino que se organicen junto con las niñas y niños en su entorno vital, por ejemplo, como investigación-acción participativa. En un estudio de este tipo, tal vez sería posible reflexionar con las niñas y niños sobre las razones por las que existe el adultocentrismo y conocer sus explicaciones teóricas.

La presentación de los resultados de la encuesta se combina en el libro con algunas reflexiones teóricas y conceptuales desde la perspectiva del autor y la autora. La primera reflexión es una especie de diagnóstico de los problemas contemporáneos, que llaman “caleidoscopio de la infancia”. En este se pone de manifiesto una sociedad y un orden mundial basados en la desigualdad y la explotación que degradan a las nuevas generaciones a objetos utilizables o “capital humano”. Esto hace que la segunda reflexión sea aún más importante, en la que Morales y Martínez Muñoz explican cómo entienden el concepto del adultocentrismo.

El concepto de *adultocentrismo* [...] se refiere al carácter estructural de la dominación social, política, económica, cultural y moral que ejercemos las personas adultas sobre las niñas, niños y jóvenes. [...] Así, cuestionar el carácter adultocéntrico de nuestra sociedad es reconocer y problematizar las relaciones desiguales de poder que existen entre las diferentes clases de edad. [...] Se trata de un modo de violencia y opresión muy complejo y difícil de percibir, porque incluso las personas adultas más comprometidas con el bienestar y dignidad de las nuevas generaciones hemos sido educadas para reproducirlo, aun contra nuestra voluntad (p. 48-49).

El autor y la autora ven la raíz del adultocentrismo en el patriarcado y lo ven esencial para el capitalismo en el sentido de que sirve para condicionar un sujeto funcional para su modo de producción. De esta manera, “el dominio adulto se justifica ya no solamente en la protección, sino en la necesidad de preparar a esa persona niña ‘para la vida’. [...] Dicho de otro modo, para el adultocentrismo ‘la vida’ es en realidad ‘la vida adulta’.” (MORALES; MUÑOZ, 2024, p. 50) A diferencia de esto, “la categoría *adultismo* refiere a los comportamientos, las actitudes y la ideología propias del sistema adultocéntrico. El *adultismo* es la forma en que se materializa el adultocentrismo.” (MORALES; MUÑOZ, 2024, p. 51) La relación entre adultocentrismo y adultismo es análoga a la establecida entre patriarcado y machismo. Estas reflexiones conceptuales enlazan con los escritos de Duarte y Alexgaías mencionados anteriormente y los desarrollan de una manera que resulta muy útil para estudios posteriores.

“A modo de cierre”, Morales y Martínez Muñoz reflexionan sobre cómo se podría superar el adultocentrismo. Aunque afirman considerarse personas “antiadultistas”, se muestran sorprendidos por las afirmaciones y opiniones de las niñas y niños, “que superaron ampliamente nuestras expectativas” (MORALES; MUÑOZ, 2024, p. 125). Aunque imaginan que el adultocentrismo solo puede ser transformado por las propias personas jóvenes, no tienen ninguna duda de que una “educación emancipadora” también puede contribuir de forma importante, e incluso la consideran indispensable. Para ello, se remiten al enfoque dialógico de la educación popular freireana y a la “pedagogía de la ternura” concebida por el filósofo y educador peruano Alejandro Cussiánovich (CUSSIÁNOVICH, 2022), que a su vez está estrechamente vinculada al concepto del “protagonismo infantil” y a la autoorganización de las niñas y niños en sus propios movimientos sociales. A estos conceptos basados en el diálogo intergeneracional y la “contraeducación ético-política” añaden un enfoque que denominan “perspectiva niña”.

Perspectiva niña es reinventar el modo en que nuestras sociedades definen ‘lo infantil’. Implica desasociar a la infancia con la inocencia, la inmadurez, la ingenuidad, la ignorancia (sí, que horribles somos las personas adultas definiendo tan explícitamente a la infancia desde la carencia), para comenzar a mirarla como una seria energía, fuerza o actitud que puede habitar en las personas durante toda la vida. [...] Perspectiva niña es que las personas adultas intervengamos en el mundo con vocación de curiosidad, con alegría, con el deseo vivo de saber, crear y transformar. De modo que perspectiva niña es el nombre de la invitación a vivir infantilmente durante toda la vida (MORALES; MUÑOZ, 2024, p. 146).

Esta perspectiva da un vuelco al pensamiento predominante sobre las niñas y niños de una manera que en ocasiones se ha denominado “descolonización de la infancia”. Opone con razón a un patrón “deficiente” de la infancia que tacha a las niñas y niños de “irracionales” y les niega competencias “rationales”, típico para el patrón eurocéntrico de la infancia. Por tanto, requiere que las personas adultas se reorienten y se sitúen en su relación con las niñas y niños, que reflexionen y cuestionen fundamentalmente el poder que tienen sobre ellas y ellos (a veces llamado “adultez crítica”).

Sin embargo, mientras exista la desigualdad de poder entre los adultos, a un lado, y las niñas y niños, al otro, y mientras vivamos en una sociedad en la que esta desigualdad, así como otras (de clase, género, etc.), sean constitutivas, nosotras, las personas adultas, solo podremos entender a la población infantil y adolescente desde su propia perspectiva y renunciar a nuestra posición de poder de forma aproximada. Además, en mi opinión, hay que tener en cuenta que no hay “el niño absoluto” (FONSECA, 2021), la perspectiva de las niñas y niños y las cualidades que se les atribuyen no deben entenderse simplemente como universales antropológicos o biológicos. Están siempre influenciados por las condiciones históricas y experiencias de vida de ellas y ellos, que pueden ser muy diversas. De ello se derivan diferentes intereses y disposiciones de acción de las niñas y niños, que deben tenerse en cuenta. Supongo que las niñas y niños que trabajan o tienen una historia de vida popular que no se ajusta al patrón eurocéntrico de la infancia tienden a desarrollar una subjetividad política rebelde y actuar de manera protagónica. Me parece que son estas niñas y niños las que el autor y la autora tienen en mente.

Para superar el adultocentrismo, por lo tanto, se necesita algo más que una “educación emancipadora”. Las niñas y niños deben tener la oportunidad de desarrollar sus subjetividades políticas desde edades tempranas. Es responsabilidad de las personas adultas solidarias hacer posible que las niñas y niños tengan las condiciones necesarias para ello y facilitar su autoorganización. Esto también tiene un aspecto pedagógico, pero es esencialmente un desafío político. El presente libro invita a reflexionar sobre estos aspectos.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXGAIAS, A. **El Manifiesto Antiadultista**. Distribuidora Anarquista Polaris, 2014. Disponible en: <<https://www.laotraeducacion.cl/wp-content/uploads/2020/06/Alexanthropos-Alexgaias-El-Manifiesto-Antiadultista.pdf>>.
- CUSSIÁNOVICH, A. **Pedagogía de la Ternura** – componente del Paradigma del Protagonismo. Lima: Ifejant, 2022.
- DUARTE, C. Sociedades adultocéntricas: Sobre sus orígenes y reproducción. Última **Decada**, v. 20, n. 36, p. 99-125, 2012.
- _____. **El adultocentrismo como paradigma y sistema de dominio**. Análisis en la reproducción de imaginarios en la investigación social chilena sobre lo juvenil. 2015. Tesis (Doctorado en Sociología) –Universidad Autónoma de Barcelona, 2015.
- FLASHER, J. Adultism. **Adolescence**, v. 13, n. 51, p. 517-523, 1978.
- FONSECA, C. El abandono de la razón. La descolonización de los discursos sobre la infancia y la familia. **Sociedad e Infancias**, v. 5, n. 2, p. 161-179, 2021.
- MORALES, S. Niñeces del Abya Yala: una aproximación a las categorías de adultocentrismo y adultismo. **Revista Observatorio Latinoamericano y Caribeño**, v. 6, n. 2, p. 134-153, 2022.
- _____. Adultocentrismo, adultismo y violencias contra niños y niñas: Una mirada crítica sobre las relaciones de poder entre clases de edad. **Taboo: The Journal of Culture and Education**, v. 22, n. 1, p. 151-193, 2024.
- MORALES, S.; MAGISTRIS, G. Hacia un paradigma otro: niñxs como sujetxs políticxs co-protagonistas de la transformación social. En: MAGISTRIS, G.; MORALES, S. (Comp.). **Niñez en movimiento**. Del adultocentrismo a la emancipación. Buenos Aires: El Colectivo y Editorial Chirimbote, 2018. p. 23-47.
- MORALES, S.; MUÑOZ, M. M. **Adultocentrismo. ¿Qué piensan chicas y chicos?** Barcelona: Octaedro, 2024. ISBN 978-84-10282-38-4.

Palabras clave: adultocentrismo, adultismo, niñez, subjetividad, protagonismo.

FECHA DE RECEPCIÓN: 28/03/2025

FECHA DE APROBACIÓN: 13/06/2025

Manfred Liebel

Sociólogo, doctor, profesor emérito de la Universidad Tecnológica de Berlín, Alemania, y profesor honorario de Estudios Interculturales sobre la Infancia y los Derechos del Niño en la Universidad de Ciencias Aplicadas de Potsdam, Alemania.

E-mail: manfred.liebel@gmail.com